



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Sidélia Suzan Ladevig Garcia

Representações em circulação: memórias de corpo na Escola Técnica Federal de
Santa Catarina (1971-1985)

Florianópolis

2024

Sidélia Suzan Ladevig Garcia

Representações em circulação: memórias de corpo na Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1971-1985)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador(a): Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz

Florianópolis

2024

Garcia, Sidélia Suzan Ladevig

Representações em circulação : memórias de corpo na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1971-1985) / Sidélia Suzan Ladevig Garcia ; orientador, Alexandre Fernandez Vaz, 2024.

198 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Educação. 2. ditadura civil-militar. 3. ensino técnico. 4. educação do corpo. 5. memória. I. Vaz, Alexandre Fernandez . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Sidélia Suzan Ladevig Garcia

Representações em circulação: memórias de corpo na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1971-1985)

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 18 de dezembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Danielle Torri, Dra.
Universidade Federal do Paraná, UFPR.

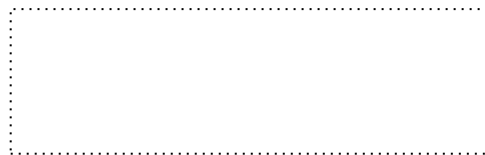
Prof. Fernando Gonçalves Bitencourt, Dr.
Instituto Federal de Santa Catarina, IFSC.

Profa. Clarícia Otto, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Educação.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof. Alexandre Fernandez Vaz, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2024.

A

Marcelo Martins
(in memoriam).

AGRADECIMENTOS

À minha família e ao meu esposo Tiago, pelo apoio e por cuidar de nosso filho aos finais de semana de sol em que eu ficava em casa para me dedicar à escrita da tese. A meu filho, Miguel, que hoje ainda não entende, mas, um dia, saberá que a mãe não pôde estar com ele em alguns momentos, porque foi lutar para realizar seus sonhos, e que estudar é muito bom e vale a pena. Aos meus pais que, sempre ao meu lado, me deram o suporte que necessitei. Vocês são meu alicerce.

Aos amigos que fiz ao longo dessa jornada no PPGE: em especial aos queridos Fabiana Teixeira da Rosa, Fabiano Batista Rodrigue e Júlio Couto, vocês foram meus ombros amigos.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea, por todo o aprendizado e todas as trocas, em especial: Danielle Torri, Daniel Machado e Cristiano Mezzaroba, que estenderam sempre a mão para auxiliar, dirimir dúvidas, e aceitaram fazer parte da Banca de Defesa. Muito Obrigada!

À minha Banca de Qualificação e Defesa, e suas significativas contribuições: Professora Dra. Clarícia Otto, Professor Dr. Fernando Gonçalves Bitencourt bem como o Professor Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, na banca de Qualificação.

Aos meus amigos, que estiveram sempre ao meu lado, “Do IFSC para a vida”: Ana Paula Boff (Do Mestrado, para o IFSC e para a vida!), Mauro Roque Júnior e Célio Alves Espindola com seus conselhos e revisões.

Ao IFSC, pela oportunidade de permitir a pesquisa dentro de suas instalações, aos seus servidores e à autorização de afastamento para a pós-graduação.

Ao FUMDES, pela concessão da Bolsa.

E, por fim, ao meu orientador, Alexandre Fernandez Vaz que, em agosto de 2012, me presenteou com um livro com a seguinte dedicatória: “Para Suzan, desejando-lhe uma boa leitura e a possibilidade de um diálogo”. Pois desde que me tornei sua orientanda, esses diálogos foram para além da orientação, ou discussões teóricas referentes à tese. Foram diálogos regados a risadas, choros, angústias. Falamos sobre economia, política, família e pandemia. Muito obrigada por me ouvir, por compreender os meus momentos de tristezas e angústias e por, mesmo nas férias, finais de semana e feriados, estar à disposição para dialogar!

RESUMO

O presente trabalho se debruçou sobre alguns sentidos do corpo na então Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), entre 1971 e 1985, atualmente Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). O recorte temporal se dá a partir da promulgação da Lei 5692/1971, que fez com que a ETFSC passasse a ofertar não mais o ginásial, mas somente o ensino profissional técnico em nível de 2º grau. O ano de 1985 começa a marcar o fim da ditadura civil-militar que governara o Brasil desde 1964. Valemos da história oral, analisando depoimentos memorialísticos de quatro egressos do período, os quais, posteriormente, atuaram como docentes na instituição. A tese se divide em partes que correspondem a cada sujeito, às quais se somam uma introdução e as considerações finais, que procuram sintetizar e dar consequência para o que até então terá sido exposto. No intuito de contar a história a contrapelo, consideramos as memórias sobre o corpo em alguns de seus aspectos: práticas esportivas e Educação Física, uso de uniformes, incidência do pensamento religioso de corte conservador, costumes e mudanças na sensibilidade durante a juventude, presença da ditadura no cotidiano escolar e na sociedade como um todo. Os resultados sugerem particularidades que se relacionam ao fato dos entrevistados terem sido pertencentes à instituição de ensino técnico, mas dizem respeito, sobretudo, à experiência histórica da juventude sob estado de exceção, o que ajuda, desde um ponto de vista das memórias do corpo, a elucidar a experiência histórica daquele período.

Palavras-chave: Brasil; ditadura civil-militar; ensino técnico; educação do corpo; memória.

ABSTRACT

This PhD Thesis focused on some of the senses and representations of the body at Federal Technical School of Santa Catarina (ETFSC), currently Federal Institute of Santa Catarina (IFSC) between 1971 and 1985. The time frame is due to the enactment of the Law 5692/1971, which meant that ETFSC no longer had offered junior high school, but only technical professional education at the 2nd degree level. The year of 1985 began to mark the end of the civil-military dictatorship that had governed Brazil since 1964. We made use of oral history, seeking memorial testimonies from four graduates of the period, who later worked as teachers at the institution. The thesis is divided into parts that correspond to each subject, to which are added an introduction and final considerations that seek to synthesize and give consequences to what has been exposed so far. In order to tell the story against the grain, we consider memories about the body in some of such aspects: sports practices and Physical Education, use of uniforms, incidence of conservative religious thought, customs and changes in sensitivity during youth, presence of dictatorship in everyday school life and in society as a whole. The results suggest particularities that are related to the fact that the interviewees belonged to the technical education institution, but they concern, above all, the historical experience of youth under a state of exception, which helps, from a point of view of the body's memories, to elucidate the historical experience of that period.

Keywords: Brazil; civil-military dictatorship; technical education; body education; memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Programa de Ensino Núcleo Comum – definições, 1971	24
Figura 2 - Programa de Ensino Curso Mecânica – Opção Produção Mecânica.....	38
Figura 3 - Programa de Ensino Curso Mecânica – Opção Projeto Mecânico	39
Figura 4 - Turma Alferes Tiradentes, Curso de Formação Policial, 1981	49
Figura 5 - Alunos em atividade prática, década de 1970	50
Figura 6 - Desfile 7 de setembro, década de 1980.....	50
Figura 7 - Programa de Ensino de Educação Física, 1976	60
Figura 8 - Alunos na aula de Educação Física, década de 1970	101
Figura 9 - Desfile dos alunos ETFESC, década de 1960	109
Figura 10 - Alunas desfilando na Avenida Beira Mar, década de 1980.....	109
Figura 11 - Programa de Ensino disciplina EMC, 1974	111
Figura 12 - Primeira sede da EAA, Rua Almirante Alwin, década de 1910	114
Figura 13 - Segunda sede da EAA, Rua Presidente Coutinho, década de 1920	115
Figura 14 - Sede da Escola Técnica de Santa Catarina, Rua Mauro Ramos.....	116
Figura 15 - Quadra poliesportiva, década de 1970	117
Figura 16 - Alunos no intervalo escolar, década de 1970	118
Figura 17 - Alunos no intervalo no vão central, década de 1970.....	119
Figura 18 - Programa de Ensino disciplina EMC, 1973.....	151
Figura 19 - Programa de Ensino disciplina Educação Física [1], 1973	155
Figura 20 - Programa de Ensino disciplina Educação Física [2], 1973	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
CEFET/SC	Centro Federal de Educação e Tecnologia de Santa Catarina
EAA-SC	Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina
ETFESC	Escola Técnica Federal de Santa Catarina
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
EMC	Educação Moral e Cívica
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
Als	Atos Institucionais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CAMINHOS PERCORRIDOS	15
1.2 MEMÓRIA, CORPO E RESSIGNIFICAÇÕES	17
2 MARLI, DO SUL DO ESTADO PARA A ESCOLA TÉCNICA: UMATRAJETÓRIA FEMININA E SUAS ESTRATÉGIAS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	29
2.1 FAMÍLIA E INFÂNCIA	29
2.2 O INGRESSO NA ESCOLA TÉCNICA: DESAFIOS DE UMA JOVEM ADOLESCENTE VINDA DO INTERIOR	33
2.3 GÊNERO E AGÊNCIA: DESAFIOS DE UMA MULHER EM UM UNIVERSO PREDOMINANTEMENTE MASCULINO.....	36
2.4 A ADOLESCÊNCIA, O CORPO E O PERTENCIMENTO	42
2.5 O UNIFORME ESCOLAR: INSTRUMENTO DE IDENTIDADE E REGULAÇÃO.....	47
2.6 IMPRESSÕES E REFLEXÕES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	53
2.7 EDUCAÇÃO FÍSICA: ALTOS E BAIXOS	58
3 ACÁCIO, A FORMAÇÃO DE UMA ELITE MASCULINA E DISCIPLINADA	63
3.1 FAMÍLIA, INFÂNCIA E DISCIPLINA	63
3.2 O INGRESSO NA ESCOLA TÉCNICA.....	73
3.3 A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: DISCIPLINA COMO “LEGADO” ..	79
3.4 VIDA ADOLESCENTE	86
4 DALVA, RECORDAÇÕES DE UMA MASCOTE	94
4.1 FAMÍLIA E INFÂNCIA E O INGRESSO NA ESCOLA TÉCNICA: A IRMÃ, SEU EXEMPLO	94
4.2 CORPO, TIMIDEZ E RELIGIÃO.....	99
4.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA	106
4.4 IMPRESSÕES ACERCA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	110
4.5 A ARQUITETURA ESCOLAR	113
5 LEOPOLDO, O MOTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A “GARANTIA DE SUCESSO PARA TODA A VIDA!”	122
5.1 CAMINHOS QUE LEVARAM À ESCOLA TÉCNICA.....	124
5.2 O UNIFORME ESCOLAR	126

5.3 ECOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA.....	132
5.3.1 O caso Marcos Cardoso Filho.....	136
5.4 AS DISCIPLINAS ESCOLARES E SUA RELAÇÃO COM A DITADURA CIVIL-MILITAR.....	149
5.5 DO VALOR RELATIVO DA EDUCAÇÃO FÍSICA	155
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS.....	183
ANEXO A – TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	192
ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	196

1 INTRODUÇÃO

1.1 CAMINHOS PERCORRIDOS

Esta pesquisa é, em partes, uma continuidade da minha Dissertação de Mestrado, realizada na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), intitulada: *Processos de in(ex)clusão: o currículo da Escola de Aprendizizes Artífices de Florianópolis 1910-1922* (Marques, 2012). Na ocasião, debrucei-me sobre a história da instituição em que trabalhava, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, observando como ficaram implícitas em seu currículo práticas de in(ex)clusão que ocorreram durante as décadas de 1910 e 1920.

Como servidora pude vivenciar a transformação do Centro Federal de Educação e Tecnologia de Santa Catarina (CEFET/SC) em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) e, ao ler o livro intitulado *Dos aprendizes artífices ao CEFET-SC* (Alcides, 2002), tive o interesse em saber mais sobre a instituição em que ingressara em julho de 2008.

O interesse pelo tema pesquisado no mestrado se deu por dois motivos: as comemorações do centenário da instituição e as mudanças por ela sofridas com a promulgação da lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede de Institutos Federais. Esta lei, em seu Artigo 6º, apresenta como uma das finalidades dos institutos “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico, local, regional e nacional” (Brasil, 2018, p. 4).

No início da pós-graduação, tinha como interesse as aulas de Educação Física (minha primeira graduação), ou *Gymnastica*, mas, por não encontrar material suficiente para a pesquisa, trabalhei com outras disciplinas escolares, a saber: Português e Desenho.

Até a sua atual denominação, o IFSC passou por diversas alterações em seu nome e em suas diretrizes. Assim, de Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina (EAA-SC) passou para Liceu Industrial de Florianópolis (1937), Escola Industrial de Florianópolis (1945), Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1965), ETFESC - Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1968), CEFET – Centro Federal

de Educação Tecnológica de Santa Catarina (1994) e IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina (2008).

Durante minha trajetória como servidora da instituição, destaco a participação em dois Grupos de Trabalho que significaram muito para continuar meus estudos acerca da história da instituição: o Grupo de Trabalho Memória e Documentação do IFSC e outro cujo intuito era responder a um questionamento da Comissão Estadual da Verdade¹ sobre o julgamento de um professor da instituição nos anos 1970, durante o período da ditadura civil-militar brasileira, que haveria ocorrido dentro da Escola.

Aqui, remeto-me a Benjamin (1985, p. 225) para lembrar a tarefa do historiador frente a seu objeto: “todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror”. Pretendi, assim, trazer à tona um passado que a Comissão da Verdade queria descortinar. A reflexão acerca da ditadura e suas implicações na sociedade se faz na pesquisa sob esse olhar benjaminiano da “história dos vencidos”.

O trabalho realizado pelo grupo causou fascínio pela história daquele professor e me instigou a aprofundar os estudos acerca não somente dele, mas também do contexto político em que ele estava inserido. Durante a realização daquele trabalho, diversas pessoas foram ouvidas com o intuito de entender o julgamento supostamente ocorrido dentro das dependências da Escola. Por meio de suas memórias, foi possível compreender um pouco sobre a vida do professor, da Escola Técnica e da ditadura civil-militar brasileira. Como conclusão do trabalho, o IFSC, além do relatório, produziu um breve documentário sobre a vida desse professor (IFSC, 2014a)².

Ao ingressar no Doutorado, ou antes, já no processo seletivo, tive o primeiro contato com a obra de Walter Benjamin (1985). Durante o primeiro ano, entre as disciplinas oferecidas, uma, em especial, me chamou a atenção, por tratar da história

¹ A Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright foi sancionada pela lei 16.183/2013, em Santa Catarina, tendo como objetivo auxiliar no trabalho da Comissão Nacional da Verdade, para esclarecer violações dos direitos humanos praticadas durante o regime civil-militar. Esta Comissão solicitou ao IFSC uma investigação acerca do julgamento supostamente ocorrido dentro das dependências da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, do então Professor Marcos Cardoso Filho. A investigação gerou um relatório produzido pelo IFSC e entregue à Comissão em setembro de 2014.

² Link para o documentário: IFSC. História recontada: Professor Marcos Cardoso Filho e a Ditadura na Escola Técnica. Youtube, 22 de set. de 2014. 23min29s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6ExVQd_NHjl&list=PLd9Tud4cuVzRO-uhKD94zs9Us5cK5TR2g&index=6. Acesso em: 11 mar. 2024.

oral e da memória, o que me permitiu refazer o projeto inicial, desta vez buscando um aporte metodológico em tal abordagem e recorrendo a narrativas de alunos egressos. Lembrando do documentário produzido pelo IFSC, muitas das informações obtidas sobre o professor chegaram a partir das entrevistas realizadas pelos familiares, alunos e amigos, e, desta forma, percebi que a metodologia utilizada poderia servir de aporte para compreender os sentidos de corpo na então Escola Técnica Federal de Santa Catarina, no período compreendido entre 1971 e 1985.

Assim sendo, o objetivo geral da pesquisa foi investigar concepções, experiências e memórias sobre o corpo, circulantes na Escola Industrial Federal de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, entre 1971 (instituição da Lei nº 5.692, de reforma da educação brasileira) e 1985.

1.2 MEMÓRIA, CORPO E RESSIGNIFICAÇÕES

Para a realização das entrevistas³, elaboramos um roteiro que procurou mobilizar tanto a história de vida dos alunos quanto suas perspectivas e anseios, suas percepções sobre a Escola. Consideramos, com Benjamin (1985, p. 224), que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”. Dessa forma, procuramos respeitar as memórias e como elas se constroem para nossos entrevistados.

A ETFESC teve duas sedes antes do período em que realizamos nossa pesquisa. Quando de sua criação, em 1910, estava situada na Rua Almirante Alvim; posteriormente, transferiu-se para a Presidente Coutinho, ambas no Centro da capital catarinense. Em agosto de 1962, iniciaram-se as atividades na nova sede, situada na Avenida Mauro Ramos, hoje Campus Florianópolis (Alcides, 2010).

Entre 1964 e 1986, o Diretor da Escola foi o Professor Frederico Guilherme Buendgens. Ao findar sua gestão, ele escreveu um relatório sobre seus 22 anos de trabalho, relatando conquistas e dificuldades enfrentadas. Segundo ele, desde 1968, a Escola Técnica Federal de Santa Catarina foi gradativamente inserindo os seguintes

³ A tese foi desenvolvida na linha de pesquisa Sociologia e História da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH/UFSC) com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 44151621.9.0000.0121.

cursos Técnicos de Nível Médio, na medida em que extinguiu o curso ginásial, cuja última turma formou-se em 1973:

1966 – Técnico em Agrimensura;

1968 – Técnico em Mecânica e Eletromecânica (este último extinto em 1972);

1969 – Técnico em Edificações;

1972 – Técnico em Eletrotécnica;

1978 – Técnico em Estradas;

1984 – Técnico em Saneamento.

Ao ser publicada a Portaria Ministerial nº 331, de 17 de junho de 1968, que criou a Escola Técnica Federal de Santa Catarina, iniciou-se o processo de extinção gradativa do curso ginásial e, com a aprovação da Lei nº 5.692 de 1971, foi possível a contratação de maior número de professores, de maneira que a Escola Técnica ofertasse mais cursos técnicos e incluísse cursos noturnos, além dos períodos matutino e vespertino, com o ingresso e a formação de maior número de profissionais capacitados (Buendgens, 1986).

A Lei 5692/71 instituiu, em seu artigo 1º, que “o ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”. Dessa forma, atribuiu às Escolas Técnicas a reformulação de seu papel, apontando para o ensino de 2º grau com o objetivo de formar profissionalmente os jovens para as demandas do mercado.

Esses princípios já eram percebidos desde as Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909 por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha. As primeiras décadas do século XX foram marcadas por um projeto de modernização das relações sociais, para ampliar o movimento produtivo local. O governo republicano pretendia ser o portador do novo, da nova organização política, social e econômica, e deu seguimento às pequenas inovações tecnológicas surgidas ainda durante o Império, como as estradas de ferro, o telefone, a luz elétrica, a mecanização agrícola. Era o “progresso” que se anunciava e, nesse contexto, se justificava a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, para suprir tantas novas demandas.

O Decreto traz o seguinte texto:

Considerando:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;

Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime;

Que é um dos primeiros deveres de o Governo da República formar cidadãos uteis a Nação (Brasil, 1909).

Colocavam-se, então, os interesses do Estado em qualificação de mão de obra, associados ao intento de manter as crianças de camadas populares longe do crime, tornando-as “úteis à nação”. Os alunos deveriam ser instruídos para esse novo contexto de modernização, tanto na educação profissional quanto na moralização dos costumes, sem vícios, buscando saúde e capacitando-se como mão de obra (visto que ao pobre cabia o trabalho braçal) necessária para a construção de uma nova nação.

A Escola de Aprendizes Artífices testemunhou as principais transformações e eventos políticos e econômicos da vida republicana. Até o atual Instituto Federal, não somente sua expansão conceitual e material ocorreu, mas também a Escola foi perdendo seu caráter de mera qualificação ou treinamento, preparando os alunos para uma formação para a vida, para o trabalho e para o exercício da cidadania, à medida que demandas iam sendo requeridas ao avanço da nação.

Cabe lembrar que em 1900, de acordo com o IBGE⁴, a taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos no Brasil era de 65,3% e, em 1970 (anos de nossa pesquisa), 33,7%, contra 13,6% em 2000. O IBGE considera alfabetizada a “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”. Na contramão, cada vez mais adota-se o conceito de analfabeto funcional, que inclui todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas. Ou seja, dessa forma, podemos considerar que os números brasileiros subestimam a condição real da população.

De toda forma, a longos passos, o índice de analfabetismo foi diminuindo, diversas tentativas de democratizar o ensino foram sendo realizadas, muitas sem sucesso. Fazia-se necessária a reformulação do ensino, e uma grande tentativa ocorreu por meio da Lei 5692/1971. Com maior número de pessoas alfabetizadas,

⁴ Extraído de: BRASIL ([200-?]).

com novas tecnologias sendo utilizadas nas indústrias, com um novo modelo de industrialização no Brasil, fez-se necessário qualificar técnicos com competências laborarias adequadas ao novo modelo de indústria e a uma nova ordem e política nacional.

Durante o processo de pesquisa, acessamos os Programas de Ensino da Escola Técnica datados desde o ano de 1968. Esses documentos foram digitalizados e utilizados tanto para auxiliar no processo de rememoração de nossos entrevistados, quando questionados sobre eles, como material de pesquisa para a tese. Esse processo fez parte da investigação porque o currículo deve ser visto como um artefato social e que inclui, nesse processo, a formação de professores, a construção de uma identidade escolar, os espaços escolares, o tempo, os rituais, as finalidades da escola e as legislações que a regem (Goodson, 1995).

Para Goodson, “o currículo não é constituído de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos *considerados socialmente válidos*” (1995, p. 8, grifo do autor). Ou seja, é nas memórias ressignificadas pelos entrevistados que perceberemos o que para eles são conhecimentos considerados válidos, qual a seleção e a importância que eles lhes dão em suas memórias. Veremos durante as entrevistas o valor que cada entrevistado atribui a uma determinada disciplina, ou a conteúdos, e mesmo, como hoje professores, suas falas são interpretadas nas memórias de aluno. E ainda, como a Lei nº 5692/1971 conseguiu, por meio da inclusão das disciplinas obrigatórias, inculcar determinados valores pretendidos em seu projeto político de nação.

Nas análises foram consideradas as sensibilidades, as impressões, as reflexões, pois quem narra não conta necessariamente o que aconteceu, mas o que viveu.

Conforme escreve Vaz (2005, p. 2),

[...] Em *Infância berlinense por volta de 1900*, Benjamin (1980, v. IV-1,4,1987) rememora, na forma de pequenos textos, a metrópole onde vivera até o exílio, na qual se desenrolara a experiência da infância e da juventude. Quando escrevia os pequenos textos, Benjamin estava ciente de que essas lembranças de maneira alguma “resgatavam” a história da primavera de sua vida. Tratava-se muito mais de condensar a experiência então vivida, segundo os interstícios da memória e do esquecimento, com aquela atualizada, do adulto que conserva e *perlaborar (arbeiten es durch)* a textura de sua memória.

Como objeto de estudo do historiador, assim como também do sociólogo, do antropólogo, como espaço constituído de laços sociais, o corpo emerge como parte

da fabricação cultural, da estética, da cosmética, da ergonomia, do esporte, da identidade, dos hábitos corporais e toda uma infinita gama de assuntos relativos a ele. A procura foi por uma construção do passado vivenciado por nossos entrevistados, que consideramos testemunhas desse tempo. Pois, conforme afirma Sant'Anna (1995, p. 22), “quando o historiador fala do e pelo passado, ele compara este passado ao seu presente, àquela cultura a sua, para detectar o papel e a ação dos indivíduos e seus corpos, avaliando, no tempo, transformações e permanências”.

A mesma autora fala que é preciso perguntar acerca da constituição do corpo no que se refere à sensibilidade de cada época, pois os corpos podem traduzir, revelar e evidenciar formas bem precisas de educação, modos sutis de inserção de indivíduos e grupos em uma sociedade com formas múltiplas de socialização (Sant'Anna, 2001).

O poder e a ação política sobre os corpos é algo abordado pelas Humanidades desde muito tempo, mas com maior ênfase a partir dos anos 1970. Movimentos como a liberdade sexual, o aborto, o feminismo, a crítica aos esportes e o uso de drogas fazem “críticas destinadas à corporeidade, que, em estudos referentes a sociologia ou outras ciências, tomam dimensão política como centro organizador da análise” (Le Breton, 2017, p. 79).

Desde a década de 1970, os historiadores do corpo abrem a possibilidade para discutir problemáticas ligadas à história do desejo, da sexualidade, das práticas de higiene, da disciplina do trabalho e do cotidiano, conectadas às mudanças culturais na formação da população urbana. Segundo Sant'Anna (2001, p. 3), “realizar uma história do corpo é um trabalho tão vasto e arriscado quanto aquele de escrever uma história da vida”. São diversos os caminhos e as formas de abordagem: da medicina à arte, passando pela antropologia e pela moda, há sempre novas maneiras de estudar o corpo, assim como possibilidades inéditas de estranhá-lo.

Sobre o corpo também se constrói uma memória. Segundo Otto (2012, p. 24), “o ser humano, individualmente, ou no grupo social, não é somente portador de memórias, também as significa. Os sentidos atribuídos à memória decorrem de suas experiências interconectadas ao tempo e ao espaço, tanto do presente, quanto do passado”. Ao narrar, o indivíduo seleciona o acontecimento e o ressignifica, segundo seu sentimento, sua percepção, como passou por determinada experiência, dando seu tom, vivacidade, tonicidade, atribuindo um valor que é para si singular, ao mesmo tempo em que expressa questões relativas ao seu tempo. O tempo é o determinante

para esse sujeito, o seu tempo é o hoje, mas suas lembranças do passado rememoradas no presente trazem um sentido peculiar à narração.

Nesse contexto, ao rememorar os tempos de Escola Técnica, os entrevistados nos permitem compreender as recordações que os “atravessaram” durante todo esse tempo. Observe-se que a escola é uma das instituições sociais (assim como igreja, família, forças armadas) por meio das quais é possível a inserção de uma nova ordem nacional baseada na disciplinarização, na normatização, no alto rendimento (no caso dos esportes), na eficácia pedagógica, nos hábitos de higiene, alcançando também a tecnicização do ensino.

A tecnicização do corpo, por sua vez, traria melhorias nas condições de práticas de trabalho, conforme afirma Bercito (2011, p. 394):

[...] O corpo como máquina tinha limitações e especificidades que deveriam ser consideradas. O trabalhador poderia se ausentar, adoecer, diminuir o ritmo, se acidentar e, em qualquer dessas situações imprevisíveis, causaria transtornos à produção. Daí a importância de organizar racionalmente a distribuição e a utilização das energias humanas no trabalho, de maneira a evitar um importante agente causador desses transtornos: a fadiga.

O corpo para muitos pode ser compreendido como músculos, ossos, órgãos, porém, possuidor de energia, uma máquina a ser moldada para produzir, para o rendimento no trabalho. Mas pode também, nos termos da corporalidade, ser entendido de outra forma:

[...] *corporalidade*, entendida como a expressão criativa e consciente do conjunto das manifestações corporais historicamente produzidas, as quais pretendem possibilitar a comunicação e a interação de diferentes indivíduos com eles mesmos, com os outros, com o seu meio social e natural. Essas manifestações baseiam-se no diálogo entre diferentes indivíduos, em um contexto social organizado em torno das relações de poder, linguagem e trabalho (Oliveira; Vaz, 2008, p. 306).

Portanto, conforme afirmam Oliveira e Vaz (2004, p. 14-15), “compreender a corporalidade na história da escolarização é uma empreitada difícil, arriscada e, talvez por isso mesmo, desafiadora e fascinante”.

Segundo Vaz (1999), “o espaço escolar, com sua arquitetura, sua organização espacial, é a expressão material da educação corporal e da constituição de um projeto político de ordem. Ali se aprende a olhar, a se olhar, a falar e a calar, ouvir e silenciar”. É nesse espaço, a Escola Técnica de Santa Catarina, situada na Avenida Mauro

Ramos, sob uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sob ditadura militar, que questionamos sobre o corpo, por meio das falas dos sujeitos, que em suas memórias e vivências trazem consigo o jeito de falar, de calar, de silenciar, de olhar.

A metodologia utilizada se ancora na história oral. Segundo Alberti (2019, p. 77),

[...] o trabalho com a história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos e instituições e modos de vida da história contemporânea. Um de seus principais alicerces é a narrativa. Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista.

Nossos narradores foram questionados acerca de diversas temáticas que perpassam a arquitetura escolar, as práticas corporais, as práticas de higiene, o cotidiano escolar, as brincadeiras, o recreio, os ensaios de marcha para os desfiles cívicos, o funcionamento das aulas, as disciplinas escolares, as lembranças acerca da ditadura, o modo como se comportavam, as práticas docentes, como viam seu corpo e sua adolescência, enfim, questões que nos propiciam uma análise que serve de aporte para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa.

Dentre as temáticas citadas, muitas fazem parte dos estudos sobre a cultura escolar que, segundo Viñao-Frago (1995, p. 68-69), é um

[...] conjunto de aspectos institucionalizados – práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos - na história cotidiana do fazer escolar – objetos materiais – função, uso, distribuição do espaço, materialidade física, toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, de dizer e fazer.

Dessa forma, com a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em maio de 2021, e após o contato com nossos entrevistados e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), iniciamos as entrevistas que foram realizadas pela plataforma Google Meet.

Em 2020 e 2021 vivemos uma das maiores pandemias da história, provocada pelo vírus SARS COVID 19. Milhares de pessoas morreram por todo o mundo e, para evitar a propagação do vírus, houve campanhas governamentais para que toda a população permanecesse em casa. Comércio, escolas e universidades foram fechados por meses. As pessoas, sempre que possível – e nem sempre o foi –

passaram a trabalhar remotamente, a partir de suas casas. Devido a essa situação, a pesquisa, que pretendia realizar as entrevistas presenciais com os egressos nas dependências do IFSC, Campus Florianópolis, teve que ocorrer remotamente.

Foram entrevistados oito egressos da Escola Técnica, do período compreendido entre 1969⁵ a 1985. Do total, sete são servidores aposentados ou ainda em atividade no IFSC e apenas um seguiu carreira em empresa privada. Porém, optamos por utilizar apenas quatro entrevistas, para que pudéssemos aprofundar um pouco mais as análises: foram duas mulheres e dois homens, alunos dos seguintes cursos: Eletromecânica, Eletrotécnica, Mecânica e Edificações. Todos os quatro entrevistados são atualmente docentes ativos ou aposentados do IFSC.

A seleção foi baseada na riqueza de detalhes narrados, mas também consideramos as singularidades desses entrevistados, que permitiram promover os tensionamentos, sejam as aproximações, sejam os distanciamentos necessários para alcançarmos o objetivo proposto pela pesquisa.

Para ingressar na Escola Técnica, os entrevistados deveriam passar por um exame de classificação relativo ao Ensino Técnico de 2º Grau. A exceção entre os entrevistados, conforme veremos adiante, ingressou por meio de um exame de seleção no ginásio. Com a nova oferta do Ensino de 2º Grau, ele pôde ingressar sem exame de seleção para a 1ª turma de Eletrotécnica, criada após a promulgação da Lei nº 5692/1971.

Considerando a alteração na LDB, a Escola Técnica Federal procurou adequar seus cursos e currículos para atender às exigências da nova legislação. Conforme um dos Programas de Ensino de 1973, ao ingressar o aluno deveria primeiramente cursar o Núcleo Comum para, após a conclusão do 1º ano, optar por um curso profissionalizante. Seguem as definições (Figura 1):

Figura 1 - Programa de Ensino Núcleo Comum - definições (Ano: 1973)

* Núcleo Comum (COEF)- são turmas que cursam o 1º ano da ETEFESC, com mesmo currículo e programas idênticos aos do Conjunto Educacional de Florianópolis - polis, baseado na Lei 5.692.

⁵ Esse aluno ingressou em 1968 como aluno do extinto ginásio industrial. Com a Promulgação da Lei nº 5692/1971, foi “diretamente” cursar o Ensino Técnico.

2.1.3- O NÚCLEO COMUM compreende atualmente os dois primeiros semestres letivos, onde os alunos recebem a carga maior de EDUCAÇÃO GERAL e são assistidos pelo Serviço de Orientação Educacional e Profissional, que, através de um / acompanhamento sistemático, os levará à área profissionalizante adequada, dentre as oferecidas pelo COEF.

2.1.4- A partir do 1º semestre de 1973, iniciam-se as HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS dos cursos regulares do 2º Grupo, as quais abrangem os 3º, 4º, 5º e 6º semestres letivos, que serão complementadas nos 7º e 8º semestres, para os / alunos optantes, com a Formação de Técnico de 2º Grau.

2.1.5 - Ingressarão nesse sistema os alunos oriundos do Núcleo Comum da / ETEFESC, já devidamente orientados e selecionados para a área Industrial, bem como aqueles orientados nos Estabelecimentos da COEF.

Fonte: Programa de Ensino da Escola Técnica (1973).

Nesse processo observa-se a presença de um Serviço de Orientação Educacional e Profissional, que acompanhará os alunos durante o primeiro ano e os conduzirá ao ingresso no ensino profissionalizante, conforme prescreve o seguinte artigo da Lei 5692/1971: “Art. 10. Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade” (Brasil, 1971).

A Educação Geral era dividida nos seguintes grupos e disciplinas:

- Comunicação e Expressão, com as disciplinas de: Língua e Literatura Nacional, Inglês, Educação Artística, Educação Religiosa, Noções de Psicologia e Educação Física;
- Estudos Sociais, com as disciplinas de: Geografia, História, OSPB (Organização Social e Política do Brasil), Educação Moral e Cívica;
- Ciências, com as disciplinas de: Matemática, Física, Química e Biologia e Programas de Saúde.

Elas eram cursadas no primeiro ano; no segundo ainda havia as disciplinas consideradas de formação geral, não profissionalizante, mas caminhavam concomitantemente ao curso técnico escolhido:

- Comunicação e Expressão, as disciplinas de: Redação e Expressão em Língua Nacional e em Inglês;
- Estudos Sociais, que seria a disciplina de Estudos de Problemas Catarinenses e

- Matemática, Física e Química.

Além de:

- Relações Humanas e Supervisão, do grupo de Estudos Sociais, cursada no sexto semestre.

A base desse currículo do Núcleo Comum é prevista na Lei 5692/1971:

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

§ 2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relêvo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969.

Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus.

O roteiro de entrevistas tomou como partida uma breve biografia de nossos entrevistados, em que eles relatam suas origens e formação escolar até o ingresso na Escola Técnica, a fim de contextualizar a história de cada um. Após, elencamos algumas categorias que ajudaram a entender as representações de corpo. Dentre elas, o uniforme escolar, as comemorações cívicas, a arquitetura escolar, os cuidados com o corpo e a saúde, imagens corporais, disciplinas escolares e a ditadura civil-militar. Dessa forma, permitimos que cada entrevistado narrasse o que mais significou para si. Algumas questões tiveram destaque, outras foram ignoradas, dessa forma, conseguimos extrair o que mais “atravessou” as memórias de cada um ao longo desses anos. A partir do que se evidenciou, resolvemos dar a cada entrevistado⁶ seu próprio capítulo, reconhecendo-lhes o protagonismo.

A tese se divide nas seguintes partes:

No capítulo intitulado *Marli, do sul do estado para a Escola Técnica: uma trajetória feminina e suas estratégias para a formação profissional* contamos a história de uma menina que veio da cidade de Tubarão, região Sul do estado de Santa Catarina. Em suas memórias, ela se identifica como oriunda de uma família de nível social baixo a mediano, tendo tido a oportunidade de frequentar uma escola

⁶ Cabe destacar que por questões éticas os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios.

confessional antes de vir para Florianópolis e ingressar no Curso Técnico em Mecânica, no ano de 1980. O capítulo enfatiza as seguintes temáticas: ser mulher em um curso Técnico em Mecânica, posição social e formação religiosa, uniforme escolar, referenciais políticos, participação no grêmio estudantil e táticas de pertencimento ao grupo.

No capítulo intitulado *Acácio, a formação de uma elite masculina e disciplinada*, contamos a história de um rapaz que ingressou em 1975 no Curso Técnico em Eletrotécnica. Morava na região central de Florianópolis, vinha de uma família com melhores condições sociais, permitindo que ele frequentasse duas escolas particulares tradicionais de Florianópolis antes de ingressar na Escola. A primeira é conhecida na cidade por ter apego à disciplina e ao patriotismo e a outra é confessional. Seus pais transitavam na elite econômica e social da cidade e, por frequentar uma escola que tradicionalmente tem em seus quadros os filhos dessa elite, ele evoca constantemente a importância da disciplina. Dentre os temas que emergem em sua fala, temos: sua formação confessional, ditadura, classe social, eventos cívicos, esporte, competição e adolescência.

No capítulo intitulado *Dalva, recordações de uma mascote*, contaremos a história de outra moça. Oriunda de família numerosa pertencente às camadas sociais economicamente mais baixas, morava próxima à Escola Técnica. Sua irmã era professora de Educação Física na Escola e foi uma grande influência em sua vida escolar e profissional. O ensino fundamental foi realizado em uma instituição pública na região central de Florianópolis, até ingressar no Curso Técnico em Edificações na Escola Técnica, no ano de 1977. Ela traz o sentido que a Escola Técnica tem em sua vida, desde a infância, quando sua irmã a levava para assistir as aulas e para participar dos desfiles cívicos como mascote, aos quatro anos de idade. Dentre as temáticas que se evidenciam em suas falas, a morte é recorrente, assim como a posição de classe social, os jogos escolares, o corpo, a religião e a timidez adolescente. Outro tema que merece destaque é a arquitetura escolar, a relação com sua trajetória profissional e as modificações que a estrutura física da Escola sofreu ao longo dos anos.

Por fim, em nosso capítulo intitulado *Leopoldo, o mote da educação profissional e “garantia de sucesso profissional para toda a vida!”* contamos a história de Leopoldo, que ingressou primeiramente no curso de Eletromecânica do Ginásial (1969) e, ao concluí-lo, com a mudança ocorrida pela Lei nº 5692/1971, ingressou

diretamente na primeira turma do Curso Técnico em nível de 2º Grau de Eletrotécnica (1972), com o currículo adequado à então LDB. As séries iniciais foram realizadas em uma escola pública, no próprio bairro em que morava, na região continental de Florianópolis – classificado por ele como um local de famílias mais humildes, sendo ele filho de uma professora primária e de um mecânico. Ele traz os temas com grande riqueza de detalhes e faz muitas reflexões acerca dessas temáticas. Trataremos do sentimento de pertencimento a uma escola (e ao ensino profissional), cujo “mote” é o de garantir a vida e o sucesso profissional de seus alunos. A saúde e a higiene são constantemente citadas, assim como são feitas reflexões sobre as políticas higienistas. As disciplinas escolares e seus conteúdos são detalhadamente rememoradas, bem como alguns professores, dentre eles Marcos Cardoso Filho, ao que se somam a ditadura, o papel da Igreja e a (des)valorização da Educação Física.

Por fim, nas *Considerações Finais*, procuramos fazer os tensionamentos entre as falas de nossos entrevistados e suas contribuições aos estudos do corpo. Demonstramos como cada testemunho dessa história recontada vivenciou, rememorou e trouxe para a entrevista os seus momentos, contribuindo para história do corpo e da Escola Técnica Federal de Santa Catarina.

2 MARLI, DO SUL DO ESTADO PARA A ESCOLA TÉCNICA: UMATRAJETÓRIA FEMININA E SUAS ESTRATÉGIAS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 FAMÍLIA E INFÂNCIA

Marli nasceu na cidade de Tubarão, situada no Sul do Estado de Santa Catarina. Filha de pai metalúrgico, trabalhador da Estrada de Ferro Donna Thereza Christina⁷; e mãe, vendedora por um pequeno período, que depois passou a ser dona de casa, dedicando a maior parte do tempo à família e à criação das duas filhas (a irmã é três anos mais jovem). Segundo a entrevistada, ela teria sido “uma mãe sempre muito presente, aquele modelo tradicional de família do interior”.

Em seu discurso, a questão da família tradicional apresenta relações de sociabilidade e papéis de gênero definidos com base na organização de um casal heterossexual, com ritualização religiosa do matrimônio. O homem exercendo o papel de provedor e sua esposa ficando com a responsabilidade pela casa e manutenção da família.

Moravam em uma residência construída nos anos 1950, adquirida por meio de financiamento especial para trabalhadores da estrada de ferro, na chamada “Vila dos Ferroviários”. As recordações de infância são povoadas por almoços de família, deslocamentos de bicicleta, a casa com paredes grossas e chuveiro elétrico. Durante sua entrevista, destaca que essa casa fora construída já com padrões modernos, pois possuía chuveiro elétrico.

A família investiu recursos na educação formal das filhas em escola particular, o Santíssimo Sacramento⁸, que era conhecido como Colégio das Irmãs Baianas, de orientação católica:

⁷ A Estrada de Ferro Donna Thereza Christina foi uma ferrovia construída por ingleses no sul de Santa Catarina, entre os anos de 1880 e 1884, especialmente para transportar carvão mineral para o porto de Imbituba, extraído inicialmente da região de Lauro Müller. Entretanto, a empresa não prosperou, e a concessão foi encampada pelo governo federal em 1902. Sua concessão, desde 1997, pertence à Ferrovia Tereza Cristina, por um período de 30 anos.

⁸ O Colégio Santíssimo Sacramento foi inaugurado em 1º de março de 1969, no bairro de Oficinas, cidade de Tubarão. Como a sede da Ferrovia foi transferida de Imbituba para a Tubarão, no final do século XX, e devido às oficinas dos trens, o bairro recebeu o nome de Oficinas. Nas primeiras décadas, o bairro recebeu mais de 1000 ferroviários, surgindo a necessidade da construção de uma vila para eles. No final da década de 1960, o bispo Dom Anselmo de Pietrulla viu a necessidade de implantar no bairro uma educação de qualidade com os princípios cristãos. Em contato com um bispo da diocese de Caetité, na Bahia, soube da existência das Missionárias do Santíssimo Sacramento e Maria Imaculada (MISSAMI), cujo carisma também contemplava a Educação formal. Com experiência de outras

[...] era um colégio pequeno, onde todo mundo se conhecia, com uma ou duas turmas de cada ano, mas era muito legal, porque a gente entrava junto e se formava junto. [...] Eu era a filha mais velha e meus pais sempre tiveram uma preocupação muito grande com a nossa educação. Mesmo com dificuldades, eu e a minha irmã estudamos numa escola particular e era um excelente colégio, claro, de formação, religiosa!

O comentário de Marli sobre o colégio enfatiza a formação religiosa complementar à educação escolar formal. A escola tinha tradição na cidade, fazendo com que os estudantes se distinguissem dos demais por, além de possuírem uma boa formação em uma escola privada, serem “pessoas educadas” dentro de um objetivo que pretendia desenvolver o sentimento religioso e moral nos alunos. Isso se caracteriza como um projeto familiar que conhece as regras do jogo social na escolarização dos filhos, pois pode ser identificado que os estudantes “mais bem” ou os “menos mal” preparados, para se adaptar a um sistema de determinações difusas e implícitas, detêm os meios de satisfazer as exigências escolares (Bourdieu; Passeron, 2014).

A ênfase familiar na educação sinaliza para uma nova realidade social, oportunidades educacionais às mulheres e, conseqüentemente, ainda que com limites, abertura a um horizonte profissional mais amplo. Destaque-se o contraste aparente entre a condição de filhas de trabalhadores manuais e a presença em uma instituição privada, o que sugere esforço financeiro vultuoso, ou a presença de um relevante capital social da família.

Marli possui boas lembranças da escola e da sua condição de aluna, na qual se coloca certa inclinação para o magistério. O comportamento de *boa moça*, a postura coletiva e o hábito de leitura indicam um capital escolar (Da Conceição, 2015; Gomes, 2020) reconhecido pelos professores.

Esse reconhecimento cria um vínculo de reciprocidade: nos estudantes, estimula participação e maior comprometimento nas atividades escolares; nos professores, resulta em maior atenção e prontidão com os “bons alunos”. Um jogo perverso que seleciona os eleitos, aqueles com saberes e comportamentos reconhecidos como adequados ao ambiente escolar. Trata-se de situação orientada por uma padronização que estabelece limites aceitáveis, quando os não ajustados

fundações de colégios na Bahia, convidou a congregação para assumir essa missão na Paróquia de Oficinas. Colégio Santíssimo Sacramento [2020?].

são excluídos, incorporando a culpa pelo insucesso. Os bons estudantes, os eleitos e mais adaptados, são continuamente valorizados e incentivados a aprimorar os supostos dons que lhes são inerentes. “Portanto o que a escola qualifica como dom natural nada mais é, na maioria das vezes, que a manifestação de uma afinidade ligada a valores sociais e às exigências do próprio sistema escolar (Bourdieu; Passeron, 2014, p. 10).

Os chamados bons alunos tendem a avançar na escolarização com mais facilidade (De Carvalho, 2001), pois as avaliações podem, com frequência, ser de caráter moral e subjetivo, ligadas ao capital escolar, o que significa valorização do comportamento e não do conhecimento propriamente dito, retratado no capital cultural que é, em si mesmo, igualmente problemático no que se refere à avaliação. Essa é uma realidade do cenário brasileiro e talvez de outros países, em que a cultura como valor não possui a mesma dimensão da realidade, por exemplo, francesa, origem do conceito de capital cultural, elaborado pelos sociólogos Bourdieu e Passeron (2007).

No projeto familiar, à medida que o campo de possibilidades se amplia, a própria jovem Marli começa a exercer sua agência ao despertar interesse por determinadas áreas de atuação futura, mesmo que pautadas pelo suposto dom ou vocação. De acordo com Machado (2000, p. 2),

[...] cada ser humano, ao nascer, é lançado no mundo, como um jato de vida. Paulatinamente, constitui-se como pessoa, na medida em que desenvolve a capacidade de antecipar ações, de eleger continuamente metas a partir de um quadro de valores historicamente situado, e de lançar-se em busca das mesmas, vivendo, assim, a própria vida como um projeto.

A aluna aplicada diz de si mesma que “*é uma diferença grande se a gente pensar em termos de criança e até adolescente, é uma diferença, mas eu sempre fui a CDF da família, eu era a pessoa que gostava mais de ficar quieta, lendo, observando formigas, fazendo roupinha de boneca*”. Sua fala descreve o comportamento esperado de uma boa menina, correspondendo às expectativas tradicionais sobre o feminino. Observemos também que a expressão CDF⁹ nasce como pejorativa, mas adquire, ao longo da história, eventual caráter positivo, desprendendo-se do significado original da sigla. Marli, ao se identificar como CDF, valoriza sua condição e comportamento de estudante.

⁹ “CDF”, sigla que significa “cabeça de ferro”, é comumente utilizada para denominar as pessoas que se dedicam bastante aos estudos, que possuem pouca vida social.

Por ser uma boa aluna, também auxiliava os demais colegas na sala de aula:

Eu já era professora desde pequena, porque eu já dava aula para as minhas amigas, assim que pegavam recuperação eu já dava aula de matemática para elas e já ficava estudando junto, porque daí quando entrava na recuperação, a nota era um pouco diferente.

Uma de suas habilidades eram as artes:

Sim, eu sempre tive muita habilidade manual. [...] Eu era muito ligada à arte nessa época, porque no colégio tinha aquela coisa de fazer decoração em todas as épocas do ano, todas as atividades, e eu sempre era uma das colaboradoras para fazer essa decoração no colégio. Trabalhava bastante com uma freira que dava aula de artes, e sempre que ela precisava de ajudante, ela me chamava.

As habilidades manuais, o trabalho com artes, estavam relacionadas “a sua função educativo-profissional voltada para a educação dos sentidos e o desenvolvimento de hábitos de atenção, observação e percepção, e sobretudo, a sua função econômica, relacionada ao trabalho manual” (Teive; Dallabrida, 2011, p. 114). Assim, era da *natureza* socialmente produzida da mulher o cuidado, a atenção a organização, o apreço pela beleza, pela decoração da casa. A tudo isso se associa a produção social de crenças segundo as quais haveria uma proximidade da mulher a características como capacidade de observação, de detalhamento, de ser mais minuciosa em seu trabalho, sendo ela supostamente mais apta à decoração de casa, à organização de festas, ao cuidado do lar e da família.

Com a criação do curso Técnico em Edificações, na então Escola Técnica (1969), justamente por ter em sua grade curricular diversas disciplinas direcionadas a desenhos e plantas, o exame de seleção passa a receber maior número de mulheres interessadas em ingressar. Mesmo o desenho sendo técnico, ainda estavam no imaginário as relações criativas, emocionais e uma capacidade de maior precisão na confecção dos materiais. Podemos perceber uma associação com o que se esperava da feminilidade naquele período.

Cabe destacar que somente em 1950 o exame de admissão à Escola Industrial de Florianópolis registrou a inscrição de candidatas do sexo feminino, mas sem muito sucesso na conclusão dos cursos, sendo que no ano de 1959 já não havia mais candidatas inscritas nos processos seletivos. Em 1962, pleiteando o retorno das alunas, foi oferecido no Curso Ginásial de Alfaiataria a disciplina de Educação para o

Lar, além de aulas de Puericultura, Arte Culinária, Noções de Enfermagem, Costura e Artes Aplicadas (Almeida, 2010).

Dessa forma, já com a participação de mulheres na Escola, a entrevistada, motivada pela ascensão social que uma educação de boa qualidade podia oferecer, aliada aos cursos oferecidos, presta o exame de seleção para nela ingressar em 1980. Ao ser admitida, agora uma jovem, certa de cumprir a meta e a responsabilidade imbuída por seus pais, muda-se para Florianópolis para, inicialmente, entrar no curso Técnico em Edificações.

2.2 O INGRESSO NA ESCOLA TÉCNICA: DESAFIOS DE UMA JOVEM ADOLESCENTE VINDA DO INTERIOR

Sair de sua cidade natal, para morar na capital do Estado, teria tido como meta uma formação de boa qualidade:

Eu vim para cá porque eu tinha essa vinculação com arte e o número de formações profissionais na década de 1980 eram muito menores, eu sempre gostei muito da área de design, mas Santa Catarina não tinha. Tinha em Curitiba, e no Rio Grande do Sul acho que em Pelotas tinha, não tenho certeza. Mas em Curitiba já tinha, mas [...] os nossos horizontes naquela época também eram muito mais curtos, não eram tão fáceis assim, estudar em Curitiba, até por causa da condição financeira. Mas, então eu vim para a ETEFESC, como chamávamos época, pensando em estudar Edificações porque eu queria fazer arquitetura, e então, nesse primeiro ano nós fazíamos o chamado Núcleo Comum¹⁰.

Perguntada sobre como teria ficado sabendo da Escola, ela assim responde:

Eu vim de Tubarão para estudar na Escola Técnica, exclusivamente para isso, que era muito comum nos anos 1980, 1970 o pessoal do Sul do Estado vir estudar em Florianópolis na Escola Técnica, isso era bem comum. Então tinha uma grande demanda de estudantes de Tubarão, Laguna, Imbituba. Por quê? Criciúma já tinha uma escola que era SATIC, uma escola técnica, mas de Tubarão para cima não se tinha mais nada, só tinha em Florianópolis. Dois dos meus primos me antecederam, vieram estudar aqui, um fez Eletrotécnica, o outro fez Agrimensura, e eu fui a terceira da família a vir, e nessa época eu morava com a minha tia.

¹⁰ Ao serem aprovados no exame de seleção, para ingressarem na Escola Técnica, os alunos cursavam o chamado Núcleo Comum, com as disciplinas propedêuticas do Ensino Médio, divididas, conforme o Plano de Ensino vigente quando a entrevistada ingressou, nas seguintes áreas: (a) Comunicação e Expressão: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, Educação Artística e Educação Física; (b) Estudos Sociais: Geografia, História, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira, e Ensino Religioso; e, (c) Ciências: Matemática, Química, Física e Programas de Saúde. Ao fim do primeiro ano, os alunos escolhiam o Curso Técnico em que pretendiam se formar.

Considerando esse comentário, perguntamos se a vinda dela fora incentivada por seus primos, ao que ela prontamente respondeu: “*Não, eu vim incentivada pela possibilidade de uma formação melhor*”. De qualquer forma, o exemplo dos primos estava posto, indicando um valor em circulação no seio da família, segundo o qual estudar na capital era possível e bom.

Cabe destacar que, quando o egresso Moacir Pedro Corrêa, em 2016, escreve o livro intitulado *Nos tempos da Escola Industrial de Florianópolis: o internato (1962-1969)*, ele, que ingressou na Escola em 1962, a exemplo da entrevistada, também veio de Tubarão e frequentou o internato¹¹. No livro, ele e alguns colegas rememoram seus tempos de internato e de Escola, justificando sua vinda com o intuito de “um dia ser alguém na vida”. Conforme afirma nas primeiras páginas do livro, a Escola Técnica oferecia a oportunidade de crescimento intelectual e a aquisição de uma profissão. Com esse *status* da Escola Técnica, os jovens de famílias eventualmente empobrecidas, oriundos do interior do Estado de Santa Catarina, assim como ele, poderiam morar no Internato e receber bolsas do governo do estado.

Morar em uma cidade do interior com menores oportunidades de formação técnica-profissional poderia convidar à busca por melhores chances de crescimento pessoal e profissional. No entanto, a mudança de domicílio requeria investimento financeiro para alimentação, residência, transporte, custos com materiais escolares etc. A referência que os primos proporcionavam permitia equacionar as ações ao ponto de definir sua moradia na casa de uma tia. Não sabemos se o mesmo endereço foi morada dos que a antecederam, mas não é incomum que famílias se apoiem, abrindo espaço em suas casas para jovens que vão para centros urbanos mais robustos em razão das melhores condições econômicas ou acessos a bens e serviços, em especial educacionais.

¹¹ Em 1937, o diretor da escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, devido a inúmeros pedidos de matrículas de alunos oriundos do interior, solicitou ao governador do estado bolsas de estudo destinadas aos melhores alunos dos estabelecimentos de ensino do interior, para não somente dar educação profissional aos jovens, mas também qualificar o nível do ensino estadual, o que foi acatado pela Lei nº 162. Em fevereiro de 1938 começaram a ingressar alunos do interior, alojados em pensões. Nos anos seguintes, foram sendo alugados prédios próximos à escola, depois foram para a antiga escola na Rua Almirante Alwin e outros para a Escola quando esta já estava sediada na Mauro Ramos. A defasagem das bolsas, o aumento do custo de vida na capital e a falta de recursos da Escola fizeram com que, no ano de 1972, com poucos alunos ainda frequentando o alojamento (na Mauro Ramos), fosse extinto um sistema que, por quatro décadas, abrigou alunos de diversas regiões do estado que viam nessa Escola a oportunidade de crescimento pessoal e profissional (Almeida, 2010).

Uma hipótese é que, a partir do projeto familiar e do engajamento de Marli ao assumir a responsabilidade de ser boa aluna e boa moça, seus pais confiavam que mesmo distante do núcleo familiar ela iria manter o propósito almejado. Quando perguntamos se houve alguma restrição, algum receio por parte dos pais por ela ir morar com uma tia, ela assim respondeu: *“Então, eles viam nisso uma possibilidade de crescimento pessoal, até porque a gente sabe que nas classes mais humildes a ascensão só se dá pela educação, e a gente tem que se esforçar muito para mudar de status”*.

Ela ressalta que para as classes mais populares o investimento em educação de qualidade é sinônimo de ascensão social. Seu discurso, suas convicções permanecem ainda hoje fortemente enraizadas, demonstrando a efetividade do projeto e a satisfação em sua realização. Esse discurso também é validado porque, como professora, ela possui uma íntima relação com a missão institucional e com o sucesso de seus alunos. Ela considera que obteve êxito no propósito de ascensão social, pois tornou-se uma professora e servidora pública federal da mesma instituição que a formou.

Conforme descrito anteriormente, no primeiro ano, os ingressantes deveriam cursar as disciplinas do Núcleo Comum, para depois optar por um curso profissionalizante:

No final do ano, ou durante esse processo, nós fazíamos as opções para o curso que pretendíamos fazer, e eu não tinha colocado a Mecânica como nenhuma opção, eu tinha posto Edificações, e é engraçado isso, porque a meritocracia também tomava conta. Por quê? Porque os primeiros, quem não pegava a recuperação, eram os primeiros a escolher. Então, aqueles cursos mais concorridos, as pessoas que passavam escolhiam primeiro. E eu fui dessa turma que passa direto, que pode fazer a matrícula antes de todo mundo.

Ela relata como era o processo de escolha, que muitas vezes, apesar de se procurar a Escola por um determinado curso, caso as notas não fossem boas durante esse primeiro ano, a opção poderia tornar-se difícil, já que a escolha se dava primeiro para os que obtinham as notas mais altas. Também conseguimos perceber que, ao rememorar o método, ainda faz uma crítica ao processo, citando a meritocracia como uma ideologia predominante na Escola. Como lembra Kreimer (2000 p.18),

[...] El examen aparece [...] como un mecanismo democrático articulador de los ideales ilustrados de igualdad, racionalidad y libertad. El acceso a los puestos de trabajo en general y a los cargos burocráticos en particular estaría mediado por una instancia frente a la cual aparentemente todos los

ciudadanos se encontrarían en igualdad de condiciones, y que les otorgaría en la jerarquía social un lugar proporcional a su industriosidad y a su talento.

A existência de um exame de seleção para ingressar na Escola Técnica supõe igualdade de oportunidades. A entrevistada pôde estudar em uma escola privada, uma das possíveis razões de ter-se destacado após sua aprovação, durante o primeiro ano de aula, fazendo com que ela tivesse a oportunidade de optar pelo curso pretendido. Isso fez com que pudesse confirmar, pela exceção, a assertiva de Dubet (2015, p. 91), segundo o qual “a esmagadora maioria da elite escolar sempre é oriunda da elite social, enquanto os vencidos na competição escolar são oriundos das categorias mais desfavorecidas”. Com esse conhecimento, as famílias, como no caso de Marli, têm no investimento em escolas privadas uma opção fortemente considerada, procurando proporcionar o mesmo tipo de educação que os filhos dos afortunados possuem. O objetivo é equiparar minimamente as chances nos testes avaliativos, como concursos e vestibulares, bem como melhorar o acesso aos postos de trabalho mais prestigiados e com melhor remuneração.

Marli critica a meritocracia no processo, conforme já citamos, dizendo: “*a meritocracia também tomava conta. Por quê? Porque os primeiros, quem não pegava a recuperação, eram os primeiros a escolher. Então, aqueles cursos mais concorridos, as pessoas que passavam escolhiam primeiro. E eu fui dessa turma que passa direto, que pode fazer a matrícula antes de todo mundo*”. No entanto, representa a efetivação do mérito, pois aprendeu as regras do jogo social e se beneficiou desse conhecimento para conseguir ter êxito no processo. Ela percebe que foi privilegiada pela educação que teve, mas não deixa de se solidarizar, entendendo que outros colegas não tiveram as mesmas oportunidades. Em meio às experiências vividas ao longo desses anos, munida de consciência crítica, sendo hoje a educadora que é, aproveita o momento em que é entrevistada para nos propor uma reflexão sobre a meritocracia na educação brasileira. Apesar dos esforços da família para proporcionar às filhas educação de qualidade e acreditar na formação profissional ofertada na Escola Técnica, Marli ainda encontra alguns desafios para concluir sua formação profissional, como a seguir veremos.

2.3 GÊNERO E AGÊNCIA: DESAFIOS DE UMA MULHER EM UM UNIVERSO PREDOMINANTEMENTE MASCULINO

Apesar da entrevistada ter se interessado pelo ingresso na Escola Técnica pela oferta do Curso Técnico de Edificações, ela, após o primeiro ano, opta, como já mencionado, pelo Curso Técnico em Mecânica. No momento da entrevista, emergem em suas memórias uma situação que ela identifica como discriminação de gênero:

Não tinha sistema nenhum, eu fui conversar com as orientadoras educacionais, porque elas faziam esse trabalho conosco durante praticamente todo o ano. Eram elas as responsáveis por essa organização de quem vai fazer qual curso. E eu fui conversar com elas e disse: “Olha, mudei de ideia, não quero mais fazer Edificações, eu resolvi que eu quero fazer Mecânica!”. E então, olha só, aí vem a questão do gênero, a discriminação, elas disseram assim: “Mas Mecânica é um curso que só tem meninos” e tentaram tirar a ideia da minha cabeça, e eu disse: “Olha eu já decidi que eu quero fazer Mecânica e acho que hoje nada vai me fazer mudar de ideia, não vejo nenhum problema de ser masculino, feminino!” E então eu fiz a matrícula, até então, na minha casa ninguém sabia que eu ia fazer mecânica.

Ao final, ela faz a seguinte observação: “até então minha família não sabia que eu ia fazer mecânica!”. O que, inevitavelmente, nos faz questionar: após todos os investimentos e a responsabilidade que a família lhe atribuía, após todo seu relato sobre o interesse por Artes e Desenho, que almejava cursar Arquitetura – qual seria a reação da família com essa notícia? A família possuía a mesma opinião das orientadoras vocacionais? Havia também por parte dos pais essa discriminação? E assim ela responde nossa dúvida:

Então, foi a melhor resposta que eu ouvi da minha mãe. Porque logo em seguida que eu me inscrevi, eu peguei o orelhão para ela, porque era tempo do orelhão que eu ligava para Tubarão, e eu falei: “Mãe eu mudei de ideia, eu não vou fazer Edificações, eu vou fazer Mecânica!”, e então ela disse: “Olha, minha filha, quem vai fazer é você, você tem que saber o que você quer!”. Achei essa resposta muito boa para a época inclusive, porque tudo hoje tem que ser relativizado. E então fui fazer Mecânica, e por incrível que pareça tinham três meninas na minha turma.

Marli havia dito que fazia parte de uma família tradicional, pai trabalhador da Estrada Ferroviária, mãe dona de casa, família que lhe atribuía a responsabilidade por sua formação, pelo futuro que ela viria a construir. Os esforços e investimentos na educação da filha, juntamente com o status de escola de boa formação e renome no mercado fabril, não fizeram com que a mãe fosse contrária, ou, a exemplo das orientadoras vocacionais, tentasse lhe convencer de que seria uma decisão equivocada.

Cabe destacar que o Curso Técnico em Mecânica oferecia três habilitações Técnicas: Manutenção, Produção e Projetos. A entrevistada optou pela Habilitação em Produção. E por mais que a princípio ela tenha dito de suas habilidades com Artes, ela optou por Produção, que tem como atribuições do profissional a formação técnica de acordo com o Plano de Ensino do ano de 1978 (Figura 2):

Figura 2 - Programa de Ensino Curso Mecânica – Opção Produção Mecânica

OPÇÃO PRODUÇÃO MECÂNICA

- Supervisiona a produção
- Faz controle de qualidade
- Cronometra
- Faz estudos de lay-out
- Faz estudos de tempos e movimentos
- Elabora organograma
- Interpreta desenhos de máquinas e equipamentos
- Constrói e afia ferramentas
- Programa máquinas de controle numérico
- Executa projetos
- Acompanha processos produtivos
- Identifica os processos de fabricação
- Executa instalações: vapor, ar condicionado, refrigeração, ar comprimido, hidráulicas
- Executa medições em máquinas e equipamentos
- Ajusta máquinas e equipamentos
- Faz controle de estoque: de produtos fabricados e matéria-prima
- Faz planejamento de produção

Fonte: Programa de Ensino da Escola Técnica (1978).

Em contrapartida, temos a Habilitação em Projetos, em que a atribuição do profissional é apontada a seguir (Figura 3):

Figura 3 - Programa de Ensino Curso Mecânica – Opção Projeto Mecânico

OPÇÃO PROJETO MECÂNICO

- Estuda viabilidade de projetos
- Elabora projetos sob supervisão de engenheiro
- Detalha projetos
- Especifica materiais
- Elabora e executa ensaios mecânicos
- Executa desenhos de máquinas, ferramentas e equipamentos
- Elabora orçamentos de materiais e mão de obra.

Fonte: Programa de Ensino da Escola Técnica (1978).

Analisando o perfil das duas habilitações acima, podemos compreender que a Habilitação em Projetos é voltada à elaboração de desenhos de projetos e seus detalhamentos, enquanto a em Produção possui um perfil de execução. Se, primeiramente, o gosto pelas artes a incentivara à escolha pelo curso de Edificações, Marli, ao conhecer a estrutura dos laboratórios e conviver com os colegas, opta por Mecânica.

Outro ponto importante a ser destacado na fala anterior, é que ela diz que “*tudo hoje tem que ser relativizado*”, e na próxima frase é o que ela tenta fazer:

E então fui fazer o curso de Mecânica e, por incrível que pareça, tinham três meninas na minha turma. Por quê? Quem tinha feito, a única que era “raiz”, que era original era eu, porque também existia naquela época um exame de classificação onde você podia ser de outra escola e fazer um exame para o terceiro semestre, que então entrava na habilitação profissional, e era o caso dessas duas meninas.

A entrevistada procura justificar a tentativa que fizeram de convencê-la a desistir do curso pretendido devido à presença incomum de mulheres, mas argumenta que, no curso de Mecânica, juntamente com ela, ingressaram mais duas meninas. Mesmo afirmando anteriormente que o número de mulheres interessadas em ingressar na Escola Técnica teria aumentado ao longo dos anos, o espelho ainda era masculino:

Eram trinta e seis a quarenta [em cada turma]. Na formação técnica eram sempre no máximo trinta e seis por causa dos laboratórios, porque depois, quando a turma ia para os laboratórios, elas eram divididas em ABC, porque os laboratórios só poderiam comportar doze alunos de cada vez, eles foram projetados para ter doze alunos.

Além das orientadoras educacionais, mulheres pedagogas, as docentes formavam um grupo pequeno. Ainda questionamos sobre a presença de mulheres nos cursos Técnicos, e Marli relata:

Não tinha tantas assim, mas tinha, por exemplo, os cursos onde tinha mais mulheres, que era o curso de Edificações. O curso que tinha menos era Mecânica, depois Eletro, porque na época os cursos não eram tantos, e a gente tinha: Mecânica, Eletrotécnica, Edificações e Agrimensura. Mas eu acho que tinha mais um, ainda. Mas agora eu não lembro. Será que eram só esses quatro?

Ela ressalta o que anteriormente mencionávamos, da procura ser maior das meninas pelo curso de Edificações, retomando posição já anteriormente expressa:

Porque eu acho que é rica em detalhes principalmente, acho que as mulheres têm essa característica, tem toda uma trajetória, que sai do interior, mulher, vir para a cidade grande, fazer uma escola que tinha predominantemente homens, então, a mulher é um pouco mais detalhista, não é?

Essa percepção da mulher na educação profissional se mistura com sua trajetória. Reafirma que as mulheres são mais detalhistas, mais atenciosas, mais minuciosas que os homens. Como adverte Bourdieu (2011, p. 109), “é sabido que o mesmo princípio de divisão é ainda aplicado, dentro de cada disciplina, atribuindo aos homens o mais nobre, o mais sintético, o mais teórico, e às mulheres o mais analítico, o mais prático, o menos prestigioso”. O que podemos observar nessa fala é uma tática¹², a arte do fraco (Certeau, 1998), para acessar o curso de Edificações. Fraco diz respeito a sua posição na relação de poder em um curso majoritariamente masculino. Mesmo que a justificativa indique elementos associados à feminilidade, o curso possui um caráter masculino, seguindo a tradicional divisão do trabalho social pautada nos dons entre os gêneros (Bourdieu; Passeron, 2014).

Por meio de suas experiências, ela relembra e destaca a discussão de gênero e como era sua convivência e percepção à época.

Olha, eu vou te dizer que nessa época nós não discutíamos gênero. A gente considerava isso mais normal, claro, tinha uma certa discriminação, mas não a percebíamos, eu nunca tive muito problema, eu me dava com todo mundo, no final eu dizia assim: “Olha, tinha a professora que perguntava: E aí, você está sendo muito discriminada? E eu dizia: olha a gente tem que usar uma estratégia, quando a gente não consegue, a gente não vence o inimigo, porque a gente é minoria [ri], a gente se une a ele [risos]” então eu estava sempre com os guris. Eu fui sentir a discriminação mesmo no último semestre, porque mil novecentos e oitenta e três estavam começando as vacas magras na educação, porque estava acabando a ditadura, e antes a

¹² Trechos deste capítulo foram publicados em artigo de Garcia, Conceição e Vaz (2022).

gente sempre tinha as viagens de estudo que a gente ia conhecer as indústrias e tal, os professores levavam. Então a gente ia pra Joinville, e para vários lugares e a gente até recebia um dinheirinho para pagar nossa alimentação.

Ela continua a narrativa, agora relatando a situação de discriminação sofrida na Escola:

Porque tinha Mecânica da manhã, Mecânica da tarde e a Mecânica da noite, que depois se formavam. No último semestre de manutenção, projetos e a produção, porque daí juntava as três turmas em três opções. E o pessoal se reuniu para organizar uma viagem, e nessa viagem eu fui barrada. Eles não quiseram, os guris que organizaram não queriam que as meninas fossem, porque eles queriam aprontar. Foi a primeira vez que eu me senti discriminada.

Apesar de relatar que as professoras questionavam se havia diferenciação no tratamento com as meninas e se as alunas sofriam algum tipo de preconceito, ela, com muito bom humor, relata sobre o uso de uma “tática” de não questionar, e apenas seguir a opção da maioria. Com esse posicionamento, fica claro que as meninas abdicavam de parte de sua agência para evitar maiores problemas com o grupo – o que talvez se configure, por outro lado, como uma outra forma de agenciamento.

Mesmo ao alegar não sofrer discriminação, a postura, uma pré-disposição para aceitar os mandos e desmandos da maioria, indica que a menor resistência à sua participação está relacionada a essa tática de renúncia, destacando os interesses do grupo masculino. O silenciamento é prática recorrente das estruturas opressoras: o oprimido, ao perceber que o grupo opressor não está disposto ou aberto ao diálogo, pode ir gradativamente deixando de se posicionar, assumindo como postura a acomodação (Berth, 2019).

Talvez por isso ela não percebesse ato preconceituoso em relação ao “ser mulher” no curso de Mecânica; porém, a memória não esquece um momento em que a sociabilidade masculina não permitiu sua participação pela condição feminina: situação na qual os colegas indicavam desejar uma festa, o que supostamente não estava ao alcance de uma boa menina ou de uma menina de família. Ser excluída de uma viagem de estudos por ser mulher, organizada por um grupo específico com o intuito de “aprontar”, ficou marcado na trajetória da Marli.

Por ser a representação de uma boa moça, o destaque da tática que significa a perda da sua agência exemplifica essa situação. Sua permanência no curso esteve

relacionada à blindagem tática que ela criou para escamotear a discriminação com base no machismo que pode ter sofrido e não percebeu.

2.4 A ADOLESCÊNCIA, O CORPO E O PERTENCIMENTO

É logo na sua chegada à Escola Técnica que ela se utiliza das táticas para se integrar e fazer-se pertencente a esse novo grupo: *“Então, quando eu vim para cá eu já era bem mais desenvolta, bem tranquila, assim... Uma facilidade de relacionamento bastante grande, mais parecido com o que eu sou hoje”*.

Ao ser perguntada sobre como descreveria seu corpo, na época, ela responde:

Eu tinha tido a menarca com catorze anos, foi bastante tarde. E as meninas tinham, de maneira geral, com doze, treze anos, e a minha foi tardia, mas nada de especial, mas de corpo, voltando à questão do corpo, eu tinha um padrão de garota da época: era magra, tinha um corpo bom assim, minha cintura fina, quadril largo, que é meu padrão, meu biotipo até hoje, e usava cabelo comprido.

Como citara, as mulheres são mais detalhistas, e descreve seu corpo físico, inclusive nos informando a idade média em que as meninas de sua época tinham a menarca. Esse detalhe merece destaque em sua fala, pois emerge o sentimento de comparação em relação às demais.

Dessa forma, com o corpo desenvolvido, mais “desenvolta” em se relacionar, Marli agora pretendia desbravar o novo mundo que se abria, em uma nova cidade, em uma nova escola e em um novo grupo de adolescentes.

Assim que ingressa na Escola Técnica, Marli se utiliza de uma “tática” de “inserção” nesse novo grupo:

Então, quando a gente vinha fazer a matrícula, recebíamos uma página com o desenho de uniforme [gesticula, como se estivesse mostrando o tamanho da página] que explicitava inclusive a largura da boca da calça, que tinha que ter trinta centímetros, que a saia tinha que ter um palmo abaixo do joelho, isso era início dos anos oitenta. E então, eu, uma menininha do interior, a minha tia que era a costureira da família, fez ipsis litteris como dizia ali, inclusive porque ela já tinha feito os uniformes dos filhos, que foram os filhos dela, dois que vieram estudar em Floripa. E no meu caso a saia, meu Deus, era uma “Maria mijona”. Dois palmos, um palmo abaixo do joelho e era uma coisa que a gente não usava mais, aquela saia comprida, parecia menina de internato. E quando eu cheguei na Escola, lá vou eu com aquela saia, verão, calorão, e quando eu chego, eu morro de vergonha porque todas já usavam a saia curta, mas ninguém usava naquele comprimento, o povo usava acima dos joelhos. O que é que eu fiz? No dia seguinte voltei com a saia curta, já bastava ser o tecido esquisito, porque era um tecido de tergal, era tudo

sintético daqueles que colavam no corpo, superquente, eu morava lá no Kobrasol, pegava ônibus no final da tarde, aquele negócio, aquela camisa de tergal, sabe, colando no corpo, o cheiro que vai dando aquilo.

Essa atitude também estava aliada ao que ela descreve a seguir:

Da sétima, oitava série, houve uma mudança no meu comportamento com os meus amigos, da gente ter a turma da escola, de fazer festa na escola, de ter as reuniões no horário de recreio, de ficar conversando no final da aula, no início da aula. Então teve essa mudança minha de comportamento que eu percebi.

Marli reconhece a mudança de comportamento que ocorre da sétima para a oitava série, e com precisão destaca o momento dessa transição comportamental.

Se formos considerar que na fala ela menciona que suas amigas tiveram a menarca com onze, doze anos, ela, apesar de ter tido com quatorze, já acompanhava as mudanças comportamentais (e sociais) das amigas. Essa mudança ocorrera para que ela não fosse excluída do grupo, visto que as demais já se sentiam mais “adultas” por terem passado por esse grande evento da puberdade feminina. Essa afirmação considera que “todo adolescente quer ser um adulto”, visto que agora, com a chegada da primeira menarca, seria sinalizada a fertilidade. O corpo em transformação faz com que as meninas se sintam cada vez mais próximas à meta de se tornarem uma mulher. Porém, “o adolescente descobrindo que essa nova imagem projetada por seu corpo não lhe vale ‘naturalmente’ o estatuto de adulto, ele é acuado (citação, *ipsis litteris*) a agir” (Caligaris, 2000, p. 35). Não sendo ainda reconhecidos pelos adultos como merecedores desse crédito, os adolescentes procuravam juntar-se em pares que partilhassem dos mesmos sentimentos, grupos que não fossem alvo de julgamentos e que validassem seu comportamento.

O uniforme escolar é uma forma de comunicação, seja social (Ribeiro, 2012; Campos, 2015), seja estética. Marli menciona que, no momento da matrícula, era informado o padrão a ser seguido na confecção do uniforme, incluindo as medidas, o tecido e a loja onde deveria ser adquirido. Mas ela desafiava essa recomendação para seguir as demais colegas. Para Marli, tratava-se de um movimento de seguir o grupo, mas esse grupo, assim como ela, também via nisso um ato de rebeldia.

Na época, o uniforme utilizado era apelidado de “mostardão”, conforme relata Marli. “*Usávamos o mostardão que era a camisa mostarda, uma saia e uma calça*

xadrez, horrorosas, que era comprado numa única loja, na loja Tufi Amin¹³ no Centro de Florianópolis, era a única loja que vendia os tecidos para uniforme!”.

A cor e o modelo do uniforme não agradavam nossa entrevistada. Sua atitude está relacionada a novos tempos vividos em contexto mundial, no que se refere a mudanças sociais que se refletiam no comportamento e na moda. Reflexos de mudanças significativas dos tempos, visto que, segundo Ribeiro (2012, p. 30), ao dissertar sobre as regras do uniforme escolar no início do século XX, “as escolas [...] deveriam proibir um vestuário baseado na moda, principalmente para as meninas, visto que essas estavam mais sujeitas às tentações”.

As roupas indicam maneiras de viver, de pertencimento, segundo Soares (2011). Esse momento vivido por Marli sugere corpos femininos cada vez mais a mostra. Segundo Ribeiro (2012, p. 134-135),

[...] os uniformes femininos estavam submetidos às regras disciplinares estabelecidas pela Escola, principalmente em relação ao comprimento das saias e das meias, indicando assim, a persistência de um aspecto moralizante ao se pensar nos uniformes das alunas. No entanto, verifica-se um afrouxamento da rigidez da composição do uniforme feminino em decorrências das transformações que se processaram na sociedade ao longo dos séculos. Se no século XIX não se admitia que as mulheres expusessem as pernas, e suas pesadas roupas apresentassem tantos apetrechos que limitavam sobremaneira os movimentos, em meados do século XX, as roupas haviam se modificado significativamente. Elas se tornaram mais práticas, leves e decotadas. Os decotes se aprofundaram e as saias ficaram mais curtas, deixando a mostra partes do corpo, que por tanto tempo haviam sido severamente censuradas. As transformações que se processaram nas vestimentas femininas em geral foram sentidas também no ambiente escolar.

A confirmação desse “afrouxamento” da rigidez com o uso do uniforme escolar poderia ser percebida com a vestimenta utilizada pelas meninas nas aulas de Educação Física:

Sim, tinha uma camiseta específica, era uma camiseta branca que tinha uma engrenagem amarela e tinha o ETFESC aqui [aponta para o peito], com uma marca diferente da que a gente conheceu nos finais de ETFESC. E era essa camiseta branca, tinham duas listrinhas azuis, azul marinho aqui [aponta para os braços], tinha uma bordinha, azul marinho também na manga. Naquela época a gente usava aquele short tipo calcinha, de jogadora de vôlei, sim, era

¹³ Casa Três Irmãos: a loja pertencia aos irmãos Amin: Tuffi, Dahil e Esperidião (pai). Era uma família de libaneses que veio para o Brasil e vendia tecidos. A loja ficava na primeira quadra da Rua Felipe Schmidt. Funcionou a partir da década de 1930 até o início de 1980. A família era conhecida como sendo de grandes empreendedores na cidade, inclusive donos da primeira revenda de carros (FORD) em Florianópolis. O filho de Espiridião, a exemplo do pai, iniciou na vida política em 1969, e era filiado à ARENA quando foi nomeado Diretor de Administração da Secretaria de Educação e Cultura. Em 1975, por nomeação direta do Governador Antônio Carlos Konder Reis foi nomeado Prefeito de Florianópolis.

aquele, era o nosso short, não era tão decotado quanto hoje, mas era modelo calcinha.

Aqui fazemos um destaque relativo aos shorts “tipo calcinha”. Se, por um lado, o modelo exigido para a confecção das saias do uniforme deveria ser de um palmo abaixo do joelho, a contrariedade se dava em permitir shorts mais curtos para a prática esportiva, o que causava, nesse caso, certo constrangimento, visto que, como relata Marli, “*quando a gente estava na aula de Educação Física com essas roupinhas, os meninos ficavam todos em volta!*”.

Soares (2011, p.83) diz que

[...] podemos reafirmar que o gesto de cobrir o corpo, seja com roupas, seja com adornos diversos, seja mesmo com pinturas, é um traço fundamental de civilização, de diferenciação do ser humano de outros elementos da natureza, como animais e mesmo plantas. Entretanto, esse gesto aparentemente banal de cobrir o corpo com roupas, de protegê-lo e de proteger-se do olhar do outro nem sempre é condição humana respeitada. Seguidamente a nudez indesejada surge ameaçadora em regimes totalitários, em prisões e campos de concentração, locais onde, entre as humilhações sofridas, encontramos sempre a privação de roupas (Soares, 2011, *apud* Oliva, 2001). Esse ato de violência revela, claramente, as relações de poder implícitas no ato de vestir-se e, sobretudo, na ambivalência dessa suposta liberdade.

Ainda pela leitura de Soares (2011, p. 83), sabemos que

[...] elemento da cultura material, as roupas representam também uma acumulação de conhecimentos científicos, de técnicas e de tecnologias e são uma resposta humana às agressões do meio. Cada atividade humana vai exigir, assim, uma categoria particular de roupa, de tecido e mesmo de cor, em relação estreita com a maneira de viver e com as singularidades do pudor. [...] A beleza e a eficácia dos gestos, entretanto, não estiveram sempre diretamente ligadas às roupas especiais, nem ao conforto e nem mesmo à possibilidade de aumentar as performances, como é o caso do esporte moderno. [...] elas nos remetem a um mundo de valores, de códigos e de significações sociais e culturais. Pela aparência valorizada, pelo contorno do corpo acentuado ou depreciado, o corpo ganha uma presença e mesmo uma mobilidade que vai, assim, ser pouco a pouco marcada e mesmo redesenhada pelo que se veste.

Ela cita também o calor e o verão como motivos que a teriam levado a diminuir o comprimento da saia. Segundo ela afirma, “*porque era um tecido de tergal, era tudo sintético daqueles que colavam no corpo, superquente, eu morava lá no Kobrasol¹⁴, pegava ônibus no final da tarde, aquele negócio, aquela camisa de tergal, sabe, colando no corpo, o cheiro que vai dando aquilo!*”.

¹⁴ Bairro situado na cidade de São José, região continental da Grande Florianópolis.

A escolha do tecido pela Direção da Escola nos anos de 1970 não considerava esses fatores, não havia uma preocupação com o conforto, contrariando as prescrições da época, pois, apesar de transcorridos tantos anos das primeiras recomendações médicas apontadas por Gondra (2004), o tecido, conforme afirma Marli, era tergal. A entrevistada relata a situação de desconforto, que ao longo dos anos lhe atravessou as memórias.

Campos (2015) aponta que nos anos 1960 surgiu, no Brasil, uma revolução nos uniformes escolares incentivada pelos tecidos de helanca e do moletom. Estes tecidos eram mais confortáveis, mais leves, permitiam maior liberdade de movimento, tinham maior resistência e durabilidade, não amassavam e, portanto, não havia a necessidade de usar o ferro de passar roupas.

Essa afirmativa é baseada na diferença de um uniforme com o qual os alunos podem burlar as regras, quando as meninas encurtam suas saias, quando a moda da boca de sino permite aos alunos confeccionarem a famosa “boca de sino”, modelo que era moda na época, no qual as barras das calças eram bastante largas, e a parte superior mais justa. As mangas das camisas eram mais curtas, porém, as camisas ainda eram feitas com botão, e com o tecido que permitia pouca “transpiração”, isto é, não considerava a temperatura corporal. O tecido também não permitia tanta “maleabilidade” e amassava com facilidade, sendo necessário sempre passar a ferro, dificultando que as famílias mantivessem os padrões desejados pela escola.

O hábito de fumar era normalizado entre professores e inspetores, assim como era permitido aos alunos. Ainda hoje, não é incomum que o jovem procure provar ao adulto que tem condições de ser como o próprio adulto, eventualmente transgredindo regras, o que é um comportamento, ademais, como lembra Calligaris (2000), esperado socialmente. Marli relata um episódio em que aparecem experimentação e transgressão.

Não tinha o ginásio, então nós fomos para o fundão, bebemos, fomos fazer a prova e depois da prova nós fomos todos para a pastelaria Kiki... nós bebemos muito, muito, muito. Imagina, eu tinha dezesseis anos, e eu fui carregada para casa...

Apesar do que se perpetua como anos de repressão, nas memórias de Marli fica sua adolescência como momento (também) de liberdade, de novas experimentações. A menina que se via tímida e introspectiva na infância abre espaço para uma adolescente que quer se conhecer, que quer adquirir novas experiências e

novos amigos. Para tanto, ela busca como estratégia juntar-se a um grupo que partilha dos mesmos sentimentos.

2.5 O UNIFORME ESCOLAR: INSTRUMENTO DE IDENTIDADE E REGULAÇÃO

No Brasil, o uniforme escolar surge com a criação da Escola Normal de Niterói, em 1835, porém não havia obrigatoriedade de uso e ele se assemelhava a uma farda militar. Cabe destacar que, em uma época de poucos recursos e poucas crianças com acesso às escolas, somente os filhos de famílias mais abastadas teriam condições de adquirir o uniforme escolar. A introdução de fato do uniforme se deu no governo de Getúlio Vargas, com as políticas públicas de ampliação ao acesso escolar. O uso do uniforme era necessário para diferenciar e caracterizar os alunos de cada escola, fosse “[...] por uma questão de segurança, ou mesmo para simbolizar um determinado status” (Campos, 2015, p. 16).

Segundo Ribeiro (2012, p. 36), em Santa Catarina, o Regulamento Geral da Instrução Pública (1908), já previa auxílio “para a aquisição de vestuário e calçado simples, adequados ao sexo e ao clima”, aos menores de famílias sem condições financeiras de adquiri-los. Somente em 1938, com a criação do Decreto Lei nº 88, que se tornou obrigatório o uso do uniforme, sem determinar o modelo. E somente em 1946 que o governo do estado apresentou um plano detalhado de uniforme tanto para professores quanto para alunos.

Apesar das prescrições, estudos (Ribeiro, 2012; Hoeller, 2009; Silva, 2006) apontam que, nas diversas escolas brasileiras, nem todos os alunos podiam adquirir o uniforme escolar, já que nem as famílias, nem o Estado eram capazes de suprir as necessidades dos estudantes, principalmente no que se referia ao calçado.

A situação financeira nem sempre favorecia a aquisição do uniforme e na Escola Técnica a situação não era diferente. Segundo Ribeiro (2012), na década de 1940, para as aparições públicas, os alunos recebiam uniformes, gravatas e sapatos confeccionados por eles mesmos na oficina de Alfaiataria. Porém, o cotidiano escolar era diferente, e muitos alunos frequentavam a escola sem uniforme ou até mesmo descalços.

Ribeiro (2012, p. 135) assim destaca:

[...] a questão do auxílio para aquisição do uniforme foi um dos pontos de pauta nessa Escola na década de 1960. Nos anos iniciais do período, o

Conselho de Representantes aprovou várias resoluções aprovando a compra de calçados (sapatos, tênis), blusões e “fazendas” para a confecção de uniformes escolares, tanto de uso diário, quanto para as aulas de educação física. As despesas, conforme constam nas resoluções, corriam por conta da verba: “vestiários, uniformes, equipamentos, etc.”, do Plano de Aplicação, aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura.

Além da verba federal, ainda havia o custeio feito pelo “caixa escolar” e pela Associação de Pais e Professores, para auxiliar na aquisição dos materiais escolares e uniformes dos alunos que não tinham condições de adquiri-los.

A situação se manteve até o momento em que o Conselho de Representantes¹⁵ aprovou o Novo Regimento Interno da Escola Técnica, em 1963, e trouxe a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar. Nessa época, havia um grande investimento no ensino profissionalizante, por exemplo, a mudança para a nova sede situada na Avenida Mauro Ramos, na região central de Florianópolis, a ampliação da oferta de vagas, novos e modernos laboratórios e mobiliários, e o uniforme deveria estar adequado a essas novas transformações. Na nova e moderna Escola, não era mais permitido aos alunos vestirem-se com “maus trapos”, cabia zelar pela imagem da Escola, e não se tratava mais do modo como se vestiam, mas como se mostravam à sociedade: a boa aparência de seus alunos era uma forma de mostrar o valor e a qualidade da Escola Técnica, visto que, conforme afirma Ribeiro (2012, p. 19),

[...] o uniforme escolar caracteriza-se, assim, como um instrumento de representação simbólica que movimenta dentro do campo educacional um conjunto de sinais socialmente qualificados e apreciados e que serve de orientação para a reprodução de um *habitus*, constituído de manifestações também simbólicas e de necessidades culturais produzidas pelo sistema educacional. No caso da ETFESC, o uniforme escolar foi instituído com a intenção de se tornar um instrumento de uso cotidiano no interior da escola e de difusão de uma imagem institucional, junto à sociedade florianopolitana.

Porém, em 1967, quatro anos após a inauguração da nova sede, o auxílio financeiro para aquisição do uniforme começou lentamente a se extinguir. Em uma resolução do Conselho de Representantes, o dinheiro destinado à confecção de uniformes se restringiu à aquisição de tecidos. Gradativamente, a responsabilidade pela aquisição do uniforme foi sendo repassada às famílias.

¹⁵ O Conselho de Representantes era um órgão composto por professores e membros da sociedade, nomeados pelo Presidente da República após tríplice lista para, de acordo com a legislação vigente, aprovar orçamento, aprovar contratação de professores, aprovar organização dos cursos, controlar os gastos e despesas da escola, entre outras atribuições. O Conselho de Representantes da Escola Industrial de Florianópolis foi implantado no dia 30 de janeiro de 1961 e contava com 12 membros, sendo 6 titulares e 6 suplentes, divididos entre professores e membros da sociedade.

Segundo Ribeiro (2012, p. 145, (grifos da autora),

(
 [...] no relatório da direção de 1969, consta que naquele ano foi realizada uma pesquisa com os pais, através dos alunos para a implantação do novo uniforme escolar, visando solucionar esse problema há tantos anos em pauta na escola. O modelo a ser adotado efetivamente a partir de 1970 seria composto de: Uso geral: camisa de tergal, cor branca, gola esporte, com bolsos, mangas compridas para os dias frios e mangas curtas para o clima quente; calça de tergal, cor azul marinho, com bolsos nos lados e atrás; meias na cor preta; sapatos preto tipo colegial e agasalho livre, desde que seja azul marinho. Oficinas: guarda pó na cor azul claro, tecido de brim. Para a educação física: camisa de física na cor branca; calção preto; tênis branco. Para as mulheres, a diferenciação do uniforme se dava na saia, que deveria ser de tergal liso, cor azul-marinho, evasê, sem pregas e meias brancas três quartos.

Esse uniforme perdurou por cerca de três anos, quando em 1973 foi adotado outro modelo, popularmente conhecido pelos alunos e comunidade como, aqui já citado, o “mostardão”, devido à cor da calça marrom, e camisa da cor mostarda. Esse uniforme foi o que teve mais longa duração (1974-1983) na Escola e foi também o que nossos entrevistados usaram quando a frequentaram. Portanto, a esse uniforme é que daremos destaque nessa pesquisa.

Não obstante, podemos afirmar que o “mostardão”, devido à sua cor, nos permite fazer uma alusão ao uniforme da Polícia Militar de Santa Catarina que, segundo as imagens que podemos ver a seguir (Figuras 4, 5 e 6), tinham coloração semelhante.

Figura 4 - Turma Alferes Tiradentes, Curso de Formação Policial (Ano: 1981)



Fonte: Facebook PMSC.

Figura 5 - Alunos em atividade prática, década de 1970



Fonte: Ribeiro, 2012.

Figura 6 - Desfile 7 de setembro, década de 1980



Fonte: Foto cedida por Marli.

De acordo com as figuras anteriores, percebemos a semelhança entre os dois uniformes no que se refere às cores. Assim como o da Escola Técnica, o uniforme da Polícia Militar de Santa Catarina possuía tonalidade marrom, o que nos faz questionar

se a escolha do tecido e das cores não seriam motivadas pelo status, pelo respeito, pela disciplina que a Polícia Militar representava na época. A cor escolhida para o uniforme da Escola Técnica naquele momento era incomum em relação aos outros uniformes.

O uniforme, segundo sua denominação, tem por objetivo “uniformizar”, unificar, homogeneizar, padronizar os alunos, de modo a esconder as possíveis distinções sociais existentes nas escolas. Portanto, veremos que todos os nossos entrevistados relatam que as famílias não mediam esforços para adquirir o uniforme escolar de acordo com as exigências feitas desde o momento da matrícula, bem como cumprir com o rigor imposto pelo controle na inspeção deles.

Apesar disso, Ribeiro (2012, p. 42), afirma que “a igualdade imposta pelo uniforme é apenas abstrata, pois os marcadores sociais não desaparecem com seu uso, visto que as diferenças permanecem presentes nos detalhes: na linguagem, no consumo, nas disposições culturais e estéticas”. Conforme vimos no decorrer da pesquisa, vários entrevistados salientam as dificuldades que alguns alunos possuíam para adquirir o uniforme, ou mesmo alguns de nossos entrevistados relatam que não possuíam muitas mudas de uniforme.

Como auxílio à limpeza e conservação dos uniformes, nas aulas práticas era exigido que os alunos utilizassem o jaleco, conforme relata Marli: “*Nós comprávamos um jaleco na época, um jaleco azul, que era o que tinha. Depois de um tempo apareceu um jaleco cinza, mas na minha época a gente usava esse jaleco azul que era a cor do jaleco da indústria de uma maneira geral*”.

Por se tratar de uma Escola Técnica profissionalizante, não haveria de se distanciar do ambiente de trabalho e do que era exigido nas indústrias, visto que o jaleco é até hoje um uniforme comum aos operários, seja pela padronização ou por questões de higiene. Ademais, podemos juntar a afirmação de que “*era o que tinha*” no mercado para aquisição, um mercado ainda restrito em oferta de modelos.

A entrevistada rememora a figura do inspetor, a rigidez com que conferia alguns detalhes no uniforme. Ela faz o destaque dizendo ser “*quase um modelo militar*”, pois acreditava não ser necessária essa rigidez, já que, novamente, conforme já comentamos, havia certa flexibilidade em relação às adequações que os alunos faziam ao modelo prescrito de uniforme. Porém, a forma como ele era cobrado, de acordo, por exemplo, com a cor das meias, o sapato, a limpeza do uniforme, era algo

que ainda demonstrava a imposição da ordem e da disciplina, apesar de já estarmos falando de um momento de maior abertura política.

Ademais, a figura dos inspetores era uma forma de demonstrar a autoridade presente:

Na época tinha os inspetores que cuidavam disso. Então a gente tinha que levantar a calça, e se a gente tivesse calça para mostrar que a meia era bege, e se não tivesse, não tinha choro... era uma rigidez muito grande. Era quase um modelo militar implantado na educação civil. Nesse ponto de vista de controle de uniforme, disciplina e tal. Uma coisa que era, que eu questiono até hoje, são as salas de aula com vidrinho na porta... Ou então espera a próxima aula, mas assim, os inspetores, eu não tenho nenhuma lembrança de serem sargentões. Sargentão era o Jucy, que era o chefe dos inspetores... ele era o coordenador do controle escolar, naquela época chamava controle escolar. Porque a gente entregava a carteirinha todos os dias no início da aula e recebia no final com o carimbo da presença. Era uma caderneta, onde eram anotadas as nossas notas e as nossas presenças ou ausências, e eles faziam a revisão do nosso uniforme diariamente.

Ela traz consigo o que podemos chamar de experiência que, interconectada com o passado e o presente, a faz refletir sobre a função desse “*vidro na porta*”, que tinha como utilidade vigiar os alunos. O que a coloca em reflexão é, antes dessa fala, quando ela diz que essa rigidez e controle do uniforme “*era quase um modelo militar implantado na educação civil*”. Ela ressignifica o ato de vigiar, de inspecionar, a rigidez, diante de suas vivências, é essa conexão de seu passado com seu presente, ressignificado.

Mas cabe aqui destacar que Marli, quando rememora como eram os inspetores, diz que “*eu não tenho uma lembrança assim serem sargentões*”, demonstrando que, apesar da rigidez com que cobravam dos alunos o cumprimento dos padrões de uniforme, eles não eram considerados “sargentões”, pessoas vistas como autoridade no regime militar. Dessa forma, podemos perceber que, na sua fala, ela não questiona a figura do inspetor e sua autoridade, mas critica a imposição e o controle, as regras.

Apesar de serem pessoas agradáveis, próximas aos alunos (nas demais entrevistas veremos suas opiniões sobre os inspetores), ainda temos a lembrança do “Jucy”, quando ela destaca que, esse sim, era mais rigoroso, até porque ele tinha a responsabilidade de ser o “chefe” dos demais e se reportar à Direção da Escola. A figura dos inspetores, conforme afirma Marli, era também de controlar a entrada e saída, não somente no sentido de rigor em relação ao uniforme, mas também para o

controle da frequência escolar, da segurança dos alunos. Figuras essas que, com a implantação de novas tecnologias, foram extintas, visto que na grande parte das escolas já existe aplicativos, catracas eletrônicas, entre outros recursos tecnológicos para controle de frequência escolar.

As sensibilidades e a interpretação que os entrevistados trazem à tona sobre seu período como alunos e a ditadura civil-militar brasileira estão explícitas nessas entrevistas, quando eles mesmos, ao rememorarem, tiram conclusões a respeito de fatos ocorridos, como percebemos nas palavras de Marli, ao lembrar que na Escola era promovido o Concurso da Garota da ETFESC, no qual ela participou: *“Que era uma coisa também, que depois a gente pensa melhor, era uma coisa para distrair as pessoas, uma coisa da ditadura de valorização da exposição feminina, essas coisas, mas que na época a gente não tinha toda essa leitura que tem hoje”*.

Ela rememora o concurso que participou de Garota ETFESC e conclui que a ditadura procurava expor a mulher. Diante de sua atual formação, ela observa que o corpo feminino era explorado e exposto pela ditadura, de forma a distrair as pessoas, como se fosse “um manequim de vitrine”. Novamente, aqui, indagamos o que a levou, no momento da entrevista, a fazer essa observação.

Percebemos, nos relatos de Marli, que ela tinha conhecimento do momento histórico político vivido e, portanto, nas linhas que se seguem, pretendemos verificar como a entrevistada rememora e quais suas impressões sobre os reflexos da ditadura civil-militar brasileira na Escola Técnica.

2.6 IMPRESSÕES E REFLEXÕES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Apesar de Marli ter sido aluna da Escola Técnica no início da década de 1980, período já da abertura política, ainda vivíamos sob o comando dos militares e, conforme alguns apontamentos anteriores, os reflexos seguiam na Escola. Procuramos, dessa forma, compreender como Marli percebeu esse momento, o que ela vivenciou e quais as reflexões que hoje traz consigo dessa experiência.

Para iniciar, traremos a influência da família:

Então, eu cresci no reduto da ARENA, mas eu sempre fui muito inconformada com aquilo, porque a casa da minha avó, nessa época, virava sapataria. Tinha sapato para dar para todo mundo, e as pessoas humildes iam lá pedir coisas. Eu achava aquilo tão triste. Então eu sempre fui contra, e mesmo

tendo crescido em um reduto de direita eu nunca tive o menor respeito, a menor consideração pela direita porque eu conhecia de dentro. Os métodos utilizados, então eu cresci petista...

Percebemos, aqui, que ela, ainda jovem, teve contato com a direita por meio de seu avô, apoiador da ARENA¹⁶, onde vivenciou a corrupção com a chamada “compra” de votos. Ela, ainda menina, já conseguia se sensibilizar e compreender a atitude desonesta por parte dos familiares, e critica a manipulação feita para pessoas mais humildes apoiarem candidatos ligados à ARENA. Essa experiência, quando ainda jovem, teve consequências na vida adulta.

A garagem da casa do meu avô virava comitê eleitoral do Valdir Freta, que era o candidato amigo dele, da ARENA. Porque na época era a ARENA e o MDB. Quando eu era criança, a abertura começou em setenta e nove, do pluripartidarismo. Eu lembro que na época eu estava na oitava série e eu e uma amiga minha comentávamos: “Nossa que legal, esse aí é o partido do futuro”, era o PT [risos] que a gente já via naquela época, com quatorze anos, como o partido que seria o partido bom para a gente.

As memórias de Marli trazem com precisão detalhes de datas, idade e até a série em que estava quando vivenciou a experiência. Lembra-se do ano da abertura ao pluripartidarismo, e relembra seu primeiro encontro com um dos novos partidos que estava sendo criado, e sua admiração pela ideologia proposta. Não há de se negar que, sendo seu pai, a comunidade em que ela convivia (vizinhos, colegas de escola) era composta por trabalhadores e operários, o discurso lhe pareceu familiar, e próximo às reivindicações, ao universo em que estava inserida. O discurso do recém-criado Partido dos Trabalhadores¹⁷ causou-lhe impacto e teve consequências

¹⁶ A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política à ditadura militar instituída a partir do Golpe de Estado no Brasil, em 1964. Fundada em 4 de abril de 1966, em decorrência do Ato Institucional nº 2, que extinguiu o pluripartidarismo no Brasil, permitindo somente dois partidos: A ARENA e o MDB (Aliança Renovadora Nacional, 2023).

¹⁷ O manifesto de fundação foi lançado no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, e publicado no Diário Oficial da União em 21 de outubro daquele mesmo ano. Mais tarde, foi oficialmente reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, no dia 11 de fevereiro de 1982. A ficha de filiação nº 1 foi assinada por Apolônio de Carvalho, seguido pelo crítico de arte Mário Pedrosa, pelo crítico literário Antônio Candido e pelo historiador e jornalista Sérgio Buarque de Holanda. O PT foi fundado por um grupo heterogêneo, formado por militantes de oposição à Ditadura Militar, sindicalistas, intelectuais, artistas e católicos ligados à Teologia da Libertação. O partido foi fruto da aproximação entre os movimentos sindicais da região do ABC, que organizaram grandes greves entre 1978 e 1980, e militantes antigos da esquerda brasileira, entre eles ex-presos políticos e exilados que tiveram seus direitos devolvidos pela lei da anistia. Desde a fundação, o partido assumiu a defesa do socialismo democrático.

em sua vida adulta. Toda essa trajetória permitiu que sua memória selecionasse e evidenciasse dados e detalhes sobre a política.

Adiante, questionamos sobre o período em que estudou na Escola Técnica, o que ela vivenciou e o que ela compreendeu como influência da ditadura: “*Nós éramos politizados!*”. Quando ela faz essa afirmação, questionamos a quem ela se refere no plural. Possivelmente, por conviver com alguns colegas, adolescentes que tinham se manifestado contra a ditadura, e até que exerceram a liderança de oposição ao regime, assim ela reafirma:

Quer dizer, não é que não podia, não era, a gente tinha muito medo, porque rolava muito papo de que, “esse homem é da Polícia Federal, e ele dá aula aqui”, “Ele é informante”. Então tinha sempre essas coisas assim: “não, ele tá aqui dando aula disso, mas na verdade ele é da Polícia Federal, ele tá aqui para olhar todo mundo, para ficar de olho em todo mundo”.

A entrevistada diz que havia nos corredores rumores de perseguições, de professores que eram aliados ao regime e que, por este motivo, não seria prudente fazer muitas manifestações, ou determinados assuntos serem discutidos dentro da Escola.

Perguntamos sobre a existência de lideranças estudantis na época, e como ela esclarece havia insegurança e desconfiança em discutir determinados assuntos nas dependências da Escola. Então partimos para questionar sobre as representações estudantis e seu papel dentro da instituição: “*Lógico, a gente tinha um grupo de amigos que discutia as questões, que nós da Escola fazíamos, eram todos da ETFESC, e então a gente se reunia para, inclusive formar essa chapa do centro cívico, que era a chapa da oposição...*” Reiteramos o questionamento sobre a existência de um Grêmio Estudantil dentro da escola na época, e ela responde, nos corrigindo: “*Não, era centro cívico*”.

Essa reiteração se deu acerca da presença do Grêmio Estudantil porque Almeida (2010) cita que, em 6 de maio de 1946, foi fundado o Grêmio Cultural Cid Rocha Amaral (Diretor, na época, da Escola, e Presidente de honra da entidade). Em julho do mesmo ano, o Grêmio lançou o primeiro número do seu jornal, intitulado *Nossa Folha*, onde assim se manifestaram:

Com o presente número o Grêmio Cultural Cid Rocha Amaral dá início ao primeiro item do seu programa que é propaganda pela imprensa. É bem modesta “Nossa Folha”, porém, com o correr do tempo, será aperfeiçoada e não temos pretensões, não será perfeita, mas será digna da mentalidade moça e consciente de sua responsabilidade no futuro da Pátria. Somos

estudantes industriais bem compreendemos a finalidade dos nossos estudos – a Pátria espera nosso concurso para solidificar seu progresso crescente. Não só contribuiremos para seu engrandecimento, como saberemos ser os vanguardeiros na conservação do patrimônio histórico, tão cheio de glórias e que terá de ser respeitado mesmo a custo da própria vida (Almeida, 2010, p. 53).

O folheto demonstra a intenção que o Grêmio tinha em propagar a exaltação à Pátria e a convicção do compromisso com ela, tomando para si a responsabilidade da formação profissional para o desenvolvimento do país. É essa que podemos entender como a maior contribuição com o lançamento desse primeiro folheto.

Porém, Corrêa (2016) traz que, quando tinha entre 15 e 16 anos, no ano de 1962, ele ingressara na Escola Técnica (ainda Industrial, na época) e participava do que chamou de “nossa” associação local, o Grêmio Cultural Cid Rocha Amaral. Relata que se reuniam para discutir as suas necessidades básicas (destacamos que isso incluía a do Internato, da qual era integrante), mas também as desportivas, que eram encaminhadas ao Diretor da Escola. Relata que na sede do Grêmio havia jogos como dominó, baralho, damas e até equipamento para tênis de mesa, algo considerado importante para os alunos do Internato. O grande destaque do Grêmio era o time de futebol, os titulares e os aspirantes, sendo que alguns jogadores eram assediados por times profissionais. Porém, Corrêa (2016) faz um outro destaque, importante para nossa pesquisa: além do time de futebol e seus jogadores procurados, havia também o assédio de “membros de associações representativas de estudantes que, muitas vezes, infiltravam-se no Internato, tentando nos introduzir nas manifestações, por vezes compostas por certos radicalismos” (Correa, 2016, p. 35).

Segundo o autor, alguns estudantes recebiam inclusive auxílio financeiro para provocar policiais, para viajar para o Rio de Janeiro com o intuito de participar de manifestações. No período da ditadura militar, a partir de 1964, alguns alunos eram combatentes do regime. Sua convivência, participação e engajamento no Grêmio tiveram como consequência a introdução de muitos dos alunos da Escola Técnica na vida política catarinense.

Cabe destacar que os Grêmios Estudantis, a partir da criação da UNE (União Nacional dos Estudantes), Decreto-Lei 4.080, de 1942, foram as entidades responsáveis pela organização dos estudantes, como entidades de base. A UNE foi, desde sua fundação, nos anos 1940, se caracterizando como uma entidade de lutas, tendo estado à frente de campanhas como “O Petróleo é nosso”, e de apoio a João

Goulart para assumir a Presidência, quando da renúncia de Jânio Quadros, entre outras.

Devido a sua projeção política nacional e características de lutas, durante o período da ditadura civil-militar brasileira, os estudantes, grandes opositores do regime, foram muito perseguidos. Não foram poucos os que morreram, desapareceram ou foram torturados, dentre eles seus líderes, o que levou a seu desmantelamento no final dos anos 1960. No ano de 1979, participaram de movimentos a favor da anistia e, em 1980, sua sede na Praia do Flamengo no Rio de Janeiro foi destruída pelos militares. Em 1981, os estudantes, depois de 3 anos sem conseguirem se organizar, realizaram um Congresso em Curitiba. Em 1984, já com a abertura, encabeçaram a luta pelo movimento “Diretas Já”, que teve um papel fundamental na eleição de Tancredo Neves para presidente pelo Colégio Eleitoral, o primeiro civil a dirigir o país após 21 anos de ditadura militar, em 1985. Nesse mesmo ano, foi aprovada a Lei do Grêmios Livres (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, [202-?]).

Durante a ditadura, pelo caráter combatente dos estudantes contra o regime, a UNE foi desmantelada e, portanto, os Grêmios estudantis também passaram a ser extintos. Em seu lugar foram instituídos os Centros Cívicos, que eram atrelados às direções das escolas, as quais assumiam o papel de controlar as atividades dos estudantes.

A nova gestão do Professor Frederico Buendgens, dessa forma, apoiador da ditadura, manteve sob sua supervisão o centro cívico, permitindo que se retornasse aos eixos iniciais do antigo Grêmios Estudantil Cid Rocha Amaral (mas agora como centro cívico), que tinha o objetivo de promover cultura e esporte para os alunos, junto com o espírito de valorização da Pátria e de sua responsabilidade com ela.

Marli cita que participou de uma chapa para a composição do centro cívico, formada por um grupo da oposição. Perguntamos, então, se a chapa que estava no comando era “da direita”, e assim ela respondeu: “*Sim, na época a gente ainda tinha o Centro Cívico, e eu cheguei a participar de uma chapa para esse centro. A gente se*

reunia nos domingos à tarde lá na Caoca, que era uma coisa da Odonto¹⁸ de antigamente, chamava Caoca o lugar...”

A entrevistada não manifesta o conteúdo e os discursos propagados nas reuniões. A chapa a qual fez parte intitulada “*chapa corrente, bem adequada àquele momento*”, fazendo alusão às amarras e à falta de liberdade ainda vividas pelos alunos. O grupo não teve êxito e acabou perdendo as eleições.

2.7 EDUCAÇÃO FÍSICA: ALTOS E BAIXOS

Marli reafirma o que demonstra o Plano de ensino de 1976, que para as mulheres os conteúdos eram outros:

Era alternado assim, tinha vôlei, basquete, de tudo um pouco, e eu nunca me identifiquei com esses esportes coletivos. Eu sempre fui a jogadora “N mais um” do time oposto, eu sempre tive uma coordenação motora fina muito grande, mas a coordenação motora ampla é totalmente ruim, o braço não segue meu cérebro.

Marli se refere a “*de tudo um pouco*”, mas cita apenas o voleibol e o basquetebol, trazendo assim, em suas memórias, o que ficou mais evidente, provavelmente o que era lecionado com maior frequência. Percebe-se também que ela rememora apenas atividades coletivas e ainda faz a observação de que não era uma boa aluna, não tinha muitas habilidades motoras para os esportes. Os esportes coletivos, apesar da entrevistada se dizer muito “desenvolta” em outras partes da entrevista, não eram de seu agrado, e isto se evidencia quando ela relata seu posicionamento nas aulas de Educação Física:

Eu sempre fui muito assim de... então eu conversava com a professora de educação física fazer companhia para ela durante as aulas. [...] Era uma professora que dava aula. Para os meninos era professor geralmente. Para as meninas era a professora Leatrice Pavan.

A entrevistada relata que, primeiro, para as meninas, quem lecionava era uma professora. A necessidade de haver uma mulher para lecionar a disciplina para as

¹⁸ Em 1964, o Curso de Odontologia, da então Universidade de Santa Catarina, ficava situado na Rua São Francisco, 90, no Centro de Florianópolis. No ano seguinte, foi construído um casarão para melhorar as instalações do curso. Em 1970, foi criada a Universidade Federal de Santa Catarina, e com a implantação do Campus Universitário, no final da década de 70, o curso de Odontologia foi o último a ser transferido, porque possuía boas instalações na Rua São Francisco. A luta para a transferência começou a partir de 1980. Assim, nossa entrevistada Marli participava das reuniões, possivelmente, segundo relatos, nesse local (Curso de Graduação em Odontologia UFSC, [200-?]).

meninas estava aliada a uma política de cuidado, de proteção, pois o corpo feminino, de meninas, deveria ser preservado e cuidado, longe dos olhares, das tentações de outros homens. Colocar um homem para lecionar Educação Física para um grupo de meninas poderia submetê-las a constrangimento. Percebe-se o cuidado que havia com a preservação das meninas, das alunas, que tinham aulas separadas dos meninos.

Marli não valorizava o esporte ou as atividades propostas nas aulas de Educação Física, diferente das aulas de Artes, para as quais ela ressalta que possuía talento (interesse). Então nas aulas de Educação Física ela ficava conversando, “fazendo companhia” para a Professora. Ela observa que havia deixado de ser a menina tímida que era na infância e que na adolescência já era sociável, procurava circular e estar entre os grupos. Porém, no que se tratava de aulas coletivas, esse comportamento não ocorria. Uma hipótese a ser considerada, que os próprios planos de ensino descrevem nas atividades esportivas, provenientes de uma campanha governamental, é que esse modelo de esportivização da educação física se baseava no rendimento, na técnica, na competição e no desenvolvimento esportivo, cujo intuito seria o de ajustar os sujeitos individuais à otimização do processo de produção (De Oliveira, 2018, p. 88). Assim, como relata nossa entrevistada, por não possuir determinadas habilidades, ela acabava por não se interessar pela atividade.

A Educação Física, vista como desporto de competição, que privilegia os alunos mais competitivos, mais fortes, mais altos, acaba por afastar e excluir os alunos menos dotados de “coordenação motora ampla”, preparo físico, e outras “qualidades” exigidas pela disciplina.

Dessa forma, essa igualdade não se reflete nos conteúdos lecionados nas aulas de Educação Física. No Programa de Ensino de 1976, assim consta (Figura 7):

Figura 7 - Programa de Ensino de Educação Física, 1976

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO. ETEFESC.		
NÚCLEO COMUM - 1ª FASE - 1976		
PLANO DE ENSINO — DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA		código: 15
NÚMERO DE AULAS CURRICULARES: 45		
NÚMERO DE AULAS SEMANAIS: 03		
DESCONTOS PROVÁVEIS E/OU CONFIRMADOS (20%): 09		
NÚMERO DE AULAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS: 36		
OBJETIVO GERAL: DESENVOLVIMENTO DE QUALIDADES FÍSICAS, MORAIS, SOCIAL E INTELLECTUAL. AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO, TAL COMO AS REGRAS DO VOLEI- BOL, ATLETISMO E FUTEBOL DE CAMPO, DESENVOLVER HÁBITOS DE DISCIPLINA E HIGIENE.		
NÚMERO DA AULA.	UNIDADES E TÓPICOS	A S S U N T O S .
01 a 06 (masc. e fem.)	UNIDADE I	Estudo da passada (corrida de fundo (3000 m) Teste dos 12 minutos
07 a 15 (masc. e fem.)	UNIDADE II	Posição de expectativa, deslocamentos, toque de bola; passes; Man- chete; Saque por baixo; Recepção. Estudo das principais regras Jogo oficial com princípios básicos de organização tática
16 a 17 (só masc.)	UNIDADE III	Jogo oficial com organização tática simples Prevalecendo mais o aspecto recreativo.
18 a 23 (masc. e fem.)	Cont. da UNIDADE II	Saque por cima; levantamento e cortadas; Bloqueio simples e duplo Estudo das principais regras Jogo Oficial com princípios básicos de organização tática.
24 a 26 (masc. e fem.)	Cont. da UNIDADE I	Salto em distância (ambos os sexos) Salto triplo (só p/masc.)- Salto em altura (só p/o feminino)
27 a 30 (só masc.)	Cont. da UNIDADE III	Jogo oficial com organização tática simples, prevalecendo mais o aspecto recreativo.
31 a 36 (masc. e fem.)	Cont. da UNIDADE II	Jogo oficial com princípios básicos de organização tática
OBSERVAÇÃO: As aulas 16, 17, 27, 28, 30 para o sexo feminino serão da Unidade II (Voleibol).-		

Fonte: Programas de ensino digitalizados.

Destaca-se a observação, no Plano de Ensino, de que enquanto para os homens o conteúdo era o futebol, as aulas para as mulheres tinham como conteúdo o voleibol, pois o futebol, naquela época, era considerado um esporte masculino. Apesar das diversas mudanças sociais, ainda o espaço da mulher em todas as modalidades esportivas não era comum.

Até aqui destacamos a trajetória de vida lembrada por Marli. Menina tímida, do interior do Estado, oriunda de família “tradicional”, como citado por ela. Sua vinda para a capital para cursar o Curso Técnico em Edificações inicialmente se deu pela falta de oportunidades em sua cidade, mas, também, motivada pelos primos que a antecederam e pelo apoio da tia que residia na Grande Florianópolis. Agora, a adolescente, mais desinibida, aproveitava a oportunidade não somente para adquirir uma formação profissional, mas para desbravar esse novo mundo que estava por vir.

Seu corpo era agora ressignificado em um novo contexto social, político e histórico. Suas memórias destacam o medo que rondava a Escola Técnica em tempos de restrições à liberdade de expressão, apesar de estarmos já na década de 1980, quando começava a surgir um movimento de abertura política no Brasil. As marcas da ditadura em suas memórias se remetem justamente à liberdade de expressão e, em contraponto, se coloca uma exposição feminina dos corpos, cujo destaque aparece quando ela enfatiza que o uniforme das aulas de Educação Física para as mulheres era um short curto, como uma calcinha.

Sobre as aulas de Educação Física, para ela, tratava-se de um momento de relaxamento, de conversa com a Professora, cujos conteúdos ministrados eram basicamente de esportes coletivos. Apesar de gostar de estar entre “os seus”, ela não era adepta a esportes, seja pela competição, seja pelas regras impostas pelo jogo.

O esporte também era aliado da ditadura quanto ao cuidado do corpo dos alunos. Tornariam-se saudáveis, fortes, disciplinados e, conseqüentemente, produtivos. Mesmo assim, apesar de toda essa intervenção e presença de um Departamento de Saúde na Escola, havia uma negligência em relação ao cuidado diário com os alunos, pois, mesmo com a diversidade de sintomas, o tratamento era sempre o mesmo: iodeto de potássio. A preocupação com a saúde respiratória ainda trazia os resquícios da epidemia de tuberculose, que assolou o país desde o início do século XX. Porém, devido ao investimento e evolução da medicina, de medicamentos, vacinas e exames, proporcionados por programas gratuitos de governo, já vivíamos o processo de desaceleração, em grande escala, de pessoas acamadas pela tuberculose. Em contraponto, o consumo de nicotina era um hábito fortemente incentivado pela mídia, e o uso de cigarro ocorria de forma livre e natural dentro dos muros da Escola, inclusive havia compartilhamento do mesmo cigarro entre os adolescentes.

Percebemos que todas as motivações, sejam pró ou contra a saúde dos alunos, não (des)motivaram Marli de permanecer durante todos esses anos como pessoa fumante.

Por fim, nossa entrevistada nos demonstrou, nesse tempo em que rememorou suas lembranças mais “latentes” sobre a escola Técnica, de quantas dicotomias ela fez parte.

Para finalizar, cabe-nos destacar que Marli é Professora aposentada do atual IFSC. Não chegou a participar da formatura, pois entrou no Curso Superior em

Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina. Ainda como aluna no curso superior, entrou como professora temporária até ser efetivada em 1987.

3 ACÁCIO, A FORMAÇÃO DE UMA ELITE MASCULINA E DISCIPLINADA

3.1 FAMÍLIA, INFÂNCIA E DISCIPLINA

Acácio nasceu em Florianópolis, com família materna da cidade e paterna do interior. Na infância, moravam em um bairro localizado na região central da cidade de Florianópolis, o José Mendes. Filho mais velho de quatro irmãos, cursou o ensino primário em uma instituição privada, próxima à sua casa, a Escola Alferes Tiradentes¹⁹, e, conforme rememora:

Essa Escola tinha como proprietária e diretora a querida professora Olga Brasil da Luz²⁰, de grande renome na cidade, uma pessoa maravilhosa e que tem toda uma história de educação por trás. A dona Olga era uma pessoa maravilhosa, e eu tive a oportunidade de ser aluno no “coleginho” que ela tinha na rua Tiradentes, fundos com a rua Vítor Meireles.

Quando ele se refere à Diretora Professora Olga Brasil da Luz²¹ como uma pessoa de “grande nome na cidade”, ele o faz porque ela foi a primeira mulher que adentrou à Câmara de Vereadores de Florianópolis, como suplente, em 1960. A referida Diretora, nascida em 1924, era filha de Luiz Gonçalves da Luz e mãe de Lauricy Brasil da Luz. Ao longo de sua carreira ela foi docente e, depois, fundadora e diretora da Escola Alferes Tiradentes.

Posteriormente, Acácio ingressou no Colégio Catarinense, situado também na região central de Florianópolis. O Colégio foi criado em 1905, apenas para meninos, por um contrato firmado entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Companhia de Jesus/Sociedade Antônio Vieira. Suas atividades letivas iniciaram-se em março de 1906, e em 1943 o Ginásio passou a chamar-se Colégio Catarinense. A instituição abrigava alunos oriundos de outras cidades do estado em regime de Internato, e somente a partir de 1970 o Colégio passou a permitir o ingresso de estudantes do sexo feminino (Colégio Catarinense, [200-?]).

¹⁹ Escola fundada por Olga Brasil da Luz, no ano de 1958, localizada na Rua Tiradentes, 223, no Centro da cidade de Florianópolis.

²⁰ Nascida em Florianópolis em 1924, obteve o diploma de magistério em 1945, quando começou a lecionar em escolas de Florianópolis e região. Em 1958, criou a Escola Alferes Tiradentes. Em 1960, tomou posse como a primeira vereadora mulher de Florianópolis. Foi catequista e fazia parte do Clube de Soroptimista de Florianópolis, organização global que oferecia às mulheres e meninas o acesso à educação e ao treinamento necessários para que elas alcançassem a autonomia econômica. Faleceu em 2007 de insuficiência respiratória.

²¹ Ver: Olga Brasil da Luz (2023).

Emerge da fala de Acácio que sua trajetória escolar, juntamente com as relações sociais nesses espaços, indica a direção do seu discurso em valores com os quais fora inculcado.

É na segunda infância que a escola passa a ter como papel a educação moral das crianças, não que não seja papel também da família, principalmente na primeira infância, porém, na segunda, quando ela passa a frequentar a escola, esta também assume o seu papel de moralizar. Na família, a educação moral se dá mais no âmbito individual, mas é na escola que a moralidade é influenciada sobre sua vida social. Porém, não devemos desconectar o papel da religião na educação moral da criança, pois a igreja historicamente estabelece laços entre a escola e a religião (Durkheim, 2008). Quando o indivíduo adentra o universo escolar, ele inicia o processo moralizador no âmbito social. Conforme afirma Durkheim (2008, p. 39),

[...] há uma característica comum a todas as ações que comumente chamamos de morais, que é o fato de que estas se dão segundo regras preestabelecidas. Conduzir-se moralmente é agir em conformidade com uma norma, que determina a conduta a ser seguida antes mesmo que tomemos partido acerca do que devemos fazer. O domínio da moral é o domínio do dever e o dever é uma ação prescrita.

Quando um pai procura uma escola como o Colégio Catarinense ele leva em consideração a formação moral de seus filhos, pois, historicamente, conforme já afirmamos, a religião é um dos componentes de construção da moral do indivíduo.

Cabe destacar que, segundo Mello e Dallabrida (2013, p. 572), o Colégio Catarinense estava alinhado a uma proposta de ensino, que era

[...] pautada na sólida aquisição de conhecimentos e amalgamado na fé católica. Nesse excerto fica clara a intenção do ensino secundário o período qual seja: proporcionar a formação escolar e o diploma para o ingresso nos cursos superiores. A educação desenvolvida pelo Colégio Catarinense objetivava a formação de homens muito bem instruídos, habilitados e católicos, capazes de desempenhar diversas posições de liderança na sociedade.

É nessa fé católica que estão inseridas as regras de moralidade. Essa premissa também podemos identificar na trajetória de Marli, que frequentou uma escola católica. O sacrifício que os pais fizeram para que as filhas pudessem entrar em uma escola de valores cristãos e, dessa forma, tivessem o que consideravam uma boa educação, pode ter sido grande. Os pais de Marli demonstraram o quanto a educação é uma forma de ascensão social. Para Acácio, a Escola promovia também

uma forma de ascensão, visto que os alunos que ali frequentavam eram oriundos, na grande maioria, das elites sociais de Florianópolis.

A igreja ou a religião estão presentes nos discursos de todos os nossos entrevistados. Para Marli e Acácio, está relacionada a uma boa educação, uma educação de qualidade. Para Dalva, a religião teve reflexos em seu comportamento. Já para Leopoldo, a Igreja e o grupo de jovens estão relacionados à emancipação.

Como até 1970 o ingresso ao Colégio era somente para homens, quando nosso entrevistado entrou, o meio vivenciado, bem como os ensinamentos, foram constituindo esse perfil cultural, traçado pelos dirigentes do Colégio Catarinense em comum acordo com a sociedade. Ihe confiava seus filhos.

Na época do Colégio Catarinense, para você ter uma ideia, eu estudei com o filho do Governador, na minha sala, eu ia jogar bola ali no Palácio da Agrônômica. Eu tinha amigos que eram filhos de Secretário de Estado, filho de Prefeito, então era uma convivência normal, e mesmo quando eu fui para a Escola, eu continuei com essas amizades, eu encontrava com eles, convivia em sociedade com eles.

Para Acácio, no Colégio Catarinense é que se formaram grandes laços de amizades que o levariam a aumentar suas relações sociais:

O governador era o Colombo Sales, todos os governos naquela época eram governadores indicados, não tinha eleição para governador de Estado, e o engenheiro Colombo Salles veio do Rio de Janeiro com a família dele para ser governador de Santa Catarina. E o Marcelo é meu amigo até hoje, o filho dele, Marcelo Werner Sales, ele é engenheiro civil, especialista de ponte, e então essas informações corriam pela gente, filhos de militares de alta patente, como eu te falei.

Acácio lembra que os governadores daquela época eram indicados pelo Presidente da República, algo comum durante muitos anos no início da República²², mas que retornou em tempos de ditadura civil-militar. Também exalta os colegas filhos de lideranças e personalidades influentes de Florianópolis. Para ele, relatar quem foram seus colegas no Colégio tem o intuito de exaltar seu status social e cultural.

²² Desde o início do Período Republicano (1889), o primeiro governador eleito por sufrágio universal foi Hercílio Luz, em 1894. Em 1930, Ptolomeu de Assis Brasil foi nomeado como interventor pelo governo federal. As nomeações indiretas e pela Assembleia legislativa permaneceram até o ano de 1935. Esse período de nomeações indiretas ocorreu durante toda a “era Vargas”. Somente em 1947 Aderbal Ramos da Silva foi eleito por sufrágio universal, até 1971, quando, durante a ditadura civil-militar, novamente os governadores foram indicados pelo governo, no caso, Colombo Sales, o governador rememorado por nosso entrevistado.

Status esse que se manteve, mesmo ele saindo do Colégio Catarinense, com a continuidade dessas relações após o ingresso na Escola Técnica:

Eu convivia na sociedade de Florianópolis, é diferente. Eu estava na Escola, mas eu convivia dentro dos dois maiores clubes sociais de Florianópolis, que eram o Lira Tênis Clube²³ e o Clube Doze de Agosto²⁴. Meus colegas, meus amigos, eu não deixei de ter eles como amigos.

Os alunos vinham de um círculo social que mesmo ele entrando para a Escola Técnica foi possível manter o vínculo. Isso porque pertenciam à mesma elite florianopolitana, ainda com ares de interiorana com algumas famílias influentes, eles continuaram o convívio em clubes frequentados pela alta sociedade. Inclusive, o pai de Acácio fazia parte do corpo diretivo, ressaltando assim os laços do Colégio Catarinense, o status social de nosso entrevistado e como isso se apresenta com relevância em sua fala.

Então, conhecido como um colégio destinado a preparar as lideranças da sociedade florianopolitana, se colocava a pretensão de uma formação sólida, pautada na fé católica e na alta instrução. A formação pretendida, assim, para além do ensino de saberes, exigia o disciplinamento dos discentes de acordo com a educação jesuítica. Conforme afirmam Mello e Dallabrida (2013, p. 579),

[...] para o Padre João Alfredo Rohr, Diretor do Colégio na primeira metade da década de 1950 ‘a primeira condição de um bom aproveitamento e de um bom andar [...] de todo estabelecimento é a disciplina. Se não há disciplina, não pode ir bem!’. [...] É importante frisar que a disciplina – no sentido foucaultiano – colocada em marcha no colégio de jesuítas de Florianópolis procurava muito mais ‘conduzir a conduta’ por meio de estratégias bem planejadas e executadas do que pela punição. Tratava-se de um disciplinamento corporal católico e burguês que tinha como escopo a

²³ O Lira Tênis Clube nasceu da fusão de dois tradicionais clubes florianopolitanos: a Sociedade Lyra, fundada em julho de 1920, e o Tennis Club Florianópolis, em dezembro de 1922. A fusão ocorreu em julho de 1926, tendo sido oficializada no dia 7 de outubro do mesmo ano. Sua sede foi instalada, inicialmente, na Chácara de Espanha, região nobre do Centro de Florianópolis. Em 29 de março de 1927, deu-se a transferência para os altos da Colina, entre as tradicionais Ruas Tenente Silveira e Felipe Schmidt, onde se encontra até hoje. Por isso, também é conhecido por Clube da Colina (Lira Tênis Clube, [200-?]).

²⁴ A necessidade de um clube recreativo, para que a comunidade desterrense pudesse partilhar de momentos de cultura e lazer, fez com que em 12 de agosto de 1872 quatorze jovens fundassem o Clube Doze. Reuniam-se em um sobrado na antiga Rua Augusta (atual João Pinto). Com o crescente número de associados, houve a necessidade de criação de uma sede própria. Em 1940, conseguiram comprar um terreno localizado na Av. Hercílio Luz e o terreno ao lado, doado pelo Dr. Aderbal Ramos da Silva, benemérito do clube. A nova sede começou a ser construída somente em 1957 e somente em 1964 conseguiu-se terminar a construção. A sede de Coqueiros foi adquirida em 1955 na fusão entre o Coqueiros Praia Clube e o Doze, com o intuito também de proporcionar uma sede Balneária aos seus sócios. Hoje, Coqueiros é a sede com maior número de frequentadores e a que disponibiliza mais opções de lazer e esportes. Seu complexo esportivo é referência na região e local em que as equipes treinam para as competições esportivas (Clube Doze, [200-?]).

produção de sujeitos auto regulados que integrariam elites econômicas e intelectuais.

Reflexos desse disciplinamento são constantemente citados pelo nosso entrevistado, mesmo que tacitamente, quando ele recorre às palavras “disciplina” e “ordem”.

Se a moral é um conjunto de regras prescritas, que determinam a conduta do indivíduo, o que seria então a disciplina? Se entendermos que a moralidade é parte de regras exteriores para se interiorizar no indivíduo, de forma imperativa, criando limitações nos hábitos e condutas, a partir do entendimento que o indivíduo tem dessas regras ele assimila certa regularidade e submissão a elas. A união da regularidade com a autoridade leva ao espírito da disciplina (Durkheim, 2008).

A disciplina

[...] tem por efeito, por objeto, regular a conduta; ela pressupõe ações que sempre se repetem em condições determinadas; mas ela não existe sem autoridade. Trata-se de uma autoridade regular. Podemos dizer, que o primeiro elemento da moralidade é o espírito de disciplina. Mas prestamos muita atenção no significado dessa proposição. Comumente, a disciplina só parece útil porque necessita de certos atos que são considerados úteis. De acordo com essa perspectiva, essa seria apenas um meio para determinar esses atos na medida em que os impõe. Nesses atos que a disciplina garantiria sua razão de ser. Mas, se as considerações que apresentamos até aqui estiverem corretas, é necessário que a disciplina tenha razão de ser nela própria, pois convém que os homens sejam disciplinados, com exceção dos casos em que ele é constrangido a isso. Mas por quê? Bem, responder a essa questão é muito importante, especialmente se levarmos em consideração que a disciplina via de regra, aparece como um incômodo, talvez necessário, mas muito árduo que é preciso suportar tentando minimizar seus efeitos (Durkheim, 2008, p. 46-47).

O autor destaca o papel regulador e limitador da disciplina. Uma das formas de demonstrar disciplina é promover incômodo, constrangimento. A punição, o castigo escolar, é uma forma de impor essa disciplina. Apesar dos autores Mello e Dallabrida (2013) enfatizarem que não havia punição e, sim, um disciplinamento corporal, nosso entrevistado chama de “castigo” essas estratégias de disciplinamento escolar, conforme relata:

Mas era na hora castigo, na sala de aula. Ficou de brincadeira? Não tinha aviso, sai. Sai e pronto. O professor não perdia tempo, não tinha: “Estamos aqui para estudar”. “Não quer? Sai e pronto!”, na mesma hora e sem aluno contestar, entendeu? E outra coisa, já continuava a aula e pronto. Isso hoje em dia realmente é complicado, até a forma de você pedir para o aluno sair da sala de aula tem que se pensar, eu acho um absurdo.

Acácio relata o cotidiano escolar e a forma de disciplinamento e ordem que ocorria no Colégio Catarinense, ao mesmo tempo em que traz consigo ecos dessa formação e se indigna com o comportamento atual de seus alunos. O entrevistado não consegue dissociar que sua formação no ensino fundamental foi em escolas privadas e tradicionais, em uma época de rigidez, e que os direitos da criança e do jovem, ainda antes do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8069 de 1990), o ECA, ser instituído, eram pouco ou nada reconhecidos. Soma-se, então, o caráter conservador das instituições no momento da ditadura, o que antecede o reconhecimento da criança e do jovem como sujeitos de direito.

A criação do ECA expressa uma política mundial de cuidados com os direitos humanos. A referida Lei foi promulgada após a realização da Convenção Mundial dos Direitos Humanos das Crianças, realizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1989. A Convenção é um importante marco na garantia internacional dos direitos das crianças e dos adolescentes de todo o mundo, fruto de um longo processo de discussão entre diversos países e organizações, que durou anos.

O Estatuto garante o direito ao respeito, à integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. E ainda, no Artigo 18-A, assim prescreve:

A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014) (Brasil, 1990).

Com a preocupação mundial sobre o direito de salvaguardar a criança e o adolescente, o uso de castigos e de situações vexatórias entre as crianças foi diminuindo. Foram se criando regras a fim de limitar e conter as possíveis situações de castigo ou desconforto nas crianças dentro das escolas. Inclusive, à escola, agora, seria atribuída também essa função: de resguardo e cuidado com a infância.

Não obstante, percebemos que Acácio possui em suas falas a naturalização do castigo. Nenhum dos outros entrevistados faz observações sobre o que, para ele, na sua formação escolar ou nas relações sociais, teve forte impacto em suas opiniões.

Na Escola Técnica, a disciplina e a ordem aparecem, por exemplo, no rigor do uso do uniforme escolar. O rigor era atribuído a uma figura comum naquele espaço escolar, os inspetores. Cabe destacar que os inspetores escolares eram os profissionais responsáveis pela ordem e disciplina na Escola.

A figura do inspetor fez parte da história da educação catarinense desde a Reforma Orestes Guimarães, de 1911. Segundo Teive (2005, p. 104),

[...] Orestes Guimarães foi imbatível, criando uma série de mecanismos para assegurar o controle do Estado sobre a instrução pública, sobre os rumos da sua reforma, tal como a organização de uma série de normatizações que deveriam reger o cotidiano das escolas públicas e o trabalho dos/as professores/as, bem como a criação da Inspeção Geral da Instrução Pública e dos cargos de Inspetor Escolar e de Chefe Escolar, para a fiscalização do seu cumprimento e, principalmente, para limitar toda a polissemia que de algum modo pudesse impedir ou dificultar a execução da reforma.

No Decreto nº 585, de 1911 (Santa Catarina, 1911), os inspetores deveriam exercer funções técnico-administrativas, cabendo a eles a orientação quanto aos métodos de ensino, com o objetivo de padronizar as práticas docentes, inculcando uma cultura escolar não somente na formação dos professores, mas também no cotidiano da prática docente por meio de visitas e inspeções. Assim, o papel do inspetor escolar era sobretudo de fiscalizar o trabalho docente, verificando o tipo de aula, os aspectos metodológicos e o conteúdo.

Na Escola Técnica, havia a figura dos inspetores escolares que, conforme afirma Acácio, teriam essa função de fiscalizar também os alunos. Um deles, em especial, chamado Professor Jucy, é carinhosamente lembrado por nossos entrevistados, e, no caso, Acácio assim o descreve:

O Inspetor de aluno, então, tinha um corredor na entrada, e ele olhava até a meia, a cor da meia, levantava a calça e via. O Jucy era terrível, o Professor Jucy, já falecido. Uma figura, tinha que levantar a calça para ele ver a cor da meia, tinha que ser marrom da cor do sapato, isso na entrada e depois na sala eles chegavam a fiscalizar. Passavam no corredor se o professor não estivesse, se a turma estivesse fazendo bagunça ele já entrava e identificava. Não tinha moleza, não passava a mão na cabeça de ninguém.

Percebemos que ele está de acordo com postura do inspetor escolar. Apesar de ele citar o Professor Jucy como “terrível”, isso se deve ao fato do rigor com que fiscalizava o cumprimento das regras quanto ao padrão exigido do uniforme. Toda essa indignação, quando anteriormente relata a postura atual dos alunos, e a fala sobre a inspeção do uniforme, que se reflete nas falas, correspondem ao modelo

político que se vivia. Nosso entrevistado relata alguns hábitos que eram aplicados aos alunos no Colégio Catarinense e que também se aplicavam na Escola Técnica:

É, alguns hábitos, de algumas coisas eram parecidos. No Catarinense você tinha que fazer fila para entrar na sala de aula, por tamanho, direitinho, ficava ali, quando o Padre Prefeito dava um sinal, você entrava na sala de aula. Na escola, era a mesma coisa, em relação ao horário para você se dirigir para a sala de aula, mas a gente não precisava se formar. E tinha uma turma que era destacada, já com antecedência, porque toda segunda-feira se tocava o hino nacional, tinha a bandeira nacional, então uma turma era destacada para fazer no pátio isso, e todos os outros ficavam em posição de sentido na sala de aula. Você tinha que respeitar, posição de sentido dentro de sala de aula, para não ir todo mundo. Então uma turma tinha que conduzir, tocar o hino nacional na segunda-feira com o hasteamento da bandeira, e os demais ficavam em sala de aula, posição de sentido obedecendo, porque o professor em sala de aula, ele exigia respeito, quem não respeitasse, era excluído mesmo e ia ser punido, tem que ter respeito à bandeira, ao hino nacional, tudo isso. Então, nesse aspecto, apenas por ser um ambiente diferente, mas como eu vinha do Catarinense, nesse aspecto os padres tinham muita disciplina, e para a gente não fazia diferença. Agora, ali na Escola era assim rígido nesse aspecto, mas como eu disse, eu vinha de um ambiente que respeito, disciplina, tinha que haver, então para mim não fazia diferença isso.

No Colégio Catarinense havia a figura do Padre Prefeito, que seria responsável por organizar o cronograma e acompanhar os alunos em seus estudos, e o Padre Prefeito Geral de Disciplina, que tinha como atribuição supervisionar horários de entrada e saída de alunos e professores, vigiar os corredores e salas de aula e zelar pelo cumprimento do silêncio e respeito ao ritmo disciplinar²⁵.

Ele relata o ritual, o ritmo, o tempo, os corpos perfilados, eretos, o respeito à bandeira, o símbolo nacional, o canto do hino, a exaltação à pátria, e o faz, com bastante veemência e detalhamento quando rememora o ritual cívico que ocorria no Colégio Catarinense. Ao relatar sobre a Escola Técnica, diz que não havia tanta disciplina, o que fica claro quando fala sobre a falta de necessidade da formação para se deslocar ao pátio, para cantar o hino. E, apesar de ser no mesmo dia, o mesmo ritual, ele destaca que apenas uma turma era selecionada para organizá-lo, os demais o executavam em sala de aula. Para ele, na Escola Técnica existia uma falta de disciplina, certo menosprezo em relação ao ritual: o que fora naturalizado para ele já não era o mesmo na Escola Técnica.

Dentro de toda sua trajetória escolar, ele teve a disciplina como mote norteador, fosse na Escola Alferes Tiradentes ou no Colégio Catarinense, de forma que isso influenciou sua postura quando ele se tornou professor na própria Escola

²⁵ Mello e Dallabrida (2013, p. 580).

Técnica. Abaixo, ao perguntarmos quais suas memórias sobre o primeiro dia, a primeira lembrança que vem à mente, ele assim relata:

Eu não vou exatamente lembrar do primeiro dia. Vamos dizer assim, o início é uma mudança bastante radical, pelo convívio das pessoas, não por hierarquia, por disciplina, porque naquela minha época, o Colégio Catarinense era muito rígido. Primeiro a Alferes Brasil, Dona Olga não tinha moleza com ela, então a disciplina na minha vida estudantil já vinha do primário, no Catarinense então, nem pensar. Naquela época o Padre Prefeito e outro lá eram pessoas rígidas mesmo, muito rígidas, e grandes amigos ao mesmo tempo, então eu trazia toda uma cultura, de respeito. Quando eu chego na Escola, continua isso também, porque naquela época, a Escola cobrava dos alunos, aquelas coisas, mas o ambiente mudou, e eu passei a conviver com pessoas, como eu te disse, que tinha dificuldade para morar em Florianópolis, lá de Tubarão.

Para Acácio, a disciplina continua sendo fundamental na constituição do indivíduo, e assim ele a compara com a atual formação escolar:

Claro, não tenha dúvida, totalmente diferente, até para um adolescente, eu vejo isso, e é muito importante, e uma das coisas que hoje me entristece é a forma como é o comportamento dos alunos, isso me entristece. Às vezes eu vejo coisas aqui que eu não aceito, eu não aceito, mas evolui, uma evolução pessoal, porque como um aluno se comporta desse jeito na escola, como ele vai para o mercado de trabalho depois? A escola não é só formação, é a formação do cidadão, olha nossa responsabilidade sabe, de formar o cidadão e deixar ele fazer o que bem entende? Não, formar o cidadão é mostrar a ele que ele tem direitos e deveres. Isso para mim é muito claro.

Para Acácio, quem determina a formação é o mercado de trabalho, não a sociedade. Quando ele cita que o aluno deve ser formado como um cidadão, ele traz a premissa de que seja formado para o trabalho. Um perfil exigido de cidadão para ele é o que se adequa ao universo da indústria, dos postos de trabalho para os quais a Escola Técnica o profissionaliza. Para ele, a formação de um cidadão não é constituída por uma formação política, por uma formação crítica. Temos que compreender que nosso entrevistado não considera o papel do adolescente como um jovem em processo de construção de identidade; para ele, sua missão agora como professor é a adultização desse jovem e a preparação para o mercado de trabalho.

Segundo Conceição (2021, p. 165):

A preocupação que se coloca é como esse potencial pode e deve ser aproveitado para manutenção e perpetuação da sociedade. Tal observação valoriza sua condição de juventude, pois estamos falando de potencial de futuro e até mesmo de transformação. Entretanto, a verdadeira pergunta é: quem afirma isso? Não são os jovens; são os adultos que constroem uma representação social da juventude e do ser jovem.

A premissa inicial da escola é que a sua formação deve ser o espaço do discurso, da liberdade de expressão, da construção do pensamento crítico. Antecipar um comportamento desejado para o mercado de trabalho antecipa o processo de constituição desse jovem e promove uma adultização precoce.

Segundo Conceição (2021, p. 168), “a socialização profissional é um processo educacional [...], e seu aprendizado e internalização pelo trabalho instrumentalizam os sujeitos para a vida em sociedade, uma sociedade de adultos juvenilizados”.

Compreendemos, então, que Acácio, ao assumir o papel de docente, requer que seus alunos sejam dóceis, gentis, domináveis, isso dentro de um novo contexto social, em que os jovens possuem maior liberdade de expressar-se e de criticarem, maior liberdade de “movimento”, alinhados (ou alienados, poderíamos dizer...) também, às novas tecnologias.

A partir dessa fala, podemos fazer duas considerações: primeiro, ele critica a atual formação do aluno, a falta de disciplina, e, a segunda, quando enfatiza que a escola possui não somente a responsabilidade de ensinar, mas também a responsabilidade de formação de comportamentos, de caráter do indivíduo. Em sua fala ele deixa claro a diferenciação que aqui destacamos: “*A escola não é só formação, é formação do cidadão [...] formar o cidadão é mostrar a ele que ele tem direitos e deveres!*”.

Durante os primeiros anos do século XX, a crescente urbanização e a industrialização trouxeram consigo também a vontade de civilizar as classes populares. Dessa forma, o ensino profissional foi criado como forma de disciplinamento de identidade desses jovens e, conseqüentemente, de suas famílias para essa nova realidade social. Esses ideais, que estavam presentes em diversas capitais do Brasil, não eram diferentes no estado de Santa Catarina. Havia revoltas populares em relação à nova ordem do trabalho, era um período de grandes turbulências, e se fazia necessário educar para a moral, para a disciplina, para o trabalho, tornando a educação profissional uma importante aliada dessas famílias trabalhadoras. Assim, compreendemos que, em Santa Catarina, essas mudanças, do ponto de vista econômico, social e político, tiveram, na educação, o instrumento para perpetuar os novos valores de moralidade, de civilidade e de patriotismo a seus educandos.

Anos foram se passando, o ensino profissional foi sendo cada vez mais necessário para alavancar o crescimento do país, e maior número de pessoas teve

oportunidade de acesso à educação. Na Escola Técnica, já nos anos de 1970, conforme nosso entrevistado relata, esta não era mais uma escola cujo ideal seria somente afastar os jovens de classes populares da ociosidade e do crime, não seria somente uma escola que tinha como intuito a formação de uma mão de obra para suprir as necessidades econômicas, mas sim uma nova configuração “social” na cidade. Nesse momento, jovens de camadas sociais elevadas também prestavam exame de seleção para ingressar na Escola Técnica: *“A gente vinha de uma escola que tinha uma formação muito forte, o Colégio Catarinense, e passamos todos muito bem na Escola, no teste de seleção”*. Acácio não fez o teste de seleção sozinho, mas *“no grupo de cinco ou seis, se eu não me engano, na época, fizemos o teste de seleção, passamos todos, e fomos para a Escola Técnica no início de setenta e cinco”*.

O teste de seleção ocorreu no final do ano e o resultado no início do ano seguinte, em 1975. Percebe-se na próxima fala como ele ainda dá relevância não somente à formação do Colégio Catarinense, mas a pessoas importantes na cidade, que estudaram com ele e que também fizeram o teste de seleção para ingressar na Escola Técnica: *“A gente acabava vindo de uma formação boa, e amigos muito leais assim, pessoas até com alto poder aquisitivo, foram junto. Um deles, eu cito até hoje, o engenheiro Acácio Santiago, o pai dele foi prefeito de Florianópolis”*.

3.2 O INGRESSO NA ESCOLA TÉCNICA

Para continuar a afirmação de pessoas importantes e de boa formação, ele mantém esse posicionamento justificando a escolha pela Escola Técnica: *“Não era: ‘Vou sair de uma escola privada, para ir para uma escola pública!’, não, eu estou saindo do Colégio Catarinense para ir para a Escola Técnica. Para nós não tinha diferença, uma era particular outra uma pública, para nós era motivo de orgulho, não existia nenhum demérito”*. Atualiza-se na fala a busca por distinção que faz hierarquizar a escola pública como menor em relação à privada e tradicional.

O entrevistado tenta, porém, reforçar que não havia diferença entre a escola privada e a pública. Possivelmente porque ele acreditava que ambas eram detentoras de uma “boa formação”, ou seja, tinham qualidade de ensino, professores qualificados e estrutura física adequada para ministrar as aulas propedêuticas e laboratórios modernos. Porém, somente pelo fato de ele fazer essa distinção entre uma escola pública e outra privada, como forma de justificar sua escolha, nos leva a supor que

havia um estigma de que a escola pública era de qualidade inferior à privada. Ademais, a Escola Técnica possuidora de boa formação se faz também devido ao exame de seleção para o acesso, não sendo, necessariamente, uma escola de ingresso popular.

Essa afirmação, de que somente tinha acesso à Escola a elite intelectual do Estado, ocorre porque, em 1937, o Diretor da Escola recorreu ao governador do estado de Santa Catarina, para que esse providenciasse bolsas de estudo para jovens do interior do estado. Essa iniciativa partiu da grande procura de famílias do interior que tinham a intenção de que seus filhos frequentassem a instituição, mas que não tinham condições financeiras para manter as crianças na capital. Assim, em setembro de 1937, o governo acatou o pedido do Diretor Cid Rocha Amaral e concedeu 20 bolsas de estudos aos melhores alunos provenientes de estabelecimentos de ensino do interior de Santa Catarina. “A medida visava, não só, dar educação profissional a esses jovens, mas também qualificar o nível de ensino da Escola” (Almeida, 2010, p. 88). A década é de 1930, cerca de 20 anos após sua criação, mas, percebemos que a Escola já possuía um status que chegava ao interior do estado. Porém, não se tratava da oferta de formação profissional ampla, mas, sim, limitada apenas aos que se destacassem. Somente os melhores teriam acesso. Assim, entendemos que o sistema escolar legitima as desigualdades sociais e aceita a herança cultural como aptidão natural.

Do total de oito entrevistados para essa pesquisa, um relata que veio do interior do Estado para se matricular na Escola Técnica, era o ano de 1968 e ele diz que sua matrícula foi deferida. Isso porque a Escola estava iniciando um novo curso em caráter experimental, o primeiro de Ensino Médio, o Curso Técnico em Eletromecânica. Outro entrevistado cursou o ensino ginasial na Escola e, ao findar, sabendo da oportunidade de continuidade dos estudos, visto que surgiam as primeiras turmas regulares do 2º Grau se adequando à Lei 5692/1971, ele teve, junto com outros estudantes, a oportunidade de ser automaticamente matriculado. Os demais, para adentrar, tiveram que passar por um exame de seleção que, segundo relatos, um deles de Marli, durava dois dias.

Apesar do exame de seleção, não somente alunos oriundos de camadas sociais mais elevadas adentravam à Escola, e Acácio relata sua primeira experiência de conviver com pessoas de outras classes sociais:

A turma vinha em peso estudar aqui, e vinham pessoas que tinham dificuldades. Então assim, o meu ambiente mudou, querendo ou não, meu ambiente mudou. Ao mesmo tempo que eu ganhei grandes amigos e diferentes, e me adaptava, eu sempre fui capaz de me adaptar muito rápido, e eram pessoas de outros lugares. Eu tinha aqueles meus amigos do Catarinense, mas a gente começou a conhecer outras pessoas, começou a ter novos olhares, e é muito importante isso, porque o ambiente do Catarinense era de um outro nível social, totalmente, e ali você tinha amigos que chegavam na sexta-feira com uma mochila nas costas embaixo do braço um cartaz, e ir para a beira da BR pedir carona para ir para o sul do Estado. Tinha os amigos que estudavam com a gente e moravam naquelas pensões que tinham ali perto da Escola, e muitas vezes era um quarto, cozinha e um banheiro e eles se amontoavam lá, com dificuldades. Quantas vezes eu soube que eles viviam de pão e ovo. Eu morava na casa dos meus pais, tinha uma boa alimentação, tudo isso, mas aquelas pessoas, eles eram felizes, é isso que cativava a gente, eles eram felizes, estudiosos, eram muito inteligentes, comprometidos, estudavam muito para ganhar aquele diploma, e depois seguir a vida, e foram depois, pessoas muito bem-sucedidas, na profissão.

Quando Acácio relata que *“aquelas pessoas, elas eram felizes, é isso que cativava a agente, estudiosos, eles eram muito inteligentes, comprometidos, estudavam muito para ganhar aquele diploma”*, ele elabora uma distinção. Ele destaca que, apesar da condição social precária, estudavam muito e eram inteligentes.

Assim, se, por um lado, a Escola de Aprendizizes Artífices fora criada inicialmente para atender as populações mais pobres em 1909, por outro lado, percebemos que, nos anos 1970, alunos com melhores condições sociais, e segundo Acácio, até os filhos de famílias da elite social e econômica de Florianópolis ingressavam na Escola Técnica.

Ao questionarmos os motivos que o levaram a tentar ingressar na Escola Técnica, ele afirma: *“exatamente pelo viés da Escola já se apresentava ao projeto!”*. Quando ele se refere ao “projeto” da Escola Técnica, quer dizer caráter formativo para o trabalho. Em diversos momentos anteriormente citados, ele recorre à formação profissional como necessária e importante.

No contexto da modernização conservadora implementada pela ditadura, mais pessoas foram tendo acesso à escola, à educação profissional, bem como às novas tecnologias. É esse o contexto para a promulgação da Lei 5692/1971, que atribuiu ao 2º Grau a função de profissionalizar alunos, conferindo às Escolas Técnicas apenas esse grau de ensino, fosse de forma integral ou somente na condição de complementação subsequente.

Além disso, os industriais acreditavam que, a exemplo dos países europeus e dos Estados Unidos, que defendiam o ensino público como emancipação econômica,

social e política, o Brasil deveria seguir da mesma maneira para também se tornar um país civilizado (Manfredi, 2002). A tradução dessa ideologia em medida de política educacional se deu com o Presidente Nilo Peçanha que, em 1909, criou por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro desse mesmo ano, as Escolas de Aprendizes Artífices.

Os tempos eram de mudanças no cenário político e econômico brasileiro. A economia passava de predominantemente manufatureira para industrial. A República trazia consigo ideais de modernidade, civilidade e, com isso, o cenário urbano passava por um remodelamento e saneamento, pois o traçado urbano vigente denunciava o atraso do país. Era preciso destruir a atual cidade e reconstruir uma nova cidade. A escola passou a se constituir como uma exigência da modernização social pretendida, mas, conforme Teive (2008, p. 95), “era preciso trazer as crianças das classes populares ao processo de escolarização”.

Com o estado de Santa Catarina não foi diferente. A cidade de Florianópolis ainda possuía muitos traços coloniais, mas almejava a modernização, a exemplo das demais capitais do país, para que superasse o atraso em direção aos padrões burgueses de urbanização e organização social. A elite conservadora, porém, modernizadora, que tomou o poder do regime republicano em Santa Catarina, encontrava-se em afirmação de classe e de valores que, ressignificados, pretendiam atingir toda a população (Teive, 2005).

Dessa forma, educar o povo, este entendido basicamente como os provindos das camadas populares, tornou-se um ideal para os republicanos catarinenses. A reforma na educação popular deveria iniciar-se pelo investimento na formação de professores, responsáveis pelas novas normas e incorporações dos novos hábitos, bem como pela organização e construção de escolas populares.

De acordo com Popkewitz (1995, p. 192), a seleção de conhecimentos “implica não somente informação, mas regras e padrões que guiam os indivíduos ao produzir seu conhecimento sobre o mundo”. Exemplo disso foram as mudanças curriculares que aconteceram com a alteração da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina para Liceu Industrial Catarinense, em 1937. Segundo Almeida (2010, p. 42), “a criação dos Liceus foi uma das formas encontradas pelo governo federal para propagar e fortalecer o ensino industrial em todo o território brasileiro”.

Uma das mudanças ocorridas foi a inserção, no currículo do Liceu Industrial de Santa Catarina, de disciplinas como Geografia, Português, História, Pátria e

Tecnologia. Isso se deu pelo fato de que a indústria estava mais forte economicamente na década de 1930 do que na de 1910. Além disso, as tecnologias haviam mudado, necessitando de uma alteração na qualificação de seus operários. Dessa forma, o currículo da Escola de Aprendizes Artífices sofreu alteração quando de sua mudança para Liceu Industrial, ou seja, para suprir a lacuna existente na formação de seus educandos. Em 1942, o governo estabeleceu, por meio do Decreto-Lei nº 4.073, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, as bases de organização e de regime do Ensino Industrial no Brasil, dirigido prioritariamente à preparação profissional dos trabalhadores das indústrias (Brasil, 2012a).

Conhecida como “A Industrial”, a partir de 1945, a Escola possuía como bases comuns, nas quatro primeiras séries iniciais, as seguintes matérias curriculares: Português, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Geografia do Brasil, História do Brasil, Desenho Técnico e Tecnologia (Almeida, 2010). Em 1959, a Lei nº 3.552 dispôs sobre a organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de Ensino Industrial que, a partir desse momento, passaram a ter como objetivo proporcionar uma base de cultura geral e de iniciação técnica, que permitisse ao educando se integrar na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos, como também preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio (Almeida, 2010).

Em 1965, por meio da Lei nº 4.759, foi criada a Escola Industrial Federal de Florianópolis. Na nova grade curricular, foram incluídas as disciplinas de Inglês, Química, Física, Matemática, Biologia, História, entre outras de ordem técnicas. Em 1968, por meio da Portaria Ministerial nº 331, a Escola Industrial Federal de Santa Catarina transformou-se em Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Naquele ano, a Lei nº 5.524 regulamentou a profissão de técnico. Em 1970, foram reformulados os currículos e programas de ensino, com a adoção de nova sistemática nos estágios (Almeida, 2010).

Aqui cabe trazer a alteração da LDB 1971: a criação dessa lei reestruturou o ensino de 1º e 2º graus, com o último oferecendo a possibilidade de aprofundamento dos estudos profissionais, que poderiam ser realizados em regime de cooperação com as empresas. A Escola Técnica já possuía a oferta desses cursos. Mas a Lei evidencia o papel que as empresas e o trabalho tinham na formação dos jovens, inclusive destacando que os estágios poderiam ser feitos nas empresas sem vínculo empregatício, mesmo no caso de remuneração.

Ao longo dos anos, o ensino profissionalizante no Brasil foi adquirindo um status educacional mais elevado, a medida em que a educação pública foi permitindo que mais pessoas pudessem acessar a escola e os níveis escolares mais elevados, juntamente com a mudança de tecnologias e das demandas da indústria, de forma que maior foi sendo a necessidade de qualificação. O ensino profissionalizante e, no caso, o público, a partir de 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, foi deixando de ser apenas para as camadas mais baixas da população. Pois o conhecimento da técnica e a possibilidade de profissionalização no Ensino Médio se transformaram em interesse também dos filhos das camadas superiores, conforme citamos anteriormente.

Na próxima fala, podemos entender os motivos que também levaram Acácio a ingressar na Escola:

O Colégio (Catarinense) era caríssimo naquela época, e com quatro filhos... e o fato também de você tirar essa carga dos pais é importante, a gente tem que saber entender isso também. E para mim, eu estava vindo para uma ótima instituição, e ainda fazendo algo que eu tinha vontade, porque eu já queria fazer alguma coisa na área técnica, eu não queria fazer o segundo grau simplesmente, uma formação genérica, eu já tinha a vontade de fazer um curso técnico, então isso foi bem tranquilo, essa transição.

O Colégio Catarinense primava por uma educação tradicional, que formasse as elites catarinenses para o Ensino Superior. Esse também é o único momento em que ele relata a dificuldade financeira que seus pais tinham para custear uma escola particular para dois de seus quatro filhos.

O ingresso de Acácio na Escola Técnica se deu, então, por dois motivos: o financeiro, já que ele relata ser o mais velho dos quatro irmãos, e as irmãs mais novas estudavam no Instituto Estadual de Educação, nos levando a compreender seu senso de responsabilidade com seus pais, que ele tinha com essa atitude uma forma de mostrar a eles que já tinha capacidade de diminuir os custos familiares. Não obstante, o ingresso na Escola Técnica também chamou sua atenção, pois imbuído desse “espírito” de responsabilidade, poderia adquirir uma profissão e já ingressar no mundo do trabalho, auxiliando no custeio familiar, e a Escola Técnica era referência em educação profissional no estado.

Na fala a seguir, ele relata que tinha orgulho em estudar, inclusive em usar o uniforme que era característico por sua extravagância:

“É da Escola Técnica!” porque aquilo era uma coisa realmente berrante, aquela calça xadrez, com aquele blusão, mas olha, tudo é bom para a gente, porque a instituição naquela época, era muito diferente dos dias de hoje, a forma como as pessoas se comportavam, era uma cultura de obediência, de respeito muito grande. Disso eu sou um partidário, sempre fui, a mesma educação que eu tinha em casa, de respeito, de saber se comportar. A escola cobrava isso, então para mim, não fazia diferença, muito pelo contrário.

Quando aluno da Escola Técnica e, posteriormente, ao ingressar no Curso Superior em Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Santa Catarina, sua fala endossa a relevância da Escola não somente como de ensino de qualidade, mas de status social (e de *status* acadêmico) que poderia ser alcançado:

Para a época eram (os laboratórios) mais do que bem equipados, eles eram muito bem aproveitados. Algumas disciplinas que eu fiz de laboratório, algumas atividades que eu fiz no laboratório da Escola, dentro da Universidade, não chegavam nem perto. Tanto que eu e os meus amigos quando passamos no vestibular, um deles, uma diferença de um semestre (ele era um semestre na minha frente) até fizemos várias disciplinas juntos depois na Universidade, nós éramos muito amigos dentro da Universidade, a gente “dava um banho”²⁶, porque a gente sabia mais do que eles (os professores) em termos de atividades práticas. Sabe por quê? Porque os professores dentro da Escola eles eram sumidades em laboratório, e o que fazíamos de ensaio na Universidade não chegava nem perto do que era feito na Escola Técnica. Então nosso conhecimento técnico era bem superior.

Nessa fala, ele relata a qualidade do ensino da Escola Técnica, de forma a reforçar sua opção por uma escola de qualidade (*mesmo* essa sendo pública). Novamente, ele ressalta que sua opção em ingressar no ensino profissionalizante considerou o status que ela possuía na sociedade. O ensino técnico ofertado nos laboratórios, as aulas práticas, fizeram com que os alunos saíssem com boa base para ingressar em cursos superiores de Engenharias, e que, quando requisitados os conhecimentos técnicos, não somente pela natureza da formação profissional, mas também pela qualidade da formação, pudessem se destacar na Universidade Federal de Santa Catarina.

3.3 A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: DISCIPLINA COMO “LEGADO”

Quando Acácio diz que a educação, a disciplina, a obediência vinham de casa, ele o faz criticando os dias atuais, que seriam de falta de disciplina e de obediência

²⁶ Expressão popular do cidadão florianopolitano, que significa que você é melhor, se destaca com facilidade, tem sucesso.

em relação aos adultos. Ele usa como exemplo a disciplina que ele recebia na Escola Técnica e o quanto ele coadunava com ela:

Naquela época era assim, está acabando a aula, vamos começar a organizar, limpar, um já pegava a vassoura, ia varrendo, outro ia guardando, e pronto, porque a outra turma que vai entrar tinha que encontrar limpo. Isso realmente era muito importante para a formação do cidadão, porque isso é responsabilidade, a gente saber das nossas obrigações, e naquela época isso era muito enfático: “Você tem direitos? Tem, mas você também tem obrigações!”. Realmente é importante essa outra visão.

Hábitos de higiene eram inculcados nos alunos, juntamente com a rígida disciplina. Para ele, a disciplina deve ser aplicada pela escola e pela família e existe a necessidade de respeito às hierarquias. Durante a ditadura, o conceito de hierarquia, subordinação, corresponde fortemente ao pensamento militar. Vale considerar que sua visão de hierarquia aqui pode estar aliada ao momento político vivido, bem como ao que ele havia aprendido, ao longo dos anos, e em sua formação escolar, a hierarquia presente nas fábricas e indústrias. Antes de se tornar professor da Escola Técnica ele teve a experiência de trabalhar em empresas privadas, como engenheiro, e até mesmo gestor.

Eu acho que sim, que influenciou, mas na minha casa, com meus pais isso era normal, meu pai e a minha mãe ensinaram, não é só escola não, meu pai e minha mãe também, então estava na nossa formação então a presença, a influência dos militares naquela época, claro que existia, a gente percebia a todo instante, o que tinha era que na Escola você tinha uma série de cobranças sim, dentro do próprio regime, um exemplo que eu te falei, era que toda segunda-feira tinha o hasteamento da bandeira com o hino nacional, isso era do regime, não adianta inventar, claro que era um ato de como eu lhe disse, de civismo e patriotismo que era muito forte naquela época, mas era influência de militares, não tenha dúvida nenhuma. Agora, se você me pergunta se eu concordava com aquilo? Eu concordava sim. Hoje eu vejo que era importante para mim, hoje eu peço para alguém com a idade que eu tinha naquela época para cantar o hino nacional, ele sabe. Porque o americano, por exemplo, ele bota a bandeira na frente da casa e canta o hino nacional o tempo todo, será que para eles não é importante esse ato de civismo? E não têm militares no governo, mas porque é o apego ao patriotismo, e isso é bom, eu acho bom, o negócio é independente, eles têm amor à pátria, e isso para mim é importante. Eu vou a campo de futebol, toca o hino nacional, me levanto, no campo de futebol, tem gente que fica conversando. Eu me levanto e fico em posição de sentido, porque para mim é importante, isso naquela época realmente era muito acentuado.

Acácio evoca sua família e a hierarquia presente ali também. Em casa, os filhos não deveriam participar da discussão sobre política. Crianças e adolescentes não teriam maturidade o suficiente para tal. Porém, ele evoca a importância da

obediência aos símbolos da Pátria, como a bandeira, e tem consciência, hoje ao menos, que era devido à influência dos militares.

Para além de sua formação escolar, vista até o momento, ter influenciado seu *modus vivendi*, suas convicções, sua família, a influência de seu pai, que também circulava por entre pessoas da elite social e econômica de Florianópolis, e em tempos de ditadura civil-militar, os militares não poderiam deixar de serem incluídos: *“O meu pai era amigo de muitos militares, muito amigo na cidade, qualquer lugar que meu pai passava, ele era conhecido então, essas informações elas vêm naturalmente, era natural”*.

Um fator que tinha por intuito promover o disciplinamento, o trabalho regular, a obediência, o amor à Pátria e a polidez nas relações humanas se via representado na disciplina Educação Moral e Cívica.

Segundo trazem Teive e Dallabrida (2011, p. 111),

[...] o Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina de 1914 apresentava o conteúdo da disciplina de Educação Moral e Cívica de forma detalhada nos três anos em que era previsto. No segundo ano, os conteúdos davam foco nas habilidades discentes tais como cortesia no falar, na moderação com a comida e com a bebida, o respeito as coisas alheias, a assiduidade nos estudos, a obediência aos pais e professores, a perseverança nas atividades e lealdade à escola, mas eram introduzidos alguns itens de Amor a Pátria, especialmente no tocante ao território e riquezas nacionais. Embora faça referência à importância do voto, o terceiro ano enfatizava o patriotismo, afirmando “[...] o que os nossos antepassados nos deixaram-território, língua, liberdade, instituições sociais, também todos os brasileiros devem respeitar e conservar até a custa da própria vida”. O último ano sublinha valores morais como o “domínio de si” e a cooperação entre indivíduos e o patriotismo dando relevo aos feriados nacionais.

Na descrição acima, percebemos o quanto, ao inserir a disciplina nos grupos escolares de Santa Catarina, se pretendia inculcar valores, como o apreço ao trabalho, a obediência às autoridades, aos símbolos da Pátria, mas, também, a moderação de ingestão de comida e bebidas (aqui entendemos como alcoólicas), a fim de afastar os jovens de qualquer vício.

Além da prescrição acima, datada de 1914, pelas nossas pesquisas, vimos que, de 1969 a 1993, as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSP) fizeram parte da grade curricular do ensino brasileiro. O Decreto Lei 869/1969 tornou a EMC obrigatória nas escolas em todos os graus de ensino. O conteúdo substituiu a Filosofia e a Sociologia, disciplinas que eram ministradas até então, e visava formar o caráter dos alunos com base no que o Regime

Militar considerava princípios morais, bons costumes e patriotismo, assim como orientá-los para obediência às leis e ao Estado.

Na Escola Técnica, no período em que Acácio a frequentou, a disciplina era ministrada no primeiro ano do Curso Técnico, no chamado Núcleo Comum. Dentre seus conteúdos, assim consta no Programa de Ensino (1974), na carga horária de 60 horas e tinha como objetivos específicos levar o educando a:

a) Preparar-se como homem de caráter, útil, a sociedade e consciente de seus deveres pessoais e sociais; b) conhecer o Brasil e sua importância perante as demais nações e suas possibilidades e de progresso; c) Tomar conhecimento da realidade brasileira; d) evidenciar a noção de liberdade dentro dos princípios democráticos fundamentada na justiça e no dever e despertá-lo como mundo moderno.

Para que os objetivos propostos fossem alcançados, eram ministrados os seguintes conteúdos:

- 1) Educação: Conceito e definição;
- 2) Moral: Conceito e definição;
- 3) Cívica: Conceito;
- 4) EMC: Conceituação geral;
- 5) Deus e o Mundo;
- 6) Conceito de homem e conceito de religião;
- 7) Formas de religião. A Sociedade: conceito e definição;
- 8) Os grupos sociais. O homem moral e o homem cívico;
- 9) Virtudes morais e cívicas;
- 10) Deveres e direitos morais e cívicos;
- 11) Os valores: classificação e hierarquia;
- 12) Os elementos básicos da nacionalidade: conceituação e generalidades;
- 13) O cidadão e a pátria;
- 14) As instituições: o Estado, a Igreja, a Família e a Escola;
- 15) Vultos nacionais da liberdade e outros heróis;
- 16) Os símbolos nacionais: o hino, a bandeira, as armas, selo, as cores nacionais e o uso da bandeira;
- 17) As forças armadas;
- 18) A segurança nacional;
- 19) O voto e o serviço militar;
- 20) A constituição do Brasil. Fundamentos;

- 21) Os três poderes;
- 22) Direitos e garantias individuais;
- 23) O trabalho e a justiça social no Brasil;
- 24) O desenvolvimento econômico no Brasil;
- 25) Principais problemas do brasileiro e da comunidade;
- 26) A juventude de hoje. Participação no processo de desenvolvimento nacional;
- 27) A realidade atual;
- 28) Melhorias dos meios de comunicação: rádio, televisão, imprensa, cinema;
- 29) Integração do Brasil no mundo ocidental;
- 30) Necessidade da união das nações (Relações internacionais);
- 31) O controle social;
- 32) Direitos e deveres fundamentais do homem;
- 33) Declaração dos direitos do Homem (ONU e OEA);
- 34) Conflitos do mundo de hoje. Causas e efeitos.

O entrevistado também foi influenciado por um discurso de ordem e disciplina, porque, para além das escolas que frequentou, a Alferes Tiradentes e o Colégio Catarinense, conhecidas por serem escolas disciplinadoras, suas relações sociais também reforçaram tal perspectiva. Isso porque além do círculo de amigos dentro da escola, havia seu pai e outras pessoas influentes. Acácio relata, no entanto, que dentro de casa não se falava sobre política: *“Na família não, porque nesse aspecto não era hábito familiar você estar discutindo isso, naquela época ainda existia um mote: ‘Isso não é assunto de criança!’”*. Mesmo assim, o meio frequentado permitia que ele considerasse como a verdade as palavras e opiniões desses amigos.

Convivência essa que ele ressalta na frase: *“Eu tinha amigos que eram filhos de militares, militares de alta patente, e a gente convivia normalmente, não tinha esse negócio, porque para nós era uma coisa natural. Depois, como eu lhe disse na abertura, quando estava na Universidade, aí sim, começou a ver um divisor de águas”*. Acácio valida as falas de seus amigos por considerar que, devido a seu status social e econômico, militares seriam necessariamente honestos, patriotas. Cabe destacar que, nesse momento, o governo adotava uma estratégia ufanista para aumentar esse sentimento passional da população como forma de apaziguar os problemas estruturais, sociais e econômicos, independentemente do que estivesse acontecendo.

Porém, era imprescindível que, diante dos contatos que o pai tinha e, conseqüentemente, ele mesmo, não se discutisse o que ocorria dentro dos muros dos batalhões ou se questionasse os atos cometidos pelos militares ou mesmo sua influência na Escola: *“Quando você me pergunta como é que era esse aspecto da influência dos militares discutido dentro da Escola, discutido fora, era a mesma coisa, eu não tinha diferença do muro da escola”*.

Isso porque, segundo ele, apesar das amizades com os militares, fora dos muros da Escola não era permitido por sua família discutir sobre, mas ele tem consciência de que foi um período que influenciou sua formação, o que, conforme já mencionamos anteriormente, é muito presente em sua fala na forma da valorização da disciplina, da ordem:

Eu acho que sim, que influenciou, mas na minha casa, com meus pais isso era normal, meu pai e a minha mãe ensinaram, não é só escola não, meu pai e minha mãe também, então estava na nossa formação então a presença, a influência dos militares naquela época, claro que existia, a gente percebia a todo instante

Novamente ele cita as amizades e o quanto isso tem valor em seu discurso. Na fala, ele tem consciência e continua ressaltando e evidenciando a formação que vinha da família e das amizades, agora não mais trazendo para a Escola, mas atribuindo à família, que durante diversos momentos ele coloca em um patamar elevado de relevância em sua vida. De certa forma, é possível afirmar que durante toda a entrevista é como se ele criasse uma escala de importância de formação em sua vida: a família e a figura do pai em primeiro lugar, os amigos e o status desses amigos e, por fim, a escola.

Conseguimos também perceber, em sua fala anterior, que ele naturaliza a formação, seja ela pela família ou escola, sob a influência dos militares, que como já visto era baseada em disciplina, ordem e patriotismo. No final da fala anterior, ele relata que o “divisor de águas” ocorreu quando ele entrou na Universidade, conforme o trecho a seguir:

Na Universidade comecei a ficar irritado com a turma que só queria fazer bagunça e não estudava. Tem uns que eu convivo até hoje que parece que está na época da faculdade, porque a gente percebe que algumas pessoas eu não vi, não se falava disso na minha família, depois é o que eu fiquei sabendo que durante a ditadura houve prisões, houve torturas, isso dentro da Escola a gente não falava, a gente tinha professor que falava entrelinhas, outros defendiam, outros falam bem, outros, mal dos militares. O que se falava era essa questão do patriotismo, enquanto o comunismo era aberto, isso não era errado não, mas não podia falar em comunismo naquela época,

não importava quem fosse, seria perseguido, isso a gente percebia, era evidente para a gente, como eu já lhe disse, Educação Moral e Cívica estava muito claro que era a quebra do regime para a gente isso não tem dúvida, só que a forma que era transmitido não era uma forma agressiva e isso eu reconheço. Quando eu entrei na faculdade que eu tive OSPB, logo no início, o Professor deu OSPB para mim, até ele era “meio feio”, tinha um problema na vista, toda turma fazia sacanagem com ele, mas até no início daquela época eu me lembro da aula dele e era claramente o viés militar, agora, tudo é a forma como transmite. Esse Professor, a aula dele é uma aula magna, tamanho era do conhecimento dele, tamanha era a forma que ele transmitia, não é um negócio imposto, agressivo como: “Olha aí o que é o comunismo!” Aí vem as histórias de Marcos Cardoso e outros mais, que já começam aqueles movimentos que influenciaram, onde falavam que comunista está sendo julgado, era isso que se falava na época.

Acácio confunde a EPB (Estudos e Problemas Brasileiros/do Brasil) com a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC). Ele relaciona a “turma da bagunça” aos que se opunham à ditadura. Evoca novamente que a família não discutia política. Um aspecto importante é que, para ele, na Universidade é que ocorriam as manifestações pró abertura política, contra a ditadura civil-militar, e sabemos, conforme já comentado anteriormente, que dentro da Escola Técnica havia estudantes que faziam parte desses movimentos estudantis contra a ditadura. Ele começa julgando os alunos de fazerem bagunça e os estigmatiza como pessoas que não queriam estudar. Dá ênfase à disciplina de Educação Moral e Cívica (novamente) e acredita que ela era essencial na época para formação do cidadão.

Quando ele descreve um Professor da Universidade, dentro também de uma disciplina como a Organização Social e Política do Brasil (OSPB), ele descreve fisicamente o professor, de forma que parece desmerecê-lo pela sua aparência, segundo ele “meio feia”, ou seja, segundo os padrões que para ele são normais de beleza ou feiura. Por outro lado, como um contrassenso, o elogia como professor, inclusive colocando-o em alto patamar de ser merecedor de uma “aula Magna”, pois entendia que ele era favorável à ditadura (fica, no entanto, a dúvida de como ele chegou a essa conclusão) por falar sobre o momento político ou sobre o comunismo sem ser de forma agressiva. Nos faz entender que, até então, isso não era possível, ou que, pelas pessoas com quem ele havia convivido e sobre as quais havia escutado, elas tinham um discurso de ódio quando falavam sobre os comunistas.

E, após mencionar o comunismo e como na Universidade isso era discutido, ele cita o nome do Professor Marcos Cardoso Filho, rememora e alia seu nome ao movimento e, assim, aproveitamos para questionar se ele conhecia o professor, o que ele sabia sobre, visto que Marcos lecionava na Escola Técnica durante o período em

que Acácio era aluno, e por cursar o Técnico em Eletrotécnica, em que Marcos era docente. Acácio assim responde: “*Ele dava Física eu acho, Marcos Cardoso Filho. Assim, eu me lembro quando ele foi julgado na Escola*”. Perguntado se havia sido aluno dele, ele diz que não, mas reitera que lembra do julgamento, conforme transcrito a seguir:

Eu lembro que o julgamento dele foi no auditório da Escola. O serviço público federal requisitou, porque também era federal, o auditório para o julgamento dele. O aparato militar foi uma loucura aquilo... Detalhes, eu não posso te contar, mas eu lembro que teve todo um aparato militar, a gente sabia do julgamento deles. A gente já sabia que eles tinham sido presos e quando teve julgamento lá na Escola, daí mesmo que a gente acompanhou. Então eu não tinha sido aluno, mas outros foram. Na época, a cidade inteira comentava, imagina se a gente não ia comentar na Escola.

Perguntado se ele pôde assistir a audiência, ele assim responde:

Não podia, não podia, foi separada aquela ala do nosso auditório, só poucas pessoas passavam, tinha a Polícia Federal, se eu não me engano, até o Exército participou. A Escola também foi isolada uma parte, tinha todo um controle assim durante os dias. Eu vi os soldados. Eu recordo, aí é isso, já é uma imagem que eu não tenho assim uma boa lembrança, mas pode ser que eu tenha visto os prisioneiros chegarem, por exemplo, mas não me recordo agora de todo o aparato que foi o julgamento, eu não lembro disso.

E segue:

Tudo aquilo que aconteceu na Escola foi um julgamento, foi uma audiência, mas o pessoal fala que foi julgamento, estava lá sendo julgado, era comunista. A Escola foi preparada exatamente para eles darem o depoimento para o Ministério Público na época. Depois do que a gente vai ler com calma, conforme a história vai sendo contada, mas foi exatamente isso, eles vieram da prisão e foram dar depoimento e voltaram para a prisão. E o que que eram os comunistas? Estão aí sendo julgados, era isso que se falava na cidade e não era ali, era na cidade toda, alguns vieram até lá de Curitiba para ser, estavam presos em Curitiba, só que como a maioria estava aqui, eles usaram a escola.

3.4 VIDA ADOLESCENTE

A adolescência é um período, conforme afirma Calligaris (2000, p. 13), de “moratória”. O jovem ainda não é reconhecido como pleno e é colocado em uma espécie de “limbo”, onde ele deverá se preparar melhor para a vida e as responsabilidades de ser um adulto. Seu corpo está pronto para a iniciação sexual, ele já foi preparado pela sociedade para adentrar, por exemplo, o mercado de trabalho

e a ele é exigida responsabilidade, compromisso, disciplina. Ele precisa, como comumente falamos, “amadurecer”.

O início dessa fase da vida é facilmente detectado quando ocorrem as mudanças fisiológicas, quando o corpo se transforma e adquire as funções de um adulto, principalmente pelo amadurecimento dos órgãos genitais. O desejo sexual já poderia existir anteriormente, mas agora é reconhecido como tal. Ocorre também nessa fase certa competição com o adulto, que se dá pela inquietação dos adolescentes, visto que “uma vez impedidos de se realizar como seus corpos permitiriam não serem reconhecidos como pares e adultos, pela comunidade, logo quando passam a se julgar enfim, competitivos” (Calligaris, 2000, p. 16).

A juventude é vista, por Acácio, como uma experiência de minoridade:

É aquela história do aluno, tudo que tem de errado ele faz. Já tinha as meninas naquela época, começando, na minha turma, no Núcleo Comum, tinham cinco meninas, e uma delas é a que depois veio ser a minha esposa hoje. Então, eram poucas meninas, e os meninos fazendo aquelas palhaçadas de sempre. Então, alguém colava alguma coisa nas costas de um aluno, e ele andava pelo pátio, durante o recreio todo com o papel escrito nas costas que alguém colou, e pronto, quando o aluno descobria... As brincadeiras eram muito infantis para a época, então são essas coisas, aquelas brincadeiras, risadas, e ao mesmo tempo já entrando na adolescência junto e fazendo essas piadinhas, coisas desse tipo, era um relaxamento... Mas assim, no recreio, tinha que ir à biblioteca, fazer o lanche, ir ao banheiro, até porque não podia ir muito durante a aula. Perguntava durante a aula para o professor se podia ir ao banheiro e ele respondia: “Tivesse tempo até agora, por que que não fosse?”, se escutava direto isso, o inspetor ficava ali no pátio, olhando os alunos, e quem fazia bagunça eles pegavam também, ficavam de olho e chamavam.

Destaca a falta de amadurecimento não somente daqueles que impetravam apelidos pejorativos aos outros, mas também daqueles que eram vítimas: “*Naquela época, se eu te criasse um apelido e você reagisse, nunca mais... Estava escrito na testa, pronto, mas era algo natural isso. O magricelo ou tinha um rapaz de cor... Qual o problema de chamar ele de negão?*”.

Adilson Moreira (2019) utiliza a expressão *racismo recreativo* para destacar a relação preconceituosa e jocosa de estereotipar pessoas negras em piadas, apelidos e brincadeiras. Segundo o autor, o racismo recreativo está vinculado ao sentido atribuído a partir dos valores presentes no espaço público. Sendo a sociedade cenário para discursos e narrativas hegemônicas que valorizam positivamente a branquitude, logo, tudo aquilo ou aqueles considerados como não-brancos serão desvalorizados,

pejorativamente serão marcados não mais a ferro, mas ainda têm “escrito na testa” o seu apelido como estigma.

Dando continuidade à discussão sobre adolescência e maturidade, vimos que é nessa fase que ocorre também o desenvolvimento hormonal e o desejo sexual. Apesar das brincadeiras ainda infantis, Acácio relata aqui o despertar da adolescência vista sob o aspecto da sexualidade:

Quando eu tinha quatorze para quinze anos, o meu primo mais velho tinha feito dezoito, alguma coisa assim, ou quatro anos de diferença, eu comecei a sair com ele, então eu já ia para a noite com ele. O meu tio não liberava muito o carro dele para o meu primo, e o meu pai emprestava o carro para o meu primo, e eu saía junto e foi aí que eu comecei. Então você vê aquela minha pré-adolescência, foi muito rápido, daquele moleque que eu era. Quando eu comecei a namorar com a minha esposa, dezessete anos, ela mal saía de casa, e o meu pai já deixava eu ir à farra a noite inteira. Então essa transição, claro que influencia... Eu ia aproveitar a vida, andava pelos clubes todos com os meus primos mais velhos, tudo quanto é lugar da cidade, Florianópolis, em São José. A gente ia por aí, já estávamos atrás das meninas naquela época. Então esse período realmente não é que ele foi tolhido, mas ele não acabou perdendo a importância, digamos assim, perto da minha grande descoberta.

Nosso entrevistado teve o incentivo do pai, figura muito presente em sua fala, como propulsor para a vida adulta. Ele autorizava o sobrinho mais velho a usar seu carro para ir às festas da cidade, circular entre a alta sociedade florianopolitana e acessar um padrão comum aos pais de meninos: o incentivo a iniciar a vida sexual, “comprovar” sua masculinidade.

O pai incentivava o filho a sair para festas, mesmo ele ainda não tendo atingido a maioridade, emprestava o carro para o sobrinho, maior de idade, para que ele pudesse levar o menino. O padrão a ser almejado pelo pai aos seus filhos homens é o que chamamos de masculinidade hegemônica, cuja prática legitima a posição dominante dos homens na sociedade e justifica a subordinação das mulheres. Os homens são criados para serem viris, mais fortes fisicamente e dominantes:

Como eu te falei, a minha transição de adolescente para jovem foi impulsionada pelo meu ambiente familiar também, porque meu pai estimulava, e eu saía com meu primo, voltava, meu pai estava lá, e meu pai tinha hábitos assim, quando a gente chegava sete horas da manhã, imagina, com quinze, dezesseis anos já voltava de manhã cedo das festas, a gente botava o carro na garagem e ele chamava todo mundo para ir para a mesa, fazia um café, dizia que só se dorme de barriga cheia, nada de ir para cama de barriga vazia. Ele fazia café, suco de laranja, ovos fritos, normais, e depois de encher a barriga ele mandava a gente dormir. Então era isso, influenciou muito, acelerou o processo. Eu era, digamos assim, estimulado, porque meu pai deixava sair com o meu primo mais velho.

O pai incentiva não somente o filho e o sobrinho, pois ao trazer seus amigos para dentro de casa lhes oferecia café, conforme menciona, utilizando de estratégia de validar a seus amigos a importância e o prazer que as festas, as saídas noturnas, a iniciação sexual tinham como positivas e “benéficas”, sendo recompensados com o “café da manhã”. Essa masculinidade é reforçada também quando de sua passagem pelo Colégio Catarinense, visto que, segundo Mello e Dallabrida (2013, p. 587), ao estudarem o estabelecimento, “a concepção do masculino hegemônica considerava que a competição, as atividades esportivas e sociais são pontos centrais na constituição de homens viris e preparados para enfrentar os papéis sociais destinados aos indivíduos do sexo masculino”.

Segundo ensina Valter Bracht (1999, p. 76),

[...] o paradigma que orientou a prática pedagógica em EF esteve presente desde a origem e durante a implementação no Brasil, e foi revitalizado pelo projeto de nação da ditadura militar que aqui se instalou a partir de 1964. Pelo Diagnóstico da EF/Desportos e pelos documentos da política de desenvolvimento dos esportes e da educação, aliás, extremamente abundantes nesse período, fica claro que a EF (no sentido lato) possuía um papel importante no projeto de Brasil dos militares, e que tal importância estava ligada ao desenvolvimento da aptidão física e ao desenvolvimento do desporto: a primeira, porque era considerada importante para a capacidade produtiva da nação (da classe trabalhadora) e o segundo, pela contribuição que traria para afirmar o país no concerto das nações desenvolvidas (Brasil potência) e pela sua contribuição para a primeira, ou seja, para a aptidão física da população.

Aliado a essa concepção pedagógica da Educação Física durante a ditadura (e antes), conforme anteriormente citado, o caráter higienista, por meio dos médicos, não poderia deixar de estar presente dentro da Escola. A Escola Técnica, como se sabe, possuía um Departamento de Saúde:

No início do semestre o médico da Escola, porque tinha um médico na escola, o doutor Maurício que era filho do diretor da Escola, e então você tinha que passar lá e estava apto para fazer educação física se você levasse aquele papel do médico. Eu diria que o Departamento de Saúde talvez fosse o mais próximo da Educação Física, porque eles tinham esse cuidado, até porque tinha, como eu te falei, tinha muito aluno que vinha do interior e muitos desses não tinham nenhuma assistência médica, essa questão naquela época era muito forte porque o aluno, às vezes, ficava doente e ele dava o remédio. E não era só médico, era enfermeiro que tinha também, dava um remédio. Eles cuidavam desse aspecto. Você ia lá, eles pegavam a altura, o peso, tudo isso eles marcavam por aluno.

Conforme descrevemos anteriormente, nas aulas de Educação Física eram ministrados exames e havia, nesse processo, a colaboração do Departamento de

Saúde da Escola. Cabe aqui esse destaque, pois, dentro da Escola Técnica, de nível federal, existia a preocupação com a saúde dos alunos, e a intervenção médica nas escolas se dava inclusive com a presença de profissionais de saúde, fosse um médico ou um enfermeiro. E mais, assim como Marli mencionou no capítulo anterior, o médico da Escola Técnica era o filho do Diretor. Os entrevistados dão ênfase a esse médico ser filho do Diretor da Escola.

A presença de profissionais da saúde dentro da escola faz parte de um movimento que, desde meados do século XIX, no Brasil, apareceu como uma verdadeira cruzada encabeçada por médicos, educadores, lideranças políticas e engenheiros para promover – por meio da instrução pública, aliada a um projeto de difusão da escola primária no país, bem como no início do século XX – a campanha escolanovista para modernizar e renovar a Escola.

Acreditava-se que a intervenção social na e pela Escola iria inculcar nas crianças hábitos de higiene, de comportamento e disciplina, o que, conseqüentemente, chegaria aos pais. Uma das formas de intervenção seria pelo currículo, e desde a formação das normalistas, conforme afirma Teive (2008), com a chegada nas escolas primárias de crianças oriundas das classes populares, as professoras colocavam em prática a tarefa de “civilizar, educar e moralizar” as crianças. Aos sábados, por meio dos “Pelotões da Saúde”, elas cortavam as unhas e os cabelos e ajudam a higienizar as crianças, conforme aprendiam nas Escolas Normais, com disciplinas como Artes Manuais, Higiene, Lições de Coisas, Educação Cívica, dentre outras. Isso porque, dentro desse novo Projeto Nacional Educacional Republicano, tentava-se tornar “nacional” o corpo e a mente das crianças, visto que, segundo a tese do médico Fernando Magalhães, com menciona Teive (2008), “uma lição de higiene é sempre uma lição de civismo”.

Exemplo de campanha promovida pelo governo da época é a criação do personagem “Sujismundo”²⁷ criado por Ruy Perotti. Ele foi ao ar em setembro de 1972, numa série de quatro filmetes, que variavam entre 60 e 90 segundos de duração, exibidos na TV e no cinema. Também foram produzidos cartazes e *jingles*. A campanha foi retirada do ar em novembro do mesmo ano. Em 1973, Sujismundo voltou, na companhia de Sujismundinho, uma criança que abandonava os maus

²⁷ Ver: Sujismundo (2023).

hábitos mais rapidamente que os adultos. “Povo desenvolvido é povo limpo” era o *slogan* da campanha que circulou nas mídias durante o período acima mencionado.

Os hábitos de higiene estão muito presentes nas lembranças de Acácio:

Não tenha dúvida, higiene, higiene, muito se falava em higiene, e se falava muito da importância, porque eram pessoas que assim, se tivessem cuidado com a higiene também iria ter cuidado com a saúde, ficava menos doente, que era muito importante. Então, tudo isso era enfatizado realmente nas aulas, e era cobrado, você tinha que estar e ser totalmente asseado agora, claro não exigir que você trocasse a camisa porque está furada, isso não é problema nenhum, tem que estar limpa, tem que estar limpa, e de uniforme. Não podia ir com a camisa suja do dia anterior. Alguns coitados vinham, mas aí eles sabiam relevar também, porque eram pessoas mais humildes, o aluno tinha duas camisetas para estudar o ano inteiro, duas camisas, não dava para passar todo dia a camisa. Minha mãe tinha um trabalho com a minha camisa, imagina, então tinha que pensar nisso também.

Quando o entrevistado se atém ao cuidado com o uniforme escolar e à exigência por parte da escola em mantê-los limpos, o “trabalho” que sua mãe tinha, cabe destacar que a realidade social do entrevistado é de uma família de extrato de classe social que provavelmente nessa época já tinha condições de adquirir uma máquina de lavar roupa, possuía tanques e varal em suas casas. Outro ponto que ele destaca são os colegas mais “humildes”, em relação aos quais os supervisores eram mais tolerantes quanto à limpeza ou o cuidado com o uniforme. Mas ele faz esse destaque não porque aqueles alunos não possuíam noções de higiene, mas sim porque possuíam quantidade menor de uniforme e, portanto, não tinham condições de lavar e passar todos os dias.

Acácio enfatiza a questão da higiene, os hábitos, principalmente no cuidado com o uniforme e a limpeza, como já citamos:

Naquela época era assim, está acabando a aula, vamos começar a organizar, limpar, um já pegava a vassoura, ia varrendo, outro ia guardando, e pronto, porque a outra turma que vai entrar tinha que encontrar limpo. Isso realmente era muito importante para a formação do cidadão, porque isso é responsabilidade, a gente saber das nossas obrigações, e naquela época isso era muito enfático: “Você tem direitos? Tem, mas você também tem obrigações!” Realmente é importante essa outra visão.

Cabe destacar que, durante os primeiros anos do século XX, Florianópolis (assim como demais capitais do Brasil), passou por uma remodelação urbana movida pelos ideais de progresso e modernidade que influenciaram a burguesia local. Os pescadores, agricultores e trabalhadores urbanos eram considerados por essa

burguesia ainda como resquícios da antiga e provinciana Desterro, que deveria ser afastada e remodelada para a nova capital (Almeida; Klug; Rial, 2014).

Para que houvesse o processo de modernização da cidade, deveriam ser afastadas dos centros urbanos as pessoas das camadas sociais baixas, as quais, segundo a burguesia, possuíam hábitos inadmissíveis para habitar no centro de uma capital moderna e civilizada. Dessa forma, houve a necessidade de rever hábitos e condutas inclusive das pessoas de classe social mais elevada, pois “não bastava fazer parte da elite sem se portar como tal” (Almeida; Rial, 2014, p. 218).

Desse processo, faz parte o esporte. Perguntado sobre qual modalidade esportiva ele preferia, assim Acácio responde:

Não, ali na escola foi o futebol de salão, mas eu naquela época, veja, você se apega a algumas coisas, eu tive a época do handebol. Me lembro que nós chegamos a jogar pela escola handebol, e alguma coisa de atletismo, mas atletismo era terrível, quase não se tinha material. Não tinha sapatilha para você correr, era raridade, e muito malfeita, a escola não investia muito nisso, mas também não tinha quadra como tem hoje, não tinha o ginásio coberto. Onde é hoje o bloco C, ficavam as quadras, onde nós jogávamos. A quadra não tinha cobertura nenhuma, dia de chuva então... Se não chovesse muito, então vamos, afinal estamos aqui para quê? Tinha testes físicos, aquecimento, polichinelo e todos faziam.

Assim, os esportes coletivos, predominantemente presentes nas aulas de Educação Física da Escola Técnica, apesar da instituição carecer de estrutura e material em comparação ao Colégio Catarinense, para Acácio, era sinônimo de competição, de evocação da masculinidade, de destaque diante dos demais colegas, bem como trabalho em equipe, respeito à hierarquia e à liderança. Ou seja, apesar de relatar a carência de material e estrutura, em suas memórias se evidencia a competição, o que corresponde aos valores incentivados no Colégio Catarinense, imbricados em seu corpo.

Por fim, cabe aqui mencionar que, em sua fala, ele também ressalta a estrutura física da Escola Técnica, trazendo as mudanças físicas e estruturais que ocorreram ao longo do tempo. Embora se saiba que durante o período da ditadura civil-militar brasileira houve investimento nos esportes, nas Escolas, podemos perceber que o esporte era, sim, o eixo norteador das aulas de Educação Física, bem como foi nesse período que os campeonatos começaram a surgir na escola. Porém, em termos de estrutura, no período relatado por nosso entrevistado, ainda havia carência de investimentos.

4 DALVA, RECORDAÇÕES DE UMA MASCOTE

4.1 FAMÍLIA E INFÂNCIA E O INGRESSO NA ESCOLA TÉCNICA: A IRMÃ, SEU EXEMPLO

Dalva veio de uma família de dez irmãos, sendo ela a nona, porém, a irmã mais nova faleceu com um ano e meio e, desta forma, ela relata ter assumido o papel de caçula da família.

Morava próximo ao IFSC:

Eu morava próximo do IFSC, na Major Costa, que é uma rua que passa atrás do terreno do IFSC, e sempre me conheci por aquela região até me formar na faculdade. E teve outros desdobramentos. Meus pais, minha mãe além de ter o serviço doméstico, nas horas vagas era costureira, e meu pai tipógrafo da imprensa oficial do Estado de Santa Catarina²⁸.

A entrevistada se refere aos desdobramentos da proximidade física de sua residência com a Escola Técnica e com o local de trabalho de seu pai, cerca de dois quilômetros da rua onde moravam.

Durante sua infância, sua residência também era próxima à escola que frequentava, na região central da cidade:

Eu estudei na época no ensino fundamental na Escola Básica Celso Ramos, que era um colégio que tinha ao lado da Assembleia Legislativa. E na época, eu lembro bem que o mar chegava próximo do muro da escola depois é que veio o aterro da Baía Sul²⁹ que é perto dessa escola, não tem mais hoje, não tem como escola, tem a estrutura ali, mas não como Escola Básica Celso Ramos.

É nas ruas da cidade, pela região central de Florianópolis, que Dalva diz que “se conheceu”. Suas memórias trazem traços das mudanças ocorridas na cidade durante os anos. Menciona o Aterro da Baía Sul, pois ele possui uma carga de memória, representa parte do processo de construção da cidade e está presente nas

²⁸ A Imprensa Oficial do estado de Santa Catarina foi criada em 1934, e sua sede era localizada na Rua Jerônimo Coelho, no Centro da cidade de Florianópolis.

²⁹ O aterro da Ilha de Florianópolis foi projetado pelo escritório do paisagista Roberto Burle Marx e realizado no começo da década de 1970. Sua aplicação alterou radicalmente a relação entre a arquitetura e o meio ambiente da cidade. Executado durante a gestão do ex-governador Colombo Machado Salles, tinha por objetivo abrir espaços para o crescimento urbano e possibilitar a construção da segunda ligação ilha-continente. O projeto inicial previa a criação de uma área de 400 mil metros quadrados, com o deslocamento de 2 milhões de metros cúbicos de areia, retirada do banco de Tipitinga, no meio da Baía Sul. Assim que o aterro ficou pronto, começaram os trabalhos de construção da ponte Colombo Machado Salles, inaugurada em 8 de março de 1975 (Gislon, 2015).

lembranças da entrevistada, como a localização da Escola em que cursou o ensino fundamental, hoje desativada. Nesse lugar, podia ver o mar, mas, por ocasião do aterro, a referida paisagem não foi mais permitida aos olhos dela.

Dessa forma, o acesso à Escola Técnica não havia de ser diferente, já que não foi apenas a localidade que a fez querer estudar na Escola, conforme assinala:

Eu tive sempre um convívio muito forte com a Escola Técnica, porque eu, ao abrir a janela do quarto, me deparava com a visão da Escola Técnica, porque era uma subida ali de uma lateral da Escola, a Major Costa, que dá bem de fundos com o IFSC, o Campus do IFSC, a estrutura física ali do IFSC. E a minha irmã, ela era professora do IFSC, logo na sequência de que ele deixou de ser internato. Os meus irmãos, com exceção de dois irmãos que não estudaram no IFSC, os demais todos estudaram, desde a época que ele não era Ensino Médio, que chamavam na época de ginásio, mas era na época que era A Industrial. Então sempre tive esse contato muito forte. E eu, na minha infância, eu lembro com cinco anos desfilando no Sete de Setembro pela Escola Técnica. Tinha aquele formato de pelotão e alguém na frente normalmente chamava “a mascote”, eu com saias, como é que se diz? Não é prensa é plissada, com aquelas dobrinhas? [...] desde os cinco anos de idade, só não vai contar na minha aposentadoria...

Outro motivo foi, portanto, que sua irmã era professora de Educação Física e a levava frequentemente para a Escola ainda quando pequena.

Seus irmãos também haviam sido alunos da Escola Técnica e ela, como caçula, acabou sendo influenciada. Porém, não há de se negar que ela teve um envolvimento maior porque desde pequena frequentava as dependências da instituição. A lembrança primeira se dá quando ainda criança, aos cinco anos, ao ser a mascote da Escola nos desfiles cívicos. Para Dalva, desfilarmos tem essa lembrança, a irmã e a responsabilidade que lhe era atribuída de estar à frente do pelotão durante os desfiles. O uniforme era confeccionado exclusivamente para seu pequeno tamanho e, mesmo não sendo aluna, o sentimento de se sentir parte da Escola, em um momento de grande relevância social, se colocava: o desfile cívico, ao dar orgulho à irmã, vai permitindo que se crie, entrelaçado pela presença da irmã, um cordão de ligação entre ela e a Escola Técnica:

Na realidade, como eu tenho uma diferença com a minha irmã mais velha que é essa que comentei, que trabalhava na Escola Técnica, as filhas dela, eu tinha seis anos de diferença da filha mais velha dela, então eu brincava com a minha sobrinha, e alguém que morava próximo também na rua, a gente brincava de descer de rolimã, tenho essa infância assim, de sempre brincando com as minhas sobrinhas, na realidade brincava e tomava conta também, porque a minha irmã trabalhava e ela morava em uma casa ao lado da nossa, então tinha sempre essa aproximação, entre essa minha irmã, e ela foi como uma mãe também, pois quando eu perdi os meus pais, era muito nova, meu pai eu tinha dezenove anos e minha mãe eu tinha vinte e um, eles

morreram próximos, três anos e dez dias de diferença, em setembro foi o mês que eles se foram.

A trajetória vai sendo delineada por influência dessa irmã, que ela considera uma “segunda mãe”, professora de Educação Física da Escola Técnica, e na Escola Básica Celso Ramos. Essa afirmação é feita por Dalva porque, sendo ela a caçula de uma família de nove irmãos, de extrato social mais baixo, a mãe não tinha condições de cuidar e atender todos os filhos. Mas a irmã, por ser mais velha e trabalhar, e até por ter filhas em idade aproximada de Dalva, acabou por assumir determinadas responsabilidades, como levá-la à escola, cuidar da roupa, do uniforme, da saúde, perpetrando um “agrado” com a compra de um doce, ou seja, realmente assumindo o papel que consideramos, ou que a entrevistada considera, materno.

As brincadeiras de rua, a convivência com as sobrinhas que devido à proximidade de idade e de residências eram suas companheiras: novamente, ela evoca a figura da irmã: agora, além de todo o cuidado do dia a dia, a perda dos pais quando ainda era jovem é outro fator para que assumisse a responsabilidade sobre ela.

Conforme anteriormente relatado, sua residência ficava muito próxima à Escola Técnica, de forma que, ao abrir a janela de seu quarto já se deparava com o prédio. Isso leva a entrevistada a rememorar um episódio curioso:

Essa questão do sinal, deixa eu te contar uma situação do sinal, pela proximidade do IFSC, por um período ainda dava para escutar ali. Eu morei em Joinville quatorze anos, e depois retornei, por um período, eu ainda escutava muito o sinal da Escola, mesmo sendo sábado e domingo, porque era programado sábado e domingo, a gente continuava escutando, e eu lembro que quando eu estava como desenhista no IFSC, e fazendo a faculdade, eu tinha que compensar os horários que eu estava na faculdade, porque como era eu trabalhava na prancheta eu podia fazer isso em outro horário. Então eu trabalhava de manhã, à tarde, à noite e sábado também, eu trabalhava para compensar no sábado o dia inteiro, eu chegava a compensar esses meus horários. E tinha um dado domingo que eu escutei aquele sinal tocando, e pensei que estava atrasada, saí correndo, quando eu percebi que era domingo, não tinha que ir para a escola. Então o sinal me chamava atenção pela proximidade, até hoje, às vezes eu nem dentro do IFSC eu escuto.

Nessa fala podemos observar que o sinal da Escola Técnica ditava seu ritmo de vida, sua rotina, organizando sua sensibilidade.

A formação escolar tinha tamanha relevância na vida de Dalva que duas grandes perdas em sua vida são associadas às suas trajetórias escolar e profissional:

No dia que eu fui fazer a prova da Escola Técnica, eu acordei um pouco mais cedo para rever alguns conteúdos, e meu pai saiu pela porta e eu estava atrás, ninguém quis me falar que ele estava saindo para o hospital, que ele estava passando mal, isso vem me marcando. Minha mãe também faleceu, também marcou. Eu lembro quando eu estava fazendo uma prova na faculdade, três dias antes ela teve esse problema, um derrame, foi para o hospital, ficou no hospital universitário e eu estava na UFSC fazendo uma prova, um sábado à tarde, era de física experimental. Eu terminei essa prova, e fui até a porta do hospital e não consegui entrar. Então eu fui para casa, e quando eu cheguei em casa, veio a notícia que ela tinha falecido. Bem nesse dia que eu fui até o hospital.

Em suas memórias, como costuma acontecer, não existe linearidade, então, na medida em que vamos realizando os questionamentos de acordo com o roteiro previsto, sentimentos emergem sem ordem cronológica. Ela vai justificando a presença e relevância da irmã e associando a pessoas que lhe incentivaram a estudar. Ela relata a morte dos pais para explicar as atitudes da irmã para com ela. Mas é quando narra a morte dos pais que rememora o ato de estudar, demonstrando a relevância que este tem em sua vida.

Dalva destaca constantemente a irmã mais velha e os pais, pouco fala sobre os demais irmãos, apesar da família numerosa. Ela menciona que a irmã “*era um anjo, então às vezes ela fornecia alguma coisa, nos dava essa oportunidade, de ter esse dinheiro um pouco mais livre, para comprar um lanche, alguma coisa assim*”. Com o cuidado e o auxílio financeiro da irmã, era possível, por exemplo, no horário do intervalo, comprar um lanche, visto que “*às vezes levava alguma coisa, e comprar era uma coisa difícil, porque a gente não tinha mesada, a condição familiar não me permitia isso, mas às vezes, como eu digo, era dessa forma*”. E sobre os demais irmãos menciona apenas os que a antecederam como alunos: “*o meu irmão fez Estradas, os outros não cursaram o curso técnico, eles são da época só do ginásio, e eu fui a primeira a estudar Edificações*”. No ano de 1977 Dalva ingressa na Escola Técnica no período matutino.

O status dado por ela, pelo Curso Técnico em Edificações, ocorre porque ela foi a primeira da família a alcançar o de 2º Grau na Escola Técnica. E foi por meio desse curso que manteve sua trajetória profissional, como relata:

Depois que eu me formei eu saí para fazer estágio, e acabei ingressando depois como desenhista técnica, e eu trabalhava na coordenação de planejamento, onde faziam todas as reformas e ampliações do IFSC, na época, como desenhista. É porque a gente desenhava na prancheta, no lápis, depois no nanquim e fazíamos os projetos executivos.

Ela fez o estágio obrigatório curricular e, posteriormente, seu primeiro emprego na própria Escola, como desenhista. Após concluir o curso superior em Engenharia Sanitária, pela UFSC, foi morar por 14 anos na cidade de Joinville, no interior do Estado, retornando a Florianópolis como professora em caráter temporário da Escola. Em 2008, após aprovação em concurso público, foi efetivada como professora. Emocionada, narra a cerimônia de posse:

Eu entrei em dois mil e oito, ela [irmã] tinha falecido em dois mil e seis. Então ela não conseguiu ver isso, e emocionou muito, porque ela sempre marcou muito a minha vida, pois ela foi uma segunda mãe. Teve outros episódios, eu cheguei a morar um tempo com ela, e então foi muito marcante acompanhar toda a trajetória dela, com a doença, tudo isso... E para minha surpresa, os alunos se manifestaram muito nessa posse, como se eu tivesse levado uma torcida e não era. Tanto que outros professores que tomaram posse comigo naquela época, sempre falam disso, que se surpreenderam, porque eu fui sozinha, outros foram com os pais, marido, e tem uma professora que, na época, ela tinha dois filhos pequenos, o marido ficou com os filhos para ela poder ir tomar posse, ela disse: "Você vê, eu estava sozinha, e você estava cheia de alunos!". Os alunos ficaram atrás e a gente estava mais a frente, eu não estava vendo, quando eu fui tomar a posse, eu vi. Eles só se manifestaram quando eu estava lá em cima, então isso marcou a minha posse, e eu ter falado sobre a minha trajetória no IFSC desde criança, é o que eu sempre falo quando eu ando pelos corredores.

Apesar da irmã não estar mais presente naquele momento importante em sua vida profissional, a presença dos alunos foi fundamental para que ela não se sentisse sozinha. Dalva tece sua trajetória profissional à imagem da irmã, mesmo que ela não estivesse presente no seu auge, quando se tornou, assim como ela, professora da Escola.

Vamos nos remeter a Benjamin (2017, p. 17):

Quando a morte nos leva uma pessoa muito próxima, os acontecimentos dos meses que se seguem são marcados por alguma coisa que, julgamos nós, só pôde desenrolar-se assim porque ela já não está aqui – isto, por muito que desejássemos tê-la partilhado com ela.

O espaço conquistado e almejado, após tantos anos, agora não poderia ser mais compartilhado com a irmã, que morrera de câncer em 2006.

Para ela, ser professora da Escola Técnica, e seguir o exemplo de sua irmã, pessoa que ela admirava, pela qual nutria tanta devoção, tanto carinho, era uma forma de homenageá-la, mesmo postumamente. Emerge um sentimento de dever cumprido, de que esse seria um destino que sua irmã se orgulharia, cuja trajetória teria oportunidade de continuar.

4.2 CORPO, TIMIDEZ E RELIGIÃO

Depois de compreendermos um pouco de sua dinâmica familiar e sua formação escolar, podemos agora compreender como Dalva se vê como jovem, quando estudava na Escola Técnica. Quando questionamos como ela via seu próprio corpo, ela assim se descreve:

Eu era uma criança retraída, tímida, eu fui por muito tempo tímida, até porque eu tinha uma deficiência visual que eu tenho até hoje, que eu chamo de deficiência, porque eu já tive um grau muito elevado de óculos, fiz cirurgia depois, mas naquele período, quando eu era criança, até descobrir, até eu entrar na escola. Ali eu descobri que eu tinha esse problema, eu não sabia por que eu não estava enxergando direito, eu fui para a escola e não conseguia visualizar, eu tinha sempre que me sentar muito próxima ao quadro para enxergar melhor. Então foi na Escola [Ensino Fundamental] que foi detectado o problema. E a minha irmã que tomou a frente. Eu lembro de ir ao médico e voltar de óculos passeando pelo campus do IFSC porque ela que me levou: “Agora eu vou ter que trabalhar, fica um pouco aqui!”.

Se, por um lado, quando questionamos sobre o corpo, de imediato pensamos, imaginamos o corpo físico, para Dalva, o importante é o aspecto social, o fato de ver-se como moça tímida. Ela não descreve sua aparência física propriamente dita, e sim como se sentia naquele momento.

Mencionamos que na adolescência ocorrem grandes transformações corporais e sociais do indivíduo. A entrevistada ignora as primeiras, e evidencia que era tímida.

Dalva justifica a timidez se identificando como deficiente devido à dificuldade em enxergar. O problema de visão foi detectado quando ainda criança, na escola primária. A dificuldade em enxergar o quadro negro, como era o padrão da época, levava a família e até a escola, como era comum, a identificarem a necessidade de acompanhamento oftalmológico nas crianças. Ainda hoje é comum professores alertarem os pais sobre a necessidade de buscar um profissional para detecção de problemas relacionados à visão em crianças.

Queríamos que ela descrevesse a si fisicamente, qual imagem ela rememorava de quando adolescente. Assim ela se descreve:

Eu sempre fui magra, cabelos curtos, porque era cabelo crespo, revoltado. Mas eu sempre era magra. Engordei depois da menopausa. Estatura mediana, sempre média. Eu tinha muita vergonha de mostrar as pernas pela religião, eu tinha vergonha mesmo, mas eu tinha que ir para a Educação

Física, tinha que ficar [...]. A menarca tive aos onze anos. Na escola sempre foi tranquilo, mas nos vestiários, eu era muito tímida, então eu sempre estava reservada, fechada em um daqueles cômodos individuais.

Ela se descreve magra e, quando fala dos cabelos, diz do crespo e “revoltado” e que, portanto, o encurtava. Reitera que engordou após a menopausa, sugerindo que, na vida adulta, permanecera magra e somente aumentara de peso no início do novo período. Novamente ela menciona a timidez. Atribui à religião a vergonha de mostrar as pernas. Ao contrário de Marli, que diminui o comprimento das saias para inserir-se no grupo e seguir os modismos da época, Dalva não o faz, e atribui seu comportamento (o ato de encobrir-se) à sua timidez.

Há uma centralidade do corpo nas religiões, que o moldam por meio de discursos e práticas, em adoração a um (ou mais) ser superior. O corpo purificado para oração estabelece esse contato direto com o divino. Não mostrar o corpo é uma forma de afastar os prazeres carnavais, promovidos pela exposição; a vaidade é suprimida, e assim se estabelece uma “proximidade” com Deus. Em sua fala, Dalva relata o uniforme utilizado:

Podia usar saia, podia usar calça e podia optar, no caso as meninas, e era a meia tinha que ser marrom e um sapato marrom. Na educação física é que tinha o uniforme diferente, era uma camiseta, teve uma época que era uma camiseta com uma listra azul e amarelo na manga, vinha da gola até a manga e tinha um short azul.

A vestimenta da Escola era-lhe confortável, pois poderia usar calças e, dessa forma, escondia parte de seu corpo, necessário para “cobrir” sua timidez. O único constrangimento relatado por ela ocorria nas aulas de Educação Física, quando precisava trocar a roupa em frente às outras meninas. Dalva rememora, assim como Marli, que para aquelas aulas era utilizado um short azul muito curto, mas não demonstra tanto destaque ou constrangimento como ocorreu na fala de Marli, que destaca que o modelo expunha em demasiado o corpo feminino.

Mas cabe-nos um destaque, pois, na imagem a seguir (Figura 8), datada dos anos de 1970 (Ribeiro, 2012), percebemos que os shorts utilizados pelos alunos eram bastante curtos e ainda percebemos a existência de uma turma mista, em que os modelos dos shorts, apesar de serem todos bastante curtos, eram um pouco diferentes. Mais colados ao corpo para as meninas, e mais soltos para os meninos.

Figura 8 - Alunos na aula de Educação Física, década de 1970



Fonte: Ribeiro (2012).

Ainda sobre a adolescência, e o constrangimento em trocar-se na frente de outras meninas, temos que considerar que é nesse período que ocorre certa transição corporal. Ela relata que sua menarca ocorreu aos onze anos de idade, bastante jovem, e essas mudanças podem tê-la levado a tomar tal atitude perante às demais colegas de Escola. A adolescência é um período em que, conforme afirma Calligaris (2000, p. 25), “entre a criança que se foi e o adulto que ainda não chegou, o espelho do adolescente é frequentemente vazio”. Ou seja, quando ela se vê e se compara às demais meninas, ainda não se sente semelhante, segura para mostrar seu corpo, como se o sentimento fosse de inferioridade, de não reconhecimento de si, ainda agravado com o dever que lhe fora inculcado, o de encobrir o corpo que deveria permanecer encerrado no privado, não devendo ser exibido ao público, por causa da religião.

Outra característica da adolescência é que os jovens frequentemente são impelidos a estar em grupo, e essa forma de convívio social está provavelmente relacionada com o sentimento de medo e de insegurança ocasionado pelas intensas transformações e pressões originadas pelo iminente ingresso na vida adulta. As amizades são carregadas de sentimentos, os amigos são seres especiais e suas opiniões são importantes, muitas vezes mais que as de um adulto. A aparência faz parte do processo de pertencimento social e de fazer parte de um grupo, em que se pode identificar as semelhanças do corpo, de comportamento. Apesar de não

manifestar muito sobre como se via nesse grupo, ao questionarmos sobre o comportamento dos colegas em relação a ela, considerando que era uma mulher em um universo bastante masculino, relata qual sua percepção dos adolescentes com os quais convivia: “*Sabe como é que é adolescente, tinha uns que eram bagunceiros, e outros mais calminhos eu não percebia, a gente se tratava bem, não tinha isso na época*”.

Ainda sobre a adolescência e seu comportamento à época, Dalva faz um comparativo com a atualidade:

Tem algumas coisas que só mudou o endereço, porque tinha uns que eram bem desvairados, eu nunca vi, mas o pessoal comentava de drogas, nunca me ofereceram no IFSC, mas tinha alguns que falavam que consumiam fora, o que me marcou nessa condição da turma, foi saber, posteriormente, que alguns não chegaram a concluir suas histórias ou concluí-lo de outra forma, faleceram ao longo desse período. Depois nos formarmos, a turma diminuiu um pouco, morreram jovens.

A entrevistada afirma não ter sido influenciada ou mesmo que alguém lhe tivesse ofertado algum tipo de droga. Ela não especifica se seriam drogas legais à época, como o cigarro ou bebidas alcoólicas, usuais conforme já afirmamos na entrevista de Marli. Hoje, comum entre os jovens seria o consumo de drogas ilícitas e, como ela afirma, somente “ter mudado o endereço”, pressupomos que havia consumo também desse tipo de substância naquela época, para além do cigarro e bebidas alcoólicas. Destaque é quando ela afirma que a turma diminuiu ao longo dos anos, atribuindo ao consumo de drogas esse fator. Novamente, ela traz aqui a morte como marcador social de seu passado.

Para compreendermos sobre a diferenciação de tipos de drogas, questionamos sobre um hábito comum à época, o consumo de cigarro. Ela assim responde:

Era um hábito que era aberto, tanto professores, quanto alunos, por isso eu lembro de um professor de Química que na época faleceu porque ele fumava muito, e fumava dentro da sala de aula também, não eram muitos professores, mas tinha uns que fumavam, e esse professor de Química, me marcou a morte dele, até por conta que depois o meu pai também faleceu de edema pulmonar.

Dalva confirma os dizeres de Marli sobre o consumo livre de cigarro por parte dos alunos à época. Com essa fala, parece-nos que ela faz a distinção entre cigarro e drogas ditas ilícitas. Novamente evoca a morte de um professor que, assim como

seu pai, faleceu em decorrência de um edema pulmonar, doença comum aos fumantes.

Pelas experiências que teve com a morte de pessoas próximas, seja a de seu pai ou a da irmã, Dalva relata que se preocupa muito com sua própria saúde:

Isso foi marcante, tanto hoje quando a minha pressão sobe eu tenho um cuidado, e eu sei que a minha pressão sobe por conta do estresse, quando estou estressada não, mas eu estou chegando na época de cuidar já estou cuidando da pressão.

Existe uma atenção com sua saúde, e ela relaciona o aumento de pressão a uma situação de estresse – ou seja, é o que especialistas denominam de pressão alta emocional, em que uma situação de estresse, ansiedade, medo, insegurança, pode gerar um desequilíbrio hormonal e o aumento da pressão arterial. Quando ela diz que “*foi marcante*” a experiência de morte (do pai), outro fator também a levou ao cuidado de si:

A gente tomava as vacinas, tomava todas as vacinas que precisavam, eu lembro de ir lá no Departamento Médico que eles falavam, departamento, mas era no setor da saúde que tinha essas questões que era ali próximo da ponte até hoje tem o prédio³⁰. Nós íamos até lá tomar as vacinas, porque precisava também.

Essa questão do cuidado com as doenças, do incentivo à população para que tomasse as vacinas, por exemplo, é reflexo de uma campanha de intervenção social que ocorreu a partir do século XIX, e que na década de 1970 recebeu grandes investimentos por parte do governo, algo também destacado pelo demais entrevistados.

Esse projeto de intervenção social também se deu nas escolas, conforme afirma Dalva:

Eu acho que tinha que ter um exame admissional, não sei se era esse o exame que a gente tinha, não me recordo direito, só sei que a gente ia no setor de saúde com Senhor Valdemar, figura que marcou na época quando a gente se machucava. O Senhor Valdemar era um enfermeiro que trabalhava no setor de saúde e recebia os alunos quando precisavam de alguma coisa, se ficava doente... Ele dava medicação, alguma coisa, aferia a temperatura, atendia quando nos machucávamos na Educação Física.

³⁰ Os entrevistados relatam o Departamento de Saúde, que hoje é a Policlínica de Saúde, localizada na Avenida Rio Branco, região central de Florianópolis.

Apesar de Dalva não se recordar se precisavam ao certo apresentar algum exame para efetuar a matrícula, suas memórias se referem a um Departamento de Saúde público, localizado no Centro de Florianópolis, e a um departamento na Escola Técnica, confirmando as informações dos demais entrevistados, como também a intervenção médica dentro da Escola.

Em suas memórias fica a presença do enfermeiro, ela fala de sua atribuição que, além de medicar, atendia os alunos, e destaca as aulas de Educação Física.

Sendo a memória seletiva, no primeiro momento, quando questionamos sobre a existência de exames admissionais, ou quais exames de saúde os alunos deveriam apresentar ao se matricularem no início das aulas, Dalva diz não se recordar, mas, quando solicitamos mais informações e detalhamentos sobre o Departamento de Saúde e os profissionais que lá atuavam, ela consegue lembrar que:

Tinha médico, dentista também tinha, mas eu não me recordo do dentista, mas o médico era o Doutor Saulo Buendgens, que era o filho do Diretor da Escola na época. Ele [o médico] fazia esse exame de admissão e aí sim, a gente sabia que tinha um médico, porque quem tratava mais da gente era o Senhor Valdemar, em uma emergência, por exemplo, como dar absorvente. Para pedir absorvente para o Senhor Valdemar era um trabalho, porque a timidez da menina...

Esse médico tinha funções específicas, segundo Dalva rememora, ele era responsável pelo exame admissional, recebendo os resultados de exames clínicos apresentados pelos alunos no ato da matrícula.

Não há de se negar que, devido ao Senhor Valdemar ser o profissional que estava à disposição no maior tempo no setor, é a ele que a memória mais recorre. Com a fala, também podemos entender que, no interior do Departamento, havia funções bem definidas, sendo a do médico verificar os exames admissionais dos alunos e a do enfermeiro o cuidado com o corpo do discente.

É o cuidado e a proximidade que vêm à memória de Dalva; inclusive outro destaque é quando novamente traz a timidez como fator de incômodo, ao solicitar um absorvente ao enfermeiro. O que hoje ainda é um tabu entre as mulheres, como comprar um absorvente em uma farmácia ou supermercado, ou quaisquer atos que demonstrem que a mulher esteja nessa situação de “vulnerabilidade”, para uma garota que já se considerava tímida pedir um absorvente a um homem deve ter sido ainda mais constrangedor.

Apesar de Dalva nos trazer a informação de que havia absorvente disponível para uma “emergência” na Escola Técnica, para destacar que ela era uma menina tímida, podemos perceber que estávamos na década de 1980, e a liberdade feminina e as lutas feministas estavam em plena efervescência.

Mas, até hoje, falar sobre a menstruação é um tabu em diversas sociedades e a pobreza menstrual ainda é um grave problema social. A fala de Dalva traz uma importante observação: a de que, quando fora aluna, em uma Escola Técnica profissionalizante pública, onde o ingresso das primeiras mulheres ocorrera apenas no ano de 1950, sendo os alunos em sua maioria homens, havia a preocupação de disponibilizar absorventes às alunas. Não estamos falando de uma política pública que distribuía absorventes higiênicos a todas as alunas, como as atuais legislações (Lei nº 14.214/2021³¹), mas vemos uma preocupação com o asseio e com a saúde da mulher.

Cabe destacar que, se para a maioria das mulheres que menstruam os cuidados são apenas um hábito de higiene, para uma pequena, mas significativa parcela desse público, as condições são precárias, como falta de itens básicos, de informação e apoio. A situação ficou conhecida, como acima mencionado, como pobreza menstrual e, a fim de dar dignidade a essas mulheres, desde 2014 a ONU considera o acesso à higiene menstrual uma questão de saúde pública e um direito.

Diante dessa realidade, atualmente o IFSC destina parte do orçamento da Assistência Estudantil aos Campus que desejarem implantar o Projeto de Dignidade Menstrual, ofertando por mês um pacote de absorvente a cada aluna.

Os cuidados com a saúde da população e dos alunos são reflexos dessas políticas que tiveram grandes avanços nas décadas de 1970 no Brasil. A abrangência e quantidade de vacinas ofertadas pela rede pública também era grande, porém, não havia tamanha diversidade e, portanto, algumas doenças, hoje erradicadas, eram comuns.

Eu tive tudo, acho que sarampo, caxumba... Eu creio que eu devo ter ido no médico. Os meus irmãos acho que já tinham tido em função das idades, mas eu e mais essa minha irmã que era mais próxima de idade, lembro. Eu tive caxumba dos dois lados, ela só teve de um, mas o sarampo, eu acho, e catapora a gente teve juntas. Pegava, mas a gente ia no médico e depois tinha que tratar em casa, acabava ficando mais recolhida.

³¹ Lei nº 14.214, de 06 de outubro de 2021, que Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) devem conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.

É comum nossos entrevistados relatarem que contraíram essas doenças, o que hoje já não é tão comum às crianças. Isso porque em 1992 foi introduzida a campanha nacional para aplicação da vacina tríplice viral (que abrange sarampo, caxumba e rubéola). Segundo o site de notícias da FIOCRUZ (2013), em 2013, o Brasil passou a produzir a tetravalente viral, que adicionou o imunizante da varicela (catapora) à tríplice viral anteriormente administrada às crianças. Assim, a cobertura vacinal ofertada pelo Sistema Único de Saúde em crianças contaria com maior abrangência e isso se deu pela possibilidade de a produção ser realizada no território nacional.

Aliada às políticas higienistas, e sua intervenção na Escola, vimos que existia a obrigatoriedade na apresentação de vacinas e exames médicos e também havia a presença de um Departamento Médico na Escola Técnica. Mas existe ainda outro profissional, a quem se atribui a responsabilidade de auxiliar no cuidado com o corpo, com quem a entrevistada possuía forte relação: o professor de Educação Física. Nas próximas linhas veremos sua relação com essa disciplina do conhecimento.

4.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA

Conforme afirma nossa entrevistada:

Da educação física que a gente se martirizava na hora de fazer o teste de Cooper. É porque a gente tinha que fazer, correr na pista de atletismo, a gente tinha isso, fazer o teste. Eu tinha que correr, então dependia quantas voltas a gente conseguia fazer no teste Cooper ali na quadra. Isso fazia parte da avaliação da gente. A gente fazia arremesso... O teste de Cooper a gente fazia no final do semestre. E a pista era maior do que hoje, porque por muito tempo que ela era assim, o campo de futebol reduziu a pista, mas tinha uma pista maior.

Nessa fala podemos destacar o que foi lembrado primeiramente por Dalva, o Teste de Cooper, cujo objetivo era verificar a capacidade aeróbica do aluno. O teste consiste em corrida e ou caminhada por doze minutos na pista, averiguando-se a distância percorrida.

Quando relata que se “martirizava”, ela dá a conotação do quanto para ela esse teste era tortuoso, o quanto de sacrifício cada um deveria fazer nas aulas de Educação Física para completá-lo. Ao mesmo tempo, existe a satisfação, o orgulho em expressar que conseguia realizar o teste, e em uma pista maior que a que existe

atualmente no Campus – o que, na prática, não fazia diferença, uma vez que conta a metragem alcançada, mas, simbolicamente, parece fazer parte de uma fantasia de êxito.

Dalva destaca que o tamanho da pista era maior em sua época do que a atual. É o tipo de detalhe que traz com riqueza em sua memória, pois faz parte de sua formação, de seu perfil, já que trabalhou como desenhista na Escola e pôde presenciar as mudanças estruturais (e aqui cabe o destaque à estrutura utilizada pelas aulas de Educação Física) sofridas ao longo dos anos.

Percebemos que testes eram realizados pelos professores para que se auferisse a melhora da capacidade aeróbica, mas procuramos verificar o que mais ela relataria sobre os conteúdos ministrados nas aulas de Educação Física. Para além do teste de Cooper, outros testes eram aplicados, e ela consegue lembrar o salto, evento do atletismo que era parte integrante dos testes: *“Eu não me lembro se a gente fazia dessa da vara, mas a gente fazia na área da caixa. Tinha a caixa de areia, a gente tinha que fazer teste de salto em distância, a gente fazia tudo isso na Educação Física”*.

Questionamos os conteúdos lecionados nas aulas para as meninas e assim ela relembra:

Vôlei, handebol, eu jogava handebol na época, nós tínhamos de basquete, que hoje, onde, eu não sei se você pegou, antes daqueles prédios grandes que tem ali no centro, do que a gente chama bloco central. Ali eram quadras. Tinha a quadra de handebol, tinha a quadra de vôlei, tinha quadra de basquete antes de chegar aquela subida ali, aquelas escadas para chegar no campo. Ali eram quadras.

A entrevistada relembra os conteúdos lecionados nas aulas de Educação Física e novamente se remete à estrutura para a prática. Ela rememora, remetendo-se à estrutura atual, as quadras existentes à época. Outra lembrança acerca da Educação Física são as Olimpíadas, conforme descreve: *“Sim, porque tinha as Olimpíadas na escola, a gente sempre se machucava, então tinha as Olimpíadas. A gente tinha esses campeonatos, que se fazia entre as turmas e a gente participava, fazia times e a gente tinha esses campeonatos”*. Novamente ela se remete aos machucados e à atribuição do Departamento de Saúde da Escola, que durante os Jogos atendia os alunos que frequentemente se machucavam.

Dalva recorda-se do campeonato, e como ela descreve a estrutura que a escola possuía para a prática do atletismo, perguntamos se ele era praticado nas

Olimpíadas, ao que ela responde que não se recorda, mas enfatiza os esportes coletivos e que ela mesma disputava o handebol. Apesar da timidez, é dos esportes coletivos que ela se recorda e nos quais encontrou alguma realização, levando-nos a especular que no esporte coletivo ela pôde dividir a responsabilidade, enquanto nos esportes individuais a exposição pessoal era muito maior.

Ainda sobre as aulas de educação Física, conforme já mencionamos, era atribuição do professor ensaiar e preparar os alunos para os desfiles cívicos. Dalva possui uma íntima relação com o evento, visto que já participava dos desfiles desde os quatro anos de idade. A marcha, movimento sincronizado e ritmado para os desfiles cívicos, era ensaiada nas aulas de Educação Física:

Sim, tinha, continuava, a gente treinava nas aulas de Educação Física, a marcha, ali no campo. A gente montava os pelotões, e iam formando, nós íamos marchando em volta do campo, treinando para ter a sincronia, porque o ideal é ser síncrono, porque na hora de marchar, no desfile, era isso que era bonito de se ver. Tinha uma banda na Escola, tinha um pessoal, que eu não me recordo quem é, que coordenava a banda, mas os professores de Educação Física tinham essa aproximação com a banda, com os instrumentos.

Nas aulas de Educação Física ocorriam os ensaios para o desfile cívico, endossando a participação da Educação Física nesse “novo” plano desenvolvimentista brasileiro. Na foto a seguir (Figura 9), datada dos anos de 1960 (Ribeiro, 2012), podemos observar em primeiro plano os alunos, todos perfilados (do sexo masculino) e com os instrumentos à mão. Ao fundo vemos o palanque das autoridades e, abaixo, militares em formação e em posição de continência.

Figura 9 - Desfile dos alunos ETFESC, década de 1960



Fonte: Ribeiro (2012).

Na imagem a seguir (Figura 10), temos uma foto já da década de 1980, cedida pela entrevistada Marli, em que podemos notar as diferenças:

Figura 10 - Alunas desfilando na Avenida Beira Mar, década de 1980



Fonte: Arquivo pessoal de Marli.

Vemos somente as meninas, com saias plissadas, cabelos soltos, em um desfile realizado na Avenida Beira Mar, na região central de Florianópolis. Dalva relata a sincronicidade da marcha, da qual podemos saber melhor pela foto anterior, bem como a presença da banda. Desfilarem pela Escola era motivo de orgulho, assim como levar a bandeira quando pequena. Na última foto, vemos as meninas perfiladas, não

se trata de uma foto em movimento, mas podemos perceber a preparação dos pelotões, o distanciamento entre as alunas. As recordações dos desfiles cívicos estão em suas memórias de forma muito afetuosa, saudosista, compostas que são também pelo esforço e dedicação com que os alunos ensaiavam os pelotões; a banda, por sua vez, dava o ritmo e a cadência da marcha. Para além da afeição, ela se recorda da tradição e do disciplinamento dessas práticas.

Sobre seu apreço à sincronicidade, à ordem e ao disciplinamento, tentamos perguntar se ela se recordava das demais homenagens cívicas e se, quando aluna, chegou a participar de alguma na Escola Técnica. Assim ela responde:

Eu lembro disso no Núcleo Comum, de fazer, mas não é uma lembrança muito forte. Lembro disso muito mais no Ensino Fundamental, onde tinha toda segunda-feira. Tinha o hasteamento da bandeira, as homenagens, sempre ficava a cargo de uma turma ali no IFSC que eu me lembro, da gente ficar lá hasteando a bandeira, era ali nas quadras porque as bandeiras ficavam ali, ou era lá na frente, acho que era lá na frente, onde hoje é aquele jardim, acho que era ali que as bandeiras eram hasteadas.

Na memória de Dalva, é no ensino fundamental que as recordações dos cerimoniais cívicos ocorrem em primeiro plano, porque aconteciam com maior frequência toda segunda-feira. Quando ingressou na Escola Técnica, em 1977, já se vivia, muito paulatinamente, um início da abertura da ditadura civil-militar brasileira, que ocorreu efetivamente em 1985. Diante disso, nas linhas que se seguem, vamos verificar quais impressões acerca desse período ficaram nas memórias de Dalva.

4.4 IMPRESSÕES ACERCA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Eu lembro dessa questão, de ter sempre muita disciplina, esse reflexo de disciplina, mas não era algo que eu ficasse revoltada. Eu costumava seguir as disciplinas e não tive esse reflexo de ficar revoltada ou trazer isso para uma questão de não me engajar em algum grupo por conta disso. Não tive esse problema.

Para Dalva, a ditadura civil-militar brasileira foi o período marcado pela disciplina, ela possui essa compreensão e a destaca em sua fala, mas sem enfatizar a crítica. Ademais, seu comentário se estende a justificar que ela nunca se envolvia ou ficava “revoltada”, provavelmente fazendo alusão a alguns colegas que se rebelaram contra o arbítrio.

A presença da ditadura e desse projeto político encontrou lugar no currículo escolar:

Não sei qual foi o período, mas a gente, por exemplo, sabia quem era o presidente, os ministros de cada pasta, isso era fácil a gente identificar quem era o ministro da Educação, quem era da... Porque não mudava e então a gente tinha que saber, e fazer as biografias dessas pessoas, então tínhamos isso, não sei se é o plano que você pegou era da época que estudei.

Na figura a seguir, vemos o Plano de Curso vigente quando Dalva entrou no Núcleo Comum da Escola Técnica, da disciplina de Educação Moral e Cívica, que foi implantado em 1974. Percebe-se na descrição dos objetivos específicos que se pretendia a formação do caráter e inculcação de valores nos alunos, de acordo com o projeto político em voga. Sua memória seleciona apenas o conteúdo relacionado à Constituição do Brasil e aos três poderes.

Figura 11 - Programa de Ensino disciplina EMC, 1974

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO TÉCNICO DE ENSINO
DIVISÃO DE:

PLANO DE CURSO ANO 1974

1.- Curso: NÚCLEO COMUM 2.- Série: 1a. 3.- Turma: 801 à 814
4.- Disciplina: E. M.C. 5.- Código de disciplina: 20
6.- Nº de aulas semanais: 2 7.- Total de aulas curriculares: 60
8.- Professor: Liêge A. B. Dias e Marco A. R. Krieger
9.- Objetivos específicos: Levar o educando a:
a) Preparar-se como homem de caráter, útil: a sociedade e consciente dos seus deveres pessoais e sociais. - b) Conhecer o Brasil, sua importância para as demais nações e suas possibilidades de progresso.
c) Tomar conhecimento da realidade brasileira. - d) Evidenciar a noção de liberdade dentro dos princípios democráticos fundamentada na justiça e no dever, e despertá-lo para um mundo moderno.

Fonte: Programas de Ensino digitalizados.1974.

A fim de trazer mais uma contribuição à pesquisa sobre a disciplina naquele período, ela se remete à presença dos inspetores escolares:

Era assim: a gente tinha uma carteirinha de identificação que a gente entregava no início da aula, onde era marcado, carimbado se estava presente ou não no dia. Porque tinha dia a dia, tinha isso que a gente entregava para o inspetor, o Senhor Carreirão, que era um inspetor de corredor. O Jucy era que coordenava tudo, então se a gente estava sem uniforme, a gente era repreendido, levava a notificação, suspensão, tudo isso, se fazia bagunça no recreio, também tinha esse controle. Eu lembro que teve um dia que a gente teve aula na sexta de manhã e sexta à tarde, e eu me sujei na aula prática à tarde, e no sábado a gente tinha aula, eu fui sem uniforme. Então o Jucy falou que ia contar para a minha irmã que eu estava sem uniforme, mas é que não tinha, não deu tempo, e naquele período eu não tinha o de reserva, eu não sei se eu estava com a calça que não era do uniforme, alguma coisa nesse sentido, e se a gente sujasse... O sapato era mais difícil ter dois, naquele

período então, ou a meia. Era bem controlado, e durante o recreio circulavam os inspetores todos de ensino pelo recreio, olhando o que cada um estava fazendo, se tinha alguém escondido lá para trás no campo, trazia todo mundo para sala de aula, então não ficava ninguém circulando pelos corredores sem fazer nada.

Tal presença é recorrente nas falas de nossos entrevistados. Quando falam em ditadura, a relacionam com a figura do inspetor. A fiscalização não se dava apenas na entrada e na saída, ou na exigência do uniforme, pois os alunos também eram observados no horário do intervalo, o que ilustra o mecanismo de controle presente na Escola. Sua fala apenas traz a informação, mas não demonstra se ela se sentia incomodada, parece-nos que ela naturaliza tal presença, mas podemos afirmar que sua memória seleciona a figura e a função dos inspetores como aliados de um projeto de disciplinamento e ordem, presentes no projeto educacional do regime civil-militar brasileiro. Podemos também considerar que, atualmente, como professora da instituição, ela pode comparar a liberdade que os alunos possuem para circular na Escola, nos corredores, expressão de uma sociedade em que os corpos possuem maior autonomia para se expressar.

Dalva relata o ritual de controle de presença, mas também a inspeção do uniforme, presenças da ditadura, do controle, ordem e disciplina, que recaem sobre os corpos dos alunos. A entrevistada relembra um episódio em que foi repreendida por ter ido a uma aula em um sábado com roupa que não era de uniforme – não houve tempo de lavá-lo. Isso parece estar marcado em sua memória porque, para ela, estava infringindo uma regra da Escola e, aparentemente, como uma boa aluna, isso seria inadmissível. Mas, em seguida, ela justifica que não tinha condições financeiras de ter um uniforme reserva e, mais difícil ainda, tênis ou sapato, que possuíam pouca variedade e custo elevado. Grande parte da população e, conseqüentemente, dos alunos de extratos sociais mais baixos não poderiam adquirir mais de um par.

A posição de classe é aqui colocada em evidência, pois, apesar dos esforços que muitos alunos e famílias faziam para adquirir o uniforme, é nesse momento que a condição social é denunciada. O uniforme torna-se um instrumento de representação simbólica que movimenta dentro da Escola um conjunto de sinais que qualificam a distinção social. Apesar da entrevistada verbalizar que o inspetor iria falar para a irmã, com um tom de denúncia e amedrontamento, em momento posterior ela diz ter sido uma brincadeira da parte dele.

Outro elemento da ditadura, apesar de não mencionado pela entrevistada, foi o mandato de 22 anos do Diretor Frederico Guilherme Büendgens, que assumiu a Escola em 1964, após a demissão de Antônio de Freitas Moura, por meio de uma decisão tomada em uma reunião extraordinária convocada pelo Conselho de Representantes da Escola Técnica. Seu mandato inicial era de 3 anos, porém foi reconduzido inúmeras vezes pelas “autoridades competentes”.

As informações anteriores foram retiradas do relatório escrito pelo Diretor após os 22 anos de mandato, em que relata as dificuldades enfrentadas, mas também as conquistas à frente da administração da Escola. Dentre as conquistas, ele cita a ampliação da estrutura física.

Na educação, temos grandes frentes que foram parte desse projeto: a medicalização dos alunos, a presença de médicos e inspetores nas escolas, o combate às endemias com as vacinas e exames laboratoriais e, entre outras, a melhora nos espaços escolares. Dalva foi testemunha, assim como os demais, dessas mudanças ao longo dos anos, mas durante o processo de rememoração ela destaca constantemente as transformações estruturais, talvez porque desde pequena já frequentava as dependências, e principalmente porque trabalhou como desenhista na Escola.

Dessa forma, nas linhas que se seguem, iremos tratar da arquitetura escolar que, segundo Pycosz e Tabora de Oliveira (2009, p. 146),

[...] No que se refere ao espaço escolar ao longo dos anos finais do séc. XIX e os iniciais do séc. XX, em Curitiba discutiram-se inicialmente as possibilidades de localização dos prédios escolares. Defendia-se que fossem em um local central, alto, de fácil acesso, seguro e equipado com o serviço de limpeza pública, dando ênfase à sua ventilação, distribuição de água e condições higiênicas e, ao mesmo tempo, distante de lixos, cemitérios, enfim, locais insalubres de frequentes proliferações de moléstias infecciosas, que poderiam afetar a saúde dos escolares.

4.5 A ARQUITETURA ESCOLAR

Certamente a intenção principal era fazer do espaço escolar um meio de formação de novos hábitos e atitudes para os alunos, um espaço que educa, um território vivenciado e incorporado à experiência e, conseqüentemente, à memória dos alunos. Assim, aqueles ensinamentos se estenderiam às suas vidas fora do ambiente escolar.

Quando inaugurada em 1910, a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina se localizava em um prédio cedido pelo Governo do Estado, na Rua Almirante Alwin (hoje Vítor Konder), na região Central de Florianópolis, conforme Figura 12, a seguir.

Figura 12 - Primeira sede da EAA, Rua Almirante Alwin, década de 1910



Fonte: Almeida (2010).

Em 1919, o prédio estava em péssimo estado de conservação e ultrapassado em termos de espaço físico, de forma que o Diretor da Escola entrou em contato com o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (responsável à época pelas EAA), para que intercedesse junto ao Governo do Estado na aquisição de uma sede maior e definitiva. Dessa forma, foi adquirida a casa do Coronel Antônio Pereira de Oliveira, situada na Rua Presidente Coutinho, esquina com a Almirante Alwin. Em 1921 foram iniciados os projetos dos novos edifícios e pavilhões. O novo prédio (Figura 13) foi inaugurado em 15 de novembro de 1922 (Almeida, 2010).

Figura 13 - Segunda sede da EAA, Rua Presidente Coutinho, década de 1920



Fonte: Almeida (2010).

Em 1946, com a promulgação do Decreto nº 20754, o Presidente Eurico Gaspar Dutra desapropriaria um terreno de 28.724,25m² situado na Rua Mauro Ramos, região central de Florianópolis, de propriedade do Sr. Francisco Nappi, bem como um terreno de aproximadamente 10.0000m² de propriedade de Machado e Cia³², para construção da nova sede da então Escola Industrial de Florianópolis.

As obras se estenderam por toda a década de 1950, e somente em agosto de 1962 começaram oficialmente as atividades escolares, após reunião do Conselho de Professores que aprovou a compra de novo mobiliário. A empresa Móveis Cimo S/A venceu a licitação das carteiras, que foram compradas, assim como também as persianas, as soleiras de mármore, as poltronas para o auditório e, na área externa, havia um estacionamento que estava iniciando a pavimentação de paralelepípedo, conforme figura a seguir, datada de 1980.

³² O comércio foi a principal atividade da família Machado durante décadas. Em 1937, os irmãos montaram a Machado & Cia, loja popular de departamentos de Florianópolis, que fechou as portas em 1970. Oito dos irmãos Machado trabalharam no local, tendo uma filial em Itajaí (Alvez, 2013).

Figura 14 - Sede da Escola Técnica de Santa Catarina, Rua Mauro Ramos



Fonte: Almeida (2010).

Nessa foto, temos uma visão da arquitetura da já nomeada Escola Técnica Federal de Santa Catarina, período em que nossa entrevistada estudou no local e assim ela descreve como era a sala de aula:

A gente tinha aula na que a gente chama hoje de ala norte (mas as salas eram aquelas, não tinha tanto em outros lugares) a gente tinha as salas e não tinha ar-condicionado, o máximo que a gente tinha era cortina, então quando vocês falam [mencionando seus alunos hoje]: “Ah que calor!”. Daí eu digo: “Vocês não sabem o que é não ter ar-condicionado, e o sol na cara, e a gente tinha no máximo uma cortina de pano, e a gente estudava”. Por isso o pé direito era alto, então as salas eram bem ventiladas. Não era como é hoje, de maxi ar³³, elas eram de guilhotina³⁴. Baixava e suspendia, então quando precisava ventilar em cima para circular o ar quente e sair, então a gente tinha essa, e isso me marcou, aquelas janelas grandes que tinham naquela ala que eram as salas de aula, e quando o professor de matemática explicava, quando era maior ou menor, no sinal de maior ou menor eu lembrava que quando estava virado para as janelas, era maior, então era uma forma de eu entender.

Temos aqui uma rica descrição do que fora projetado de acordo com o que na época se esperava de um espaço dentro dos padrões considerados ideais para o ambiente escolar, com a localização central, a luminosidade das salas, que fossem

³³ A janela de maxi ar é um modelo caracterizado pela praticidade funcional, uma vez que para abri-la é preciso apenas empurrar a sua folha para fora, devido ao seu sistema de abertura com alavancas.

³⁴ As janelas tipo guilhotina são caracterizadas por possuírem duas folhas que ficam sobrepostas e que se deslocam para cima e para baixo, formando um movimento similar ao de uma guilhotina.

ventiladas, pé direito alto. Embora na década de 1980 as carteiras já houvessem passado por uma reformulação de padrão, não sendo mais as de madeira do modelo adquirido na década de 1960 junto aos Móveis Cimo, o modelo de janela e o pé direito eram os mesmos. As persianas foram trocadas por cortinas e, à medida que novas tecnologias foram sendo incorporadas às salas de aula, maior conforto foi sendo proporcionado a alunos e professores, a exemplo das atuais janelas, que são de modelo maxi ar, e o ar-condicionado, importantes aliados em dias de calor.

Citada nas entrevistas também estão as quadras de esportes, conforme a Figura 15, a seguir:

Figura 15 - Quadra poliesportiva, década de 1970



Fonte: Ribeiro (2012).

A imagem já traz a nova sede da Escola Técnica, situada na Avenida Mauro Ramos, com as quadras localizadas em frente ao prédio principal. As quadras tinham piso de concreto. Elas também eram utilizadas pelos alunos no horário do recreio escolar, conforme Figura 16, a seguir.

Figura 16 - Alunos no intervalo escolar, década de 1970



Fonte: Ribeiro (2012).

O intervalo escolar permitia aos alunos um momento de descontração, em que podiam socializar. Percebemos os corpos relaxados, descontraídos, observamos no primeiro plano alunas sentadas ou quase deitadas sobre o concreto de suporte das hastes com as bandeiras. Vemos alunos com calças, outros com shorts e até podemos supor, ao fundo, uma tabela de basquete e um grupo de alunos próximos, provavelmente jogando, ou seja, as quadras eram o lugar para ir nos dias de sol.

Porém, nos dias de chuva a estrutura para os alunos era menor, conforme afirma Dalva: *“Ali onde hoje é a coordenadoria pedagógica, o registro geral, naquela época era um vão grande, a gente não tinha aquelas salas fechadas que hoje tem ali, então em dia de chuva ficávamos tudo ali, e quando encanava o vento era muito frio.”* A estrutura nesse ponto de vista ainda não estava preparada para que os alunos em dias de chuva tivessem um espaço de convívio e recreio adequado. Apesar dos investimentos nas quadras esportivas e na estrutura que na época era comum nas escolas públicas, no horário do intervalo ou nas aulas de Educação Física, em dias de chuva existia uma limitação de atividades. Na Figura 17, a seguir, vemos os alunos no horário do intervalo escolar, no que ela chama de “vão” grande, em um dia de sol.

Figura 17 - Alunos no intervalo no vão central, década de 1970



Fonte: Büendgens (1984).

Conforme já mencionamos, as aulas de Educação Física e as práticas esportivas eram fortemente incentivadas durante esse período. Havia uma preocupação com a saúde e o preparo dos corpos, e, portanto, diversos investimentos foram feitos durante esse período de 22 anos de gestão do Diretor Büendgens. Segundo seu relatório:

A área construída não é mais a mesma de 1964, quando assumimos nossas funções, uma vez que foi enriquecida por ampliações, reformas e adaptações que visavam atender o desenvolvimento do ensino nesses 22 anos de nossa administração. É verdade que não foi possível realizar todas as obras que pretendíamos, devido especialmente a falta de recursos específicos e até mesmo as diretrizes de ordem superior no sentido de não haver ampliação do patrimônio. Entretanto, tão logo se ofereceram oportunidades, empregamos o melhor de nossos esforços para ampliarmos a área física com vistas a permitir o crescimento das atividades-fim e atividades-meio e proporcionar melhores condições de trabalho ao pessoal. Daí podemos citar as seguintes ampliações na área física: a) Construção do Ginásio de Esportes, obra que contribuiu definitivamente para o desenvolvimento da Prática desportiva discente; b) Construção do Canteiro de Obras, em duas etapas que veio preencher a lacuna, que se fazia sentir no Curso de Edificações; c) Construção do Laboratório de Solos e Materiais, obra de relevância para os Cursos do Setor de Construção Civil; d) Construção da Cantina para o atendimento de professores, alunos e funcionários; e) Construção do Abrigo Coberto, com piso cimentado, junto à Cantina; f) Construção do Prédio para instalação da Administração da Sede, depósito de sucata, vestiários, sanitários, cozinha e refeitório para funcionários; g) Portaria Central, que permitiu maior fluxo e segurança de pedestres e veículos na entrada e saída; h) Construção de uma Quadra Polivalente de esportes com revestimento asfáltico; i) Construção de Três Quadras de Esporte, iluminadas, que permitiram a ampliação da prática Desportiva e o treinamento de Equipes discentes (Büendgens, 1984, p. 11).

O Diretor cita o que teria sido um escasso investimento na Escola. Mesmo assim, nas obras por ele citadas, houve investimento na melhoria, não somente da estrutura de laboratórios necessários para as aulas práticas dos cursos profissionalizantes, principalmente no que se refere aos ligados à construção civil, como no caso de nossa entrevistada, Edificações, mas, também, na cantina, pensando na alimentação, assim como o hall coberto para abrigar os alunos, fosse do sol, fosse das chuvas. O destaque, aqui, é que em três dos nove itens apresentados ele cita obras realizadas para as aulas de Educação Física, como as quadras polivalentes, o que demonstra a importância atribuída à Educação Física e aos esportes. Também destaca no item “i” a existência de equipes de treinamento dentro da Escola Técnica. Isso nos faz compreender que Educação Física e, no caso, os Esportes, passam a ser priorizados nos investimentos na Escola, pois, nesse período, são considerados peças fundamentais para o desenvolvimento da saúde dos cidadãos e premissa básica para a integração social, dentro de uma campanha nacional de massificação do esporte³⁵.

Em relação aos interesses governamentais em conhecer, controlar, governar e organizar o corpo, percebemos, nas linhas anteriores, que Dalva trouxe em suas memórias, embriagadas de emoção, de saudosismo, a figura de sua irmã, professora de Educação Física da Escola Técnica. Para Dalva, as memórias da infância já estão presentes entre os muros da escola quando participava como mascote dos desfiles cívicos, o que para ela era uma lembrança positiva; desfilar era momento de felicidade, já que sua irmã lhe confiara o papel de ir à frente do pelotão, para carregar a bandeira da Escola.

A adolescência foi tratada como um período de transformações físicas e sociais, um período de descobertas, de “revolta” e experimentações, porém, sua fala remete-se a uma visão geral da adolescência e não de si. Descreve-se constantemente como pessoa tímida e justifica o comportamento por ter uma deficiência, um problema de visão, e pela religião.

³⁵ A campanha *Esporte para Todos*, de um Programa de Governo, realizada no Brasil entre 1977-1985, pretendia incentivar a prática de atividades físicas, por meio da prática de esportes, à população, com a tentativa de produzir um novo “homem”, “alegre”, “produtivo”, “sadio”, “grupal”, e de uso útil em seu tempo livre. Para ver mais: Pazin (2014).

A arquitetura escolar é bastante citada em suas falas, comparando a atual estrutura e a de quando fora aluna, principalmente as melhorias visando o conforto e bem-estar. Os detalhes das melhorias, bem como da ampliação, também se justificam, porque além de cursar Edificações, ela foi desenhista na Escola Técnica, seu primeiro emprego, e atualmente é professora da instituição em cursos relacionados à construção civil.

A ditadura foi citada como sinônimo de disciplinamento e ela se remete a esse período destacando a disciplina de Educação Moral e Cívica, a importância dos conteúdos ministrados, além da figura dos inspetores escolares, responsáveis pela inspeção do uniforme, promovendo-nos uma reflexão sobre a extinção desse sujeito na atual escola, com o intuito de controlar, inspecionar os alunos.

5 LEOPOLDO, O MOTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A “GARANTIA DE SUCESSO PARA TODA A VIDA!”

A palavra é de Leopoldo:

Vim de uma família pobre, da periferia de Florianópolis na época. Hoje o bairro avançou um pouco mais economicamente, mas na época era um bairro de periferia, um bairro popular. Minha mãe era professora primária do estado e meu pai era operário, mecânico de automóveis. Trabalhou muito tempo, muitos anos como mecânico. Éramos cinco filhos... E eu sou exatamente o do meio.

Minha mãe era professora de escola estadual, professora chamada alfabetizadora, a professora de primeira série do Ensino Fundamental. Ela foi durante trinta e cinco anos professora e a carreira dela terminou na Escola Básica Elite Gama Ramos. Ela foi minha professora da primeira série de Ensino Fundamental, aliás, de todos os cinco filhos. Era uma excelente alfabetizadora, não é só porque era minha mãe, mas ela realmente era, sempre foi muito reconhecida por isso, e tinha essa clareza da importância da educação, talvez eles fossem um destaque. Mas meu pai era um homem que tinha quatro anos de escola apenas, mas ele lia bastante, ouvia rádio e então nos estimulava a estudar, a importância do saber, do falar corretamente, era uma dessas coisas curiosas.

Na época, a gente fazia o curso primário que eram quatro anos, e para ascender ao ginásio precisaria fazer um exame de admissão que havia antigamente, uma espécie de vestibular, em que as crianças disputavam uma vaga no ginásio, porque não havia vaga para todo mundo e cada escola tinha seus critérios. Então, você poderia fazer o primário em uma escola e o ginásio em outra escola qualquer, e foi o que eu fiz. Eu prestei o concurso, o exame de admissão ao ginásio na escola, que eu tinha feito o primário, que era a Escola Básica Edith Gama Ramos em Capoeiras, e prestei na Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Como é que eu soube dessa Escola técnica? De criança, meu avô, pai de meu pai, meu avô paterno, ele, em uma conversa lá em casa, ele disse que eu gostava de estudar, que eu deveria tentar a Escola Técnica, porque ela me daria duas coisas importantes na vida da gente: o estudo e o trabalho. Porque a Escola Técnica já era muito famosa, meu avô a conhecia desde mil novecentos e vinte e dois, vinte e três, quando ele vem morar aqui em Florianópolis, que era a Escola de Aprendizes Artífices ainda. E a fama que ela tinha da formação para o trabalho, e de uma formação cultural, intelectual, educacional, digamos assim, a Escola Técnica sempre teve essa vocação. Então, a partir disso eu acabei me interessando, e acabei indo lá sozinho. Eu fui à escola, me inscrevi no exame de admissão, fiz e passei na prova, e então, a partir de mil novecentos e sessenta e nove, passei a estudar no centro da cidade, indo de Capoeiras para lá todos os dias, de ônibus. Claro que esse foi um desafio, porque, antes ia de graça à escola do bairro, e depois eu tinha que pagar ônibus ainda que a escola fosse gratuita, mas tinha que pagar ônibus, mas meus pais conseguiram, tranquilamente superar essas dificuldades e eu pude estudar então, no ginásio na Escola Técnica.

Nas linhas anteriores, podemos observar que a decisão, o incentivo para prestar o exame de admissão para a Escola veio em grande medida do avô paterno. O avô, oriundo de outra cidade (que ele não aponta na fala), retrata a importância de estudar e o que garantiria um futuro melhor. O lado paterno da família teve pouco

acesso à educação formal. O pai cursou apenas as séries iniciais, mas tinha um ofício. Assim como o avô paterno, incentivava a educação com vistas à ascensão social. A mãe, mais “estudada”, era professora e dizia da importância de sua profissão na formação do indivíduo. Família pobre, segundo ele, mas que “se esforçou” para dar aos filhos uma boa educação.

Ainda tratando de educação, Leopoldo traz uma informação sobre como, em seu entendimento, a educação ocorria na cidade. Havia pouca oferta de vagas no que denominamos hoje séries finais do ensino fundamental. Apenas algumas escolas as ofereciam e, para o acesso, eram realizados exames de admissão. Dessa forma, somente as crianças que apresentavam melhores condições conseguiam ascender a níveis mais elevados de escolaridade.

Leopoldo relata a contradição entre o ingresso no ginásio, nível ofertado na Escola Técnica, e as impossibilidades que geralmente se colocavam.

Terminou o primário, já sabe ler, escrever e fazer conta está pronto. Está bom para a vida. Era um mote, bastante frequente no Brasil, nas famílias brasileiras, que quatro anos era o suficiente para um ser humano se virar. Por isso que havia o primário, separado do ginásio, e do secundário e da Universidade. Então era isso, se dizia que se a pessoa sabe ler, escrever e fazer contas, ela está pronta para a vida. Normalmente para uma vida de operário, de trabalhador braçal, de trabalhador na maioria das atividades.

Em 1971, surgiu a nossa segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei 5.692/71, que estabeleceu o princípio da obrigatoriedade e defendia a permanência do aluno na escola durante as oito séries do antigo 1º grau. Esta garantia previa o aumento de vagas em escolas públicas e o oferecimento de bolsas de estudo em escolas particulares, oferecidas por empresas industriais, comerciais ou agrícolas, para os trabalhadores e seus filhos. Além disso, estabelecia a necessidade de todos os alunos qualificarem-se para o trabalho, gerando, para isso, uma mudança na estrutura curricular (Silveira de Melo, 2012).

Leopoldo traz a realidade em que ele, morador da periferia entre os anos 1960 e 1970, vivia. Ele foi reflexo dessas modificações e evoluções que a educação vivenciou durante todos esses anos no Brasil e, dessa forma, emerge em sua fala o vivido e o apreendido. Percebemos que ao longo da história da educação brasileira foram feitos esforços, alguns com sucessos, outros não, alguns de forma a privilegiar determinadas classes ou de, justamente, por meio dela, promover uma distinção de classes.

Vimos que durante o período da ditadura civil-militar brasileira maiores esforços foram empreendidos para que maior número de pessoas ascendesse à escolarização, e Leopoldo é expressão desse movimento. Assim, a família do nosso entrevistado, conforme diz, por gostar muito de estudar, investiu nessa possibilidade de ascensão, e em uma escola profissionalizante, visto que, sendo membros de uma classe trabalhadora, era esse o destino traçado. Na certeza de crescimento profissional e pessoal por meio da educação, a família de Leopoldo investiu em seu ingresso na Escola Técnica, consciente da educação de qualidade fornecida por ela, conforme veremos a seguir.

5.1 CAMINHOS QUE LEVARAM À ESCOLA TÉCNICA

Então porque meu avô, que havia elogiado, ensinado, foi uma grande alegria para o meu pai, porque eu estudei em uma Escola Técnica. A escola era famosa, respeitada, admirada, então todos elogiaram barbaramente, e meu avô, eu me lembro que meu avô me disse isso um dia. Ele morava no bairro também, por ali perto, tinha uma chácara inclusive, na casa dele, ele era um carpinteiro de mão cheia e ele me disse: “meu neto fique tranquilo, a tua vida está assegurada, porque essa escola vai ‘fazer’ a tua vida”.

Coadunando com os trechos anteriores, Leopoldo enfatiza o respeito e influência do avô nas escolhas e decisões da família. Também reforça a importância e a fama da Escola Técnica e, conforme dito anteriormente, o status de educação de qualidade e a expectativa de que os alunos que ali adentrassem se tornassem profissionais respeitados

O ingresso:

Eu fiz o exame de admissão ao ginásio para ingresso na primeira série do ginásio, que corresponderia hoje ao quinto ano do Ensino Fundamental. Na época havia o primário, o ginásio e o secundário, eram os níveis escolares, eram diferentes no Brasil, então eu entrei no Técnica Federal de Santa Catarina que era assim que se chamava a instituição na época, em mil novecentos e sessenta e nove para cursar o ginásio industrial, quatro anos do fundamental dois, com também uma formação para o trabalho, já havia naquela época no ginásio industrial uma formação para o trabalho em várias etapas que ao longo dos anos a gente desenvolvia. Depois, então, eu fiz o curso no Ensino Médio. Eu fiz o curso técnico de Eletrotécnica. Eu entrei no Ensino Médio em mil novecentos e setenta e dois.

Leopoldo, que considera sua família de origem humilde, adentra ainda menino o ensino profissional no chamado ginásio (hoje séries finais do ensino fundamental). Conforme citamos anteriormente, havia um investimento público forte durante a

década de 1960 e, por se tratar de uma escola cuja mantenedora é a União, o ensino profissional se fazia necessário, antecedendo o Ensino Técnico em nível de 2º Grau (nomenclatura da época ao hoje Ensino Médio). Mesmo ainda jovens, muitos dos que concluíam essa primeira etapa do ensino público profissionalizante já adentravam o mercado de trabalho.

O salário era muito bom, tem na vida completa, aliás esse era orgulho que todo mundo tinha de ter sido aluno da Escola Técnica porque estava com a vida garantida, ser um trabalhador. Porque você ia ser um trabalhador qualificado com um salário bom em uma empresa, em uma grande empresa, que ia ter plano de saúde, e tudo isso que a gente queria naquela época, porque não existia SUS, né, então, por exemplo.

A possibilidade de ascensão social, de garantias de um emprego com determinado status, fosse social ou econômico, principalmente, faz com que ainda crianças passem a tentar o ingresso na Escola. Em contrapartida, a Escola também reconhece esse esforço e ambição e, segundo Leopoldo, cria estratégias para que seus alunos possam, durante ainda o período como estudantes, ingressar no mercado de trabalho:

Meio período, não, de segunda a sábado a gente tinha aula das sete e meia da manhã ao meio-dia. As aulas na Escola Técnica eram de cinquenta minutos, das sete e meia da manhã ao meio-dia, de segunda a sábado, porque era vantajoso, a gente não tinha aula no contraturno. Essa era uma vantagem, a gente só tinha Educação Física no contraturno, então todo mundo que queria trabalhar, era um entendimento que a escola tinha, que eu acho isso de extremo bom senso, porque a maioria dos estudantes eram de classe popular e precisavam trabalhar para se sustentar.

Porque em sua família, segundo ele, era essa a premissa:

Pobres e que trabalham. Então na minha família não foi diferente, meu pai, a gente vai chegando perto dos treze, quatorze anos, ele já vai indicando, olha, na hora de fazer um curso para aprender datilografia no Senac ou aprender uma profissão, eu já tinha alguma atividade, mas minhas irmãs também foram estimuladas, esse destaque eu faço para minha família, que estimulava tanto os homens quanto as mulheres a se profissionalizarem e assim, foi uma tônica, que é rara na cultura brasileira, mas minha família tinha esse mote de estimular todos os filhos a se tornarem independentes em termos de trabalho. Meu pai tem uma visão de trabalho um pouco diferente, um pouco do trabalho como realmente um constitutivo importante do ser humano. É que incorpora o trabalho como princípio educativo, que é o que a Constituição diz, a LDB tem. Infelizmente, a gente acabou isso no Brasil completamente, foi extirpado, mas na época tinha isso. Então mesmo que a pessoa não fosse se tornar um trabalhador daquela área, ele já tinha noção que precisaria escolher uma profissão no futuro.

Sobre as aulas do ginásio, afirma:

As aulas eram propedêuticas à tarde, dois dias de manhã eu ia para ter aula de Educação Física, que era contraturno, e aula nas oficinas como chamávamos, porque era o ginásio industrial. Então a cada ano, no primeiro, no segundo, no terceiro e no quarto ano, você escolhia uma especialidade para trabalhar na oficina, e passava aquela tarde inteira, em uma oficina trabalhando. Poderia ser tipografia, carpintaria, marcenaria, e mecânica, um pouco de mecânica que você iria aprender.

E agora ele fala sobre o Ensino Técnico (2º Grau):

De manhã, eu fiz o ensino técnico pela manhã. Porque eu queria trabalhar, filho de pobre, meu pai já dizia: “Meu filho, você tem que se virar!”. Então tínhamos aulas todas as manhãs e duas tardes tinha aula também que era Educação Física. Quem trabalhasse não precisava fazer Educação Física, porque a lei já permitia isso naquela época. Então eu fiz o primeiro ano e no segundo ano eu ainda fiz Educação Física, mas eu fiz também o curso de datilografia e de auxiliar de escritório no Senac, ali da Prainha na época. Então eu aprendi a bater máquinas como dizia na época. E depois eu já comecei a trabalhar e não fiz mais Educação Física, comecei a trabalhar a tarde. E era minha alegria, já tinha dezesseis anos.

5.2 O UNIFORME ESCOLAR

Apesar de relatar que a condição financeira de sua família não era boa, ao ingressar na escola Técnica ele teve condições de adquirir o uniforme solicitado:

Dava um papelzinho com o endereço dessas lojas e a gente comprava aquele tecido e no bairro a gente tinha costureira, minha mãe levava para a costureira e fazia a camisa e a calça e o sapato. Era um sapato preto qualquer, meia preta é que a gente usava.

Mas recebiam da escola também como parte dessa caixa escolar junto com o material didático pra aqueles muito pobres, mas a maioria podia comprar e comprava porque era um orgulho estudar na Escola Técnica, desfilar com aquele uniforme para nós, era um orgulho, né? E o sonho da gente era poder ter uma pasta que tivesse o nome da escola, naquela época era muito raro alguém ter isso, a gente usava pastas comuns, mas depois como foi aparecendo a gente até trabalhava e a gurizada trabalhava, podia comprar aquela pasta, andava, exibia o orgulho de estudar na Escola Técnica, era comum.

Leopoldo, que iniciou seus estudos no curso ginásial e posteriormente seguiu no ensino técnico, relata a mudança no uniforme:

No Ensino Médio quando eu entrei foi o ano que mudou o uniforme. Por quê? O uniforme do ginásio era a calça cinza, camisa branca, sapato preto; o uniforme do técnico era calça azul marinho, camisa branca e sapato preto. Quando fomos para o ensino médio, foi quando mudou o uniforme, naquele ano, e passou a ser o famoso mostardão.

E ainda descreve por que esse uniforme ficou assim conhecido como “mostardão” pelos alunos:

[...] uma calça quadriculada, assim, estilo, como é que eu vou dizer? Estilo escocês, uma coisa quadriculada, até era bonita, e uma camisa amarelo mostarda, uma coisa horrorosa, uma coisa horrorosa. Ninguém gostava, aluno nenhum gostava. Eu não sei quem teve a ideia de jerico de trazer aquilo, porque foi assim, foi um grande desconforto, e foi o primeiro ano em que a gente sentiu o peso das restrições das liberdades democráticas, porque todo mundo teve que comprar um uniforme novo, né? Ninguém podia aproveitar nada porque camisa branca a gente pode usar sempre, mas aquilo não era mais branca, era amarela e, a gente comprava, eu ganhava da escola, o bolso da camisa, que vinha com o símbolo da Escola Técnica para ser costurado na camisa, e a gente teve que comprar. Então, quando entrei no ensino técnico, tive que comprar. Então, a gente era reconhecido na rua, porque, até então, o nosso uniforme era muito parecido com o do Instituto Estadual de Educação, do ginásio, né? Que era a calça azul marinho e camisa branca. De repente, virou mostarda e aquilo se destacava então, né? Então a gente era debochado ou elogiado, era assim uma coisa meio, aquilo durou um tempo, aquilo a gente falava até que depois em seguida, antes de eu sair, ele foi mudado de novo e voltou a ser azul marinho branco... Esse uniforme mostarda uma coisa horrorosa, odiada pelos alunos, mas a gente tentou fazer um protesto de não querer, dizer... Não tinha nem conversa, nem conversa.

O uniforme, conforme sua denominação, como já vimos, tem por objetivo “uniformizar”, unificar, homogeneizar, padronizar os alunos, de forma a esconder as possíveis distinções sociais existentes nas escolas, apesar de que “a igualdade imposta pelo uniforme é apenas abstrata, pois os marcadores sociais não desaparecem com seu uso, visto que as diferenças permanecem presentes nos detalhes: na linguagem, no consumo, nas disposições culturais e estéticas” (Ribeiro, 2012, p. 42). Percebemos essa distinção quando Leopoldo relata que aos mais pobres era doado tecido para a confecção (vindo da caixinha escolar) e, apesar de ele afirmar que veio de uma família com poucos recursos, ela tinha condições de comprar o tecido e costurar. Ele consegue perceber que ainda existiam, dentro da ETFESC, pessoas mais pobres que ele, que não tinham sequer condições de comprar o tecido para a confecção do uniforme escolar.

O modelo de uniforme escolar da ETFESC a ser utilizado pelos alunos era informado no momento da matrícula.

Conforme afirma Leopoldo:

O uniforme não era comprado na escola, o uniforme era comprado em lojas. Naquela época, se comprava um corte de tecido e se mandava fazer, era mais barato. Todos os anos a minha mãe comprava dois cortes, para fazer dois trajes, porque imagina adolescente... Então a gente usava, era obrigatório, e sim a gente comprava o tecido em uma loja da cidade que era

recomendada, uma ou duas, três lojas que havia. Eles davam um papelzinho com o endereço dessas lojas e a gente comprava aquele tecido, e no bairro a gente tinha costureira, minha mãe levava para a costureira e fazia a camisa e a calça, e o sapato. Era um sapato preto qualquer, meia preta é que a gente usava. Então, o uniforme mudou algumas vezes, no ginásio era uniforme, e no técnico à época era outro uniforme, sempre foi assim. E o ginásio uniforme, o técnico outro uniforme. No ginásio, usei sempre o mesmo uniforme que era uma calça cinza e uma camisa branca, sapato preto, meia preta, era normalmente esse uniforme que a gente usava... Os alunos que não podiam comprar recebiam o uniforme da escola, recebiam corte de tecido para mandar fazer também, mas a maioria podia comprar e comprava porque era um orgulho estudar na Escola Técnica, desfilar com aquele uniforme para nós, era um orgulho. O uniforme tinha isso, e a gente tinha dois uniformes, e usava aquilo o ano todo.

A fala do entrevistado nos permite compreender como os alunos adquiriam seu próprio uniforme, comprando o tecido em uma loja, muitas vezes recomendada pela escola, e os alunos que mandavam fazer em uma costureira, sendo esse um trabalho manual, personalizado, respeitando as medidas corporais dos alunos. Um destaque aqui quando ele traz a “costureira do bairro”, dando sentido e importância a essa profissão, uma artesã, e o respeito e significado que ela tinha no bairro, algo que, atualmente, com o avanço tecnológico, a automatização, a setorização da costura em grandes fábricas, tira dessa profissão tamanha relevância.

Atualmente, as escolas orientam os pais a adquirirem os uniformes escolares em lojas que se especializam em confeccioná-los de acordo com as especificações solicitadas, pois existe um padrão que deve ser seguido pelos alunos. Dessa forma, o uniforme de diversas escolas de uma determinada região não mais possui essa personalização, visto que, quando uma costureira o faz sob medida ao aluno, existe a moldagem ao corpo, respeitando as individualidades que cada corpo apresenta.

Na fala de Leopoldo também podemos perceber o “orgulho” que ele sentia ao usar o uniforme da escola. O uso do uniforme era uma maneira de também identificar os alunos dentro e fora dos muros da escola, uma maneira de se constituir a imagem da escola diante da sociedade. A própria Escola Técnica fazia esforços para manter a sua imagem perante a sociedade, promovendo a caixinha escolar que, conforme nosso entrevistado cita, era uma contribuição que os alunos podiam fazer para a escola e servia inclusive para fornecer àqueles com menores condições sociais o tecido. Reiteramos que, apesar de nosso entrevistado Leopoldo manifestar que era oriundo de uma família pobre, esta tinha condições de adquirir o tecido para confecção do uniforme, esforços esses que a mãe fazia questão de priorizar, pois, como

professora e exemplo para ele, fazia questão de que a educação fosse prioritária em sua família.

Leopoldo, conforme afirmamos anteriormente, fora aluno da Escola Técnica já no ginásio, e, segundo sua fala, podemos perceber que existia um uniforme para os alunos do ginásio e outro para os do curso Técnico em nível médio (esse em implantação), como forma de distinguir os diferentes níveis de ensino existentes na escola.

Havia o uniforme específico utilizado para as aulas de Educação Física, conforme outros entrevistados mencionaram, mas aproveitamos para confirmar com Leopoldo:

Era uma bermuda, é um calção na verdade, um calção mesmo, elástico que também era na Educação Física o calção era... Sabe que agora eu não me lembro, mas eu acho que era azul marinho, porque a gente comprava o calção pronto, o calção e camiseta branca, era camiseta de algodão, isso me lembro que era uma camiseta, aquela camiseta decotada, não sei como é que chama a camiseta esportiva.

Ressaltamos aqui a questão da memória e esse esquecimento, porque o entrevistado foi aluno do Curso Ginásial e, posteriormente, entrou para o chamado Ensino Técnico (médio) Profissionalizante, pois Ribeiro (2012, p. 150), assim descreve a respeito do uniforme da Educação Física: “para os rapazes o uniforme era composto por: calção preto, curto; camiseta na cor mostarda com debrum azul na manga e na gola, e o desenho de uma engrenagem na parte da frente (podia-se optar por camiseta com ou sem manga); tênis e meias livres”. Percebemos que o próprio entrevistado relata o esquecimento em relação às cores do uniforme, pois o esquecimento trata de um dos elementos de formação da memória, já que, segundo Portelli (2016, p.47), “mais que um armazém de dados, a memória é um trabalho constante de busca de sentido, que filtra os vestígios da experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade”.

E sobre o calçado, assim relembra:

Conga. Era uma coisa assim, que depois, muito depois veio o Kichute, coisa assim para rico. Depois torna acessível, mas em princípio era uma conga preta, com aquele solado, que a gente usava para fazer Educação Física.

Conforme afirma, inicialmente os alunos usavam a famosa “conga”, produzida pela Alpargatas, lançada em 1959. O modelo básico e original tem uma sola de borracha com cores diferentes do restante do "corpo" do calçado, e suas primeiras edições eram de

baixo custo, sendo adotadas por escolas públicas como parte do uniforme, até por ser muito leve e confortável, próprio para a prática de atividade física. Posteriormente, surgiu o “kichute”, fabricado pela Alpargatas. O produto foi lançado em 15 de junho de 1970, aproveitando o advento da Copa do Mundo do México, alcançando grande adesão após a conquista do Brasil na Copa de 1970. Feito de lona e solado com cravos de borracha, todo ele preto, virou moda entre os meninos, pois era usado tanto para ir à escola quanto para a prática do futebol. Possuía um enorme cadarço que os meninos costumavam amarrar no tornozelo, provocando, assim, o que podemos considerar um certo desconforto, ou mesmo impedindo maior liberdade de movimento.

A utilização da conga, o tênis da época, era somente permitida nas aulas de Educação Física, diferente de hoje, em que, devido ao conforto, à variedade de modelos e às vaidades, qualquer calçado é usado entre os jovens. Naquela época, os calçados obrigatórios para a aula eram, conforme já mencionado, sapatos de estilo social.

Trazer no uniforme escolar marcas da indústria, como também a estampa de uma engrenagem na camisa, eram formas de já inculcar nos alunos a cultura do trabalho. O rigor quanto ao uso do uniforme, trazendo a responsabilidade do cuidado e a padronização da vestimenta, era fiscalizado, conforme já mencionamos, pelos inspetores escolares, figuras comuns nos corredores da escola, e sempre lembradas pelos nossos entrevistados. Nas memórias de Leopoldo não poderiam faltar: *“Tinha, tinha inspetor, a inspetora era sensacional, Margarida!”*. A inspetora Margarida ainda não havia sido mencionada por qualquer dos entrevistados. Leopoldo foi o que trouxe pela primeira vez uma mulher assumindo a figura de inspetora escolar. Mas, no caso relatado por ele, sobre um “protesto” feito pelos alunos por causa do uniforme escolar, ele destaca que a reivindicação não foi feita para o inspetor, e sim para uma figura de nível hierárquico superior:

Não era inspetor não, era alguma autoridade, talvez um diretor de ensino, algo equivalente, não o Diretor Geral, mas ele foi em cada sala de aula do curso técnico ouvindo as reclamações, ouviu a professora reclamando... depois ele disse: “Olha: a porta da rua é a serventia da casa. Se você não gosta desse uniforme não gosta dessa escola pode pedir para ir para outra escola que a gente vai encontrar um aluno para ocupar sua vaga!”, desse jeito, grosseiro e estúpido e acabou esse protesto, e a gente engoliu aquele uniforme que depois caiu no senso comum e pronto. Mas me lembro desse burburinho que houve na época, enfim, com o uniforme mostarda, famoso.

Leopoldo destaca o constrangimento dos alunos em usar o uniforme e podemos percebê-lo em determinado momento em sua fala, quando ele diz: “*foi o primeiro ano em que a gente sentiu o peso das restrições das liberdades democráticas*”, isso porque, os alunos, muitos pobres, conforme já destacamos aqui, tiveram que comprar o tecido e confeccionar novamente outro uniforme, e “*a gente tentou fazer um protesto, de não querer, mão tinha nem conversa, não tinha conversa*”. Mostra, assim, que havia, por parte da direção da Escola, uma imposição do novo uniforme, de modo que o protesto dos alunos não teve êxito.

No relato anterior, devemos focar não o protesto em si dos alunos, mas a reação da autoridade escolar. A grosseria, estupidez conforme ele menciona, e, principalmente, quando ele cita as restrições às falas dos alunos, podemos compreender como falta de democracia. Os alunos, segundo o relato, até tiveram uma certa liberdade em se expressar, pois, ao que parece, a autoridade foi “*de sala em sala*” ouvir os alunos, mas, ao final, encerrou a discussão de forma autoritária. A intenção parece ter sido permitir que os alunos expressassem seu descontentamento, para depois silenciá-los, no intuito de criar uma oportunidade para mostrar a hierarquia e obediência ao ser superior. São reflexos de tempos em que as liberdades de expressão eram cerceadas e, conforme veremos a seguir, esse episódio, aos olhos de Leopoldo, também era a expressão daquele momento da história do Brasil.

Com a queda da ditadura civil-militar brasileira, vivemos em tempos de democracia, a liberdade de expressão foi conquistada e as escolas diminuíram as regras em relação ao uso dos uniformes. Hoje, nas que ofertam o Ensino Médio, geralmente apenas as camisas com a sigla, o nome da escola, são obrigatórias. Os jovens costumam usar a popular calça ou bermuda, ou shorts, principalmente o jeans. Também são comuns os tecidos leves, confortáveis como malha, tactel, lycra, sendo que estes últimos ainda são exigidos nas aulas de educação física, visto seu conforto e flexibilidade.

Mas, como vimos antes, no tempo em que Leopoldo foi aluno, ainda se sofria a presença do autoritarismo e havia uma grande autoridade por parte de professores sobre os alunos. O silenciamento de opiniões, de manifestações por parte dos alunos, era premissa de tempos em que a liberdade de expressão era coibida.

Dessa forma, iremos abordar o que nosso entrevistado expõe, suas impressões acerca da ditadura civil-militar brasileira, ou melhor, a experiência que viveu em seu interior.

5.3 ECOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Conforme vimos anteriormente, a implantação do uniforme, apelidado pelos alunos de “mostardão”, gerou diversas resistências por parte deles, mas Leopoldo relata que tinha orgulho em usar o uniforme da Escola Técnica: “*desfilarmos com aquele uniforme para nós, era um orgulho. O uniforme tinha isso, e a gente tinha dois uniformes, e usava aquilo o ano todo*”.

Nosso entrevistado também associa o uso do uniforme aos desfiles cívicos:

Sim, participava. Era uma concorrência enorme entre a Escola Técnica e o Instituto Estadual de Educação, porque o Instituto Estadual da Educação na época era o maior colégio, um dos maiores colégios do Brasil, chegou a ter oito mil e quinhentos alunos, era imenso. E a minha irmã estudava lá, era um ano mais adiantada que eu. E eles faziam desfile cívico em volta da praça quinze. Aquelas escolas do centro da cidade desfilavam em volta da praça quinze, era um desfile cívico-militar, aquela coisa toda, marchando por ali, todo mundo de uniforme impecável marchando, e havia uma banda, que tocava e ia criando esse orgulho em participar daquele desfile ao longo de todo o ginásio e do Ensino Técnico. A gente ensaiava algumas vezes, para fazer o desfile no Sete de Setembro, havia esse desfile que era de manhã, então a família estava lá vendo a gente desfilarmos marchando bonitinho ao longo da Praça XV, enfim, era algo assim memorável.

Durante a ditadura civil-militar brasileira, com o discurso de uma suposta “crise do civismo” que atingia a juventude, era necessário reafirmar o culto aos símbolos nacionais. Assim, atribuía-se à escola a função estratégica da “pedagogia cívico-patriótica”. Dentre essas estratégias pedagógicas foram resgatados e evidenciados diversos dispositivos simbólicos e ritualísticos que buscavam aproximar os militares da juventude. Dentre esses dispositivos, temos os desfiles escolares e as homenagens cívicas (Ferreira; Zimmermann, 2023).

A tradição dos desfiles em conagração às datas cívicas e festivas não foi exclusividade da ditadura militar brasileira. Sua origem remonta às práticas simbólicas difundidas desde o final do século XVIII, quando as nações recém-emancipadas, como os Estados Unidos da América, abriram espaço na composição de suas culturas políticas, mediante a capacidade de congregarem diferentes grupos da sociedade na realização do culto festivo (Ryan, 1992 *apud* Ferreira; Zimmermann, 2023, p. 13-14).

A tradição do desfile de comemoração ao 7 de setembro, data da Independência do Brasil, é significativo motivo de orgulho para Leopoldo. Era no desfile de 7 de setembro que ele usava seu uniforme para se identificar e, dessa

forma, exibir-se por estudar na Escola Técnica, que tinha sua distinção social na sociedade como instituição de ensino de qualidade. Também menciona a competição com alunos de outras instituições, como os do Instituto Estadual de Educação, maior escola pública de Santa Catarina, com quem se disputava a “marcha” mais bonita. E, por fim, ele menciona a família. A família aparece constantemente na fala de Leopoldo, demonstrando a importância que essa tem em sua vida. A possibilidade e a importância de ingressar na Escola Técnica, como já assinalamos, partiu do avô e a família fez esforços para mantê-lo na instituição.

Os desfiles exigiam o perfilamento dos corpos, a uniformização, a obediência, em uma demonstração de poder e soberania. Durante a pesquisa, verificamos que todos os entrevistados trazem consigo o sentimento de orgulho em desfilar. Cada um destaca recordações e impressões acerca do ritual cívico. Enquanto Dalva traz como primeiras recordações de sua infância o desfilar como mascote da Escola Técnica, a convite da irmã, professora de Educação Física, Acácio, por sua vez, exalta a importância do ritual como um momento de disciplinamento, de civismo, exaltação à Pátria, similar em certo ponto aos dizeres de Leopoldo. Marli recorda-se do uniforme utilizado nos desfiles. Outro ponto a ser observado é que Leopoldo recorda-se que o desfile ocorria em uma região bem central e histórica de Florianópolis, ao redor da Praça XV, enquanto Marli menciona, e ilustra por meio de fotos, que os desfiles ocorriam na Avenida Beira-Mar Norte, região nobre da cidade.

Percebemos que uma das estratégias utilizadas pelos militares para inculcar suas pedagogias cívico-patriotas eram os desfiles, as comemorações cívicas (como o hasteamento da bandeira presente no cotidiano escolar desses jovens alunos da Escola Técnica). Mas, para além dessa realidade escolar vivenciada e rememorada pelos nossos entrevistados, faz-se necessário também (a exemplo do que demonstramos com os demais entrevistados), compreender as influências da família e do ambiente social de Leopoldo.

Em casa,

Meu pai comentava isso em casa. Porque meu pai era um crítico da ditadura militar, sempre foi, e ele comentava um pouco sobre isso. Mas nós, na escola, no ginásio, não comentávamos sobre isso. Depois que fomos crescendo, estudando, virando adolescentes, já no Ensino Técnico, sim. Coincidiu que, a partir dos catorze anos, eu comecei a participar do que havia de grupo social da época, que eram os grupos de jovens da igreja católica do bairro, então eu comecei a participar no continente, na verdade no Estreito. A igreja do Estreito tinha o grupo de jovens, e a gente começava a conversar sobre política, sobre essas questões todas, um pouco sobre. Porque a igreja

católica tinha essa ala um pouco mais progressista, então a gente foi se inteirando, tomando um pouco mais de consciência dessa realidade política brasileira. E na Escola Técnica, já havia isso, alguns professores na sala de aula eram um pouco mais críticos ou, meio que debochavam de algumas questões da ditadura, de algumas coisas, mas a censura era muito forte. E só fomos saber disso depois, que tinha espião por toda parte, gente que dedurava professor... Então era tudo muito velado, tudo muito controlado. Uma crítica aberta ao regime ou ao sistema era impensável. Eram sempre indiretas, eram sempre reflexões mais gerais. No ensino técnico já tomei consciência que a ditadura era violenta, a gente sabia pela igreja católica, que tinha criado na época a Comissão Justiça e Paz para ajudar aqueles políticos. Então precisávamos saber que tinha uma coisa errada porque se a igreja está ajudando, será que eles são bandidos mesmo? Porque até então, dava impressão de que, se era preso pela polícia, era porque tinha algum tipo de problema, mas depois quando a igreja católica ajudava percebíamos que havia alguma coisa errada. No ensino técnico houve vários momentos em que alguns movimentos aconteciam, mas, as autoridades na Escola, o diretor que era o Frederico Guilherme Bundgens, ele era um apoiador da ditadura total, e os cargos de gestão todos eram pessoas acirradamente defensoras da ditadura, logo qualquer tipo de motim de levante ou de qualquer coisa era rapidamente dissipado, na época então não havia espaço.

Leopoldo começa evocando a figura paterna como um crítico à ditadura civil-militar. O patriarca tem forte influência sobre ele, pois, durante a entrevista, ele propõe reflexões contra o regime, diferentemente de Acácio, que teve no pai e no convívio social (diversas vezes evocando o convívio com filhos de militares de alta patente e de políticos) uma condescendência ou neutralidade ao regime. Marli, ao contrário de Leopoldo e Acácio, rompe com a influência familiar e possui críticas ao regime.

O entrevistado relata que teve acesso a informações sobre os desaparecimentos para além dos corredores da Escola. Ele foi membro do Grupo de Jovens da Pastoral da Juventude³⁶, ligado à Igreja Católica, na região em que morava. Percebemos que parte da Igreja Católica foi responsável não somente pela discussão dos acontecimentos políticos, mas também proporcionou aos jovens uma consciência crítica. A Igreja foi responsável por propagar diversas informações acerca das torturas, dos desaparecimentos, e empenhou-se na luta em favor dos direitos humanos.

Segundo o site *Memórias da ditadura*, a Igreja, com destaque a Dom Paulo Evaristo Arns³⁷, foi responsável pelo surgimento da Comissão Justiça e Paz de São

³⁶ A Pastoral da Juventude é a ação evangelizadora da Igreja Católica entre os jovens, na qual os próprios jovens são protagonistas de sua evangelização, assumindo-se evangelizadores de outros jovens e atuando na comunidade e na sociedade (CNBB, [200-?]).

³⁷ Dom Paulo Evaristo Arns foi arcebispo emérito de São Paulo. Durante a ditadura, notabilizou-se na luta pelo fim das torturas e restabelecimento da democracia no país. Entre 1979 e 1985, coordenou, com o Pastor presbiteriano Jaime Wright, de forma clandestina, o projeto Brasil Nunca Mais, que tinha como objetivo evitar o possível desaparecimento de documentos durante o processo de redemocratização do país. O trabalho foi realizado em sigilo e o resultado foi a cópia de mais de 1 milhão de páginas de processos do Superior Tribunal Militar (STM).

Paulo, que fornecia assistência aos presos políticos e denunciava publicamente as violações cometidas pelo regime. Dom Paulo realizou na Catedral da Sé, na cidade de São Paulo, a missa pela morte de Alexandre Vannucchi Leme³⁸ e, em 1975, o ato ecumênico em homenagem a Vladimir Herzog³⁹, ambos assassinados depois de serem torturados em dependências do Estado. Também se posicionou claramente contra a invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1977.

Nas memórias de Leopoldo, a Igreja ganha esse papel central, não somente por proporcionar a evangelização e a socialização de jovens, mas também como espaço de discussão e críticas à sociedade. A Igreja, localizada no bairro próximo ao seu, proporcionou a formação de um cidadão participativo e que se fez pertencente e sujeito ativo na sociedade, junto com o desenvolvimento de uma consciência crítica, fator relevante, já que se tratava de um jovem com 14 anos, em um momento de transição para a vida adulta.

Leopoldo ainda cita o Diretor da Escola Técnica, como um apoiador da ditadura militar, e afirma que ele nomeou para os cargos de gestão da ETFESC pessoas que tinham a mesma posição política, a de apoiadores do regime. De acordo com sua percepção, havia professores apoiadores, outros contrários ao regime, e as conversas eram veladas; existia um sentimento de desconfiança e insegurança nos corredores da Escola, pois os docentes podiam sofrer represálias caso se manifestassem contra o governo, afinal, eram tempos de cerceamento de liberdade de expressão.

³⁸ Alexandre Vannucchi Leme foi um estudante de Geologia da Universidade de São Paulo (USP). Ele era militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) quando foi assassinado em 1973, após ser preso pelo DOI-CODI em São Paulo, com 22 anos de idade. No dia seguinte à sua prisão, após sessões de tortura, foi encontrado morto em uma das celas. Os militares negaram qualquer culpa em sua morte, causando revolta entre os estudantes e grande repercussão nacional. Em março de 1976, o DCE-Livre da USP finalmente foi criado, em assembleia, e batizado com o nome de Alexandre Vannucchi Leme (Memórias da ditadura, [200-?]).

³⁹ Vladimir Herzog foi jornalista, professor e cineasta. Nasceu na Croácia em 1937, e veio em 1942 para o Brasil com seus pais. Graduou-se em Filosofia pela USP e em 1959 iniciou sua carreira jornalística na Folha de São Paulo. Também trabalhou na BBC, na Revista Visão, foi professor de telejornalismo na Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) e na Escola de Comunicações e Artes da USP. Em 1975 foi escolhido pelo secretário de Cultura de São Paulo, José Mindlin, para dirigir o jornalismo da TV Cultura. No mesmo ano, foi chamado para prestar esclarecimentos na sede do DOI-Codi sobre suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sofreu torturas e, no dia seguinte, foi morto. A versão oficial da época, apresentada pelos militares, foi a de que ele teria se enforcado com um cinto, porém, jornalistas amigos também presos no local denunciaram que Vladimir foi assassinado sob tortura. Mesmo diante da censura da época à imprensa, seus colegas não se intimidaram e fizeram repercutir a sua morte, servindo de fomento à luta pela democracia. Prova disso foi a Cerimônia organizada poucos dias após sua morte, na Praça da Sé em São Paulo, onde milhares de pessoas marcaram presença, não se intimidando com a maciça presença de policiais (Memórias da ditadura, [200-?]).

O medo e a falta de democracia faziam com que poucos expusessem suas opiniões. Na Escola, Leopoldo menciona que havia alguns professores que criticavam, de forma sutil, a ditadura civil-militar, por medo das consequências que poderiam sofrer. Na Escola Técnica, acreditava-se haver “olheiros”, pessoas que denunciavam alunos e servidores que se manifestassem contra o regime. Essas pessoas ocupavam cargos na gestão de Frederico Guilherme Buendgens:

Não, eu nunca presenciei nada, mas sempre rolou os papos, e a gente, lógico não via nada. Mas que, o papo rolava, rolava. Então de certa forma tinha essa preocupação, é claro, era um período que todos viviam com medo, não tinha como esquecer...

Leopoldo não se esquece e enfatiza não somente o medo entre os servidores, professores, mas entre os alunos. Porém, um professor marca a memória de Leopoldo: Marcos Cardoso Filho, que, conforme descreveremos a seguir, fazia parte de um grupo de oposição ao regime e procurara promover reflexões acerca de política, sociedade, entre outras questões, com seus alunos. Suas falas ecoaram nos corredores da Escola e sua história será aqui recontada.

5.3.1 O caso Marcos Cardoso Filho

Nascido em 12 de maio de 1950, em Tubarão, Marcos Cardoso Filho foi estudante secundarista em Joinville, ambas cidades do interior do estado de Santa Catarina, tendo conhecido em Joinville, por meio do pai de uma colega de escola, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Graduou-se em Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis.

Cardoso foi professor da disciplina de Física, no Colégio de Aplicação (instituição de Ensino Médio da Universidade Federal de Santa Catarina) e na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (hoje Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Florianópolis), assim como na UFSC.

Leopoldo foi seu aluno e, conforme rememora a seguir, tinha grande admiração por Marcos Cardoso, que emerge como um dos professores de destaque em suas memórias:

[...] tinha o Marcos Cardoso Filho, que se destacava mais do que a maioria dos professores, porque ele ainda tinha, assim, uma coisa de estimular a gente, despertar um pouco até para o aspecto político, da gente entender o mundo um pouco maior, e que a gente ia ser um trabalhador e que a gente

era eleitor, né? A gente seria logo eleitor, porque no ensino técnico ninguém é eleitor ainda, porque o voto na época era só com dezoito anos, mas ele já estimulava: “olha, você vai fazer dezoito, tem que fazer o seu título, você tem que votar, escolher o seu candidato”. Marcos Cardoso Filho já chamava atenção para esses aspectos. Então, as aulas dele eram muito mais interessantes, porque, além da eletricidade que ele ensinava, ele também trazia esses temas de vez em quando para a sala de aula, que a gente chamaria hoje de uma contextualização, né? Mas, então ele era a paixão da molecada toda, né? Todos os alunos amavam Marcos Cardoso Filho, que foi meu professor no segundo e terceiro ano lá no curso técnico e, assim, fantástico e era um livro⁴⁰.

Para Leopoldo, o destaque ao professor se dá porque ele instigava os alunos a refletir sobre seu papel político na sociedade. Para além da disciplina técnica que lecionava, Eletricidade, ainda proporcionava aos jovens uma leitura crítica sobre a conjuntura política em que se encontravam, visto que muitos não tinham noção do que era a ditadura no Brasil e, muito menos, das atrocidades cometidas por ela, como sequestros, tortura, assassinato, censura dos meios de comunicação, suspensão das garantias individuais etc.

O professor carismático, simples em seu jeito de ser, que procurava estar em meio aos alunos, manter um convívio harmonioso que não impedia o fomento de uma consciência crítica, é quem se mantém nas memórias de Leopoldo:

Ele trazia reflexões, debates, essas coisas, e o Marcos Cardoso era aquele professor que fora da sala de aula conversava com os alunos, quando estava aquele bando de alunos no meio do corredor, no pátio, em algum lugar ali, ele estava lá comendo um lanche e chegavam os alunos em volta e começavam a conversar, e ele então fazia algumas colocações, sempre tudo meio reservado, nada muito escancarado, mas, ele estimulava na gente reflexão, tipo: “Será que isso tá certo?” Ele trazia algumas reflexões e a gente ficava com aquela dúvida, mas era tudo muito velado, muito cuidadoso da parte dele. Para nós que éramos adolescentes, a gente não tinha esses pudores, mas a gente depois foi saber que eles tinham esse cuidado.

Percebemos nessa fala que, em suas memórias, ele foi “atravessado” por essa consciência crítica, os ensinamentos do professor ainda estão presentes, ele consegue perceber, anos depois, como tudo era conversado, proposta a reflexão com um certo “cuidado”, reiterando que os alunos, ainda jovens, não tinham clareza sobre o regime de exceção.

Distribuindo o jornal do PCB, *A Voz da Unidade*, também escrevia e divulgava panfletos, participava de eventos e convenções do partido. Desta maneira, o jovem

⁴⁰ Acreditamos que aqui Leopoldo esteja se remetendo ao ano de 1972, quando houve a restauração das eleições diretas para prefeitos e senadores, com exceção das capitais.

Marcos foi tecendo fios que iriam compor a singularidade de uma trajetória de professor que atuava dentro do movimento comunista em terras catarinenses. O PCB, assim como outros partidos de esquerda, havia sido proscrito pela ditadura militar, abrigando-se institucionalmente, no entanto, sob o manto do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido criado pelo regime para representar a oposição parlamentar, enquanto a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) reunia os grupos políticos que apoiavam o golpe instaurado em 1964.

Em relatório elaborado pelo IFSC (2014), podemos ler que, ao ser preso e torturado, Marcos escreveu uma carta a seus familiares, relatando as experiências no cárcere. Essa carta, que denuncia as torturas e a falta de um julgamento dos encarcerados, foi entregue pelos destinatários a um amigo militante que, por sua vez, a faz ser entregue à Anistia Internacional. Marcos Celso Martins, amigo da família, também fê-la chegar ao jornal *Luta Contínua* (jornal do Setor Jovem Metropolitano do MDB de Porto Alegre), onde foi publicada.

Sobre a carta, Leopoldo rememora:

Todo tipo de militância, essa carta se espalhou, completamente, então e aí também na época houveram outros presos, o Sérgio Grando e vários outros que não me lembro os nomes agora, também foram presos, da Universidade ou de outras escolas também foram perseguidos, então esse movimento começou a acontecer.

Em sua carta⁴¹, de dezembro de 1975, Marcos Cardoso conta como iniciou sua trajetória política:

Iniciei minha vida política quando estudante. Mais tarde passei a participar do MDB, através do Setor Jovem, sendo presidente da Executiva Regional no período 73-75. Recebemos várias ameaças da segurança com relação às nossas atividades. Porém, todas elas estavam contidas no programa do nosso partido, o MDB, permitido pelo STE. Particularmente recebi ameaças de prisão, fui intimado a comparecer na Polícia Federal, tivemos jornais censurados e outros tipos de pressão. Nessa época conheci Teodoro Ghercov. Suas convicções políticas, suas capacidades e sua coragem são uma prova de amor pelo povo brasileiro. Tornamo-nos grandes amigos. Aliás, todos que o conhecem são seus amigos. Teodoro nunca fez qualquer discriminação ou desrespeitou ninguém. Sua vida particular foi sempre sem mácula. Jamais deixou de prestar qualquer favor, mesmo quando lhe custava sacrifícios (Cardoso Filho, 1975 *apud* IFSC, 2014).

⁴¹Trechos deste capítulo foram publicados em formato de artigo por Ladevig e Vaz (2022), bem como uma versão preliminar do trabalho foi apresentada no VI Congresso da Associação Latino-americana de Antropologia, realizado de forma online no Uruguai, entre os dias 23 a 28 de novembro de 2020..

O Brasil viveu sob ditadura civil-militar entre 1964 e 1985 e em período de transição até 1988, ano em que a nova Carta Constitucional foi promulgada. Nos primeiros anos de ditadura foram decretados Atos Institucionais (AIs) no Brasil, instrumentos jurídicos ilegais no interior da *legalidade* imposta, contradição bem interpretada por Giorgio Agamben (2004), poderes praticamente ilimitados aos ocupantes do poder. Sem eleições diretas para presidente e para governadores dos estados, os presidentes militares eram indicados ou eleitos de forma automática por via indireta, no Congresso Nacional.

Dentre os AIs, destaca-se o Ato Institucional nº 2, instituído em 1965, que cancelou a licença de funcionamento de todos os partidos políticos brasileiros. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), como assinalado, continuava existindo de forma clandestina. O artigo 43 da Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969) vedava:

Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso [...] (Brasil, 1969, art. 43).

Assim, todos os cidadãos que não pertenciam aos partidos considerados legais pelo regime incorriam em crime.

Os integrantes do Partido Comunista Brasileiro lutaram clandestinamente contra o regime autoritário, as desigualdades sociais e o desemprego. Na supracitada carta, Marcos Cardoso escreveu:

O custo de vida, o desemprego que começa a aparecer, a falta de liberdades, os salários irrisórios, a falta de melhores oportunidades fazem com que se torne necessário este aparelho repressivo. Progresso para os que estão em cima, ordem para os que estão embaixo. Aparelho repressivo necessário para manter os privilégios para uma pequena minoria ou quando não, torná-la ainda mais privilegiada (Cardoso Filho, 1975 *apud* IFSC, 2014).

Segundo Torres (2014), os comunistas abrigados no MDB apoiaram as candidaturas do partido que, em Santa Catarina, conseguiu maior representatividade nas bancadas de deputados e senadores, deixando os políticos da ARENA cada vez mais irritados. Acudados, os militares revidaram com violência e tortura, a fim de acabar com o Partido Comunista, pois sabiam que seus integrantes estavam na base da agitação popular e do aumento do poder político da oposição.

A intenção era alcançar maior representatividade política na oposição e forçar a revogação dos Atos Institucionais, acabando com a violência e a tortura.

Ultimamente tinha-se vislumbrado uma luz nesta longa noite. Prometera-se a distensão: queda do AI-5, liberdade de imprensa e outras liberdades democráticas. Porém certos setores não estando contentes com estas possíveis medidas, tudo fizeram para esvaziá-las de criar uma situação que permitisse um endurecimento do regime. Para isso era e é necessário mostrar uma escalada de “subversão” que tenta criar instabilidade política, acabar com a ordem e destruir a família brasileira (Cardoso Filho, 1975 *apud* IFSC, 2014).

Dentre os Atos Institucionais já mencionados, o AI nº 5 (de 13 de dezembro de 1968) foi o que com mais veemência rompeu com a ordem institucional, pois, na prática, aboliu a liberdade e o que restavam dos traços da democracia brasileira. Nele estavam previstas a possibilidade de intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspensão dos direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Em seu Art. 5º, o AI5 previa:

A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

- I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de frequentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado,

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados (Brasil, 1968).

Dessa forma, o Ato Institucional nº 5 autorizava o Tribunal Superior Militar a acusar de criminosos os envolvidos na reorganização do PCB em Santa Catarina.

O que narrarei adiante foi o que sofremos que é a prova cabal das arbitrariedades que se cometem com os que estão na oposição, os que não concordam com esta situação. Não será uma pedida de misericórdia para nós, mas a denúncia daquilo que é inumano. Não para que sintam pena, mas para evitar que isto aconteça com outras pessoas, porque o pesadelo apenas acaba de começar. É preciso dizer que continuamos firmes na busca das liberdades e de melhores condições para todos os brasileiros e que resistimos a todas as torturas sem negar os nossos princípios democráticos e cristãos (Cardoso Filho, 1975 *apud* IFSC, 2014).

Operação Barriga Verde foi a principal intervenção das forças de repressão em Santa Catarina durante o regime civil-militar. Seu objetivo central era a desestruturação do PCB no estado. Nisso, vários catarinenses, militantes do “Partidão”, considerados um perigo à estabilidade do governo, foram sequestrados, interrogados e torturados. Posta em prática no final de 1975, a operação, que durou até 1977, encarcerou 42 pessoas. Os prisioneiros eram levados para Curitiba para julgamento pela Justiça Militar e depois trazidos de volta à Florianópolis⁴².

Marcos Cardoso, em sua carta, escreve:

As prisões iniciaram-se dia 4 de novembro, pela manhã. Antes disso, estávamos sendo seguidos por elementos estranhos. Falei prisões, mas na realidade foram sequestros. Sem qualquer ordem de prisão ou aviso aos familiares. As nossas casas foram invadidas ilegalmente. Foram retirados sem ordem livros, objetos de uso pessoal, não só dos que estavam nas mãos da repressão, mas também dos familiares (Cardoso Filho, 1975 *apud* IFSC, 2014).

Segundo Martins (2006), os presos políticos foram torturados e confrontados uns com os outros, quando muitos tentaram negar sua filiação ao PCB. Os torturadores faziam acareações tentando confirmar se entre si se conheciam, mesmo que pelo nome, ou por já terem se reunido com intenções de reorganizar o Partido. Inicialmente, Marcos foi levado às dependências do 63º Batalhão de Infantaria, sede do Exército Brasileiro em Florianópolis, no Bairro Estreito, onde foi detido e interrogado. Lá, juntou-se a outros companheiros e lhes relatou os sofrimentos impostos:

Fui levado para as dependências do Exército local (63º BI) onde mais tarde ouvi vozes de outros amigos. Fiquei mais de três horas incomunicável numa cela. Apareceram então um tal de “Coronel Rui” e outro “Major Souto” que me interrogaram porque estava preso. Ironia. Alguém me prende e me pergunta por que estou preso! Foram-se. Mais tarde fui levado à presença de Teodoro, que estava algemado num beliche. Pelo que pude notar, era um teste, que não deu, pelo visto, o resultado que esperavam. Fui colocado no lugar de Teodoro, algemado e ele retirado da sala. Trouxeram então Vladimir Amarante. Estava completamente fora de si. Parecia que tinha perdido a razão e que estava dopado. Falou com dificuldade, pausadamente. Que não “adiantava mais e que devia contar tudo”. Trouxeram então outra pessoa (Newton Cândido, como soube mais tarde) que não lembro de tê-lo conhecido antes, com estado físico e mental pior que o anterior e falou as mesmas palavras (Cardoso Filho, 1975 *apud* IFSC, 2014).

⁴² Para maiores informações, ver: Memória Política de Santa Catarina, [200-?].

Ainda segundo Martins (2006), após feitos os interrogatórios e acareações iniciais, um dos militares comandantes das torturas, o “Coronel Rui”, teria novamente chamado Marcos Cardoso ao interrogatório. Não obtendo confirmação de que ele participasse de reuniões e fosse integrante do PCB, fez, então, ameaças de tortura física, acreditando que o prisioneiro cederia, o que não aconteceu, já que se manteve firme em sua decisão de não delatar qualquer companheiro ou fornecer informações acerca do Partido.

“Coronel Rui” atacou-me moralmente com injúrias. Acusou-me de pertencer ao extinto Partido Comunista Brasileiro, PCB, sendo membro do Comitê Estadual e Comitê Municipal, responsável pelo Setor de Agitação e Propaganda. Queria que desse o nome de outras pessoas que pertencessem ao mesmo organismo. Como reafirmasse a minha participação no Movimento Democrático Brasileiro e negasse qualquer participação clandestina fui ameaçado fisicamente e mandado para a cela com Vladimir Amarante e Newton Cândido, que me contaram por que espécies de torturas tinham passado, Newton Cândido mostrou-me a perna com várias queimaduras de cigarro e a glândula inflamada devido a choques elétricos. Contou-me que foi torturado em São Paulo na presença de familiares (esposa, filhos e cunhado) e que depois torturaram sua esposa e filhos dando-lhes choques elétricos nos órgãos sexuais e outras formas de torturas. Que o colocaram na “Cadeira do Dragão” onde recebeu eletrochoques, telefones, socos e pontapés. Falaram-me que tinham sido colocados no pau-de-arara. Aconselharam-me então a aceitar a acusação porque era humanamente impossível suportar estas torturas e que no final seria obrigado, pois eles levar-me-iam inclusive ao “suicídio” [refere-se aos assassinatos perpetrados pelo regime, que logo informava que o preso dera fim à própria vida] [...] Fui chamado várias vezes para ser interrogado, mantendo sempre a posição. À noite recebi ameaças maiores. Foi-me dado cinco minutos para falar; caso não falasse seria colocado num carro e levado para um lugar onde me fariam dizer o que quisessem (Cardoso Filho, 1975 *apud* IFSC, 2014).

Até então, não lhe haviam impetrado qualquer tortura física. Ao negar-se a conceder informações solicitadas pelos militares, Marcos sofre ameaças psicológicas, sugerindo-se que seria torturado ou mesmo morto. Sem que houvesse cedido, Marcos relata:

Colocaram-me então um capuz e apertaram-no no pescoço até quase a asfixia, ameaçando-me de morte e dando socos e tapas na cabeça. Fui então colocado num carro. O “Coronel Rui” ou “Major Souto”, não pude distinguir a voz, deu ordem a seus elementos para que “fizessem o serviço”, numa clara alusão que iriam matar-me. Mais pessoas foram colocadas no carro e fomos levados, algemados e encapuzados, para local ignorado que soube depois ser Curitiba (Cardoso Filho, 1975 *apud* IFSC, 2014).

Ao chegar em Curitiba, nas dependências do DOI-CODI⁴³ junto a outros companheiros, Marcos sofreu as primeiras torturas físicas:

Ao chegarmos em Curitiba fomos colocados em outro carro e levado para as dependências do Exército (DOI-CODI). Fui imediatamente levado ao interrogador que me disse “estás nas mãos da polícia da ditadura militar-fascista” e que eram “melhores que a Gestapo”. Como mantivesse a posição fui levado para a sala de torturas, o “Purgatório” como o chamavam. A tortura ficou a cargo de “Jorge”. Fez-me tirar as roupas. Era uma noite terrivelmente fria. Mandou então fuçar sobre uma lata de cera destampada (estava descalço), ficando genoflexionado, com os braços horizontais e as palmas das mãos para cima. Recebi várias raquetadas (um pedaço de tábua) nas mãos para “experiência”. Se caísse ou mudasse de posição receberia duas delas em cada mão. Deram-me então vários eletrochoques. Como perdesse o equilíbrio, levei várias raquetadas novamente. Fiquei nessa situação mais de 30 minutos. Como continuasse negando acusações fui colocado no “pau-de-arara”. Deram-me então várias raquetadas nas nádegas e na sola dos pés. Depois derramaram inúmeros copos de café fervente sobre os órgãos sexuais. Como permanecesse calado, ameaçaram e levaram a efeito o afogamento no pau-de-arara. Como estava encapuzado, molharam o capuz que passou a aderir ao nariz e à boca, tornando a respiração praticamente impossível. Derramaram então água sobre a cabeça e então era obrigado a inspirar água, que causava afogamento. Fizeram em torno de uma dezena de afogamentos quando então desmaiei. Quando recobrei os sentidos estava ainda no pau-de-arara e recebia eletrochoques. Permaneci ainda bastante tempo neste estado até que me retiraram, sendo atendido por um enfermeiro que fez um exame físico. Fui obrigado então a mover as camas, poltronas e mesas do recinto para recobrar as condições físicas (Cardoso Filho, 1975 *apud* IFSC, 2014).

As torturas sofridas pelos presos políticos foram uma forma de calar, de punir, de controlar, de tirar a dignidade dessas pessoas. Porém, Marcos encontrou na escrita da carta um meio de denunciar as atrocidades cometidas. É por meio da escrita que a palavra ganha voz e faz repercutir os crimes ocorridos nos porões da ditadura, de forma a sensibilizar as pessoas e tornar público o aparelho repressor do Estado⁴⁴.

A repercussão da carta fez com que uma audiência fosse realizada nos dias 21 e 22 de setembro de 1976. Onze meses após seu sequestro, alguns de seus colegas e alunos receberam notícias suas, pois a audiência se realizou no auditório da Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Ocorreu a análise dos pedidos de relaxamento de prisão de 26 presos, dentre eles Marcos Cardoso. A dezenove deles foi concedido o direito de responder ao processo em liberdade. Marcos teve o pedido

⁴³ O DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna, era um órgão subordinado ao Exército, criado durante o regime de exceção, que tinha como intuito combater inimigos internos que, supostamente, ameaçariam a segurança nacional. Foi no interior de instalações do DOI-CODI que diversos presos políticos sofreram torturas, a exemplo de Marcos Cardoso, ou mesmo mortos.

⁴⁴ Partes desse texto foram apresentados no Congresso da Associação Latino-americana de Antropologia, que ocorreu entre os dias 23 a 28 de novembro de 2020, de forma virtual.

negado e, junto com Alécio Verzola, Roberto Cologni e Teodoro Ghercov, após a audiência pública, foi encarcerado por três anos, sem transação penal ou suspensão de pena. Na audiência, destacaram-se vários falsos testemunhos. Segundo uma das indiciadas pela operação, Elineide Lícia Martins⁴⁵, assim uma das testemunhas foi se pronunciar:

No dia do julgamento armaram um circo no auditório da Escola Técnica Federal para impressionar Florianópolis, se deram mal. Foi um vexame. Começou assim, como se todos negassem que disseram o que estava nos depoimentos colhidos à força e de acordo com a imaginação do Lúcio, plantaram uma testemunha que teria assistido o interrogatório do Professor Marcos Cardoso e que este dissera o que estava escrito no processo. Quando pediram para a testemunha apontar quem era o Marcos (alto, magro, quase loiro, óculos, bigode) ela apontou para Márcio Campos (bem mais baixo, mais gordo, cabelos pretos, sem óculos, sem bigode). A risada foi geral e perderam a credibilidade (Farines, Tuyama, Auras, 2021).

Tendo sido seu aluno anteriormente à audiência, Leopoldo conta que soube de algumas pessoas da Escola que desapareceram durante a ditadura, e em sua entrevista faz a seguinte reflexão: *“Difícil de explicar, por quê? Por quê que certo aluno saiu, foi transferido? Por quê que sumiu, né? O desaparecimento do Marcos Cardoso foi uma coisa assim curiosa!”*. Perguntado se havia participado da audiência e se estava ainda na Escola como aluno, Leopoldo respondeu: *“Eu acho que eu estava... Porque a audiência foi em 75, 74... estava, estava, 75...”*

Ele não se recorda ao certo o ano, e intervimos afirmando que a audiência havia ocorrido em 1976, então assim ele rememora, agora com a seguinte afirmação:

Eu estava, eu era aluno do curso, já estava na parte profissionalizante, no final. E é o seguinte, tem uma coisa curiosa, as últimas séries, as últimas fases dos cursos técnicos, nós só tínhamos aula nas oficinas, lá embaixo, e tudo acontecia na parte de cima. Então, quando houve essa tal de audiência foi tudo muito reservado, a gente não chegou a saber. Aluno não tomou noção. Nós chegamos de manhã para a escola. Eu fui saber depois disso, depois de ter acontecido, claro que o burburinho sempre acontece, algum professor acaba comentando, e acabávamos sabendo. Mas essa audiência fatídica, não foi uma coisa que aluno tivesse acesso, nem acompanhado. Foi algo assim, mais para execração do Marcos em relação aos outros professores. Uma espécie de: “sirva de exemplo para todo mundo”.

Ele acrescenta:

Como eram poucos professores e a Escola não era tão grande, a gente ia se conhecendo e ficando até amigo. Então ele desapareceu assim, mas como não era meu professor, depois a gente começou a ouvir comentário, na hora

⁴⁵ Estudante de Direito na UFSC, de 1972 a 1976, presa em 1975 na Operação Barriga Verde.

do recreio, ver os professores substituindo, no lugar do Marcos, e começou com esse burburinho. E foi passado um tempo, na Pastoral de Juventude é que eu soube disso, porque na época também tinha sido preso Sérgio Grando⁴⁶ e outros líderes daqui, que eram também líderes estudantis da época da Universidade. Então, eles tinham sido presos e a gente soube que o Marcos tinha sido preso e outros também tinham sido presos, e aí sim, que a gente começou a saber disso, mas assim, muito devagar, muito sem qualquer notícia a gente não sabia, porque a família toda do Marcos não era daqui. O Marcos era matriculado ao movimento estudantil da Universidade, porque ele era estudante da Universidade na época, então era muito ligado a uma insurgência da universidade. E isso era uma coisa curiosa porque a gente sabia que tinha uma coisa errada, não sabia o quê, não tinha muita certeza. E os professores tradicionais, aqueles professores que já estavam muitos anos lá, que a gente sabia que sabiam de tudo, professores de português, professor de matemática, professor de química, de geografia eram professores antigos. A gente perguntava, “não tenho a menor ideia, não importa para você, vai cuidar da sua turma”, assim, com certa rispidez tratava do assunto e a gente percebia, que alguma coisa estava acontecendo. Mas depois é que a gente começou a entender que eles estavam querendo dizer: “olha, não se mete com nesse assunto que eu não quero me meter com isso”, sabe?

Leopoldo relata que não era mais aluno de Marcos quando ele foi sequestrado, mas reitera, conforme anteriormente citamos, que ele era um professor conhecido pelos estudantes, e ainda tinha conhecimento de ele ser atuante no movimento estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina. O entrevistado relata que teve acesso a informações sobre os desaparecimentos, para além dos corredores da Escola, por participar do Grupo de Jovens.

Ao “desaparecer”, Cardoso foi logo substituído, sem que os alunos soubessem o motivo de seu afastamento. Marcos manteve contato com a ETFSC mesmo durante o período em que esteve na prisão, solicitando, durante os três anos em que esteve preso, sua reincorporação.

O professor Marcos Cardoso Filho foi automaticamente reintegrado, no final de sua prisão, ao Departamento de Engenharia Elétrica pelo Reitor da época, Caspar Erich Stemmer.

Apesar dos apelos de Marcos Cardoso Filho de retorno à Escola Técnica, seu pedido foi negado e ele continuou preso, aguardando julgamento, que ocorreu em 9 e 10 de fevereiro de 1978, em Curitiba. Ficou encarcerado até 19 abril de 1978, quando

⁴⁶ Sérgio Grando nasceu em Veranópolis/RS no ano de 1950. Mudou-se para Florianópolis em 1968 e cursou Matemática e Física na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi professor no ensino fundamental, médio e superior, e lecionou também na Escola Técnica em 1972. Foi perseguido político durante o regime militar. Em 1982 tornou-se vereador da Cidade de Florianópolis, iniciando uma trajetória política passando por Deputado Estadual (mandato 1991-1995), Prefeito de Florianópolis (1993-1996), Deputado Estadual novamente (2007-2011). Faleceu no ano de 2016). Fonte: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/862-Sergio_Grando. Acesso em: 05 jul 2022.

saiu em liberdade condicional. Marcos, após ser libertado, em abril daquele mesmo ano, “não voltou a dar aulas na ETFSC [e] foi exonerado pelo diretor Frederico Guilherme Buendgens”, por motivação política (IFSC, 2014b).

Em 29 de agosto do mesmo ano, o então Diretor, Frederico Guilherme Buendgens, remeteu um ofício ao diretor da Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina, solicitando informações sobre o resultado do Inquérito. Na pasta funcional de Marcos há bilhetes, ofícios e informações sobre as audiências e julgamentos, mas não consta a resposta ao ofício. Mas, alguns dias após o envio do ofício da ETFSC à SSI, em 6 de setembro de 1978, foi publicada a portaria de rescisão do contrato de trabalho de Marcos, em demissão por justa causa. Os documentos demonstram que a decisão foi tomada à revelia da vontade do professor.

Para melhor elucidar a informação, segue abaixo transcrição do relatório produzido pelo IFSC e a Comissão da Verdade (2014b):

Julgado em 9 e 10 de fevereiro de 1978 e condenado a três anos de prisão, Marcos Cardoso Filho deixou a prisão, em liberdade condicional, no dia 19 de abril de 1978, data de seu alvará de soltura expedido pela Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar. Na pasta funcional que reúne os documentos do professor da então ETFSC há uma cópia desse documento.

Em 29 de agosto de 1978, o diretor Frederico Guilherme Büendgens remete o ofício nº 398 ao diretor da Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina, coronel Paulo Mendonça, solicitando informações sobre o resultado do Inquérito Policial Militar no qual Marcos Cardoso Filho esteve envolvido. O texto diz:

Vimos pelo presente solicitar a V.Sa, informar-nos sobre o resultado do Inquérito Policial Militar em que esteve envolvido o sr. MARCOS CARDOSO FILHO, Professor desta Escola, a fim de que possamos providenciar a baixa de seu contrato, no caso de condenação do mesmo, uma vez que seu vínculo empregatício com esta Escola se encontra suspenso desde novembro de 1975.

Entre os documentos de Marcos Cardoso Filho existentes no arquivo não há ofício de resposta que tenha sido encaminhado pela SSI à direção da ETFSC. Alguns dias após o envio do ofício da ETFSC à SSI, em 6 de setembro de 1978 é publicada a portaria de rescisão do contrato de trabalho de Marcos Cardoso Filho, por justa causa –detalhe que permite deduzir que o desligamento não tenha partido de um pedido do próprio professor. A rescisão tem como base o artigo 482, letra “d” do Decreto-lei nº 5.492, de 1º de maio de 1943. O Decreto-lei nº 5.492 de 1943 “cria o 2º Regimento Moto-Mecanizado, com sede em Uruguaiana” e possui um único artigo. O provável é que a rescisão deveria ter sido fundamentada no Decreto-lei nº 5.452, de 1943 –Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que prevê, na letra “d” do artigo 482, a possibilidade de rescisão de contrato de trabalho por justa causa em caso de “condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena”.

Além de ser perceptível a motivação política da rescisão contratual do professor Marcos Cardoso Filho, observa-se também que o documento que formalizou a demissão contém um erro no embasamento jurídico (IFSC, 2014b, p. 28).

Ainda sobre a audiência e a postura do Diretor, ao questionarmos Leopoldo, esta foi a impressão que ele nos transmitiu:

A gente já não era mais aluno então não teve mais acesso. Tenho certeza de que a direção deve ter feito de tudo para deixar toda a escola o mais afastado possível disso. Eles queriam dar certa publicidade, e o meu sentimento era de que: “Olha, a gente vai dar alguma publicidade para os servidores públicos saberem que se você fizer qualquer coisa e se aventurar, pode acontecer o mesmo contigo”.

O entrevistado enfatiza sua opinião sobre o motivo da audiência ocorrer nas dependências da escola, da qual não participou, mas teve conhecimento pelos “corredores da escola”. Diz ter certeza de que foi um aviso para os demais servidores não pactuarem ou propagarem reflexões sobre a ditadura civil-militar brasileira.

Quando ainda questionado se teve conhecimento de o Diretor expulsar ou demitir mais alguém da escola por considerar ser um incentivador de movimentos contra o regime, assim responde Leopoldo:

Percebo que na época, eu não percebia que esse era o motivo, mas eu vi o fenômeno acontecer. Muitos anos depois em que a minha “ficha” foi caindo, porque eu continuei na militância política, na igreja católica, da pastoral da juventude, brigando contra a ditadura militar, a gente passou muitos anos lutando, e fugindo da polícia. É difícil de explicar, por quê? Por que que certo aluno saiu, foi transferido? Por que que sumiu? O desaparecimento do Marcos Cardoso foi uma coisa curiosa, não é?

Leopoldo cita sua participação na Pastoral da Juventude, grupo ligado à Igreja Católica. A Igreja Católica teve grande importância no combate às prisões e torturas ocorridas em Santa Catarina durante a ditadura. Segundo depoimento de Margareth Grando à Comissão Estadual da Verdade⁴⁷:

Em 1977, do professor Marcos Cardoso Filho recebi uma informação que ele solicitava muito, que eu conversava com a Marise Maravalhas com a Maria Rita⁴⁸, com outras esposas e familiares, para a gente trazer o movimento feminino pela anistia aqui para Santa Catarina, numa sessão. [...] e aí acabamos indo para São Paulo e conversamos com a Therezinha Zerbini⁴⁹, que nos recebeu, e aí comentou até da ida da Maria Rita na USP, que foi quem fez uma denúncia muito grande das torturas que o Roberto Motta havia

⁴⁷ Estudante da UFSC de 1975 a 1980.

⁴⁸ Esposas de Marcos Cardoso Filho e Roberto Motta, respectivamente, presos na Operação Barriga Verde.

⁴⁹ Fundadora do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) na cidade de São Paulo. O núcleo catarinense teve sua oficialização em 27 de novembro de 1977, em Florianópolis. A principal bandeira desse movimento era a luta por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita a todos os presos e exilados políticos pelo regime civil-militar.

sofrido aqui e em Curitiba, não sei exatamente os detalhes desse sofrimento. E aí em 1977, esse núcleo foi instalado em SC, a Marise e a Maria Rita assumiram inicialmente. Esse movimento feminino pela anistia teve apoio importante da Cúria Metropolitana⁵⁰ aqui de Florianópolis, e depois do centro brasileiro pela anistia, e foi criada também uma sessão aqui em SC. [...] e isso depois vai se desdobrar com movimentos do país todo pela Lei da Anistia [Depoimento de Margareth Grando à Comissão Estadual da Verdade] (Farines; Tuyama; Auras, 2021, p. 290).

Após Leopoldo se formar como técnico na ETFESC, ele foi aprovado no vestibular para o Curso de Engenharia Elétrica, da Universidade Federal de Santa Catarina. Perguntamos se ele havia percebido também na Universidade essa desconfiança, o medo, as perseguições, ou qualquer punição a colegas ou professores. Assim ele rememora e ainda traz sua impressão do Diretor Buendgens:

Depois na Universidade sim, alguns professores tinham sido demitidos, mas não sei por quê. Eu logo em seguida saí da Escola Técnica. Eu me formei em setenta e seis, então logo em seguida eu fui para a Universidade e lá eu comecei a acompanhar, a saber mais coisas de dentro da Escola Técnica, do período que eu estava, porque era tudo muito velado, muito controlado. Na Universidade é que alguns colegas meus entraram em curso de Engenharia, colegas de outras turmas, de outros cursos, porque você tem disciplinas com muitos alunos, muitas turmas juntas, então você, entre os contatos, que a gente foi saber que tinha havido problemas lá. Como um professor que de repente tirou licença de saúde, por exemplo, sumiu, de repente. Então, eventualmente o diretor possa ter feito isso, esse professor está sendo meio combativo aqui, o risco de a ditadura vir para cá bater na nossa porta, então dá uma licença de saúde para esse camarada, fica trinta dias, quarenta dias fora e acalmam-se as coisas e assim por diante. Então houve isso na época, me lembro ter sabido depois.

Na Universidade, por cursar Engenharia Elétrica, em que Marcos lecionava, perguntamos se Leopoldo, alguns anos após o ocorrido, teve aula ou contato com ele, vistas sua admiração e sua ciência do ocorrido. Ele assim relata, com muito carinho, orgulho e um certo saudosismo:

Não, não tive aula com ele, mas eu tive colegas que tiveram e encontravam, ele reconhecia. Eu me lembro que eu tive um professor em uma disciplina, que era dividida em duas turmas. Tinha um professor e outro era ele. E eu fui aluno do outro professor, e ele disse para esse professor, eu me lembro disso: “Olha, pega esse rapaz aqui e coloca ele para cuidar das tuas aulas, que ele vem de uma escola que ele já sabe tudo que a gente vai ensinar aqui!” Eu me lembro dessa frase com aquela brincadeira, aquele jeito de brincalhão que ele tinha de dizer, eu fiquei todo bobo, né? Porque a gente vinha da Escola Técnica, os engenheiros elétricos que a gente tinha, tinha uma, uma vantagem bem grande em quem vinha do ensino médio propedêutico. Então, era isso, ele sempre continuou com aquele, sempre espírito esportivo,

⁵⁰ A Cúria é o órgão administrativo da Arquidiocese, constituído pelas autoridades que coordenam e organizam o funcionamento dela. É geralmente vista como o governo da Igreja (Arquidiocese de Florianópolis, 2015).

sempre espírito de brincalhão, ele sempre foi assim, ele tratava os alunos com, com essa com essa assim, como amigos mesmo, com essa brincadeira.

Marcos Cardoso Filho voltou a lecionar no departamento de Engenharia Elétrica da UFSC em 1978, mas, como condição para ser recontratado, foi “aconselhado” a não falar sobre os momentos em que esteve preso pela Operação Barriga Verde. Marcos não ficou calado e, além de dar “entrevistas bombásticas”, voltou a militar pelo “Partidão”, sendo preso junto a 86 pessoas em 13 de dezembro de 1982, durante o VII Congresso do PCB (Farines *et al.* 2021).

Pouco mais de cinco anos após sua liberdade, em 22 de dezembro de 1983, aos 33 anos, Marcos morreu em um acidente de barco na localidade da Costa da Lagoa, em Florianópolis. O mastro do veleiro que conduzia chocou-se com um cabo de alta tensão que havia sido instalado às pressas, poucos dias antes das eleições de 1982, o que motivou um processo da família contra as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC). O acidente gerou grande comoção na época entre familiares, amigos, alunos, ex-alunos e sobretudo entre os militantes do PCB. Em seu velório, ocorrido no Cemitério São Francisco, em Florianópolis, o caixão foi levado ao túmulo envolto em uma bandeira vermelha onde se lia PCB e ao lado se via uma foice e um martelo em amarelo. O acidente também vitimou seu filho Daniel, de 4 anos, a companheira Eliane Motta, a irmã Regina Cardoso, de 19 anos, e os sobrinhos Manoela Cardoso Garcia, 5 anos, filha de sua irmã Tereza, e André Cardoso Bittencourt, 7 anos, filho de sua irmã Rosemárie, que morreram na hora. Duas sobrinhas sobreviveram. A certidão de óbito indicou como causa da morte “afogamento”.

5.4 AS DISCIPLINAS ESCOLARES E SUA RELAÇÃO COM A DITADURA CIVIL-MILITAR

Dentre as disciplinas escolares rememoradas, todos os nossos entrevistados evocaram a Educação Moral e Cívica como uma “disciplina da ditadura”.

Cabe-nos trazer que o decreto Lei nº 369 de 1969 tornou a disciplina obrigatória nas escolas em todos os graus de escolarização do país, com os seguintes objetivos:

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sociopolítico-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (Brasil, 1969).

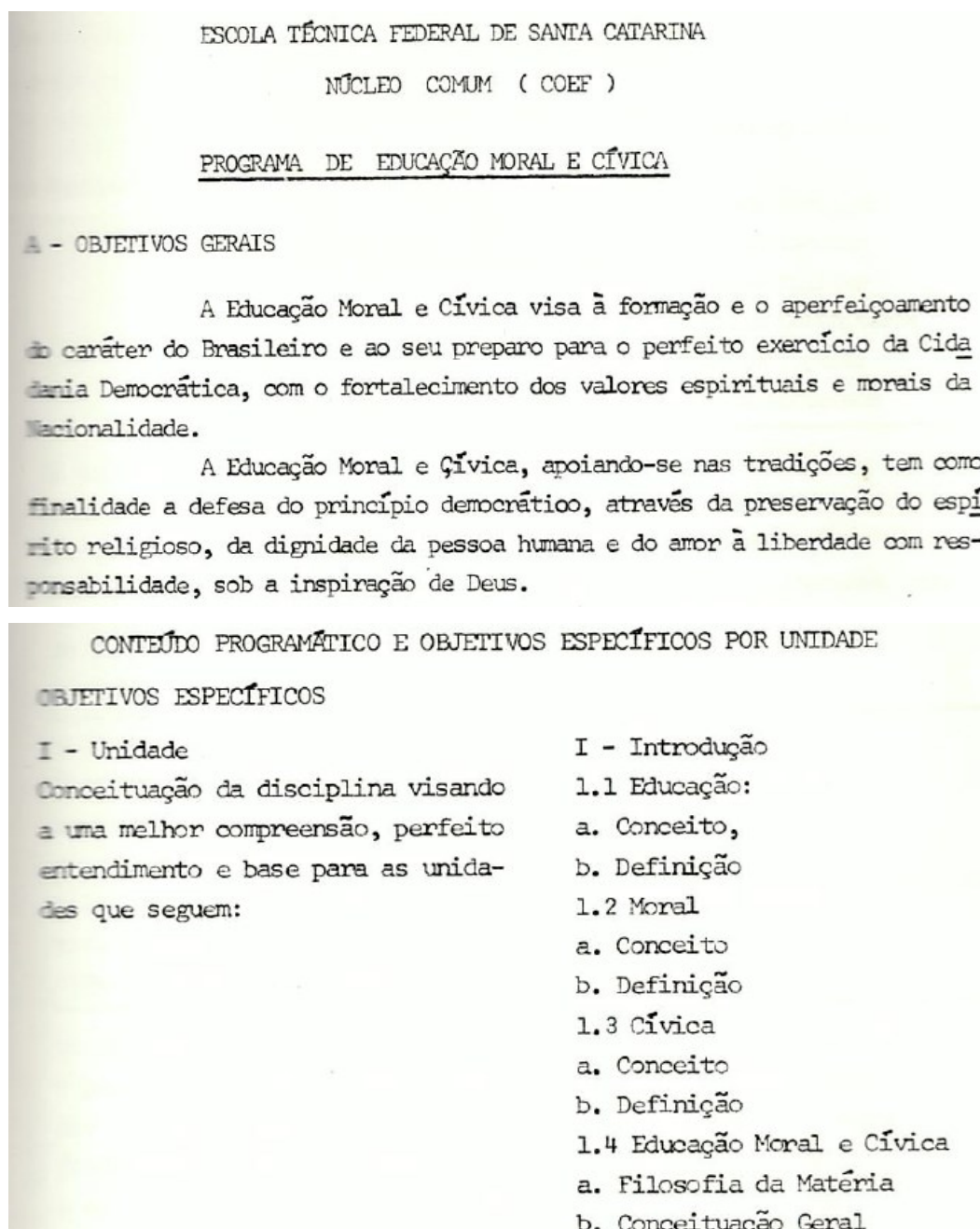
Percebemos que a obrigatoriedade da disciplina ocorreu durante o período da ditadura civil-militar brasileira, com a intenção de moldar o indivíduo. A corrente em que pretendia fortalecer a identidade nacional, transmitir crenças morais e uma formação de qualidade técnica não podia prescindir de educação moral e cívica e religiosa, em que os costumes, os rituais, faziam parte da cultura a formar o que era posto à época como um cidadão digno, de boa índole, devoto.

A citação anterior inclui a palavra “religiosa” porque na época, no currículo da Escola Técnica, estava inserida também a disciplina de Educação Religiosa, ministrada pelos Padres Pedro Keller e Pedro Martendal. Eles “*pertenciam à Catedral Metropolitana e tinha aula de religião católica, exatamente, católica*”, conforme cita Marli, e ainda, segundo ela, o conteúdo ministrado, “*eu acho que era o folhetinho da missa de domingo!*”, ou seja, a intenção era catequisar os alunos e arrebanhar mais fiéis para a doutrina católica. Apesar de Marli e Acácio terem sido alunos de colégios católicos, em suas memórias, Marli traz da disciplina uma lembrança esmaecida. Leopoldo, apesar de frequentador do grupo de Jovens da Igreja Católica, rememora o nome dos dois padres, mas não relata sobre os conteúdos ministrados.

Quanto aos objetivos da introdução da disciplina de Educação Moral e Cívica, de acordo com a Lei nº 369 de 1969, vemos que em seu Artigo 2º, alínea “a” ela traz como princípios “a defesa do princípio democrático, através da preservação do **espírito religioso**, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, **sob a inspiração de Deus**” (Brasil, 1969, grifos nossos).

Percebemos, então, uma forte influência na formação dos alunos de Ensino Técnico da Igreja Católica, seja em uma disciplina específica ofertada, seja nos conteúdos programáticos que constam nos Planos de Ensino, conforme apontamos, no que é intitulado Conteúdo Programático do ano de 1973 (Figura 18):

Figura 18 - Programa de Ensino disciplina EMC, 1973



<p>II Unidade</p> <p>Levar o educando ao conhecimento da harmonia entre o Criador e a criatura e sua relação com o universo.</p>	<p>II Deus e o Universo</p> <p>2.1 Deus e o homem</p> <p>2.2 A liberdade e seus Fundamentos</p> <p>2.3 O Homem e a Liberdade</p>
<p>III Unidade</p> <p>Criar condições que favoreçam o aperfeiçoamento incessante das formas / de convivência humana.</p>	<p>III A Natureza Social do Homem</p> <p>3.1 A Sociedade</p> <p>a. Conceito b. Definição.</p> <p>3.2 Os Grupos Sociais</p> <p>a. Importância</p> <p>b. Tipos c. Funções</p> <p>3.3 Grupos Sociais</p> <p>Grandes Áreas da Educação Cívica Brasileira</p> <p>3.3.1 Educação Cívica Familiar</p> <p>3.3.2 Educação Cívica Escolar</p> <p>3.3.3 Educação Cívica Militar</p> <p>3.3.4 Educação Cívica Comunitária</p> <p>3.3.5 Educação Cívica Popular</p> <p>3.4 Valor Moral da Sociedade</p>
<p>IV Unidade</p> <p>Transmitir ao educando noções de que dada vez mais os destinos do Brasil estão ligados aos destinos do Mundo, sobretudo ao Mundo Ocidental.</p>	<p>A COMUNICAÇÃO</p> <p>4.1 A Comunicação Social</p> <p>4.2 Os Meios de Comunicação</p> <p>rádio, televisão, imprensa, cinema.</p> <p>4.3 O Controle Social</p>

V Unidade	OS PROBLEMAS SOCIAIS
Diagnosticar os problemas sociais contemporâneos levando o jovem a conscientizar-se de sua responsabilidade na solução destes problemas, tornando-o útil a sua comunidade, à Pátria e ao Mundo.	A - Juventude de hoje a) ideais b) amor c) orientação sexual
VI Unidade	Conflitos do Mundo de Hoje
O preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum	a. Causas, males e soluções b. Integração moral para o desenvolvimento nacional
VII Unidade	<u>O CIDADÃO E A PÁTRIA</u>
Diagnosticar os problemas sociais contemporâneos, levando o jovem a conscientizar-se de sua responsabilidade na solução destes problemas, tornando-se útil a sua comunidade, à Pátria e ao Mundo	5.1 Elementos básicos da nacionalidade 5.2 Direitos e deveres do cidadão 5.3 A segurança nacional 5.4 Forças Armadas 5.5 Símbolos Nacionais

SUGESTÕES

Técnicas

Atividades

Recursos

Paralelos ao programa, serão desenvolvidas atividades de acordo com o calendário Cívico e da comunidade.

1. Trabalho em grupo
2. Aulas expositivas com diálogo
3. Elaboração de cartazes e gráficos para apresentação em aula.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este plano geral irá depender da aplicação de cada Unidade Escolar e das condições progressivas de cada classe.

Comporta além do conteúdo programático, tudo que for necessário para que os educandos tenham um conhecimento claro e preciso da Realidade Brasileira e deste século.

Do Brasil, ressaltaremos os acontecimentos importantes / (tanto do passado como na atualidade), as comemorações cívicas e o nosso progresso, que é representado pelo comércio, indústria, ciência, artes, letras e os meios de comunicação.

No mundo veremos o movimento das idéias e dos fatos refletidos nos jornais, nas revistas, nos livros especializados e nas cogitações cotidianas.

Analisando o programa de ensino da figura anterior, a Unidade II está intrinsecamente alinhada com a religião, na relação do educando com o “Criador”, conforme já apontamos. Nas demais Unidades, são inseridos conteúdos relacionados à sociedade e seu funcionamento, às instituições sociais consideradas fundamentais para o desenvolvimento da sociedade, como família, escola, comunidade e a instituição militar, a qual, naquele momento histórico, considerava-se destacada em seu papel social. Os meios de comunicação também são considerados conteúdos importantes a serem abordados, fazendo com que, cada vez mais, as pessoas ouvissem o que deles era propagado, visto que havia a censura e, portanto, apenas os conteúdos desejáveis eram permitidos. Como exemplo, já citamos a campanha do “Sujismundo”, que tinha por intuito promover hábitos de higiene e cuidados com a saúde na população.

Outra Unidade que nos chama atenção é a V, que propõe: diagnosticar problemas sociais, levando o jovem a conscientizar-se de seu papel na resolução desses problemas, em que os conteúdos se referem a ideias, amor e orientação sexual dos jovens, endossando o caráter moralizador da disciplina.

Na Unidade VII existe uma continuidade do que chamam de problemas no Brasil e no Mundo, cujo objetivo é novamente conscientizar os jovens da sua responsabilidade em solucionar esses problemas. Os conteúdos ministrados tratam de evocar o civismo, ensinando os jovens sobre seus direitos e deveres, a segurança nacional, e os símbolos nacionais.

Dessa forma, observamos o que preconizava a Lei e suas intenções ao tornar obrigatória a disciplina de Educação Moral e Cívica, que tinha o objetivo de fixar os valores e a identidade da nação, mote este levantado pelos militares, de propor, por meio da educação, uma formação do indivíduo pautada nos valores nacionais e morais, segundo seus princípios. Era por meio da escola que ocorria a transmissão de valores, de civilidade, de preparação de um cidadão para o trabalho, para a obediência.

Cabe destacar que, com exceção de Marli, que relata que os alunos tinham um jeito de “burlar” os conteúdos da disciplina, fazendo com que a partir de uma pergunta “aleatória” o professor dissertasse a aula toda sobre, e que, segundo ela, nem sempre estava associado ao currículo oficial, os demais entrevistados relatam alguns valores que foram perpassados pela disciplina.

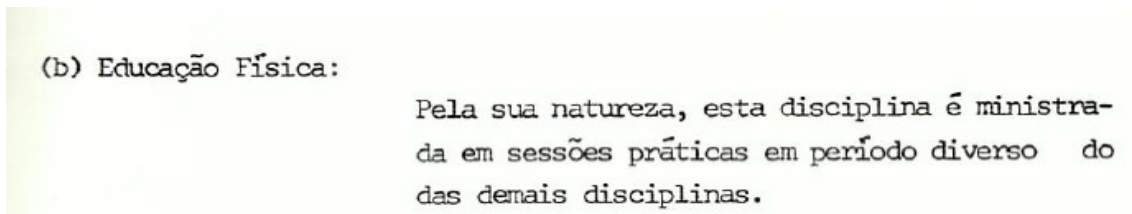
A Lei 5692/0971 ainda trazia outras disciplinas como obrigatórias no currículo escolar de 1º e 2º graus, além da Educação Moral e Cívica, como: Educação Física, Educação Artísticas e Programas de Saúde.

Se formos considerar o Programa de Ensino da disciplina de Educação Moral e Cívica, antes exposto, identificamos como “Atividades e recursos paralelos aos Programas” a participação em eventos cívicos e da comunidade. Dessa forma, uma das disciplinas que possui a interdisciplinaridade com a Educação Moral e Cívica, no que se refere à participação em eventos cívicos e da comunidade, obrigatória nos currículos, é a Educação Física. Assim, nas linhas que se seguem identificaremos como nosso entrevistado percebia essa disciplina em sua formação técnica.

5.5 DO VALOR RELATIVO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

As aulas de Educação Física na Escola Técnica ocorriam sempre no contraturno escolar, conforme Programa de Ensino datado de 1973 (Figura 19).

Figura 19 - Programa de Ensino disciplina Educação Física [1], 1973



Fonte: Programas de Ensino digitalizados.

No Plano também consta que as aulas ocorriam três vezes por semana, e do 1º ao 6º semestre (Figura 20):

Figura 20 - Programa de Ensino disciplina Educação Física [2], 1973

CURSO TÉCNICO DE ELETROTÉCNICA													
DEPARTAMENTO	FATOR	MATÉRIA	CONTEÚDO ESPECÍFICO	I		II		III		IV		TOTAL	
				1s	2s	3s	4s	5s	6s	7s	8s	H	C
EDUCAÇÃO FÍSICA	G	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua e Literatura Nacional	4	3	2	2	-	-	-	-	165	71
			Inglês	2	2	-	-	-	-	-	-	60	4
			Educação Artística	2	2	-	-	-	-	-	-	60	4
			Educação Religiosa	1	1	-	-	-	-	-	-	30	2
			Programa de Psicologia	2	2	-	-	-	-	-	-	60	4
Educação Física (b)	3	3	3	3	3	3	-	-	270	18			

Fonte: Programas de Ensino digitalizados.

Apesar das informações na figura anterior, nosso entrevistado Leopoldo relata que as aulas ocorriam duas vezes por semana, no contraturno, reafirmando as falas dos demais entrevistados. Porém, Leopoldo nos traz uma informação nova para aquele período: “*Quem trabalhasse, não precisava fazer educação física, porque a lei já permitia isso naquela época. Então eu fiz o primeiro ano, no segundo ano eu ainda fiz Educação Física, depois eu já comecei a trabalhar e não fiz mais Educação Física*”.

Procuramos, então, evocar as memórias de Leopoldo quanto aos conteúdos que permaneceram, bem como quais suas impressões acerca da disciplina, e assim ela responde:

Eu nunca gostei de esporte [risos] eu odiava esporte. Eu ia para a Educação Física, e então, todo esporte começava assim: em toda aula de Educação Física eu escolhia geralmente vôlei, algum esporte assim que não precisasse muitas pessoas, que fossem times menores. Entende? Porque nessa época já começou a ter futebol também. E a gente fazia em conjunto, então tinha o aquecimento, e fazíamos todos juntos. Quando era para separar os times, a gente fazia o máximo para não ser escolhido. E quando havia um número maior de que escolhido para os times o professor fazia dois times e sobravam alguns alunos, eu gostava sempre de ficar nesse time, às vezes até pagava uma banana recheada para um colega, para ele não me escolher. Eu me lembro de um grande amigo que eu tive nessa época, que ele adorava “basquetebol”, era a vida dele. Então, ele tinha uma dificuldade enorme em matemática e eu o ajudava, em matemática e física, para ele não me chamar na seleção dos times na Educação Física. Então a gente fazia todos o aquecimento, depois ele não me chamava para aquele time, porque ele escolhia, a priori, a metade da turma que iria jogar, e quem ficasse de fora não jogaria. Então eu ficaria por ali, e geralmente, o professor de educação física dava tarefas, mas não ficava sentado, ele mandava correr por volta do campo ou fazer barras ou fazer outros exercícios, a gente tinha que fazer. O professor já sabia disso, ele tinha essa esperteza, sabia que a gente não gostava muito, então ele já sabia e já colocava algumas regras para isso.

Esportes coletivos exigem regras, contato físico, disputas, algumas exigências que não faziam parte da personalidade de Leopoldo à época. Relata preferir estudar, e, portanto, utilizava-se da facilidade que tinha, por exemplo, em matemática e física e sua vocação já para o magistério, quando auxiliava outro colega, como cita, em especial um que tinha familiaridade e apreço pelo basquete, ou mesmo quando usava outra artimanha, ao pagar um lanche, ou melhor, a chamada “banana recheada”. Chama-nos a atenção a atitude do professor que, tomando conhecimento dessas estratégias, programava outras atividades ginásticas, propunha a realização de novos exercícios, muitos deles calistênicos, diferentemente da professora que lecionava para as meninas. Pois, conforme já mencionado por nossa entrevistada Marli, as que

não eram escolhidas ficavam sem realizar atividade física e aproveitavam a aula para conversar. Dessa forma, podemos entender que, para ela, apesar de não se identificar com os esportes, a Educação Física era um momento de descontração, relaxamento.

Leopoldo reforça sua desvalorização com a disciplina de Educação Física (diferentemente do que citamos antes, que em relação às demais disciplinas tinha muito apreço) e, novamente, levantamos a hipótese da esportivização da Educação Física presente nas escolas naquele momento. Ademais questionamos a prática “meritocrática” de eleger os alunos que mais se destacavam em determinados esportes para liderar os times como prática comum dos professores.

Cabe destacar que, segundo o Programa de Educação Física, do Núcleo Comum, datado de 1973, para as 1ª séries do masculino, consta o seguinte:

Unidade I - Desportos coletivos: Voleibol; Handebol de Salão; Futebol de salão e Futebol de campo; Basquetebol;
Unidade II – Ginásticas, onde nesses se incluem: exercícios de aquecimentos como marchas, corridas e evoluções; exercícios de flexibilidade e formação muscular (formação corporal) e preparo físico;
Unidade III – Atividades complementares como: ensaios de marcha, desfiles e concentrações; competições; e exames sendo esses: biométricos, médico e prático.

A prática dos exercícios físicos, calistênicos, ou seja, o uso do próprio corpo, com exercícios de repetição, a fim de promover maior força e flexibilidade, era fortemente valorizado pelo entrevistado. Segundo a afirmativa a seguir, assim ele compreendia (e era lecionada também) a Educação Física escolar:

Os exercícios físicos que a gente fazia em grupo não eram aparelhos exatamente, mas era um local próprio que havia algumas barras e coisas assim, e a gente tinha que fazer uma bateria de exercícios. Inclusive o professor explicava, a gente se sentava no chão, postura correta, cruza as pernas, faz assim, numa cadeira como se senta, tudo isso. Os dias em que chovia o professor de Educação Física dava aulas dentro da sala de aula, e aí ele ensinava isso, como se sentar, como colocar o pulso para a melhor escrever, manter correções de postura, coisas dessa natureza também havia. Claro que também havia esportes, de vez em quando havia atividade física com esportes, como vôlei, como basquete, normalmente vôlei, basquete e handebol eram os esportes mais comuns da época. Muito mais tarde que o futebol foi parecer. Mas enfim, havia essa preocupação de que essa criança estava se desenvolvendo e que alguns exercícios, correção de postura, essa coisa toda que, para quem fica sentado uma manhã inteira na sala de aula ou uma tarde inteira a educação física tinha esse trato de trabalhar o corpo. Nós tínhamos algumas outras coisas também que me impressionava muito naquela época, além de aulas de educação física, que era essa ideia mesmo, você está educando o seu corpo, está preparando o seu corpo para ser um adulto saudável, um grande mote que os professores repetiam, que é a frase latina: “Mens sana corpore sano!”.

Percebemos aqui que Leopoldo relembra e concorda com a política de que a Educação Física tinha o objetivo de cuidar do corpo, pois para ele, além do esporte, havia uma preocupação com a educação do corpo. Suas falas remetem também ao que podemos considerar como preparação do corpo para o ambiente de trabalho. Corpo este que deveria ser moldado para as longas jornadas do mercado produtivo, das indústrias. Quando ele se refere ao popular ditado *Mens sana corpore sano*, ele concorda com estes preceitos, pois fora assim educado, tendo eles como valores e objetivos a serem reforçados em seu presente discurso, seguindo o senso comum à época.

A Educação Física conquistou, ao longo dos tempos, cada vez mais seu espaço na escola. As práticas corporais foram ganhando maior relevância à medida que foi se descobrindo seu poder de moldar os sujeitos conforme um projeto político. A competição também é um valor a ser inculcado nos jovens, pois, se bem orientada, promove comprometimento, responsabilidade, disciplina, cooperação, impõe limites e regras.

Para Bassani, Torri e Vaz (2003), a manifestação das práticas esportivo-corporais na escola, principalmente nas aulas de Educação Física, é o principal alimentador dos rituais de disciplinamento corporal.

Questionamos Leopoldo sobre a função competitiva que as aulas de Educação Física promoviam entre os alunos, visto que na Unidade III do Programa de Ensino, anteriormente exposto, constam os campeonatos, e assim ele afirma:

Faziam jogos, campeonatos, sim, a escola sempre teve jogos. Fazia uma espécie de campeonato, e as melhores equipes, os melhores alunos é que formavam times para disputar com outras Escolas Técnicas do Brasil [...] não era tão grande e organizado quanto hoje em dia, mas já havia sim, eles escolhiam as equipes para isso.

Dentro do que se descreve como “Atividades Complementares” nas aulas de Educação Física, havia uma escolha dos melhores alunos de acordo com seu rendimento nas modalidades, para participarem de campeonatos. Havia o Campeonato Interno, entre as salas, e a partir daí o time vencedor teria a oportunidade de participar de um campeonato maior de nível nacional.

Ainda no que tange às Atividades Complementares, era de responsabilidade do Professor de Educação Física o ensaio da marcha para os desfiles cívicos, conforme afirma Leopoldo:

Quem fazia o treinamento era a Educação Física, Ensino Médio já era Educação Física, antes era feito por sala, a Educação Física fazia esse treinamento, de formar os pelotões direitinho e preparar a gente sempre. Tinha uma banda da escola, que tocava e acompanhava sempre.

O espírito de civismo, tão presente no discurso dos militares, que tinha como intuito reforçar o sentimento de povo, de nacionalidade e de integração nacional, se materializa nas práticas educacionais e é depositado no professor de Educação Física o resguardar e o incentivar desse comportamento. Além disso, o simples fato de “*formar os pelotões direitinho*”, conforme afirma Leopoldo, tem como intuito o adestramento, a obediência, mostrar que o corpo pode ser domesticado, subordinado. Novamente, aqui, percebemos que ele concorda com o senso comum, em relação à importância dos desfiles cívico-militares, seu apreço, e o papel exercido pelo professor de Educação Física.

Diz Taborda de Oliveira (2002, p. 53) que

[...] Segundo uma interpretação corrente na historiografia, o esporte, aliado à interferência governamental no desenvolvimento da educação física escolar, tornava-se referência praticamente exclusiva para a prática de atividades corporais no plano mundial, seja dentro ou fora da escola. Isso teria ocorrido, em parte, porque numa certa perspectiva o esporte codificado, normatizado e institucionalizado pode responder de forma bastante significativa aos anseios de controle por parte do poder, uma vez que tende a padronizar a ação dos agentes educacionais, tanto do professor quanto do aluno; noutra, porque o esporte se afirmava como fenômeno cultural de massa contemporâneo e universal, afirmando-se, portanto, como possibilidade educacional privilegiada. Assim, o conjunto de práticas corporais passíveis de serem abordadas e desenvolvidas no interior da escola resumiu-se à prática de algumas modalidades esportivas. As práticas escolares de educação física passaram a ter como fundamento primeiro a técnica esportiva, o gesto técnico, a repetição, enfim, a redução das possibilidades corporais a algumas poucas técnicas estereotipadas.

Apesar da posição do entrevistado, de em alguns momentos desvalorizar a Educação Física, quando se trata das práticas de esportes coletivos ele a valoriza quando destaca o papel do professor na promoção da consciência corporal e no cuidado com a saúde do educando. Valores esses que perpassam as aulas de Educação Física e promovem uma reflexão sobre o corpo e cuidados do corpo que cruzam as memórias de nosso entrevistado, conforme veremos a seguir.

3.3 CORPO, SAÚDE E CUIDADOS DE SI

Dentre tantas as atribuições do Professor de Educação Física que foram citadas por Leopoldo, ele ainda evoca a de resguardar os alunos com problemas de saúde, conforme relata:

Todo ano, porque havia crianças que tinham certa limitação respiratória, problema de asma e eles já indicavam lá⁵¹, então, o professor de Educação Física desenvolvia atividades um pouquinho diferentes. Eu tive um colega que tinha asma, então, todo ano, o professor de Educação Física, dava a ele algumas atividades e não exagerava em certos exercícios etc. e tal e mantinha aquele controle, sempre atento sobre isso.

Ao longo dos anos, a Educação Física foi se consolidando como um campo de atuação profissional que intervém em diferentes manifestações e expressões da atividade física / movimento humano / motricidade humana. Dentre essas manifestações, uma se refere ao cuidado e à atenção à saúde, conforme a Resolução nº 6 de 18 de dezembro de 2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduações em Educação Física, temos:

Art. 20 A formação do Bacharel em Educação Física, para atuar nos campos de intervenção citados no caput do Art. 10, deverá contemplar os seguintes eixos articuladores:

I - saúde: políticas e programas de saúde; atenção básica, secundária e terciária em saúde, saúde coletiva, Sistema Único de Saúde, dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica da saúde; integração ensino, serviço e comunidade; gestão em saúde; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de Educação Física na saúde;

II - esporte: políticas e programas de esporte; treinamento esportivo; dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica do esporte; gestão do esporte; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de esporte; e

III - cultura e lazer: políticas e programas de cultura e de lazer; gestão de cultura e de lazer; dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica do lazer; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de Educação Física na cultura e no lazer(Brasil, 2018)

Antes mesmo desse parecer, Leopoldo remete-se às suas impressões sobre o cuidado do professor de Educação Física com a saúde dos alunos. Leopoldo se descreve como adolescente:

Olha, no ginásio é adolescência, então, é uma criança que está desenvolvendo seu corpo, sua mente, sua psique tudo isso, está se desenvolvendo. Então é aquele processo monstruoso de transformação, da vida que acontece naquele período entre os dez, onze anos de idade até os quatorze anos de idade, que você cresce, que você se torna parte da sociedade, começa a se entender e se ver em um mundo mais complexo e assim por diante, se tornando adulto. Então do ponto de vista de maturidade,

⁵¹ Leopoldo se remete ao Departamento de Saúde da Escola.

a Escola Técnica contribuiu nesse sentido, a gente tinha aulas de Educação Física e me lembro muito bem, no ginásio havia esse princípio, não era esporte, não era simplesmente você dar uma bola e os alunos fazerem esportes. Não, havia uma educação física mesmo, um conjunto de atividades que eu tinha que desenvolver, de aquecimentos, de postura, várias coisas eram discutidas naquela época, que eram desenvolvidas.

Perguntado sobre seu corpo como adolescente, Leopoldo não responde diretamente. No entanto, nosso entrevistado traz a citação em latim, que é conhecida, e significa “uma mente sã em corpo são” (derivada da Sátira X do poeta romano Juvenal), essa frase é parte da resposta do poeta à questão sobre o que as pessoas deveriam desejar na vida. Sua intenção era lembrar aos cidadãos romanos que numa oração deveriam pedir saúde física e espiritual. Atualmente, o significado que damos a essa frase é que um corpo “são” proporciona ou sustenta uma mente “sã” e vice-versa. Ela expressa o conceito de coerência entre mente e corpo como sendo o equilíbrio saudável no nosso estilo de vida. Para Leopoldo, esse é o papel que ele dava à disciplina de Educação Física, de ajuda na manutenção da saúde e da qualidade de vida.

Essa premissa de cuidado com sua saúde em sua época é o que iremos destacar nas linhas que se seguem, pois Leopoldo tem consciência do cuidado com sua saúde, que lhe fora repassado, conscientizado, desde pequeno. Esses discursos presentes em suas falas são fruto de políticas públicas vigentes à época.

Anteriormente, tanto Leopoldo quanto outros entrevistados relatam a existência de um Setor de Saúde dentro da Escola Técnica. Conforme os demais, nosso entrevistado confirma a necessidade de entrega de exames médicos a esse setor. Ele relata que, quando entregavam um exame e tinham algum problema, existia acompanhamento (inclusive, segundo ele, anteriormente dito, do professor de Educação Física). Segundo ele: “*Somente uma enfermeira que recebia os exames e procurava cuidar dos alunos cujos exames apresentavam alguma alteração*”. Aproveitamos sua fala e questionamos se ele havia tomado conhecimento de algum aluno que não pôde ingressar na escola por alguma alteração nos exames, e ele responde:

Não. Eu não cheguei a ter conhecimento que foi indeferida a matrícula, mas eu já conheci muitos colegas da época que, no exame, eram assim: você fazia, vai lá no DEPARTAMENTO de SAÚDE e faz as baterias de exame e depois pega o resultado. O resultado era sempre entregue por um enfermeiro de alto padrão que se chamava na época. Alguém que tenha curso superior de enfermagem. E aí se fosse detectado qualquer problema de saúde, aquela pessoa iria passar por tratamento no Departamento de Saúde, aquela

criança, ou aquele adolescente. Você já ia se tratando no Departamento, com medicação, inclusive verminose, a gente fazia exames também de fezes na época, era comum para controle de verminose também que era muito grande. Então, todo ano, minha mãe já dava para nós remédio e não precisava fazer, não tínhamos problemas, mas aquelas que tinham infestação muito grande recebiam indicação. Então, eu não me lembro de alguém negando a matrícula, mas eu me lembro de muitos colegas que apresentaram problemas de saúde e o Departamento colocava em uma terapia. Ou iria ter uma medicação para tomar, ou encaminhava no hospital para internar, eu me lembro só de um caso de tuberculose que foi internado. Não era dentro da minha turma, acho que era uma turma bem avançada, e então aquilo foi um “furdunço” na Escola Técnica, porque um aluno com tuberculose dentro de uma sala de aula, ele contamina a turma inteira rapidamente. A tuberculose é altamente contagiosa. Então a sorte talvez tenha sido que ele tenha contraído isso talvez já no final do ano e não teve então muito contato, ele não voltou para a Escola porque foi fazer o tratamento, foi internado para se tratar, certamente tuberculose, é demorado, seis meses, ele foi internado e não teve a matrícula negada, ele simplesmente já foi encaminhado pelo departamento, agora, vários outros eu me lembro, assim, que receberam medicação e acompanhamento médico da época do Departamento de Saúde, mesmo frequentando a escola.

Segundo afirma, não teve conhecimento de um aluno ter indeferida sua matrícula porque apresentou algum problema nos exames, e que essa instituição pública, o Departamento de Saúde, proporcionava tratamento à população, fruto de políticas higienistas.

O que também ficou presente em sua memória, no que se relaciona a problemas de saúde, é o alarde ocorrido nas dependências da Escola Técnica, quando um aluno havia contraído tuberculose, doença contagiosa e endêmica à época.

Outra reminiscência diz respeito ao tratamento de verminose. É comum, atualmente, aos que têm maior acesso médico (seja público ou privado), a regularidade em medicar seus filhos (ou a si mesmos) para evitar as verminoses. Leopoldo cita o cuidado da mãe como figura central no cuidado com a saúde dos filhos, fato esse que não podemos deixar passar, já que se tratava de uma professora primária, formada sob esses preceitos, numa campanha de formação de normalistas, que também era cuidadora da saúde da criança. A preocupação com a saúde da população, considerando também a epidemia de tuberculose, fez com que o governo investisse em estruturas médicas (como, por exemplo, o Departamento Médico dentro da Escola) e, conforme relata Leopoldo, em um sistema médico público eficaz, em que as famílias que se preocupavam com a saúde dos filhos teriam acesso a diversas formas e estratégias de cuidados.

Exemplo disso é quando Leopoldo rememora sobre o Departamento Público de Saúde:

Naquela época existia o Departamento de Saúde Pública, não existia o SUS ainda. Esse Departamento era um órgão do Ministério da Saúde que tratava da saúde básica, seria uma espécie de posto de saúde um pouco mais complexo que hoje. Naquela época a gente tinha, era obrigatório aliás, que toda criança iria com a mãe, sem a mãe, iria ao Departamento de Saúde, tomava as vacinas da idade, era obrigatório, não tinha nem discussão. O que foi um avanço monumental na saúde e fazia uma abreugrafia, que hoje não existe mais. O que é uma abreugrafia? É uma radiografia de tórax, mas foi uma invenção maravilhosa de um médico brasileiro⁵², que conseguiu popularizar o controle da tuberculose, que era endêmica no Brasil, ela tinha sido epidêmica, imensa nos anos quarenta e cinquenta, e a partir dos anos sessenta, com a abreugrafia, que é uma radiografia bem pequenininha, assim, quase uma foto três por quatro do seu pulmão. Então, é tirado aqui [o entrevistado aponta para a região torácica do corpo], depois eram examinados, se houvesse qualquer alteração, o médico mandava a gente para uma radiografia de tórax de corpo inteiro para fazer o tratamento. Naquela época, de tuberculose, era muito comum. Então isso era obrigatório. Todos os anos você tinha que fazer esse exame de saúde, fazia no Departamento de Saúde. E lá você recebia um atestado de saúde e o atestado podia dizer se você tinha uma deficiência, se você tinha algum problema, ou uma limitação, você levava para a escola. Então na escola, se você tivesse doença infectocontagiosa tinha que se tratar primeiro. Depois isso já foi sendo superado porque à medida que as vacinas começaram nos anos sessenta e setenta foi diminuindo barbaramente, mas o professor de Educação Física sempre pediu atestado, me lembro disso.

Leopoldo traz com riqueza de detalhes tanto as políticas públicas de saúde quanto aspectos do exame denominado abreugrafia. Cabe destacar que reforça esse entendimento do entrevistado a mãe, que era professora da rede de ensino e repassara aos filhos esses ensinamentos e hábitos de cuidados com a saúde.

Nosso entrevistado Leopoldo rememora a prevenção de doenças e a necessidade de pessoas imunizadas:

Naquela época não existia um programa nacional de imunização à medida que as vacinas foram surgindo, minha mãe era professora primária, então elas recebiam treinamento para que as crianças aplicassem a vacina também, a importância da vacina, para esclarecer aos pais etc. Então é claro, com os filhos, ela também acompanhava todas as vacinas na medida que existiam, não tinha nem conversa, as vacinas que surgiam, vamos para o Departamento tomar uma vacina e aquilo era assim, ou então na escola. Às vezes, o Departamento de Saúde vinha nas escolas e aplicava a vacina,

⁵² Manuel Dias de Abreu, médico brasileiro nascido em 04/01/1891, desenvolveu um método rápido e barato para tirar pequenas chapas radiográficas dos pulmões, facilitando o diagnóstico da tuberculose. O teste, que registrava a imagem do tórax numa tela de raios X, possibilitou o diagnóstico precoce, o tratamento e a cura da doença que era considerada sentença de morte. Em 1974, a OMS pronunciou-se contra o uso da Abreugrafia em massa por expor desnecessariamente a população a doses de radiação. Atualmente, o exame para detecção de tuberculose é feito pela pesquisa do Bacilo de Koch, no escarro. Por ironia, tratando-se de um pneumologista, Manuel Dias morreu de câncer de pulmão em 1962, por uso abusivo de tabaco (Biblioteca Virtual em Saúde, [200-?]).

aquelas vacinas com gatilhozinho e estava todo mundo ali, ninguém discute se vai tomar ou se não vai tomar, pronto. Eu me lembro que tinha esse cuidado dos professores. Depois, é que minha mãe me contou, eles tinham o cuidado de ficar observando os alunos vários dias, caso houvesse um choque anafilático, uma reação qualquer, saber o que fazer, chamar o Sandu na época que era o serviço de urgência e emergência que havia no Departamento de Saúde para levar para o hospital. Mas nunca ouvi falar de alguém que tivesse tido um choque anafilático, mas, foram massivas as campanhas de vacina, sempre que houve aqui que me lembro nas escolas, era porque sem o atestado da vacina você não entra na sala de aula então não tinha conversa todo mundo tomava e aquilo era fundamental.

Leopoldo se refere à imunização como um importante programa de governo. Ele trata a vacina como um importante instrumento de combate às endemias. Suas falas são contundentes e afirmativas em um momento da história mundial em que ocorria a pandemia provocada pelo vírus SARS COVID 19. Em alguns momentos ele afirma que “*ninguém discute se vai tomar ou não*”, de forma a nos demonstrar que toma um posicionamento, quando pessoas questionam a eficácia ou mesmo muitas se dizem contra a vacina criada para combater a COVID 19, assim que ela foi disponibilizada gratuitamente para toda a população brasileira. Ademais, ele nos traz a lembrança do “gatilhozinho”, que era uma pistola de pressão utilizada na época para aplicar a vacina nas crianças, já hoje em desuso, atentando-nos à evolução tecnológica em relação aos estudos envolvendo a prevenção de vírus e de métodos de aplicação de vacinas.

A ciência vem cada vez mais avançando em termos de imunização da população, pois verificou-se que o investimento público em imunização requer menos despesas que o tratamento da doença, o que ficou bem evidente no Brasil durante a pandemia ocorrida em 2020-2021. Leopoldo tem consciência crítica de forma a compreender os avanços tecnológicos, a importância do investimento na prevenção e do discurso dos que foram reticentes em relação à vacina criada para combater o vírus do SARS COVID 19.

Contribuindo com sua formação crítica, está a presença da mãe, figura central no repasse de informações relacionadas à saúde, quando ele relata sobre o treinamento que ela recebia acerca das reações da vacina (e, mesmo assim, ela não se omitia quando se tratava de imunizar toda a família, conforme ele relata). Como professora primária de escola pública, a mãe de Leopoldo trazia consigo os preceitos das professoras formadas dentro dos padrões da Escola Moderna, onde o educar, o higienizar e o moralizar são responsabilidades atribuídas às professoras para manter

“o projeto educacional republicano, os quais se interpenetravam na tentativa de tornar ‘nacional’ o corpo e a mente das crianças” (Teive, 2008, p. 67).

Cabe destacar que existia a obrigatoriedade de apresentar a carteira de vacinação para realizar a matrícula nas escolas, era algo comum desde aquela época até os dias atuais. Esta discussão é pertinente diante de todo o contexto pandêmico vivenciado durante a realização da pesquisa, em especial o ano de 2021, quando as entrevistas foram realizadas. Cabe lembrar que em 1904 foi estabelecida a obrigatoriedade da vacina contra a varíola no Brasil, o que fez com que a população se rebelasse e o governo decretasse estado de sítio e suspendesse a obrigatoriedade.

A resistência popular em tomar vacina no Brasil tem raízes históricas, como a “Revolta da Vacina”⁵³. Após a revolta, o que era obrigatório tornou-se facultativo e, dessa forma, temos no Brasil o retorno de muitas doenças, que há anos haviam sido erradicadas, o que leva, em 2021, a Comissão de Seguridade Social e da Família da Câmara dos Deputados a aprovar o Projeto de Lei 1429/2019, que exige o comprovante de vacinação no ato da matrícula, embora não impeça o aluno de assistir as aulas, cabendo à escola comunicar o Conselho Tutelar.

Dessa forma, diferentemente do que era praticado e entendido no passado, de que a criança devia apresentar o comprovante de vacinação, obrigatório para frequentar as aulas, a população, ao longo dos anos, vem contestando esta obrigatoriedade. Isso porque entende-se que, atualmente, existe o direito e liberdade de escolha de intervenção sobre o próprio corpo. O que antes Leopoldo relata como “*não tinha o que questionar*” (quando narra sobre a forma que eram aplicadas as vacinas com pistola), hoje a população tem possibilidade de escolher ao levar seus filhos a postos para vacinação. Questionamos sobre a prevenção das doenças, mas pretendemos verificar como sua família lidava com elas, e assim ele responde:

Naquela época não existia um programa nacional de imunização, então a gente tomava, eu me lembro, graças a Deus, de ter tomado a vacina da poliomielite e a vacina da varíola, porque era um drama, esses dois era um drama, a criança tinha seqüela para sempre, as outras não havia. Então me lembro disso de criança, quando uma criança do bairro pegasse, coqueluche e catapora, sarampo, essas doenças todas eles botavam todos juntos para contaminar logo. Eu me lembro que a minha mãe fazia isso conosco, os filhos, se um pegou já pega logo todo mundo, para tratar todo mundo: caxumba, catapora, sarampo, tudo isso eu tive, essas doenças que a gente ouviu, claro que minha mãe cuidava, ficava em casa mais recolhido, evitava resfriados e

⁵³ A Revolta da Vacina foi um movimento popular contra a obrigatoriedade da vacina antivaríola, ocorrida nas ruas da cidade do Rio de Janeiro entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904 (Bezerra, [200-?]).

etc. e tal, uma alimentação especialzinha sempre dava, uma coisa assim, e mantinha aquelas crianças ali, porque uma mãe de cinco filhos, se os filhos tiverem doença em períodos muito distantes era o inferno, minha mãe trabalhava, e pai também, então, ela já contaminava todo mundo logo dessas doenças. Agora a poliomielite não, porque a poliomielite geralmente deixa sequelas e, algumas doenças assim que, que foram aparecendo depois.

Novamente ele se remete à vacina, cabem destaques, dentre eles, quando ele afirma que não havia um programa nacional de imunização, porém, o Ministério da Saúde publicou uma cartilha em 2003 alusiva aos 30 anos da criação do Programa Nacional de Imunização (criado em 18 de setembro de 1973)⁵⁴. Desde então, o Brasil foi desenvolvendo e ampliando seu Programa de Imunizações, referência mundial, que hoje conta com quarenta e oito imunobiológicos, dentre eles os da poliomielite e da varíola, citados por Leopoldo, mas também outras que vieram, como a tetraviral, que combate o sarampo, a caxumba, a rubéola e a varicela. Casos raros ocorreram de reações, mas a notícia se propagou na época, causando receios. Porém, nas escolas, quando eram administradas, havia cuidados e observações, conforme já citamos.

Outro destaque que fazemos é quando ele relata a forma com que a família e a comunidade tratavam as pessoas quando uma se contaminava: *“quando uma criança do bairro pegasse, coqueluche e catapora, sarampo, essas doenças todas eles botavam tudo junto para contaminar logo”*. Forma esta que conhecemos como “proteção de rebanho”, que pode ser adquirida por duas formas: contágio ou imunização. Aqui, usava-se o método mais arriscado, que seria permitir o maior número de pessoas da comunidade, ou família, com o vírus, a fim de criar a imunidade natural, algo que percebemos que foi uma estratégia que a mãe usava.

Outra referência é novamente a mãe, de família humilde, como descreve Leopoldo, com cinco filhos, trabalhadora, de usar a estratégia de colocar todos os filhos juntos, para ficarem doentes juntos, possibilitando que desta forma ela não precisasse se ausentar muitos dias do trabalho, visto que na época não eram comuns os atestados médicos. Outro fator é que ele não menciona a ida ao médico ou mesmo que tomava algum remédio, somente que a mãe tinha um cuidado mais especial, que fazia uma comida diferente. Fica também evidente que ele retrata as doenças

⁵⁴ Para obter informações sobre a cartilha, acesse: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa Nacional de Imunizações: 30 anos. Brasília – DF, 2003. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

infectocontagiosas. Ele continua seu raciocínio sempre se remetendo a essas doenças e sua imunização.

Apesar dos esforços da família, seja na prevenção de doenças e dos cuidados com os filhos, Leopoldo passa a adquirir um mal hábito à saúde, conforme relata:

Fumei, fumei, mas aprendi a fumar fora da Escola Técnica, lá era absolutamente incrível como isso funciona. Professores fumavam, na sala de aula, no ginásio professor fumava, tinha cinzeiro e fumava, mas a gente aluno não tinha muito contato, agora aluno era absolutamente proibido, nem pensar. Porque era tudo menor de idade, então a gente não fumava. Eu aprendi a fumar, depois, com quinze, dezesseis anos, mas por causa dos grupos de jovens, por causa da minha atividade no bairro, que meu irmão fumava, meu pai também fumava e a minha geração toda fumava, era aquela desgraça toda, todo mundo fumava. Então era natural que fossem fumar, pois na escola não era permitido de jeito nenhum.

Durante a década de 1970, quando Leopoldo frequentava a Escola Técnica, ele diz que era um hábito comum entre os professores fumar na frente dos alunos, porém, não era permitido aos alunos. Seu hábito surgiu pelo convívio social, entre seus amigos do Grupo Jovem, mas pressupomos que o pai, o irmão mais velho, os professores, os colegas de sua idade, que seriam referenciais em sua vida, acabaram por influenciar o hábito, mesmo ele tendo sido educado sob os preceitos de saúde e bem-estar.

A cultura do fumo é milenar, indígenas fumavam e fumam em rituais para purificar o espírito e afastar os males da alma. Entre proibições e modismos, nos anos 1970, uma forte propaganda foi feita para aumentar o consumo de cigarro entre as pessoas. São inúmeros os famosos que pousaram para comerciais, bem como filmes em que os protagonistas fumavam em cenas ligadas à sexualidade, ao prazer e ao glamour. A indústria do tabaco, percebendo o potencial de desenvolver o hábito em adolescentes, começou a aliar as propagandas com atletas, além de expor comerciais com homens viris, mulheres sensuais, para também conquistar esse público.

Diante de toda essa apelação midiática, mais o exemplo dentro do que se constitui como as instituições moralizadoras como família, escola e igreja, nosso entrevistado relata ter tido o hábito de fumar, ainda quando adolescente, justamente no que relatamos como a época das descobertas, das experimentações, da rebeldia e da necessidade de pertencer ou encaixar-se a um grupo.

Consciência essa criada pois, no Brasil, várias regras começaram a surgir no auxílio ao combate ao fumo, dentre elas o aumento de impostos do produto, a obrigatoriedade de conter em suas embalagens o aviso dos malefícios do cigarro e a

proibição de propagandas. Leopoldo, munido de consciência crítica, e por ter aprendido ao longo dos anos hábitos saudáveis à cultura corporal, deixou de fumar.

A seguir veremos como esses hábitos foram introduzidos na percepção de Leopoldo e como eles foram sendo transmitidos.

À medida que a ciência foi evoluindo, no que tange aos cuidados com o corpo, com a saúde, como por exemplo, a testagem da água para conferir a qualidade, bem como o avanço das tecnologias, foi-se permitindo que as pessoas tivessem mais acesso a água encanada, a banheiros, chuveiros, sabonetes, pastas dentais etc.

Estes preceitos são perpassados durante as décadas e ainda por volta de 1970, com os hábitos inculcados, apesar da família de Leopoldo ser de camadas sociais mais baixas, como ele descreve, ao lavar as roupas dos filhos ele assim relata:

Meu Deus, minha mãe suava com aquilo, ela botava de molho em um negócio chamado anil, azul anil, já ouviu falar? É exatamente aquilo, minha mãe lavava com a química. Na época não tinha máquina de lavar roupa, então era lavado na mão, então pensa a gente se sujar, porque assim, às vezes, na oficina, respingava alguma coisa, sujava, eventualmente podia acontecer, tudo bem, mas se a gente tivesse corrido e tivesse sujado no barro, a mãe brigava, ela falava: “Eu não sou tão escravo que vou lavar roupa! Então aprenda a se comportar, você já não é mais criança”. Então, a gente brincava, corria, mas cuidava para não se sujar demais, era camisa branca, impecável sempre.

Podemos perceber, primeiro, que, apesar de Teive (2008) comentar que as pessoas de uma classe social mais alta tendiam a ser mais asseadas e comportadas, em 1970, quando Leopoldo estudava na Escola Técnica, havia o rigor do uniforme limpo e arrumado para entrar na Escola Técnica, conforme já mencionamos, ele possuía esses hábitos. Hábitos que eram exigidos pela Escola na figura do inspetor, e não mais dos pelotões de saúde, e como sua mãe era professora, provavelmente devem também ter sido formados dentro desses preceitos e cabia a ela transmitir tanto aos alunos como aos filhos.

Outra consideração que podemos fazer é o avanço tecnológico. Leopoldo relata que naquela época não havia máquina de lavar roupa e que os uniformes eram lavados manualmente, colocando-se um produto chamado anil para que as camisas ficassem brancas. A tecnologia veio também para auxiliar nesse movimento, quando grande parte das famílias conseguiu ter condições de adquirir sua máquina de lavar roupas. Os avanços tecnológicos em relação à higiene ainda se deram por meio da criação de diversos desinfetantes, alvejantes, sabão em pó, amaciantes etc., que têm como função limpar, desinfetar e higienizar as casas e os lares das pessoas,

aumentando os hábitos de higiene e limpeza da população. Evidentemente, as famílias de classes mais baixas não possuem tanto acesso a esses produtos, mas podemos afirmar que hoje temos um maior alcance desses produtos para atingir hábitos de higiene e saúde.

Nessa fala também podemos perceber os dizeres de sua mãe para que as crianças não se sujasse, para manter as roupas limpas, e ainda que elas não eram mais crianças, como forma de atribuir uma responsabilidade, pois, dizendo-lhes que eram adultos, não se admitia o comportamento de se sujar.

A mãe também se preocupa com a alimentação e sua higiene, com a manipulação dos alimentos, pois Leopoldo relata que havia uma Senhora que vendia, no lado de fora da Escola, através do muro, banana recheada⁵⁵ que as crianças faziam fila para comprar este doce, e ao relatar para a mãe, ela manifesta essa preocupação:

Então eu me lembro disso como hoje, que uma vez minha mãe falou: “Esta pessoa que vende, lembro ela dizer: essa pessoa é muito porca?” Eu disse, por que mãe? A banana é limpinha? Ela pega com a mão o dinheiro e tudo mais...” porque minha mãe sempre foi muito de higiene assim, professora primária, então imagina, eu disse: não, ela pega com um papel. Então a partir dali minha mãe ficou tranquila, então: “Está bom meu filho então pode comer se a pessoa for limpa”. Porque minha mãe repetia isso incansavelmente: “Seja pobre, mas não seja porco!”

Fica na memória de nosso entrevistado fortemente essa lembrança, da senhora que vendia a bananinha recheada, uma lembrança da infância e adolescência, em um tom de nostalgia que ele transporta para o presente.

Ao contrário do que se pensava naquela época, hoje, com a população inculcida desses cuidados de si, novas correntes e estudos sobre a importância de a criança brincar entram em cena: “se sujar faz bem”, foi o slogan da campanha de uma empresa de sabão para lavar roupa.

Em seu site, na página principal, há um discurso de cuidado com o desenvolvimento da criança e a importância do ato de brincar, não havendo preocupação com a sujeira em suas roupas. Segue abaixo o texto que mostra essa evolução do cuidado e preocupação com a criança:

Bebês e crianças são naturalmente exploradoras do mundo em redor. Para as crianças, se sujar faz parte do aprendizado: elas precisam de experiências que envolvam aventura, natureza, descobertas e criatividade porque é assim mesmo que elas compreendem o mundo. Por esse motivo, sujar faz bem e é

⁵⁵ Contrário ao nome, a banana é o recheio do doce, no qual a fruta é envolvida por uma massa similar à massa do sonho, frita e finalizada com açúcar polvilhado.

recomendável, sobretudo quando a sujeira é a consequência de os seus filhos saírem para o mundo para se divertir, descobrindo a textura da areia do parquinho, a sensação de rolar na grama ou abraçar uma árvore. É experimentando e explorando que os menores crescem saudáveis e conscientes da natureza e do ambiente que os rodeia. E é também esse aprendizado experiencial que contribui para o seu desenvolvimento físico e emocional. Pular em poças de água no pós chuva, ir no mercado e aprender a cozinhar com os pais, jogar de esconde-esconde e aproveitar todos os espaços exteriores para brincar é das melhores heranças de uma infância cheia e saudável – conheça a nossa pesquisa sobre a importância de estimular a brincadeira ao ar livre e estar livre para descobrir o mundo aqui (OMO, [200-?]).

No ambiente em que Leopoldo convivia, ele relata perceber em sua comunidade alguns lugares sujos, poucos, mas que essa impressão fora desmistificada quando entrou na escola Técnica:

Me impressionava sempre isso, que eu costumava ver oficina mecânica, ver o pessoal trabalhando em obras, no bairro e por aí afora e chegava na Escola Técnica, uma oficina de marcenaria era algo impecável, acabava a aula, aquilo estava limpo, os alunos limpavam, tudo. A sala era impecável e a gente tinha orgulho, porque quando a gente chegava na sala de aula, às vezes, a turma anterior tinha deixado uma sujeira e a gente reclamava: “Professor, olha professor, aquela turma tal deixou um pouco de sujeira!” Então havia um pouco essa disputa entre turmas, entendeu? Então, cada um queria deixar a sala mais arrumada do que a do outro e era uma disputa assim curiosa, mas sempre havia isso, a gente fazia a atividade e organizava. Era algo tão natural, tão espontâneo, que era muito rápido. Claro que provavelmente havia um serviço de limpeza para o detalhe geral, mas o grosso que a gente usava sempre a gente limpava ao final.

Leopoldo se remete inicialmente ao que ele vivenciava, como o pai era mecânico, e o avô tinha uma marcenaria, ele provavelmente comparava, mas também no bairro em que morava, bairro de pessoas mais pobres e cujos hábitos ainda não haviam sido inculcados. Além disso, como a escola tinha a função de disciplinar, de criar hábitos de higiene, assim como ocorria com o uniforme, nas oficinas e na sala de aula a limpeza era parte da educação dos alunos, da disciplinarização. Como adolescentes, era evidente a promoção das disputas entre eles, quando os professores certamente se aproveitavam, atribuindo-lhes a responsabilidade do cuidado, do zelo e da higiene nos alunos.

Enfim, nas linhas que se perpassaram, pudemos perceber que as memórias de Leopoldo lhe permitem ser bastante descritivo, com riquezas de detalhes, ou seja, conseguimos extrair muitas informações acerca do que ele vivenciou naquele momento. Mas também em diversos momentos ele nos instiga com suas reflexões críticas em torno dos fatos vivenciados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É por meio das memórias de nossos entrevistados que ressignificamos aspectos da história do corpo na Escola Técnica Federal de Santa Catarina, entre 1971 e 1985.

O processo de rememoração de nossos entrevistados trouxe não somente os tempos em que foram alunos da Escola Técnica, mas também de sua infância, momentos da família e toda sua trajetória acadêmica e profissional, ainda que com foco no período da adolescência, quando discentes da instituição. As entrevistas, mesmo realizadas de forma online, permitiram que os entrevistados demonstrassem os mais diversos sentimentos. Eles riram, se envergonharam, foram incisivos, propuseram-nos reflexões e lágrimas chegaram a ser derramadas.

Na mitologia grega, temos os deuses Chronos e Kairós. Chronos é o senhor do tempo em sua sujeição, enquanto Kairós representa o tempo que não pode ser controlado. Para os gregos antigos, o primeiro dava sentido ao tempo cronológico, que pode ser medido por segundos, minutos, horas, dias, semanas, meses, anos, e assim por diante. Kairós se referia à qualidade do tempo vivido, algo que não pode ser medido. Ele era o tempo que não podia ser cronometrado, as coisas que acontecem sem hora marcada, as surpresas do dia a dia. O tempo de Kairós nos convida a aproveitar a vida com mais leveza, de forma mais despojada, sem se importar tanto com o implacável Chronos. Kairós, o tempo do calendário, qualitativo, é também o tempo da experiência, como a delimita Walter Benjamin (1985). Sem aquele, esta não é possível; sem ela, não há narração.

E, assim, propusemos aos nossos convidados um tempo Kairós, em que cada um pudesse dispor de seu próprio tempo, sem pressa, sem receios. Sugerimos uma conexão, e cada um a seu tempo ora dizia de sua adolescência, ora da vida adulta, ora da infância. Foram rememorando acontecimentos de sua vida sem se preocupar com julgamentos ou em citar os acontecimentos de forma linear e cronológica.

Em cada capítulo, de acordo com suas falas, observamos aspectos comuns: a infância, a família e o ingresso na Escola Técnica, os lugares do corpo na experiência discente, o que inclui as transições da juventude, a conformação que a ditadura civil-militar brasileira promovia, de forma mais direta, às vezes, indiretamente em outras.

O trabalho do pesquisador, aqui, é o de ouvinte. Conforme afirma Benjamin (1986, p. 210):

Não se percebeu devidamente até agora que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte, imparcial, é importante assegurar a possibilidade de reprodução. A memória é a mais épica de todas as faculdades.

Um importante aliado na constituição dos costumes e comportamentos é a família, que está sempre presente nas falas de nossos entrevistados. Eles frequentemente citam membros familiares, cuja influência tem fundamental peso na escolha para o ingresso na Escola Técnica, mas também para sua formação social.

Para Marli, seus pais se sacrificaram para lhe oferecer uma boa educação, incentivaram e subsidiaram sua vinda da cidade de Tubarão para a capital em busca de formação e qualificação profissional, reconhecendo, inclusive, ser o único local que oferecia o curso pretendido por ela (inicialmente Técnico em Edificações). Porém, vimos que a anuência dos pais coincidiu com a presença de dois primos que estudavam na Escola Técnica e com o fato de que uma tia morava na cidade, oferecendo-lhe condições e suporte para que pudesse sair de casa e morar ainda adolescente em Florianópolis. Ademais, quando sua decisão foi de ingressar no Curso de Mecânica, recebeu o apoio da mãe, mesmo sendo essa uma carreira menos afeita ao que se esperava de uma moça, “destinada” ao curso de Edificações, porque mais próximo de uma formação em Arquitetura, por exemplo, em cujo *ethos* o feminino era mais presente. Assim, para Marli, a família, fossem os pais, fosse a tia, foi importante aliada para sua vinda à capital para cursar o ensino profissionalizante.

Para Acácio, a família aparece nas lembranças da casa do avô, que morava próximo à residência em que vivia com seus pais. O pai é citado como exemplo para ele, chegando em muitos momentos à figura de um herói, como quando da conclusão de um curso superior, motivo de orgulho e um exemplo a ser seguido por ele. O pai é citado também pelas relações sociais que desenvolveu ao longo dos anos. Mantê-las era seguir novamente o exemplo, alcançando capital social, com oportunidades de ascensão profissional, social e econômica. Por fim, a fala muito recorrente é a do pai como exemplo de masculinidade, ao criar estratégias para que seu filho adolescente viesse a se tornar um homem, no sentido mais conservador do termo. Dessa forma, ele incentivava suas relações com certos amigos e a presença em ambientes sociais importantes, constantemente evocadas pelo entrevistado, além de possibilitar o que ele chama de “desenvolver-se precocemente”.

Dalva, por sua vez, tem na irmã seu alicerce, pois é ela que assume, como menciona, o papel de uma segunda mãe. Sua irmã é sua heroína (assim como o pai para Acácio). Ambos se emocionam ao falar do orgulho que tinham de seus entes. Comoção e saudade se misturam quando Dalva cita a cerimônia de posse como docente no IFSC, da oportunidade de seguir seus passos. Ao iniciar a entrevista, a entrevistada já em tom de brincadeira diz que *“desde que se conhecia por gente”* frequentava a Escola Técnica. Ao começar a contar sua história, fala do uniforme que a irmã encomendara para que ela desfilasse à frente da Escola, dos corredores em que circulava, e relata da bala que a irmã dava para ela saborear enquanto a aguardava terminar de lecionar a aula de Educação Física. Sua memória afetiva é acionada e, falando de sua trajetória escolar, acaba por relacionar momentos tristes, citando o luto pela ausência da irmã. E, assim, ela se remete à morte da mãe, quando já era estudante da UFSC, saindo de uma prova, e do pai, enquanto estudava para outra prova, de um professor que fumava, de um colega da escola que viu a lápide no cemitério e associou a morte ao hábito de fumar.

A família tem destaque também na fala de Leopoldo. O avô foi o responsável por incentivar a busca pela Escola Técnica. Após reiteradamente mencionar o avô, cita a mãe, que era professora alfabetizadora e se destacava no cuidado, no zelo ao preocupar-se com a alimentação, com a higiene, com a aquisição do uniforme e do material escolar. A mãe teve forte influência na sua formação, fosse pelo interesse no magistério, fosse na atenção que lhe destinava. São valores fortemente inculcados em Leopoldo, que perpassam o tempo, pois sua mãe foi formada normalista, em tempos de *“educar, moralizar e civilizar”* (Teive, 2008, p. 66).

Dessa forma, os processos de formação se dão não somente nos estabelecimentos de ensino, mas também em outros ambientes e, principalmente, na família, centro essencial para o desenvolvimento do ser humano. O seio familiar para nossos entrevistados influencia na consolidação de ideias, de atitudes, de relacionamentos, com as suas diferenças individuais e com o modo de agir, de se expressar, como cada um se constitui.

Por mais que Leopoldo, Dalva e Marli se entendessem como oriundos de extratos empobrecidos, suas famílias tiveram condições de investir em seus filhos a fim de proporcionar-lhes o ingresso e a manutenção na Escola Técnica. Ela era considerada uma Escola distinta porque, além do ensino propedêutico de qualidade, oferecia o ensino técnico profissionalizante, possibilitando saírem *“prontos para o*

trabalho”, tanto por causa da formação propriamente dita, que correspondia aos anseios desenvolvimentistas da época, quanto devido ao status social que os egressos da Escola Técnica possuíam.

A promulgação da Lei nº 5692/1971 alterou o ensino de 2º grau, que passou a ter como principal objetivo a profissionalização. Em curto e médio prazos, todas as escolas públicas e privadas desse nível deveriam tornar-se profissionalizantes. A formação geral, antes oferecida por meio do secundário (que podia ser clássico ou científico), perdeu espaço. A necessidade de formação de mão de obra especializada foi o argumento do governo Médici ao conceber a reforma. No contexto da modernização conservadora, o país vivia o milagre econômico, com industrialização acelerada e expectativa de crescimento, necessitando de trabalhadores qualificados para as novas exigências do mercado.

Para além do ensino profissionalizante, havia a obrigatoriedade do Núcleo Comum, tornando obrigatória algumas disciplinas como: Língua nacional (evocando a necessidade de melhor comunicação e exaltação da cultura brasileira); Educação Moral e Cívica (para moldar o caráter e evocar o espírito nacionalista); Educação Física e Programas de Saúde (com o objetivo de preparar o corpo são e regulado). De forma que podemos afirmar que o corpo era o alvo de preocupações morais, por isso era preciso domá-lo e domesticá-lo para que estivesse conforme à moral e aos bons costumes, defendidos pelos militares. Era necessário dar visibilidade às forças de poder e formas de saber que substanciavam os discursos e representações que sustentavam a censura e a defesa da “moral e dos bons costumes”, inúmeras vezes citados após a promulgação do AI-5 em 1968.

Apesar de muitas escolas terem encontrado dificuldades em adaptar seus currículos, sua estrutura física e humana para se adequar às exigências da Lei, a Escola Técnica, por já possuir em seu cerne a formação profissionalizante, tendo a estrutura e parte do corpo docente correspondentes, adaptou seu currículo e a estrutura humana para se adequar à nova realidade.

O mote defendido pela Lei 5692/1971 de priorizar a formação de 2º grau profissionalizante, com vistas à inserção imediata no mercado de trabalho após sua conclusão, não foi barreira ou limitante às aspirações de nossos entrevistados. Todos os entrevistados reiteraram essa afirmativa, visto que, após a conclusão do Ensino Técnico, imediatamente ingressaram na Universidade Federal de Santa Catarina. Marli sequer concluiu o semestre de estágio no Curso Técnico em Mecânica, pois logo

foi aprovada para o Curso Superior. Marli e Dalva, ainda durante sua trajetória universitária, tiveram a oportunidade de retornar à Escola Técnica, a primeira como professora, a segunda como desenhista. Leopoldo, por sua vez, começou a lecionar já ao ingressar no Curso Superior. A exemplo da mãe, foi professor, mas de ciências e física, chegando depois a trabalhar em empresas, não demorando em encontrar a oportunidade de retornar à Escola Técnica como docente. Acácio iniciou a carreira profissional em empresa privada, teve a oportunidade de retornar para a Escola como professor, trabalhou um período concomitantemente na empresa privada e Escola, até que finalmente pôde dedicar-se exclusivamente ao magistério.

Apesar de afirmarmos que Dalva, Leopoldo e Marli tiveram a influência da família para ingressar na Escola Técnica, esse não foi o caso de Acácio, que atribui aos amigos do Colégio Catarinense o desejo de prestar o exame de seleção para a Escola. Seus dizeres dão à empreitada a conotação de um desafio, para ver como se sairia ao prestar o exame. Ao se referir ao ingresso, é que o escutamos, pela primeira vez, falar sobre o “peso” a ser tirado, financeiramente, da família, que fazia o custeio da formação escolar. Lembremos que o Colégio Catarinense supunha valores elevados nas mensalidades, contrastando com a gratuidade da ETFSC.

O sentimento de responsabilidade vem na adolescência, momento da vida de transformações do corpo e da posição frente à vida social. Eles se sentem responsáveis, como relatou Acácio, em ajudar a família em termos financeiros. Mas, quando questionamos sobre a imagem que tinham de seu corpo naquela juventude, quando alunos da Escola Técnica, as mulheres no primeiro momento descrevem seus perfis comportamentais. Enquanto Marli se diz mais desenvolta, Dalva, ao contrário, fala de si como muito tímida. As respostas apontam para a não essencialidade do corpo, ou seja, não se trata de um corpo em si, mas em contexto, em ação, portanto. Vale o corpo tal como se manifesta, não como “é”. Quando insistimos que elas descrevessem seu corpo fisicamente, Marli se dispôs a enviar uma foto sua, quando aluna da Escola Técnica. Leopoldo se descreveu semelhante ao atual, enquanto Acácio ignorou a pergunta, preferindo em diversos momentos descrever-se como um sujeito másculo, conquistador, esportista, de muitos amigos, evocando constantemente suas amizades com pessoas ligadas à elite social e econômica de Florianópolis. Novamente, não é do corpo como ente que se trata, mas em contexto de ação, na materialidade das relações sociais.

Para as mulheres, a concepção do corpo estava primeiramente aliada ao que podemos compreender como comportamental, e apenas quando insistimos é que o corpo físico foi descrito. O corpo, por muito tempo, apesar de todas as transformações sociais ocorridas ao longo dos anos, ainda é algo a ser sagrado, protegido, intocável, privado. A imagem corporal é a representação mental que temos de nosso próprio corpo, como por nós ele é percebido. Porém, nossas entrevistadas em primeiro momento não parecem ter formulado mentalmente suas mudanças corporais ocorridas durante a adolescência. E mais, no caso de Dalva, ela passa por um momento em que vê na chegada da menopausa a mudança mais significativa. Para as entrevistadas, a autodescrição corporal teria mais relevância no social, em como se relaciona com o mundo, com os colegas estudantes.

Leopoldo também não se descreve fisicamente, mas fala, na terceira pessoa, sobre as transformações corporais e psicológicas dos adolescentes. Ao contrário dos demais entrevistados, ele não menciona muito seus círculos de amizade, apenas quando questionamos sobre as aulas de Educação Física, quando relata sobre as táticas que tinha para burlá-las. Porém, ocorre uma dissertação sobre o corpo, associada à saúde, bons hábitos, ao cuidado de si, da importância em se ter *mens sana corpore sano*, quando perguntado exatamente sobre as aulas de Educação Física. Ou seja, apesar de Leopoldo não se identificar com os esportes nas aulas de Educação Física, ele possui consciência de sua validade e ressalta o conhecimento e a importância que o professor de Educação Física tinha no cuidado com a saúde e com os bons hábitos dos alunos. Não deixa de chamar a atenção, no entanto, o quanto esse discurso é externo à própria experiência, uma vez que ele muito fazia para evadir-se das aulas. Teria sido essa experiência restrita à escuta das orientações?

Já Marli não valorizava o esporte e as atividades propostas nas aulas de Educação Física. Para ela, era o momento de relaxar, conversar (inclusive com a professora). Pouco falou sobre as aulas propriamente ditas e pouco lembrou delas. Destaca que deixou de ser a menina tímida que era na infância, e na adolescência já era sociável, procurava circular e estar entre os grupos, porém, quando rememora as aulas de Educação Física, sua relação com os esportes coletivos, não era isso que ocorria. Como relata, por não possuir determinadas habilidades, acabava por não se interessar pela disciplina. A Educação Física, vista como desporto de competição, que privilegia os alunos mais competitivos, mais fortes, mais altos, acaba por afastar e

excluir os menos dotados de “coordenação motora ampla”, preparo físico, e outras “qualidades” exigidas pela disciplina.

Dalva tem forte relação com as aulas de Educação Física por sua irmã ter sido professora da disciplina. Sobre sua participação, menciona os Jogos Escolares e relata sobre os esportes como vôlei, handebol e basquetebol. Apesar de se dizer tímida, via-se como parte do grupo, mesmo usando óculos, não demonstrou em suas falas nenhuma dificuldade com as aulas ou prática desportiva, apenas relatou seu constrangimento em trocar de roupa junto a outras meninas. Destacou também os esportes, como o atletismo, e o Teste de Cooper ficou em sua memória como algo difícil de ser realizado, mas possível. Observe-se que ela foi a única que mencionou tal exame, que consiste em corrida e ou caminhada da máxima distância em 12 minutos. O objetivo é medir a capacidade aeróbica, eventualmente comparando o resultado do início do ano letivo com aquele obtido ao final do ano, de forma a verificar os supostos avanços promovidos pelas aulas de Educação Física. Se, por um lado, o teste hoje está posto de lado, considerando a eficiência de outros modelos de avaliação, trata-se, por outro lado, de um marco importante no projeto de melhorar os indicadores de saúde da população, tão característicos dos anos 1970, sob ditadura.

Já para Acácio, as aulas de Educação Física, as regras, a competitividade eram bem-vistas. Oriundo do Colégio Catarinense, do qual destaca ter integrado o famoso time de futebol de salão (hoje, modificado, futsal), Associação Desportiva Colegial, ele via no desporto uma forma de integração (com a elite) e de competição. Na Escola Técnica, ele relata os Jogos que ocorriam entre os cursos e as rixas, principalmente entre os “graxeiros” (apelido dos alunos do Curso Técnico em Mecânica) e os alunos da Eletrotécnica. Acácio relata nas competições jogar handebol e não mais futebol (de salão), tendo sido o desporto para ele, podemos supor, uma forma de demonstrar a superioridade, a masculinidade. Chama a atenção, nesse contexto, que não seja no futebol que isso se materialize. Para Acácio, a regra, a hierarquia e a disciplina esportiva são comportamentos fundamentais para a formação do indivíduo. São tópicos que podemos reconhecer como próprios do esporte, de forma geral, mas há que se lembrar que estávamos, durante a juventude do entrevistado, sob ditadura civil-militar brasileira, para o qual, como mostram muitos trabalhos (Pazin, 2004; 2014; Oliveira, 2002) o esporte foi ferramenta fundamental.

Os entrevistados, no presente, possuem consciência do momento histórico vivido por eles, na Escola Técnica, o período entre os anos 1960 e 1980 no Brasil, e

quando perguntados se naquela época também apresentavam tal perspectiva, assim responde Marli: *“É, a gente era remanescente de uma geração, quer dizer, a gente era a segunda etapa, da geração que foi torturada”*. Perguntamos se tinham consciência disso e assim reafirma Marli: *“Sim, claro, porque, claro, quem era politizado!”*. Marli tinha consciência inclusive das torturas ocorridas e se considera uma pessoa que tem educação, politizada. Ela relata a insegurança em falar sobre determinados assuntos na Escola Técnica, e que fazia parte de chapas que disputavam o grêmio estudantil, demonstrando-nos compreensão e crítica acerca do período ditatorial. Formada na década de 1980, ela se considera de uma “segunda etapa” nas gerações que foram torturadas pela ditadura. Provavelmente porque, segundo seus próprios relatos, mesmo nessa década, ainda havia resquícios do silenciamento, do medo provocado nas pessoas em consequência dos crimes cometidos pelos militares.

Dalva pouco falou sobre a ditadura, para ela o que fica evidente desse período são duas situações. A primeira é a disciplina Educação Moral e Cívica que, conforme já vimos, tinha como objetivo formar o espírito cívico na população. Civismo evidentemente instrumental e vinculado a informações como o nome dos ministros e a existência dos três poderes. Outro ponto a que ela se remete como característico da ditadura é a figura dos inspetores escolares. Eles tinham como função controlar a entrada e a saída dos alunos, averiguar o uso certo dos uniformes escolares, entre outras tarefas.

Para Leopoldo, a ditadura é rememorada com bastante consciência crítica. Suas falas mencionam perseguições e torturas que ocorreram naquele período e que ele tomou conhecimento, fosse pelo pai, crítico do regime de exceção, fosse, principalmente, pelo grupo de jovens católicos que frequentava.

Para Acácio, a ditadura é vista pelo seu aspecto positivo. Para ele, amigo de filhos de militares de alta patente, como realça, havia pessoas que procuravam desestabilizar o regime e isso não era bom. Para ele, a disciplina, o amor à pátria e à ordem, tanto enfatizadas naquele período, eram algo importante, ponderando que a atual geração as perdeu e isso deve ser recuperado. Enquanto para Dalva e Leopoldo havia a indignação com a repressão militar, percebe-se na fala de Acácio que ele, mesmo de forma velada, ou até por omissão, parece apoiar os militares.

Conforme afirma Gagnebin (2015, p. 6),

[...] a ditadura brasileira, tantas vezes celebrada como ditadura suave (ver o jogo de palavras infame entre “ditadura” e “ditabranda”), porque não assassinou um número tão grande de vítimas como seus ilustres vizinhos, é uma ditadura que não é somente objeto de uma violenta coerção ao esquecimento, mas também é uma ditadura que se perpetua, que dura e *contamina* o presente.

O civismo e a disciplina foram fortemente evocados nesse período, e todos os entrevistados se remetem à disciplina de Educação Moral e Cívica e à presença de inspetores dentro da Escola como características da ditadura. Porém, ainda havia os desfiles cívico-militares e outros eventos de mesmo tipo. Os primeiros foram rememorados por Dalva, Leopoldo e Acácio como momentos de orgulho, de alegria. O ensaio da marcha liderado pelos professores de Educação Física, a cadência, o usar o uniforme e representar a Escola Técnica, “competir” com os alunos das demais instituições para “fazer mais bonito”, não foram associados a um ritual militar.

Foi nesse período também que o governo fez grande esforço no combate a epidemias e endemias, propiciando o acesso a exames médicos e vacinas para o maior número de pessoas possível. Havia uma preocupação com a saúde da população. Todos confirmam que para realizar a matrícula na Escola Técnica deveriam apresentar exames de sangue, certificado de vacinas e, inclusive, a abreugrafia. Reafirmam haver dentro da Escola um Departamento Médico composto por médico (e cabe a indignação de nossos entrevistados da situação do nepotismo de se tratar do filho do Diretor da Escola naquela função), enfermeiro e dentista. A inserção da obrigatoriedade da disciplina de programas de Saúde, bem como a campanha maciça de vacinação, da exigência de exames médicos e, mais ainda, da presença de um médico e um enfermeiro dentro da Escola, demonstram o controle dos corpos por parte do governo, bem como a validação do discurso científico-médico e higienista por parte dos militares.

Diversos são os investimentos do governo na população e que se refletem na Escola Técnica. Vimos que apesar do Diretor Frederico Guilherme Büendgens relatar não haver muitos investimentos do governo, várias foram as obras direcionadas às quadras esportivas, por exemplo. Ao priorizar obras que visavam subsidiar as aulas de Educação Física, ele coadunava com um projeto político que via no esporte uma forma de educar o corpo, sadio e cívico. Dessa forma, o corpo passa a ser a principal ferramenta de intervenção de reordenamento social e, para isso, se via na Escola sua principal aliada.

A Escola Técnica expressa a realidade da sociedade à época. Por ser uma instituição de excelência, conforme declaram, ela cumpre seu papel, o de formar profissionais para o mercado de trabalho. Se, por um lado, com Acácio se vê uma trajetória escolar com valores como civismo e disciplinamento, também foi possível que outros, com semelhante percurso, como Marli e Leopoldo, desenvolvessem consciência crítica, fosse pelo contato com alguns poucos professores, fosse pelos inspetores. Estes, apesar da função de repreensão, foram rememorados como pessoas amáveis e próximas aos alunos. Também a Igreja e a família foram destacadas como instâncias em que a consciência crítica pôde ser desenvolvida.

Ocorria fora do Brasil, desde os anos 1960, uma impactante revolução de costumes, que questionava profundamente os padrões de comportamento, e o corpo estava no centro dessas reivindicações. Movimentos como o feminismo, o movimento hippie, o movimento gay ou o movimento negro estavam se constituindo e trazendo novas pautas de reivindicação que não entravam em consonância com o projeto de moralização vigente. A luta pelas liberdades e pela afirmação desses grupos não era apenas contra a opressão social e econômica, mas contra a opressão aos corpos, à sexualidade e à diversidade de comportamento.

Os quatro entrevistados retornam como professores da instituição. Para eles, o projeto deu certo. Agora, podem manifestar livremente suas opiniões, podem inclusive exercer o direito a voto nos cargos de gestão do IFSC. Podem ver as melhorias nas estruturas físicas e de recursos humanos.

Os esforços em disciplinar, manipular, docilizar e moralizar os corpos expressam o momento histórico e político vivido pelos entrevistados. Diversas foram as conquistas, em termos de liberdade, que ocorreram nesses cerca de 40 ou 50 anos. Novas legislações sobre a educação se deram, considerando a proteção à criança e ao adolescente, por exemplo, ou a evolução para a lei 9394/1996, que extinguiu algumas disciplinas escolares como a EMC, e ainda os estudos e avanços em relação às metodologias para as aulas de Educação Física.

Os movimentos sociais, bem como novos estudos sobre a higiene e cuidado do corpo, permitiram que os uniformes, por exemplo, fossem ficando mais confortáveis e houve relaxamento em relação à cobrança de seu uso. Os avanços da arquitetura escolar permitiram salas mais iluminadas, quadros brancos, cobertura nos ginásios. As novas tecnologias também vieram a contribuir, como: o computador, o ar-condicionado, novos instrumentos e aparelhos e modernização dos laboratórios. A

figura dos inspetores com sua função disciplinadora e fiscalizadora deu lugar aos assistentes de aula ou corredor ou ensino, que têm como função dar suporte aos professores e à equipe pedagógica da escola.

A abertura política e queda do regime militar possibilitaram a abertura para a liberdade de expressão, e as entrevistas foram exemplo dessa nova realidade em que estamos vivendo, na qual alguns entrevistados puderam manifestar suas opiniões acerca da ditadura sem medo de serem censurados.

Assim como na história recente de nosso país, vimos que, junto à ditadura militar, existia uma sociedade conservadora que tentou barrar os processos de libertação dos movimentos dos corpos, pois ficou evidente que não apenas a repressão política importava para o estabelecimento do regime, mas também a repressão moral, na qual o corpo era o centro.

Em contraponto, durante a ditadura civil-militar brasileira havia a validação da ciência e, com isso, o investimento em políticas de prevenção e controle de doenças e moléstias, inclusive a adoção da obrigatoriedade da vacina, contra certos discursos de descredibilização na ciência que, em nome da liberdade de expressão e chamando corpo privado, colocam em risco a vida de pessoas frente a novos e antigos vírus.

Dessa forma, o corpo aparece como um *locus* privilegiado para abordar e compreender a sociedade daquele momento, seus elementos simbólicos e subjetivos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Estado de exceção** [Homo Sacer II,I]. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro. Editora FGV; 5ª reimp, 2019. 196p.

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Alian%C3%A7a_Renovadora_Nacional&oldid=67004068> Acesso em: 01 dez. 2023.

ALMEIDA, A. V. **Dos Aprendizes Artífices ao CEFET/SC**. Florianópolis, 2002. 152p.

_____. **Da escola de aprendizes artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: IFSC, 2010. 234 p.

ALMEIDA, C S.; RIAL, C. S.; KLUG, J. A excelentíssima torcida e os vitoriosos sportsman: Higienismo e práticas social no Club Sportivo Annita Garibaldi. *In*: _____. **O futebol em Santa Catarina**: História de clubes (1910-2014). Florianópolis: Insular, 2014. p. 215-244.

ALVES, Felipe. Família celebra aniversário de 100 anos de Mário Machado em Florianópolis. Ndmair, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/familia-tradicional-de-florianopolis-comemora-os-cem-anos-de-seu-mario-machado/>. Acesso: 1 dez. 2023.

ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. Mitra e Cúria. 2015. Disponível em: <https://arquifln.org.br/governo/mitra-e-curia>. Acesso em: 27 set. 2023.

ARROYO, M. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. *In*: DA SILVA, Tomaz T. **Trabalho, educação e prática social**: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 163-216.

BENJAMIN, W. O narrador. *In*: _____. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, v. 1).

_____. **Rua de mão única**: infância berlinense: 1900. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2017.

BERCITO, S. D. R. Corpos máquinas: trabalhadores na produção industrial em São Paulo (décadas de 1930 e 1940). *In*: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (orgs.) **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 568p.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. 04/01 – Dia da Abreugrafia. Ministério da Saúde. [200-?]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/04-01-dia-da-abreugrafia/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BEZERRA, Juliana. Revolta da Vacina (1904). Toda Matéria. [200-?]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/revolta-da-vacina/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. [200-?]. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 24 jun. 2012.

_____. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/8/1971, Página 6377 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.

_____. Decreto 69.450 de 1 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/11/1971, Página 8826 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69450-1-novembro-1971-418208-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 fev. 2022.

_____. Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar 10 mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 02 fev. 2022.

_____. Decreto de Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 fev. 2022.

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 fev. 2022.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007.../2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 24 jun. 2012.

_____. Resolução nº 06, de 18 de dezembro de 2018. Institui Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Educação Física e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file>. Acesso em: 22 out. 2023.

BUENDGENS, G.B. **22 Anos de ETF-SC**. Relatório dos 22 anos da ETF-SC, gestão Frederico Guilherme Buendgens. Ministério da Educação – Escola Técnica Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1986, 52p.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Caderno Cedes**, ano XIX, nº 48, agosto 1999, p. 69-88.

CAMPAGNA, V. N; SOUZA, A. S. L. Corpo e imagem corporal no início da adolescência feminina. **Boletim de psicologia**, 2006, VOL. LVI, Nº 124: 09-35.

CALIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000. 42p.

DE CARVALHO, M. P. Mau aluno, boa aluna? Como os professores avaliam meninos e meninas. Dossiê Gênero e Educação, **Rev. Estudos Feministas**, Ano 9 (2), 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200013>. Acesso em: 13 de abr. 2022.

CATERINA, M. C. **O luto**: perdas e rompimento de vínculos. APVP. Módulo 28. Associação Psicanalítica do Vale da Paraíba. [Documento da Internet].2008 42p. Disponível em: www.apvp.com.br/artigos/apostila_luto_perda.pdf. Acesso em 12 de jun. 2023.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: a arte de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CLUBE DOZE. História. [200-?]. Disponível em: <https://clubedoze.com.br/historia/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

COLÉGIO SANTÍSSIMO SACRAMENTO. Nossa história. [2020?]. Disponível em: <https://csss.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 21 de jun. 2023.

CNBB. Pastoral da Juventude. [200-?]. Disponível em: <https://cnbbs2.org.br/pastoral-da-juventude-2/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

COLOMBO, I. M. Escola de Aprendizizes Artífices ou Escola de Aprendizizes e Artífices? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e71886, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zXWJRxQDDnRGSdjhGzGr3FR>. Acesso em: 4 abr. 2022.

CORRÊA, M. P. **Nos tempos da Escola Industrial de Florianópolis**: o internato (1962-1969). Florianópolis: Publicações do IFSC, 2016.

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA UFSC. Histórico. [200-?]. Disponível em: <https://odontologia.ufsc.br/historico/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

DA CONCEIÇÃO, D. M. **O estudante-atleta**: desafios de uma conciliação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

DA CUNHA, L. B. **As roupas esportivas** em revista na Cidade de Belo Horizonte (1929-1950): Moldes, recortes e costuras. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

DALLABRIDA, N. Cada derrota um estímulo, cada vitória uma glória”: O futebol no colégio Catarinense (1944-1954). In: _____. **O futebol em Santa Catarina: História de clubes (1910-2014)**. Insular: 2014, p. 245-271.

DEL PRIORI, M. Dossiê a história do corpo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.3, p.9-26, jan./dez. 1995.

DIAS, J. R.A. Adolescência, imagem corporal e desenvolvimento na escola. *Revista Pesquisa em pós-graduação*; Série Educação; nº 9. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/serieducacao/article/download/348/pdf/950>. Acesso em: 11 mar. 2024.

DUBET, F. **Status e oportunidades**: como repensar a justiça social. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2015.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programas de Ensino. Anos:1973; 1974 e 1978. Digitalizados pela pesquisadora. Florianópolis, 2021.

FARINES, Jean-Marie; TUYAMA, Laura; AURAS, Marli. (orgs.) **Memórias reveladas da UFSC durante a ditadura civil-militar**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/227675/Memórias%20reveladas%20da%20UFSC%20durante%20a%20ditadura%20civil-militar%20E-book%201set2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FERREIRA, C.; ZIMMERMANN, A. C. O golpe vira uma festa: o 31 de março de 1964 nos discursos e nas práticas cívico-patrióticas (1970-1971). **Revista Brasileira de História da Educação**, 23. Disponível em: <http://doi.org/10.4025/rbhe.v23.2023.e258>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FIOCRUZ. Tetraviral é incluída no calendário nacional de imunização. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/tetraviral-e-incluida-no-calendario-nacional-de-vacinacao>. Acesso em: 29 nov. 2023.

GARCIA, S.S.L.; DA CONCEIÇÃO, D.M.; VAZ, A.F. Uma trajetória feminina na educação profissional e tecnológica: agência e tática. **Revista ibero-americana de humanidades, ciências e educação (REASE)**. São Paulo, v. 8, nº 7. p.157-173. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/issue/view/38>

GISLON, Jacinta Milanez. A cidade e o distanciamento do mar: consequências do aterro de Florianópolis. ARQUITETURA · HISTÓRIA · PATRIMÔNIO. 2015. Disponível em: <https://arquiteturahistoriaepatrimonio.wordpress.com/2015/11/06/a-cidade-e-o-distanciamento-do-mar-consequencias-do-aterro-de-florianopolis/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

GOMES, C. B. T. O efeito do capital escolar no acesso ao programa Ciências sem Fronteiras. **ETD - Educação Temática Digital**. v.22, n.2. Campinas, São Paulo, abr./jun. 2020. p. 336-353. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8654654/22386>. Acesso em: 13 abr. 2022.

GOODSON, I. **Currículo: teoria e história**. Trad. Attilio Brunetta. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.140p.

GUIMARÃES, O. O ensino de trabalhos manuais nas escolas primárias e complementares. *In*: SCHMIDT, Maria Auxiliadora *et al.* (Orgs.). **I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927**. Brasília: SEDIAE/INEP/IPARDES, 1927. p. 354-367.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

IFSC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. História recontada: Professor Marcos Cardoso Filho e a Ditadura na Escola Técnica. Youtube, 22 de set. de 2014. 23min29s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6ExVQd_NHjI&list=PLd9Tud4cuVzRO-uhKD94zs9Us5cK5TR2g&index=6>. Acesso em: 11 mar. 2024a.

_____. De professor a réu: Marcos Cardoso Filho e a Escola Técnica de Florianópolis. Relatório institucional elaborado por solicitação da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart. Florianópolis. 2014b.

KREIMER, R. **Historia del mérito**. 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/3738487/Historia_del_merito_libro. Acesso em: 13 de abr. 2022.

LADEVIG, S.S.; VAZ, A.F.; Carta aberta a sociedade: A tortura do corpo como silenciamento da fala versus a escrita como denúncia a opressão. **Revista Políticas educacionais, pluralidades, sentidos e formação**. Florianópolis, v. 16, n.2, p.167-175. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/issue/view/4827>

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Trad. Sonia Fuhrmann. 6.ed. – Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2017. 102p.

LIRA TÊNIS CLUBE. Nossa história. [200-?]. Disponível em: <https://liratenisclub.com.br/o-clube/nossa-historia/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MACHADO, N. J. **Educação**: projetos e valores. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. 319p.

MARQUES, S.S.L. Práticas de in(ex)clusão: o currículo da Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina (1909-1922). Dissertação de Mestrado em Educação, Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)), Blumenau, 2012, 118p.

MARTINS, C. **Os quatro cantos do sol**: Operação Barriga Verde. Florianópolis: Editora da UFSC/Fundação Boiteux, 2006.

MELLO, J. T. S.; DALLABRIDA, N. Formando sujeitos masculinos, católicos e de elite: cultura escola no Colégio Catarinense na década de 1950. **Cadernos de História da Educação**. v.12, nº 2, p. 571-590. jul-dez 2013.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Biografias da resistência. [200-?]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Operação Barriga Verde. ALESC / Escola do Legislativo com a UFSC / Departamento de Sociologia e Ciência Política. [200-?]. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/momentos-historicos/3-Ditadura_Militar/5-operacao_Barriga_Verde. Acesso em: 11 mar. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Nacional de Imunizações**: 30 anos. Brasília – DF, 2003. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf. Acesso em 11 mar. 2024.

MOREIRA, A. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

OLGA BRASIL DA LUZ. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Olga_Brasil_da_Luz. Acesso em: 18 jul. 2023

OLIVEIRA, M. A. T.; VAZ, A. F. Educação do corpo: teoria e história. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 13-19, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10336/9601>. Acesso em: 11 mar. 2024.

OLIVEIRA, M A. T; DE OLIVEIRA, L. P. A.; VAZ, A. F. Sobre corporalidade e escolarização: contribuições para a reorientação das práticas escolares da disciplina de educação física. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 11, n. 3, p. 303-318, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/4344>. Acesso em: 13 dez. 2021.

_____. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo. v. 28, n.1, p. 51-75. jan/jun.2002.

_____. Educando pelo corpo: saberes e práticas na instrução pública primária nos anos finais do século XIX. *In*: BENCOSTTA (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Educação Física escolar e ditadura civil-militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência**. Curitiba: Ed. UFPR, 2018. 439p.

OMO. Porque se sujar faz bem. [200-?]. Disponível em: <https://www.omo.com/br/se-sujar-faz-bem/aprender-brincando/porque-se-sujar-faz-bem.html>. Acesso em: 09 nov. 2023.

OTTO, C. **Nos rastros da memória**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

PARADA, M. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. 248p.

PAZIN, N. P. **Do esporte para todos à constituição de uma pedagogia corporal no Brasil (1970-1985)**. Dissertação de Mestrado em Educação. UFSC. 2004.139p.

_____. **Esporte para todos (EPT): a reinvenção da alegria brasileira (1971-1985)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014. 140p.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. Galeria de fotos da turma Alferes Tiradentes, incluída em 04 março de 1981, que na data iniciava o Curso de Formação de Oficiais. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=539754514849644&set=pb.100064453009173.-2207520000&type=3> Acesso em 09 de out. de 2023.

PORTAL MEMÓRIAS DA DITADURA. Memórias da ditadura: Igreja. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/igreja/>. Acesso em 23 fev. 2022.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. Trad. Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PYCKOSZ, L. C.; DE OLIVEIRA, M. T. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do Estado do Paraná. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, pp.135-158, Jan/Jun, 2009.

POPKEWITZ, T. S. História do currículo, regulação social e poder. *In*: DA SILVA, Tomaz T. (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 173-210.

QUELUZ, G. L. **Concepções de ensino técnico na República Velha 1909-1930**. Curitiba: Cefet-PR, 2000. 237p.

RIBEIRO, I. **Sem uniforme não entra**: o uniforme escolar na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1962 – 1983). Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2012. 173p.

SANT'ANNA, D. B. É possível realizar uma história do corpo? *In*: _____. **Corpo e História**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea).

_____. Higiene e higienismo entre o Império e a República. *In*: PRIORI, M. D.; AMANTINO, M. (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2011. p. 283-314.

SCHILDER, P. **A imagem do corpo**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SILVEIRA DE MELO, Josimeire Medeiros. **História da Educação no Brasil**: Licenciatura em Matemática. Ministério da Educação, Universidade Aberta do Brasil, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Diretoria de Educação a Distância. 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 09 de set. 2023.

SOARES, C. L. As roupas destinadas aos exercícios físicos e ao esporte: nova sensibilidade, nova educação do corpo (Brasil, 1920-1940). **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3 (66), p. 81-96, set./dez, 2011.

SUJISMUNDO. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. 2023. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Sujismundo&oldid=65625026>>. Acesso em: 3 abr. 2023. Acesso em: 12 jul. 2023.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. Educando pelo corpo: saberes e práticas na instrução pública primária nos anos finais do século XIX. *In*: BENCOSTTA (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A.; VAZ, A. F. Educação do corpo: teoria e história. **Perspectiva**, v.22, n. Especial, jul./dez., 2004, p. 13-19.

TEIVE, G. M. **Uma vez normalista, sempre normalista**: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (escola normal catarinense 1911-1935). Florianópolis: Insular, 2008.

TEIVE, G. M.; DALLABRIDA, N. **A escola da República**: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. 199 p.

TORRES, M. G. A operação barriga verde e as esquerdas da década de 1970. *In*: BRANCHER, A.; LOHN, R. (Orgs.). **Histórias da ditadura** – Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). História UBES: 40 milhões de estudantes, ideias e sonhos. [202-?]. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/memoria/historia/>. Acesso em: 01 dez 2023.

VAZ, A. F. Do culto à performance: esporte, corpo e rendimento. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 21, n. 1, 1999.

_____. Subjetividade, memória, experiência: sobre a infância em alguns escritos de Walter Benjamin e Theodor w. Adorno. **Educação em Revista**, n.6, p.51-66, 2005.

ANEXO A – TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

*A concepção de corpo nas aulas da Escola Industrial Federal de Santa
Catarina no período entre 1971 à 1985*

O presente documento trata de uma norma instituída pelo CEP. O sistema CEP-CONEP foi instituído em 1996 para proceder a análise ética de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil. Este processo é baseado em uma série de resoluções e normativas deliberados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão vinculado ao Ministério da Saúde.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), possui seu Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos desde 16 de junho de 1997, registrado junto ao CONEP. O CEPESH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, vinculado a Pró Reitoria de Pesquisa e de acordo com seu art. 2º: tem por finalidade defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Vocês estão sendo convidados (as) a participar, como voluntários (as), em uma pesquisa que tem como título: **“A concepção de corpo na Escola Industrial Federal de Santa Catarina no período entre 1971 a 1985”**. Esta pesquisa está associada a uma pesquisa de doutorado de Sidélia Suzan Ladevig Garcia, do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, que pretende investigar concepções, experiências e memórias sobre o

corpo, circulantes na Escola Industrial Federal de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis no período compreendido entre 1971 a 1985, a partir das memórias dos alunos egressos, estabelecendo aproximações entre a história do corpo e das disciplinas escolares, bem como as relações de disciplina e poder do Estado no período do regime militar brasileiro.

A questão que a pesquisa se propõe a responder é: como os egressos do Instituto compreendem o corpo a partir de suas experiências? Quais atuais experiências, compreensões, vivências, desconstruções, foram concebidas hoje em relação àquele período, mas que tem origem naquela experiência histórica?

Consideramos ser uma temática importante para pesquisar pois, o presente projeto de pesquisa quer, por meio das memórias de egressos e seus professores, investigar como se deram as concepções de corpo, como eles irão rememorar suas experiências corporais. Seu objetivo geral é, portanto, investigar concepções, experiências e memórias sobre o corpo circulantes na Escola Industrial Federal de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis no período compreendido entre 1971 (instituição da Lei nº 5.692) e 1985.

Por meio de um roteiro de entrevista, farei perguntas abertas e você irá rememorar seus tempos de aluno da Escola Técnica. Você não é obrigado(a) a responder todas as perguntas e de acordo com o item IV.3.c da resolução. 466/12 e o artigo 17º, inciso. V da resolução 510/16), pode desistir de participar da pesquisa a qualquer momento (antes, durante ou depois de já ter aceitado), sem ser prejudicado (a) por isso. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita de forma fidedigna pela pesquisadora. A partir dessa pesquisa, como benefício, você poderá expandir sua compreensão sobre as atuais discussões acerca deste assunto. Conforme os objetivos e o percurso metodológico desta pesquisa, não são previstos desconfortos durante os encontros. Mas, caso você se sinta desconfortável durante o processo, é importante que diga isso ao (à) pesquisador (a) para que ele (ela) possa auxiliá-lo (a).

Importante destacar que eventuais desconfortos e constrangimentos a que podem os participantes podem estar sujeitos dizem respeito a evocar memórias e mobilizar sentimentos nem sempre agradáveis. Caso isso ocorra, o pesquisador garante o acompanhamento e a assistência a que

têm direito os participantes da pesquisa (item IV.3.c da resolução. 466/12 e art. 17º, inciso. V da resolução 510/16).

Você poderá quando quiser pedir informações sobre a pesquisa aos pesquisadores. Esse pedido pode ser feito pessoalmente, antes ou durante a entrevista, ou depois dela, por telefone, por e-mail, a partir dos contatos do pesquisador que constam no final deste documento.

Todos os dados de identificação serão mantidos em sigilo e a sua identidade não será revelada em momento algum. Os pesquisadores serão os únicos a ter acesso aos dados. Em caso de necessidade, serão adotados códigos de identificação ou nomes fictícios. Porém, sempre existe a remota possibilidade da quebra do sigilo, mesmo que involuntário e não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei. Dessa forma, os dados que você fornecer serão mantidos em sigilo e, quando utilizados em eventos e artigos científicos, a sua identidade será sempre preservada.

Lembramos que sua participação é voluntária, o que significa que você não poderá ser pago, de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa. Duas vias deste documento estão sendo rubricadas e assinadas por você e pelo pesquisador responsável. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

A legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisa, porém, caso alguma despesa extraordinária associada, como por exemplo transporte ou alimentação, durante a pesquisa venha a ocorrer, você será ressarcido nos termos do o item IV.3.c da resolução. 466/12 e art. 17º., inciso. V da resolução 510/16). Também, de acordo com item V.6 da Resolução CNS N°466 de 2012, o pesquisador, nas diferentes fases da pesquisa devem proporcionar assistência imediata, nos termos do item II.3, bem como responsabilizarem-se pela assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa.

Os pesquisadores cumprirão os termos da resolução 466/12 e/ou 510 (item IV.5.a da resolução 466/12 e art. 32º. da resolução 510/16). item IV.5.a da res. 466/12, que tratam dos termos acima já mencionados como: a temática e metodologia da pesquisa e os possíveis riscos e transtornos, bem como a responsabilidades dos pesquisadores.

Eu, abaixo assinado, concordo em participar desse estudo como sujeito. Fui informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Sidélia Suzan Ladevig Garcia sobre

o tema e o objetivo da pesquisa, assim como a maneira como ela será feita e os benefícios e os possíveis riscos decorrentes de minha participação. Recebi a garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me traga qualquer prejuízo.

Este Projeto tem aprovação do Comitê de ética e Pesquisa em Seres Humanos da UFSC localizado no Prédio Reitoria II, 4º andar, sala 401, localizado na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Trindade, Florianópolis, telefone para contato: 3721-6094. Este projeto atende a Resolução CNS 510/16 e suas complementares. Este TCLE será impresso em duas vias assinadas e rubricadas ficando uma em poder do participante. Em caso de dúvidas ou informações contatar os pesquisadores em seu endereço físico, telefone e e-mail abaixo descritos.

Nome completo do participante: _____
Assinatura: _____
Alexandre Fernandez Vaz Orientador CPF: 078.796.968-06 Assinatura: _____
Sidélia Suzan Ladevig Garcia Doutoranda/PPGE/UFSC CPF: 030.746.789-92 Assinatura: _____

Local e data: _____

Pesquisador Responsável: Alexandre Fernandez Vaz

Telefone e e-mail para contato: telefone: (48) 99922 0505; e-mail: alexfvaz@uol.com.br

Estudante Pesquisador: Sidélia Suzan Ladevig Garcia

Telefone para contato: (47) 99188-2005; e-mail:

suzandanca@gmail.com/suzan.ladevig@ifsc.edu.br

Endereço: Campus Universitário. Departamento de Metodologia de Ensino. Centro de Ciências da Educação. Bloco C, sala 409, quarto andar.

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

O presente instrumento corresponde à Resolução Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012, do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH da Universidade Federal de Santa Catarina. Este instrumento visa à composição de um arquivo oral, ou seja, fonte oral confiada a um órgão público (pessoa física ou jurídica), a fim de produzir análise científica no interior do Projeto de Pesquisa intitulado: **Memórias em circulação: representações sobre o corpo na Escola Industrial Federal de Santa Catarina (1971-1985)**, por meio de entrevistas realizadas com alunos egressos da escola.

As perguntas elencadas neste instrumento sempre serão flexíveis; sendo assim, elas serão um guia para a abordagem com o entrevistado. Para assegurar ao entrevistado sua integridade moral, afetiva e física, no ato das entrevistas os procedimentos ocorrerão do seguinte modo: **a) se possível, procurar obter o auxílio de documentação, como fotos e documentos antigos; (b) será feita uma pergunta de cada vez; (c) serão evitadas interrupções e se procurará não discordar do narrador; (d) não se prosseguirá se o entrevistado estiver cansado ou se desejar parar por qualquer motivo que seja.**

Na ficha técnica para transcrição, serão mantidos os dados dos entrevistados em anonimato, adotando-se a abreviatura das iniciais dos nomes; posteriormente, será encaminhada a ficha técnica com a transcrição, para leitura e aprovação, acompanhada da “Carta de Cessão” por parte do entrevistado.

Devido a pandemia causada pelo COVID-19, as entrevistas poderão ser realizadas de forma virtual, por ferramentas como google meet, skype, zoom, ou outra que o entrevistado preferir, ou se sentir mais familiarizado. As imagens serão resguardadas pela pesquisadora, mantendo a integridade de imagem do entrevistado.

Abaixo, segue o roteiro de entrevista:

1) Para iniciarmos nossa entrevista, gostaria que você me respondesse algumas questões pessoais, como sua data de nascimento, período em que você estudou na Escola Técnica e o curso que você realizou.

2) Continuando um pouco sobre você, sobre sua vida ainda durante o período em que foi aluno(a), gostaria de saber onde você morava, quantas pessoas moravam junto com você, se tinha irmãos, quantos seriam?

3) E sobre sua família, me conte um pouco como era sua rua, sua casa, se era grande ou pequena, se tinha jardim, qual bairro ou rua você morava, se era perto da Escola, como você se deslocava para a escola.

4) Como foi a decisão em estudar na Escola Técnica? Como você fez para ingressar? Você quis ir, seus pais sugeriram/insistiram? Você tinha amigos ou vizinhos que lá estudavam? Você gostava de ir à escola? E em algum momento você ou sua família acharam que deveria sair ou trocar de escola? Quais as impressões/comentários que as pessoas faziam a respeito da escola?

5) Durante o período em que você estudou na Escola Técnica, como eram sua infância e adolescência? Como eram as atividades ou brincadeiras vocês faziam na escola e quando eram realizadas essas brincadeiras?

6) Vamos iniciar agora alguns questionamentos que tratam de questões corporais. Primeiramente, me conte como você descreve seu corpo como criança/aluno(a), na época que frequentou a escola. Você era vaidoso(a)? Como você cuidava de seu corpo? Você se lembra de como eram os cuidados com a higiene naquela época?

7) E seus colegas? Como você os via? Alguém que chamava atenção em especial? Por ser mais gordo, mais magro, mais alto, mais baixo, por ser mais atlético, possuir alguma deficiência...

8) Você era uma pessoa que praticava algum esporte? Seus pais lhe incentivavam a praticar atividades físicas, esportes ou atividades artísticas? Se sim, você chegou a participar de alguma competição ou alguma apresentação artística?

9) E as doenças, como apareceram na sua infância? Como as tratavam?

10) E sobre o recreio, você lembra quanto tempo durava, havia algum espaço específico para as refeições, como um refeitório? Em qual espaço da escola era permitido ou que você costumava mais frequentar, havia regras ou tinha alguém supervisionando

11) Eu gostaria agora que você me contasse um pouco mais sobre o espaço escolar, a arquitetura escolar, como se configurava a sala de aula, o mobiliário...

12) E os acessórios escolares presentes na sala, nas paredes, nos corredores...

13) Havia papéis, avisos, regras, coladas nas paredes? Como eram? Que cor era a sala de aula?

14) Agora, gostaria de saber como era o espaço externo da escola, se havia quadras, pátios, laboratórios, bibliotecas, algum espaço cultural. Me descreva como eram esses espaços na escola.

15) Havia na escola grupos representativos de alunos, como grêmios, ou outros espaços de participação de alunos?

16) Era permitido levar objetos pessoais para a escola?

17) E uniforme? Vocês faziam uso de uniforme, de roupa específica ou equipamentos para as atividades laboratoriais? Como ele era? Existiam regras para a utilização de uniformes e equipamentos? E como eram adquiridos esses uniformes?

18) E sobre as festas e comemorações cívicas ou religiosas, vocês costumavam comemorar na escola ou mesmo em casa?

19) Você chegou a ver, ou saber, presenciar de alguma homenagem a alguma pessoa?

20) E ao contrário, você chegou a presenciar ou receber alguma punição?

21) Você se lembra das aulas de seus professores(as). Como eram? Como eles se vestiam, como se comportavam diante dos alunos?

22) Eles chegavam a se dirigir a você sobre seu comportamento?

23) Vamos falar agora sobre as disciplinas escolares, quais você mais gostava?

24) Especificadamente sobre as aulas de Educação Física. Você tinha aulas de Educação Física? Se sim, você lembra como eram? Que atividades realizavam? Faziam testes de esforço e desempenho físico? As turmas eram separadas por sexo, por esporte? Lembra quantos dias por semana?

25) Você lembra que alguma disciplina que tratava de corpo, de higiene, regras de conduta, comportamento, postura no âmbito escolar ou no âmbito do trabalho?

27) Durante o período em que você estudou na Escola Técnica, foi o período em que havia a ditadura militar no Brasil. O que você se lembra sobre o período da Ditadura Militar no Brasil?".